

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

ALINE SANCHES

**ENTRE A INDETERMINAÇÃO DA VIDA E O DIREITO À CIDADE NA PERIFERIA:
ESTUDO DE AÇÕES COLETIVAS NAS OCUPAÇÕES DA CIC**

CURITIBA

2021

ALINE SANCHES

**ENTRE A INDETERMINAÇÃO DA VIDA E O DIREITO À CIDADE NA PERIFERIA:
ESTUDO DE AÇÕES COLETIVAS NAS OCUPAÇÕES DA CIC**

**Between the indetermination of life and the right to the city on the periphery: a
study of collective actions in CIC occupations**

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública da Universidade Tecnológica Federal do Paraná como requisito parcial para obtenção de grau de Mestre em Planejamento e Governança Pública.

Área de Concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Orientadora: Professora Dra. Simone Aparecida Polli

CURITIBA

2021



[4.0 Internacional Atribuição – Uso não comercial](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/)

Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho para fins não comerciais, desde que atribuam o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos. Conteúdos elaborados por terceiros, citados e referenciados nesta obra não são cobertos pela licença.



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Câmpus Curitiba



ALINE SANCHES

**ENTRE A INDETERMINAÇÃO DA VIDA E O DIREITO À CIDADE NA PERIFERIA: ESTUDO DE
AÇÕES COLETIVAS NAS OCUPAÇÕES DA CIC**

Trabalho de pesquisa de mestrado apresentado como requisito para obtenção do título de Mestre em Planejamento E Governança Pública da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Área de concentração: Planejamento Público E Desenvolvimento.

Data de aprovação: 09 de Setembro de 2021

Prof Danilo Volochko, Doutorado - Universidade Federal do Paraná (Ufpr)

Prof Paulo Rolando De Lima, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof Ramon Jose Gusso, Doutorado - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (Ifb)

Prof Ricardo Lobato Torres, Doutorado - Universidade Federal do Paraná (Ufpr)

Documento gerado pelo Sistema Acadêmico da UTFPR a partir dos dados da Ata de Defesa em 09/09/2021.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Tecnológica Federal do Paraná, em especial ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública, pela oportunidade de realizar o mestrado. E, assim, dar seguimento, em uma universidade pública e de qualidade, aos meus estudos. Agradeço a todos os que defendem a ciência e a universidade e trabalham para que melhore a cada dia, mesmo em meio a adversidades.

Agradeço à Simone Aparecida Polli, minha grande orientadora, que desde os anos de graduação aos de meu mestrado me apresentou e me guiou pelos caminhos do urbanismo. E hoje é uma grande companheira na luta pela justiça social. Agradeço a sua coragem e empenho, não apenas neste trabalho, mas por toda trajetória e parceria, que não termina com esta dissertação.

Agradeço aos membros da banca: Prof. Dr. Danilo Volochko e Prof. Dr. Paulo Rolando de Lima, que, além de apontamentos importantes na banca de qualificação, participaram e contribuíram em minha trajetória como grandes professores; e ao Prof. Dr. Ramon Jose Gusso, pela prontidão em me ajudar com indicações, e por aceitar participar da defesa. Agradeço, também, ao Prof. Dr. Ricardo Lobato Torres por presidir a banca de defesa.

Agradeço ao Laboratório de Urbanismo e Paisagismo da UTFPR, aos professores e alunos pesquisadores.

Agradeço aos meus amigos que sempre estiveram de prontidão para me ajudar: Alessandro e Carolina, formamos um trio incrível, obrigada por cada apoio e trabalho elaborado em conjunto; Aline agradeço por cada palavra de incentivo e pela empatia em compreender e me acompanhar em cada passo do mestrado; e a Tatiana, amiga que o mestrado me deu, agradeço o companheirismo e a paciência em corrigir os textos.

Agradeço à minha família por me apoiarem nesta trajetória acadêmica e prezarem pelo meu sonho de ser professora.

Por fim, agradeço a todos os entrevistados e entrevistados pela paciência e palavras de incentivo. Receberam-me tão bem, mesmo em um período de grandes incertezas, com pandemia e distanciamento social. Mesmo àqueles que não me conheciam, estiveram de prontidão para me ajudar.

Agradeço pela oportunidade da bolsa concedida pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública (Edital Nº 05/2020 – Processo Seletivo Interno para Bolsa de Mestrado) no último ano do mestrado.

Não, eu não aceito essa indisciplina
Acho que você não me entendeu
Meus meninos são o que você teceu
Em resistência ao mundo que Deus deu

Eu não quero viver assim, mastigar desilusão
Este abismo social requer atenção
Foco, força e fé, já falou meu irmão
Meninos mimados não podem reger a nação

Criolo, Menino Mimado (2017)

RESUMO

SANCHES, Aline. **Entre a indeterminação da vida e o direito à cidade na periferia**: estudo de ações coletivas nas ocupações da CIC. 183 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública (PPGGP), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR): Curitiba, 2021.

Este trabalho tem por objetivo analisar em que medida as resistências – enquanto práticas, estratégias, ação de moradores das ocupações da CIC e de entidades externas que atuam no local – contribuem para a reprodução da vida e/ou para a promoção do direito à cidade na periferia. Os conflitos urbanos são centrais para esse trabalho, pois são entendidos aqui sob a perspectiva de que evidenciam práticas e experiências que se aproximam do direito à cidade enquanto resistência, com a perspectiva de reivindicar uma cidade a ser produzida. Inicialmente, parte-se da produção desigual do espaço urbano em Curitiba, e visa-se compreender como essa precarização fragiliza a noção de direitos sociais. Entretanto, em meio às desposseções e à indeterminação da vida na periferia, os moradores buscam garantir sua sobrevivência, além de construírem experiências que partem do cotidiano e produzem resistências. Por meio do estudo de atores chave das entidades, analisa-se como e em que medida esses grupos podem produzir resistências urbanas no sentido do direito à cidade. Buscando discutir estas questões, o trabalho tem como estudo de caso as ocupações da CIC. Para o desenvolvimento da pesquisa, foram definidos recortes temporais, restringidos ao período de reconstrução após o incêndio ocorrido no local no final de 2018 e ao decurso da pandemia em 2020. Dessa forma, foram identificadas, selecionadas e entrevistadas as entidades que atuaram nestes dois momentos. Por meio das entrevistas, notou-se que, por vezes, o direito à cidade se limita à casa e à infraestrutura, entretanto, as relações de confiança estabelecidas auxiliam na experimentação e na produção da cidade. As práticas podem indicar uma relação ambígua que navega entre conformismo e resistência, na medida em que se conformam com situações de culpabilização, de precariedade na periferia e adentram a cidade desigual, mas que também são presença ativa na busca pela posse da terra e nas insurgências do cotidiano.

Palavras-chave: Direito à cidade. Periferia. Ocupações Urbanas. Conflitos Urbanos. Práticas insurgentes.

ABSTRACT

SANCHES, Aline. **Between the indetermination of life and the right to the city on the periphery**: a study of collective actions in CIC occupations. 183 p. Dissertation (Master in Planning and Public Governance) - Postgraduate Program in Planning and Public Governance, Federal Technological University of Paraná (UTFPR), Curitiba, 2021.

This paper aims to analyze to what extent the resistance – practices, strategies, and the action of residents that live and external entities that work in the occupations in CIC – contribute to the reproduction of life and/or to the promotion of the right to the city on the periphery. Urban conflicts are the central point. They are understood from the perspective that they are likely to evince practices and experiences that approach the right to the city as a form of resistance, with the prospect of claiming a city yet to be produced. At first, this paper addresses the unequal production of the urban space in Curitiba, to understand how the precariousness weakens the notion of social rights. However, amidst the dispossessions and the indetermination of life in the periphery, the residents seek to ensure their survival and to build experiences, starting from the everyday life and producing forms of resistance. Through the study of the entities' key actors, it is analyzed how and to what extent these groups can produce urban resistance to promote the right to the city. Seeking to discuss these issues, the paper uses the CIC occupations as a Case Study. For the development of the research, time frames were defined, directing to the reconstruction of the occupation after a fire occurred at the end of 2018 and to the pandemic period in 2020. Therefore, the entities that acted in these two moments were identified, selected, and interviewed. Through the interviews, it was noticed that, sometimes, the notion of the right to the city is strict to the house and infrastructure. However, the established relations of confidence help in the experimentation and production of the city. The practices can indicate an ambiguous relationship that goes from conformism to resistance, as people conform to situations of blame and precariousness on the periphery and embrace the unequal city. However, they are also an active presence in the pursuit of land ownership and in the insurgencies of everyday life.

Key-words: Right to the City. Periphery. Urban occupations. Urban conflicts. Insurgent practices.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Evolução da Ocupação	33
Figura 2 – Nova Primavera em 2012 à esquerda, e em 2018 à direita, com região central ao fundo.....	35
Figura 3 – Adensamento em 2018 - 29 de Março (antes do incêndio).....	35
Figura 4 – Baixo adensamento na ocupação Dona Cida	36
Figura 5 – Momentos marcantes e a insegurança	40
Figura 6 – Protestos das ocupações da CIC por ano.....	64
Figura 7 – Proposta de projeto de moradias na Nova Primavera.....	65
Figura 8 – Nuvem de palavras – agentes instigadores e apoiadores envolvidos nos protestos.....	69
Figura 9 – Nuvem de palavras – agentes reclamados ou opositores.....	69
Figura 10 – 29 de Março após incêndio	72
Figura 11 – Reconstrução 29 de Março à esquerda e Sede Comunitária à direita. ..	74
Figura 12 – Campanha Resistindo com Solidariedade à esquerda, banner de divulgação. à direita, cartaz fixado nas ocupações da CIC	79
Figura 13 – Grupos que colaboraram pós-incêndio – dezembro/2018 a dezembro/2019.....	85
Figura 14 – Grupos que colaboram no período de pandemia (março a novembro/2020)	86
Figura 15 – Centro comunitário Tiradentes	103
Figura 16 – Entidades internas e apoiadoras.....	145

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estrutura da Dissertação	18
Quadro 2 – Objetivos específicos para fundamentação teórica	20
Quadro 3 – Produção Habitacional da COHAB por período	25
Quadro 4 – Domicílios em espaços em ocupações urbanas.....	27
Quadro 5 – Número de domicílios, área e densidade domiciliar	37
Quadro 6 – Palavras chave capítulo 2	46
Quadro 7 – Palavras Chave capítulo 3.....	58
Quadro 8 – Manifestações nas ocupações da CIC	62

Quadro 9 – Entidades levantadas	88
Quadro 10 – Questões de entrevistas à coordenação da associação de moradores	90
Quadro 11 – Questões de entrevista com Academia, ONG, Instituto e Político Partidário.....	90
Quadro 12 – Questões de entrevista com Movimento Social – MPM e MST.....	91
Quadro 13 – Questões de entrevista com Órgãos públicos	91
Quadro 14 – Entrevistados.....	93
Quadro 15 – Núcleos de sentido	147

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização bairro CIC	22
Mapa 2 – Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais.....	23
Mapa 3 – Produção Habitacional de Interesse Social COHAB-CT	24
Mapa 4 – Localização das ocupações urbanas em Curitiba	26
Mapa 5 – Renda domiciliar por setor censitário	28
Mapa 6 – Origem dos protestos por moradia entre 2012 e 2015	31
Mapa 7 – Localização das ocupações da CIC	32
Mapa 8 – Equipamentos urbanos.....	38
Mapa 9 – Taxa de casos confirmados de Covid-19 por 100mil habitantes nos bairros de Curitiba em maio e junho.....	76
Mapa 10 – Mapa da Solidariedade em Curitiba	78

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
1.1	OBJETIVOS.....	16
1.1.1	Objetivo geral.....	16
1.1.2	Objetivos específicos	16
1.2	HIPÓTESE.....	16
1.3	JUSTIFICATIVA.....	16
1.4	ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	18
1.5	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	19
2	INDETERMINAÇÃO DA VIDA NA PERIFERIA	21
2.1	PERIFERIZAÇÃO EM CURITIBA E A PRODUÇÃO DA CIC.....	21
2.1.1	Caracterização: Nova Primavera, 29 de Março, Tiradentes e Dona Cida.....	31
2.2	O ESTADO E A PERIFERIA: NOÇÃO E PERCEPÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS	40
2.3	SÍNTESE DO CAPÍTULO	46
3	O DIREITO À CIDADE E AS PRÁTICAS EM CONTEXTO DE CONFLITO ...	47
3.1	O DIREITO À CIDADE ENQUANTO RESISTÊNCIA.....	48
3.2	OS CONFLITOS E PRÁTICAS INSURGENTES	51
3.2.1	Ações mobilizadas em contexto de conflito	51
3.2.2	Práticas insurgentes e a periferia.....	55
3.3	SÍNTESE DO CAPÍTULO	58
4	ENTIDADES E GRUPOS MOBILIZADOS NAS OCUPAÇÕES DA CIC.....	60
4.1	MANIFESTAÇÕES E AGENTES ENVOLVIDOS.....	61
4.2	29 RESISTE: RECONSTRUÇÃO APÓS O INCÊNDIO	70
4.3	SOLIDARIEDADE NO MOMENTO DE PANDEMIA DE COVID-19.....	74
4.4	AS ENTIDADES NAS OCUPAÇÕES	82
5	METODOLOGIA.....	87
5.1	ENTREVISTAS E QUESTIONÁRIOS.....	88
5.2	ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS	91
6	ANÁLISE DAS ENTREVISTAS: ENTIDADES LOCAIS E APOIADORAS DAS OCUPAÇÕES DA CIC	93
6.1	OLHAR LOCAL: AS COORDENAÇÕES DAS OCUPAÇÕES DA CIC	94
6.1.1	Nova Primavera	95

6.1.2	29 de Março.....	98
6.1.3	Tiradentes.....	101
6.1.4	Dona Cida.....	105
6.1.5	Síntese.....	107
6.2	ENTIDADES EXTERNAS ÀS OCUPAÇÕES DA CIC	109
6.2.1	Academia: projetos de pesquisa e de extensão universitários	109
6.2.2	Movimentos Sociais – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Movimento Popular por Moradia (MPM)	115
6.2.3	ONG – TETO	121
6.2.4	Instituto – Instituto Democracia Popular	128
6.2.5	Igreja.....	135
6.2.6	Poder Legislativo: vereança.....	135
6.2.7	Órgãos públicos: políticas habitacionais	139
6.2.8	Órgãos públicos: defesa de direitos.....	141
6.2.9	Síntese.....	144
6.3	SÍNTESE DAS ENTREVISTAS: ENTRE O CONFORMISMO E A RESISTÊNCIA.....	146
6.3.1	Entre o direito à cidade e o acesso à terra urbanizada.....	147
6.3.2	As insurgências no cotidiano	153
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	159
	REFERÊNCIAS	166
	APÊNDICE A – NÚMERO DE OCUPAÇÕES NOS BAIROS DE CURITIBA	176
	APÊNDICE B – FORMUÁRIO DE ENTREVISTAS.....	178

1 INTRODUÇÃO

Se na década de 1970 reivindicava-se melhorias nos bairros e as lutas populares se concentravam em torno da garantia dos direitos sociais, atualmente, nos anos 2000, observa-se uma perda da noção de direitos, com políticas insuficientes e uma pandemia de Covid-19 que gera diversas incertezas quanto ao futuro. Tudo isso atinge, em especial, os assentamentos precários localizados na periferia das cidades. Estes locais não constam nos mapas do planejamento e têm-se poucas informações sobre sua condição. As que existem tendem a uniformizar as atuações dos moradores e, desta forma, não cabem em políticas públicas que compreendam as dinâmicas e sejam efetivas para o atendimento das demandas das ocupações.

Com a pandemia de Covid-19, soma-se mais uma camada de despossessão, uma vez que estes territórios já eram marcados por precariedade – não há infraestrutura básica, moradia digna ou acesso a equipamentos públicos e ao trabalho. Assim, ocorre uma perda da noção de direitos associada às complexidades da vida cotidiana.

Estes locais são marcados por indeterminações da vida, visto que há uma constante negociação pelo direito de permanecer no local e existir. Isto é, há camadas sobrepostas de precariedade e despossessão que incidem diretamente na sobrevivência das pessoas e na manutenção do território ocupado.

É o caso do conjunto de ocupações Nova Primavera, 29 de Março, Tiradentes e Dona Cida¹, que se localizam na regional² da Cidade Industrial de Curitiba (CIC). Carneiro (2019) ressalta que os moradores dessas ocupações urbanas não possuem recursos para adquirir uma propriedade por meio de um mercado formal e a ocupação urbana é uma solução temporária de habitação. Com isso, a moradia e a infraestrutura são autoconstruídas em meio a dificuldades técnicas e de pouca disponibilidade de recursos. O autor avalia que os moradores dessa área “sofrem um processo de inclusão precária na sociedade” (CARNEIRO, 2019, p. 125).

Nas ocupações da CIC, observa-se, também, que existe uma resistência diária pelo direito de sobreviver, e dão conta da vida apesar de tudo (doença, controle

¹ Para fins desta dissertação, o termo “ocupações da CIC”, se refere às quatro ocupações: Nova Primavera, 29 de Março, Tiradentes e Dona Cida. Apesar de terem origens distintas, estão adjacentes no território e, nos momentos de enfrentamento e resistência que se pretende analisar nesta dissertação, não é possível distinguir uma da outra.

² Regionais são divisões administrativas de Curitiba que possuem a função de operacionalizar, integrar e controlar atividades descentralizadas do município (CURITIBA, 2021).

do Estado, fome, falta de moradia digna, saneamento e renda *etc.*), ao mesmo tempo em que há culpabilização e responsabilização individual pelas condições precárias.

Carneiro (2019) evidencia essa contradição. Em seu trabalho, o autor buscou compreender as representações sociais dos moradores dessas ocupações, quanto a condições de moradia, às aspirações à habitação, e à forma com a qual as desigualdades impactam no cotidiano. Uma das conclusões observadas foi que os moradores enxergam a moradia como uma responsabilidade individual e não um direito social, além de haver uma culpabilização devido às condições precárias de moradia. Consideram, ainda, que a habitação é digna quando dotada de infraestrutura básica, e possui relações sociais voltadas à solidariedade e ao afeto, (CARNEIRO, 2019).

O histórico das quatro ocupações parece evidenciar que os moradores ocuparam a área com a intenção de reivindicar a moradia enquanto direito social e mantém este imaginário intacto desde quando ocuparam a área. Contudo, em uma análise aprofundada, como mostra Carneiro (2019), nota-se uma situação mais complexa. Há uma ambiguidade, em que ao mesmo tempo há uma conformidade na responsabilização individual e uma resistência ao sobreviver, ao reivindicar melhorias.

Ao analisar este histórico, nota-se que, além das constantes ameaças de remoção, essas ocupações passaram por diversos momentos decisivos nos quais a maior parte é explicitada por protestos: a ocupação do terreno, remoções, um incêndio que destruiu parte da 29 de Março em 2018 e, recentemente, a pandemia de Covid-19. Neste trabalho são destacados estes dois últimos.

Após o incêndio, conforme identificado por Carneiro (2019), diversos grupos mobilizados passaram a colaborar com as ocupações, com o que ocasionaram comoção e indignação entre esses grupos e a mídia local. Nesse sentido, foram organizados atos de solidariedade, manifestações e cobrança do poder público pelo amparo das famílias que perderam sua moradia. Com isso, foram realizadas doações, seja de campanhas de arrecadação, seja no campo por meio da relação com o campo, mediada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Considera-se que analisar estes dois momentos, com a atuação de grupos organizados envolvidos, pode apontar para novas formas de experienciar a cidade. Essas situações, vivenciadas em contexto de conflito, podem indicar práticas contra-hegemônicas, como também, revelar a precarização da vida.

Cabe ressaltar que esses momentos do incêndio e da pandemia exaltam colaboração de diversos grupos mobilizados, mas que não são exclusivas desse período. As frentes de solidariedade partem de redes de movimentos sociais e grupos organizados da sociedade civil (VIEIRA; GHIBAUDI, 2020). Ainda, momentos anteriores, elas já davam suporte às relações de confiança que são presentes frente às emergências cotidianas.

Ao mesmo tempo, os moradores das ocupações da CIC participam de protestos, manifestações que reivindicam moradia digna, infraestrutura, além de se inserirem nas reivindicações de caráter político a nível federal, como apontado pelo Observatório de Conflitos Urbanos, do qual esta pesquisa é parte integrante.

A pesquisa do Observatório parte da premissa de que essas manifestações evidenciam as disputas de interesses ocorridas no território. E esta análise considera que tal pesquisa é uma forma de compreender a cidade na qual se privilegia os sujeitos sociais pouco visíveis ou representados nos espaços oficiais de interlocução/órgãos públicos.

Embora exista uma visão de que o conflito indica o que há de errado na sociedade, compartilha-se de uma visão descrita por Vainer (2007), na qual o conflito constitui dinâmicas que visam o permanente aperfeiçoamento do sistema, ou mesmo sua superação, seja pelas reformas ou pelas revoluções. O conflito é o meio pelo qual os “grupos sociais dominados constituem-se enquanto sujeitos coletivos no espaço público – isto é, enquanto sujeitos políticos” (VAINER, 2007, p. 6), e é inerente à sociedade. Cabe destacar que, para Harvey (2013), as cidades nunca foram locais harmoniosos, em que apenas se desdobram acontecimentos. Os conflitos, portanto, são uma forma de se reivindicar a cidade que se pretende construir.

Por meio de práticas cotidianas, bem como nas práticas dos diversos grupos mobilizados em contextos de conflitos, nota-se insurgências, de modo a indicarem diretrizes para a produção da cidade. Entende-se por insurgências as práticas que são transgressões espaciais, temporais e ativas, além de serem imaginativas e contra hegemônicas (MIRAFTAB, 2009, 2016). Tais práticas contestam condições atuais a fim de produzirem novos espaços e alternativas às dominantes (HOLSTON, 2016). Para Holston (2013), essas práticas insurgem na vida doméstica, na autoconstrução, e na luta pelo direito a uma vida cotidiana na cidade.

Esta dissertação teve os conflitos urbanos como norteadores, uma vez que podem evidenciar práticas e experiências que se aproximam do direito à cidade.

Considerou-se, ainda, que também nascem insurgências cotidianamente no interior do processo de segregação socioespacial (PÁDUA, 2019). Esta pesquisa teve como objetivo analisar em que medida as resistências – enquanto práticas, estratégias, e ações – dos grupos e moradores das ocupações da CIC contribuem para a reprodução da vida e/ou para a promoção do direito à cidade na periferia. E, deste modo, compreender uma relação dialética entre conformismo e resistência nas ocupações.

Todavia, como são essas ações insurgentes? Quais são seus princípios condutores, valores, ideais, imaginários, e como procedem a uma ruptura fundamental com o planejamento como o conhecemos? Ou para criar as bases para se desenvolver um urbanismo humano? Será que todo ato de insurreição constitui uma contribuição progressista a um urbanismo humano?

Nesse sentido, não se pretendeu com esse objetivo julgar a ação dos grupos organizados, mas identificar as inovações, as ações, e as estratégias que sempre estão permeadas pela relação dialética do conformismo e resistência. Ao mesmo tempo, como reforça Tanaka (2017), é preciso conhecer os grupos organizados por meio da história, da memória e das práticas locais.

Objetivou-se, portanto, identificar e estudar as práticas e ações de entidades mobilizadas nas ocupações urbanas em contextos de conflito social, que, pela sua resistência ou organização, se destacaram como insurgências, puderam também permitir a garantia da sobrevivência, a reprodução da vida e/ou do direito a cidade, ao realizar práticas com, contra ou apesar do Estado – utilizando os termos de Souza (2015).

A ideia inicial da dissertação era realizar visitas semanais às ocupações da CIC com a finalidade de compreender as demandas das coordenações das associações de moradores. Buscava-se elaborar os objetivos a partir da vivência em campo. Entretanto, com a pandemia de Covid-19, o método da pesquisa precisou ser modificado, constituindo uma limitação do trabalho.

Por meio de entrevistas, buscou-se compreender as permanências e os avanços na relação das ocupações com grupos mobilizados e organizados da sociedade civil, e em que medida as ações desses grupos produzem insurgências na vida cotidiana que poderiam apontar ao rumo do direito à cidade, entendido como uma disputa por uma cidade que se pretende construir. Devido às limitações de distanciamento social, foram entrevistadas entidades de modo remoto, e realizadas poucas visitas às ocupações da CIC.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Analisar em que medida as resistências – enquanto práticas, estratégias, e ação de moradores das ocupações da CIC e de entidades externas que atuam no local – contribuem para a reprodução da vida e/ou para a promoção do direito à cidade na periferia.

1.1.2 Objetivos específicos

- Compreender a produção desigual do espaço urbano de Curitiba, em especial na porção sul, e como essa precarização fragiliza a noção de direitos dos moradores na periferia;
- Realizar a revisão teórica do direito à cidade e de ações coletivas mobilizadas em conflitos;
- Identificar entidades e suas formas de relação com as ocupações da CIC, nos momentos críticos – de reconstrução após o incêndio e durante a pandemia de Covid-19;
- Entrevistar representantes das entidades e analisar os vínculos sociais estabelecidos entre a ocupação e as entidades externas, em especial nos dois momentos críticos.

1.2 HIPÓTESE

As práticas e estratégias de enfrentamento adotadas por moradores e entidades externas na periferia em emergências, somadas às contradições vividas pelos moradores das ocupações urbanas, apontam uma relação que flutua entre conformismo e resistência, na medida que se conformam com situações de precariedade, mas também resistem cotidianamente e são presença ativa na transformação e na produção do lugar.

1.3 JUSTIFICATIVA

A motivação da pesquisa partiu do contato da pesquisadora com os moradores que vivem em áreas de ocupações urbanas em Curitiba e Região Metropolitana. Através do trabalho voluntário na organização não governamental (ONG) TETO, e a da aproximação com os assentamentos precários em contatos pontuais desde 2015 e com trabalhos de gestão na ONG em 2018 e 2019.

Os contatos pontuais se deram na substituição e na construção de casas em favelas, levantamentos socioeconômicos e mapeamento em Curitiba, Região Metropolitana, Campos Gerais e Litoral Paranaense. Os trabalhos de gestão ocorreram por meio da coordenação de Desenvolvimento do Habitat da TETO, posteriormente unificada com a área de Gestão Comunitária. Neste caso, em conjunto com outros voluntários, foi possível verificar com maior proximidade a atuação da ONG em favelas de Curitiba, Colombo, São José dos Pinhais e Araucária. Durante tais trabalhos voluntários, observou-se, em campo, que estes locais explicitam as contradições sobre o modo de organização dos que ali habitam e lutam pela sobrevivência e pela vida.

Além disso, a formação em Arquitetura e Urbanismo, em uma Universidade Pública, proporcionou um debate amplo acerca da precariedade habitacional, das desigualdades nas cidades brasileiras e do modo de vida nas periferias. Pensar as cidades passa a fazer sentido quando se visa à equidade e à justiça social, não se limitando a ações fragmentadas e grandes planos e projetos de “enobrecimento”.

Outro ponto de grande influência para este trabalho foi a participação no Observatório de Conflitos Urbanos de Curitiba, através do Laboratório de Urbanismo e Paisagismo (LUPA) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) durante o mestrado. O objetivo do LUPA é registrar, sistematizar, classificar e prover informações sobre lutas urbanas, movimentos sociais e as múltiplas e diversas manifestações da conflitualidade da cidade por meio de uma base de dados georreferenciados, recolhidos em Curitiba e Região Metropolitana.

A equipe faz levantamento e catalogação dos protestos, bem como análise crítica e discussão a respeito do conflito urbano. Além disso, constroem uma ferramenta de leitura do território, com a dinâmica social, espacial e econômica, utilizando o espaço urbano para expressão das manifestações, dos descontentamentos, das reivindicações que explicitam o caráter político dos conflitos.

Como contribuição ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública, o tema pesquisado pretende contribuir com as pesquisas que re-

fletem sobre a desigualdade socioespacial, com foco no município de Curitiba. Possui aderência à linha de pesquisa de Planejamento e Políticas Públicas ao realizar uma interface entre as ocupações urbanas e o planejamento urbano, enfocada em um processo *bottom up* – que ocorre de baixo para cima, a partir dos sujeitos da sociedade civil. Por fim, a pesquisadora ainda faz parte do grupo de pesquisa Cidades, Planejamento e Gestão, do CNPQ.

Como contribuição para a sociedade, a pesquisa apresenta uma discussão das práticas insurgentes e das ações em contexto de conflito social que se aproximam do conceito do direito à cidade, e como ele acontece na vida cotidiana dos moradores de periferias. Acredita-se que investigações desse tipo colocam as pessoas em situação de vulnerabilidade como atores sociais importantes na produção do espaço. E vão além: implicam na necessidade de um modelo de políticas sociais e urbanas em Curitiba que visem amenizar os efeitos negativos da produção desigual do espaço.

1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A estrutura da dissertação, que segue nos próximos capítulos, foi elaborada conforme os objetivos apresentados anteriormente, e encontra-se resumida no Quadro 1.

Quadro 1 - Estrutura da Dissertação

#	Capítulo	Objetivos específicos
2	Indeterminação da vida na periferia	Compreender a produção desigual do espaço urbano de Curitiba, em especial na porção sul, e como essa precarização fragiliza a noção de direitos dos moradores na periferia
2.1	Periferização em Curitiba e a produção da CIC	
2.1.1	Caracterização: Nova Primavera, 29 de Março, Tiradentes e Dona Cida.	
2.3	O Estado e a periferia: noção e percepção dos direitos sociais	
2.4	Síntese do capítulo	
3	O direito à cidade e as ações em contexto de conflito	Realizar a revisão teórica do direito à cidade, e de ações coletivas mobilizadas em conflitos
3.1	O direito à cidade enquanto resistência	
3.2	Os conflitos e práticas insurgentes	
3.3	Síntese do capítulo	
4	Entidades e grupos mobilizados nas ocupações da CIC	Identificar entidades e as formas de relação com as ocupações da CIC,

4.1	Manifestações e agentes envolvidos	nos momentos críticos – de reconstrução após incêndio e pandemia de Covid-19
4.2	29 Resiste: Reconstrução após o incêndio	
4.3	Solidariedade no momento de pandemia de Covid-19	
4.4	Grupos mobilizados nas ocupações	
5	Metodologia	-
5.1	Entrevistas e questionários	-
5.2	Análise dos questionários	-
6	Análise das entrevistas	Entrevistar representantes das entidades e analisar os vínculos sociais estabelecidos, em especial nos dois momentos críticos.
6.1	Olhar local: as coordenações das ocupações da CIC	
6.2	Entidades externas às ocupações da CIC	
6.3	Síntese das entrevistas: entre o conformismo e a resistência	
7	Considerações finais	-

Fonte: A autora (2020).

1.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta sessão apresenta os procedimentos metodológicos gerais da pesquisa e a construção da fundamentação teórica. No capítulo 5, explicita-se a metodologia para a coleta e a análise de dados.

Esta pesquisa se baseia em uma abordagem qualitativa para a compreensão de um grupo social. Essa abordagem busca entender aspectos que não são quantificados, focando na compreensão das dinâmicas sociais (SILVEIRA; CORDOVA, 2009). Conforme Minayo (2009), a pesquisa qualitativa trabalha, entre outros, com o universo das atitudes e valores. Contempla, ainda, as relações, as representações e a intencionalidade dos sujeitos.

O procedimento técnico é classificado como um estudo de caso. Ele contribui para a compreensão de fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos (YIN, 2001). Delimita-se, portanto, ao estudo das ocupações urbanas Nova Primavera, 29 de Março, Tiradentes e Dona Cida, localizados na regional CIC. Para Yin (2001), o estudo de caso investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto. Nesta pesquisa, considera-se indissociável o contexto do fenômeno.

A pesquisa também utiliza a documentação indireta (pesquisa bibliográfica e documental) e a observação direta intensiva. A pesquisa bibliográfica é desenvolvida

a partir de trabalhos já elaborados (GIL, 2002), como dissertações, teses, livros e artigos científicos que se aproximam do tema, em especial, que abordem a área estudada; reportagens de jornal (imprensa escrita) e material cartográfico.

Também se considera os dados levantados pelo Observatório de Conflitos Urbanos de Curitiba, que inclui publicações de artigos e catalogação de notícias de jornal através do MapCon. São registrados, mês a mês, os protestos e conflitos através de jornais de grande circulação em Curitiba, e há um esforço de interpretação dos dados levantados (FARIA; POLLI; FRÓES; SOUZA, 2017).

Entretanto, considera-se que muitos conflitos não são evidenciados pela mídia, e/ou não abordam a sua totalidade. Assim, para complementação e aprofundamento, foi realizada uma busca em meios de divulgação da própria ocupação e movimento social (MPM), e publicação de artigos científicos.

A pesquisa documental, por sua vez, tem como base documentos que não receberam um tratamento analítico ou cuja análise pode ser reelaborada de acordo com os objetivos da pesquisa (GIL, 2002). Nesse sentido, são utilizados documentos oficiais, como atas de reuniões e de audiências e fotografias.

Para a fundamentação teórica, foram estipulados autores como base, conforme apresentados no Quadro 2.

Quadro 2 – Objetivos específicos para fundamentação teórica

Objetivo	Principais autores	Conceitos
Compreender a produção desigual do espaço urbano de Curitiba, em especial na porção sul, e como essa precarização fragiliza a noção de direitos dos moradores na periferia.	Telles (1998, 1999, 2007, 2010, 2015)	Direitos sociais Indeterminação da vida
	Harvey (2014)	Direito à Cidade
Realizar a revisão teórica do direito à cidade e de ações coletivas mobilizadas em conflitos.	Lefebvre (2008, 2016, 2019)	Direito à Cidade
	Oliveira (2018)	Direito à Cidade
	Marilena Chauí (2014)	Conformismo e Resistência
	Marcelo Lopes de Souza (2010; 2015)	Ações em contexto de conflito: Ação Direta e Luta Institucional
	Miraftab (2009, 2016)	Práticas Insurgentes
	Tanaka (2017)	Planejamento em situação de conflito social

Fonte: A autora (2020)

2 INDETERMINAÇÃO DA VIDA NA PERIFERIA

Este capítulo visa compreender a produção desigual do espaço urbano em Curitiba, bem como discutir como a precarização e a indeterminação da vida fragilizam a noção dos direitos sociais.

Entende-se *indeterminação da vida* como a ocorrência de uma destituição de direitos que incide diretamente nos sujeitos. Para além de inseguranças em relação ao presente e ao futuro, considera-se que a indeterminação perpassa a periferia de modo que fragiliza o que se entende como sendo um direito social.

Para discutir essas questões, o capítulo é dividido em duas seções. A primeira apresenta a configuração da periferia em Curitiba, destacando o bairro CIC, que foi inicialmente planejado para ser o distrito industrial do município, com previsão de habitação de interesse social para a mão de obra.

Entretanto, muitas terras se tornaram ociosas, e essas áreas foram sendo ocupadas ao longo dos anos. A demanda populacional não significou aumento de infraestrutura e ligação ao centro da cidade. Pelo contrário, nota-se um reforço de uma produção desigual e de periferização. É o caso das ocupações da CIC, que são apresentadas em sequência.

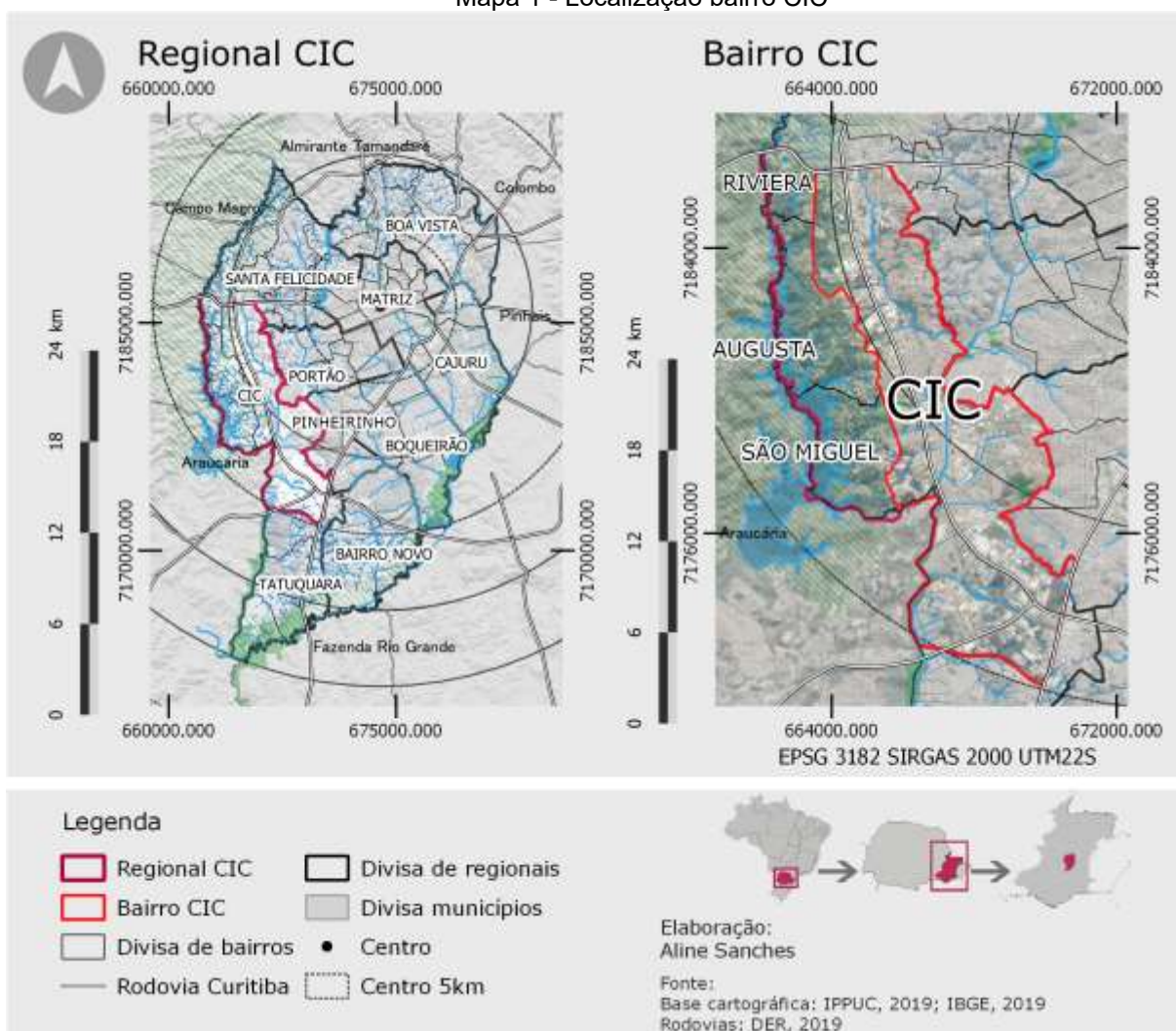
A segunda seção discute a teoria relacionada ao Estado e a periferia e como a precarização perpassa esses locais de modo que influi diretamente no que se entende por direitos sociais. Nesses locais, é possível ver uma relação dialética entre conformismo e resistência. Ao passo que há uma fragilização da noção e da percepção dos direitos sociais, há uma luta constante por sobrevivência e pela vida.

2.1 PERIFERIZAÇÃO EM CURITIBA E A PRODUÇÃO DA CIC

O bairro Cidade Industrial de Curitiba (CIC) foi criado em 1973 na porção oeste do município. Em 2005, com a criação das regionais, passou a integrar a Regional CIC, junto com os bairros Riviera, São Miguel e Augusta.

O Mapa 1 indica a localização da regional e do bairro CIC, na porção oeste do município. A regional corresponde a 14,59% da extensão territorial de Curitiba, apenas o bairro CIC representa 10,19%, sendo o maior bairro do município (IPPUC, 2015). O bairro se distancia aproximadamente 10 quilômetros do marco zero de Curitiba.

Mapa 1 - Localização bairro CIC



Fonte: A autora (2020), com base em IPPUC (2019), IBGE (2019) e DER (2019).

O objetivo de criação do bairro era a consolidação de um distrito industrial integrado à cidade. Visava-se, além disso, à ocupação habitacional entre o núcleo urbano existente e a CIC (porção conhecida atualmente como eixo estrutural oeste), assim, a moradia estaria disponível para a mão de obra atraída pela industrialização. A criação da CIC representou a oportunidade tanto para receber novas indústrias quanto para propiciar uma nova localização às existentes (POLUCHA, 2009).

Conforme Lima (2009), nos limites do bairro CIC, passou a morar uma população que não estava prevista nos planos, de modo a subverter a proposta inicial de planejamento. Essa presença não causou alterações no planejamento industrial do local de modo que fosse compatível com as demandas.

São pessoas que atualmente residem em vilas resultantes de movimentos de ocupações de áreas ociosas que ocorreram a partir dos primeiros anos

de implantação da Cidade Industrial de Curitiba e também de empreendimentos da COHAB-CT Companhia de Habitação de Curitiba que, previda pelo precedente criado pelo movimento popular, assumiu o bairro CIC como alternativa para localização de programas de habitação de interesse social (LIMA, 2009, p. 14).

O primeiro conjunto habitacional produzido pela Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB-CT), Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, foi inaugurado na CIC em 1966, com 2.100 casas, com aproximadamente 11 mil pessoas, como parte da política de erradicação e remoção de favelas (COHAB-CT, 2006). O local era completamente descolado da malha urbana neste período, cerca de 10 quilômetros do marco zero do município, além de carregar um estigma de “reduto de marginais e desocupados”, que agravava a situação de isolamento (LIMA, 2009, p. 121–122).

Mapa 2 - Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais

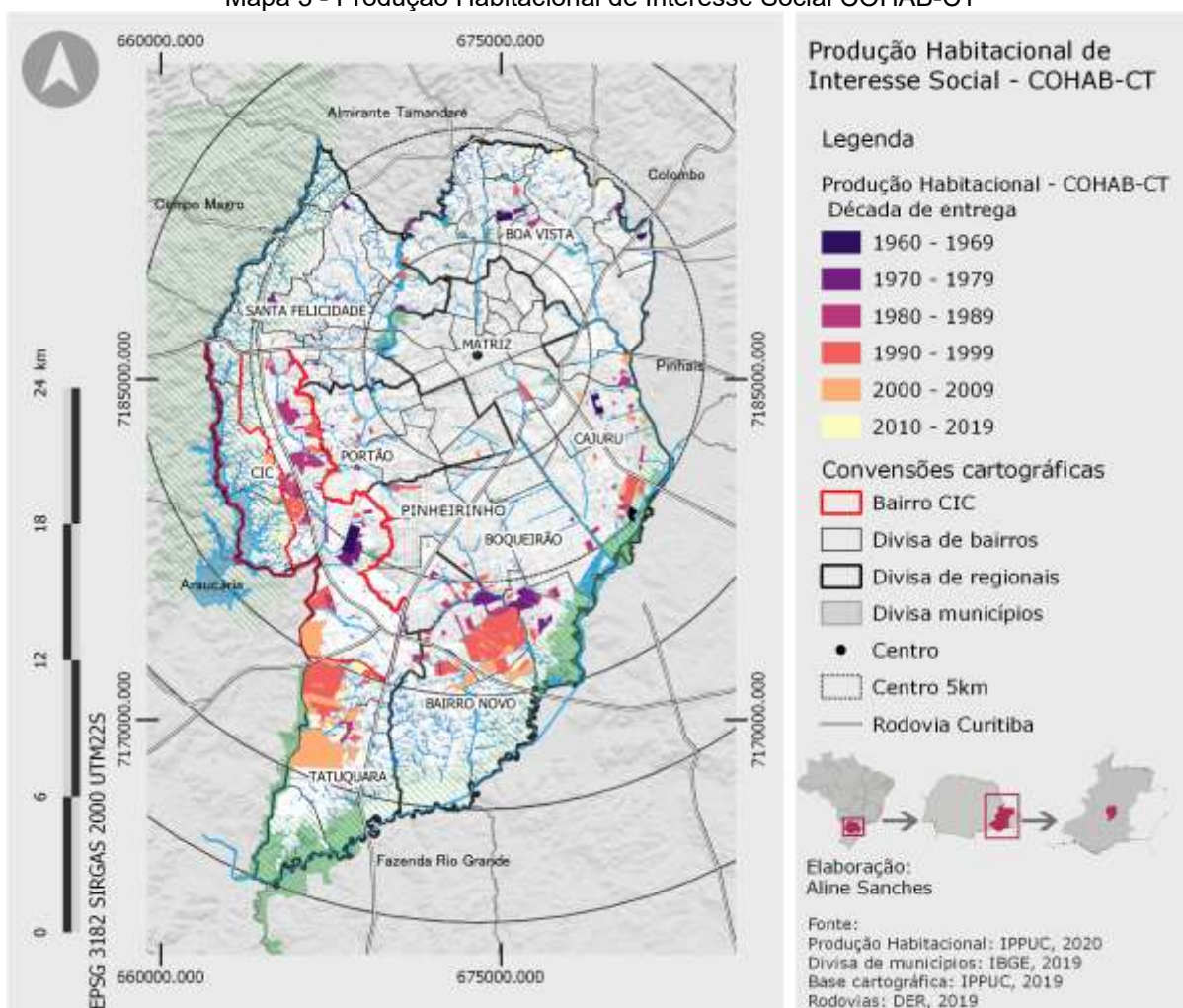


Fonte: A autora (2020), com base em Martins (2016), IPPUC (2019), IBGE (2019) e DER (2019).

Cabe destacar que ainda não havia grandes indústrias nessa região no período. Lima (2009) aponta que a multinacional Siemens, inaugurada em 1975, foi uma das primeiras a se instalar, e escolheu a localização perto da vila pela proximidade da mão de obra. Nesse ano, a região contava com 17 empresas instaladas no bairro (LIMA, 2009).

No Mapa 3 é possível ver que a produção da COHAB-CT se concentrou na CIC e na porção sul do município. Foi contabilizada, na produção, a entrega de casas, apartamentos e lotes urbanizados, totalizando 798³ entregas, desde a década de 1960 até 2015.

Mapa 3 - Produção Habitacional de Interesse Social COHAB-CT



Fonte: A autora (2020), com base em IPPUC (2019, 2020), IBGE (2019) e DER (2019).

Essa produção está concentrada em 44, dos 75 bairros de Curitiba. Conforme já se apontou, a maior parte das entregas está no bairro CIC (186 – 23,31%), seguido do Sítio Cercado (157 – 19,67%) e Tatuquara (57 – 7,14%). Considerando as unidades, a proporção se mantém, das 120.505 unidades entregues, a maioria está no CIC (29.877 – 24,78%), seguido do Sítio Cercado (21.772 – 18,07%) e do Tatuquara (12.714 – 10,55%).

³ Nos dados enviados pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento de Curitiba (IPPUC), são descritas 800 entregas, das quais duas não possuem informações. Desta forma, considerou-se o total de 798 entregas. Quando foi entregue por partes, foram contabilizadas cada divisão.

O Quadro 3 apresenta o número de unidades entregues pela COHAB-CT, divididas por período, destacando o bairro com maior número de unidades e no CIC. Nota-se que, mesmo quando o CIC não é o bairro com maior número de unidades, ainda há um número relevante proporcionalmente.

Quadro 3 - Produção Habitacional da COHAB por período

Período	Bairro com maior número de unidades	Unidades entregues no CIC	Total de unidades
1967 - 1969	CIC (2.100)		3.933
1970 - 1979	Alto Boqueirão (2.861)	2.220	11.610
1980 - 1989	CIC (10.074)		21.980
1990 - 1999	Sítio Cercado (12.050)	9.592	39.594
2000 - 2010	Campo de Santana (7.783)	4.976	31.710
2010 - 2015	Ganchinho (2.796)	915	11.678
Total	CIC (29.877)	-	120.505

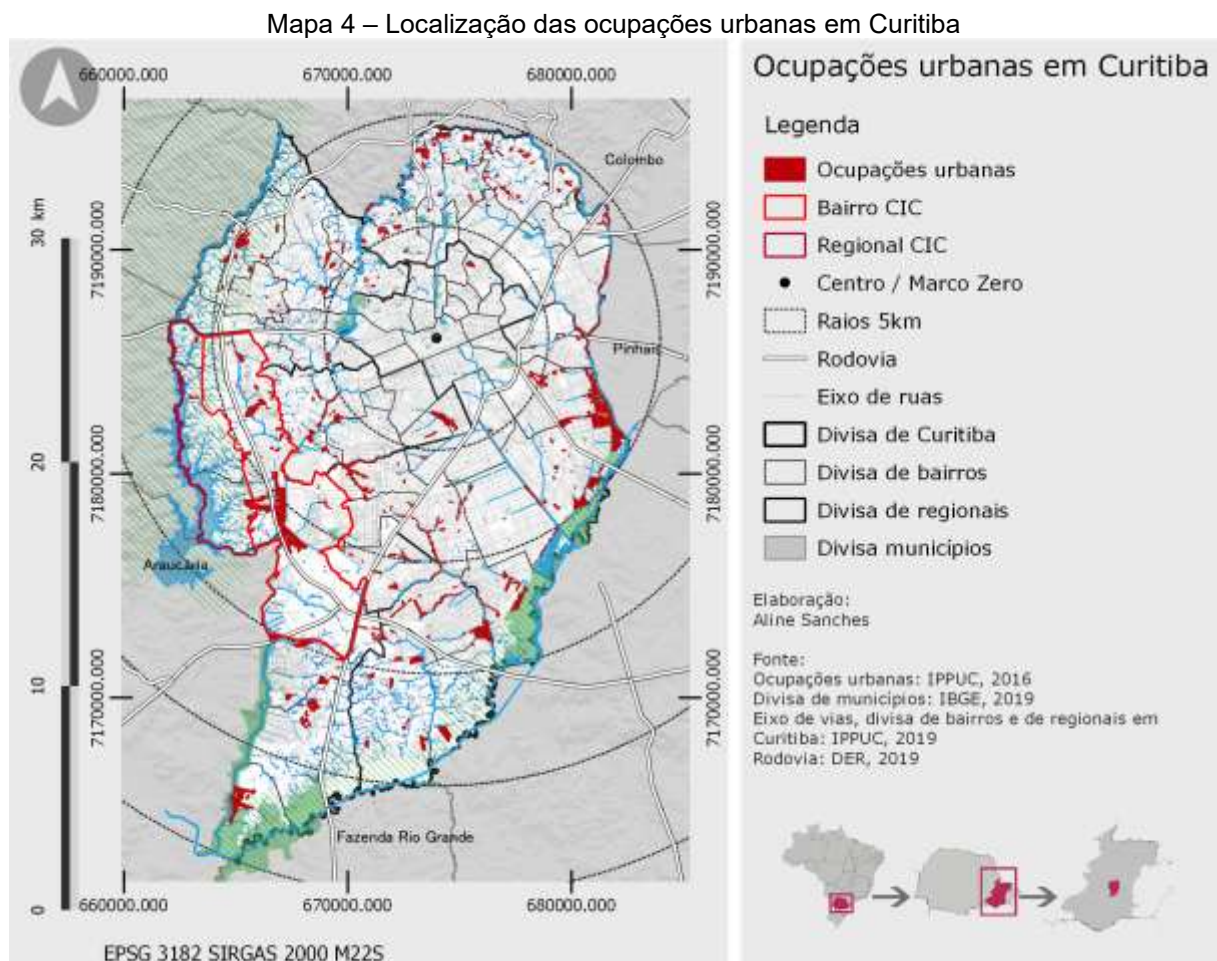
Fonte: A autora (2020), com base em IPPUC (2015).

Embora tenha sido produzido este número de unidades habitacionais no CIC, seja casa, apartamento ou lote urbanizado, o número de ocupações urbanas⁴ também cresceu substancialmente em todo o período. Em 1970, o IPPUC não identificou nenhuma área de ocupação na região que seria a CIC. Dez anos depois, foram identificados 824 domicílios, 8,50% de todo o bairro. Em 1991, este número aumentou para 10.880, representando 38%. Em 2000, havia 11.698 domicílios, 26,65% (POLUCHA, 2010). Essa relação indica não só o crescimento de uma área ocupada, mas também a precariedade em se obter a moradia em vias informais.

Para Polucha (2010), um dos fatores que contribuiu para a ocupação desse bairro foi a grande área de terra ociosa, bem como a proximidade com as indústrias. Houve a desapropriação de diversos terrenos na região para a implantação de indústrias, entretanto, como reflexo da retração econômica da década de 1980, houve um menor ritmo de implantação e ocupação industrial. No mesmo sentido, Lima (2009, p. 119) aponta que essas áreas ociosas tornaram-se “atraentes para as pessoas que necessitavam de moradia e que começavam a se organizar para buscar soluções próprias, em face da insuficiência da política pública de habitação”.

⁴ Apesar do Instituto de Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) denominar como ocupação irregular (IPPUC, 2016), optou-se por nomear tais locais como ocupações urbanas, uma vez que esta dissertação coloca a centralidade nos moradores desses locais e suas relações sociais, assim compreendendo que a irregularidade está na precariedade e na ausência de moradia digna.

No Mapa 4, apresenta-se a localização das ocupações urbanas em Curitiba, atualizada em 2016 pelo IPPUC. É possível notar que essas áreas tendem aos limites do município, em especial na porção sul e no bairro CIC.



Fonte: A autora (2020), com base em IPPUC (2016; 2019), IBGE (2019).

Com base no levantamento disponibilizado pelo IPPUC (2015), em 2005, Curitiba possuía 341⁵ ocupações, com 62.267 domicílios, representando 9,8% do total de domicílios do município. Nesse ano, havia 239.728 pessoas habitando as ocupações, representando 13,68% do total da população de Curitiba. O CIC é o bairro com maior número de ocupações (54, 15,83% do total de Curitiba, em 2005).

Com a atualização dos dados de 2016 (IPPUC, 2020), o número de ocupações em Curitiba subiu para 376 – 10,26% a mais em 11 anos. O CIC permanece como o bairro com o maior número de ocupações, 56, representando 14,89% do total do município neste ano.

⁵ Embora o documento do IPPUC (2015) apresente 341 ocupações no ano de 2005, a somatória dos bairros é de 338.

No Quadro 5, é possível ver o número de ocupações em 2005 e em 2016 dos bairros que apresentaram maior número nesses anos. A relação de todos os bairros está no Apêndice A.

Quadro 4 - Domicílios em espaços de ocupações urbanas

Bairro	Número de ocupações em 2005	% de ocupações em 2005	Número de ocupações em 2016	% de ocupações em 2016	Diferença entre 2005 e 2016
Curitiba	341	100,00%	376	100,00%	10,26%
Cajuru	18	5,28%	22	5,85%	22,22%
CIC	54	15,84%	56	14,89%	3,70%
Santa Cândida	25	7,33%	24	6,38%	- 4,00%

Fonte: IPPUC (2015; 2016; 2020)

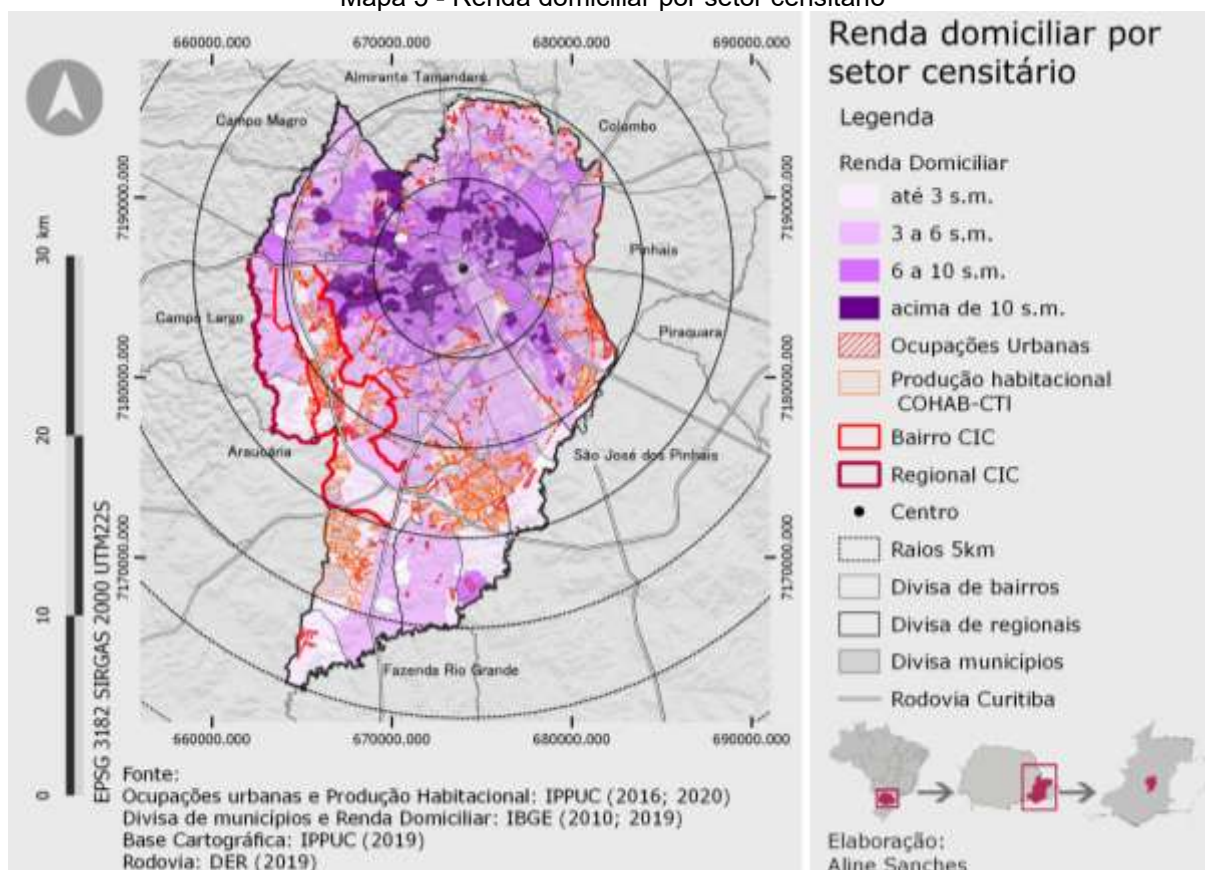
Assim como a produção habitacional da COHAB-CT ocupa regiões periféricas, as ocupações urbanas e a população de menor renda também, enquanto rendas maiores se concentram na região central e norte. Em 2005, 57,48% dos residentes em assentamentos informais possuíam renda de até três salários mínimos, sendo que a maioria possuía até dois. Complementa-se as camadas de precariedade quando verifica-se que 4,36% não possuíam renda, e 27,88% possuíam trabalhos informais (SILVA, 2012).

O Mapa 5 apresenta a localização das ocupações e a divisão por setor censitário de renda domiciliar. A região de maior renda é onde se concentra uma rede maior de infraestrutura. O mapa mostra a reprodução de um padrão periférico que evidencia uma diferenciação entre os espaços centrais e periféricos.

Isto é fruto de um processo que valorizou as áreas e eixos estruturados da cidade, mais concentrados no centro-norte, expulsando a população pobre para os municípios limítrofes e áreas impróprias para moradia após a década de 1990, conforme analisado por Silva (2012, p. 141):

O maior número de assentamentos informais concentra-se nos limites do território municipal. No oeste, localizam-se nas sub-bacias dos rios Barigui e Passaúna, que se limitam com Almirante Tamandaré, Campo Magro, Campo Largo, Araucária e Fazenda Rio Grande. A maioria dos situados no leste assenta-se sobre a sub-bacia do Rio Atuba-Bacacheri, que se limita com Colombo, Pinhais e São José dos Pinhais. Tendo como referência os bairros de Curitiba, o maior número de domicílios em espaços informais de moradia está situado no CIC e no Cajuru, localizados nas sub-bacias supracitadas.

Mapa 5 - Renda domiciliar por setor censitário



Fonte: A autora (2020), com base em IPPUC (2016; 2019; 2020), IBGE (2019).

Cabe reforçar que as ocupações não estão inertes aos acontecimentos do planejamento urbano, nem à disputa pela cidade das elites: também apresentam protagonismo e colaboram com a produção da cidade. As ocupações, nesse aspecto, possuem a capacidade de modificar as dinâmicas do local.

Em contraponto às políticas tecnocráticas, Tonella (2018) analisa que o movimento popular em Curitiba se manifestou em relação às modificações urbanísticas desde 1960, variando sua intensidade de mobilização ao longo do tempo.

Na década de 1970 moradores dos loteamentos clandestinos começaram a lutar pela regulamentação de seus terrenos. Os movimentos se pautavam na reivindicação pela posse da terra, moradia, luz, água e saneamento. No final desta década, iniciaram-se as primeiras associações de moradores em Curitiba (TONELLA, 2018).

Na década seguinte, em 1980, houve um passo importante para a organização dos moradores. As primeiras associações passaram a realizar uma luta conjunta. Assim, no mesmo ano, elas organizaram o I Encontro de Bairros e Favelas de Curitiba, com 35 associações de moradores presentes. Três anos depois, o segundo

encontro contava com 79, gerando uma pauta de reivindicações entregue ao Estado (POLLI; GUSSO, 2013; TONELLA, 2018).

Em 1988, com a iniciativa de múltiplos atores, houve um movimento para as primeiras ocupações de terra organizadas em Curitiba. A primeira ocorreu em 1988, na área denominada Xapinhal, e, no final do ano seguinte, já havia aproximadamente 180 ocupações em terrenos particulares, e 40 em privados, somando cerca de 10 mil famílias acampadas. Os primeiros resultados da luta por moradia ocorreram após a intensificação das manifestações, através de obtenção de lotes, que ocorreu no bairro Sítio Cercado (TONELLA, 2018).

O movimento popular por moradia de Curitiba começou a se organizar no período de reorganização democrática. Diferentemente do período autoritário, os espaços de negociação e mediadores de conflitos eram diversificados. Além disso, havia agentes sociais e políticos de múltiplas inserções, como os partidos políticos e os membros da igreja católica (TONELLA, 2018).

Contudo, no processo de redemocratização se constituiu a reforma partidária. Nesse aspecto, muitos atores sociais declaravam suas posições, refletindo no movimento popular e numa fragmentação interna nas lutas. “As associações de moradores foram divididas entre os pró-PMDB e os pró-PT” (POLLI; GUSSO, 2013, p. 7).

A década de 1990 é marcada pela fragmentação e desarticulação de movimentos sociais. Surgem articulações com movimentos nacionais ou de outros estados, através da articulação de lideranças, e discordâncias entre grupos locais (POLLI; GUSSO, 2013). Tal situação demonstra

os desafios de uma organização local, da dificuldade de mobilização de base e de articulação com demais entidades ou movimentos sociais, mesmo os que possuem uma mesma bandeira de luta (POLLI; GUSSO, 2013, p. 10).

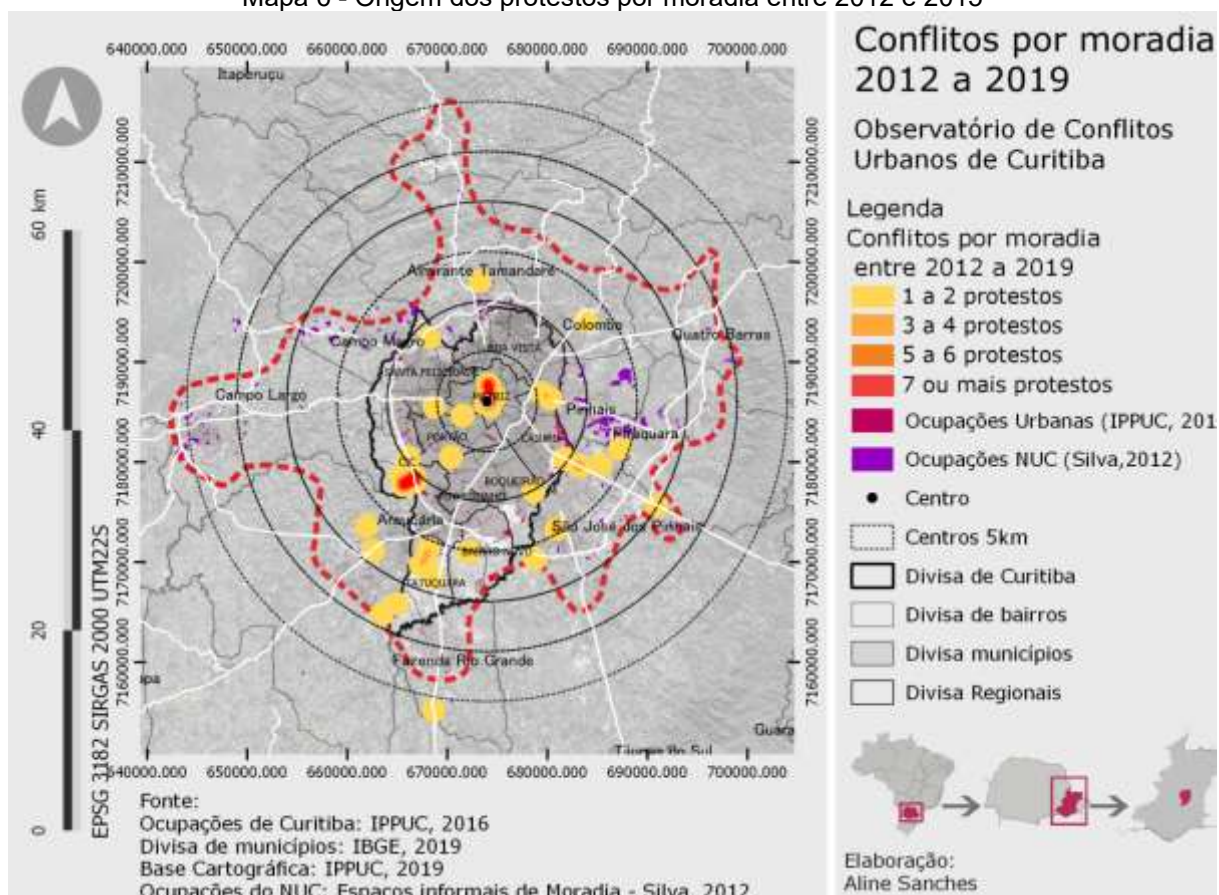
Muitas ações ocorridas a partir dos anos 2000 são organizadas a nível nacional. Entra no espaço político o Ministério das Cidades, a fim de centralizar as questões do planejamento urbano. Algumas delas eram relacionadas aos movimentos sociais, como a criação do Programa de Habitação de Interesse Social – Ação de Apoio à Produção Social da Moradia (POLLI; GUSSO, 2013) ou, ainda, o Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades.

Entretanto, as ações de mobilização por moradia em Curitiba são concentradas em momentos específicos, normalmente seguindo um cronograma nacional de lutas. Para Polli e Gusso (2013), essa situação representa a fragilidade de estruturas para a produção de ações coletivas.

Por meio dos conflitos urbanos que se instauram no território, é possível obter uma leitura da cidade. A partir do levantamento realizado pelo Observatório de Conflitos Urbanos de Curitiba (Mapa 6), analisam-se os protestos por moradia na metrópole de Curitiba, no período de 2012 a 2019. Verifica-se que as maiores incidências ocorrem na região central, especialmente nos bairros Centro Cívico e Centro, e no bairro Cidade Industrial de Curitiba (CIC). Sendo que a localização do primeiro pode ser explicada pela proximidade com sedes do Estado, como a prefeitura, e de praças que têm histórico de grandes manifestações, como a Praça Santos Andrade.

Na regional CIC, assim como colocado por Faria, Polli, Fróes e Souza (2017), destacam-se as ocupações Nova Primavera, 29 de Março, Tiradentes e Dona Cida. Houve 5 protestos na área das ocupações, além de outros 2 na BR 376, próxima ao local. Também há registro de manifestações dessas ocupações na região central, próximas a COHAB, Prefeitura e Caixa Econômica Federal.

Mapa 6 - Origem dos protestos por moradia entre 2012 e 2015



Embora o CIC tenha sido planejado para concentrar as indústrias de Curitiba, ao longo do tempo o local foi se modificando. Atualmente, o bairro concentra parte significativa da produção habitacional da COHAB-CT e das ocupações urbanas. É uma área que demanda infraestrutura e está distante dos serviços do centro. Nesse sentido, a rodovia, que corta o bairro se torna uma divisão do que seria a cidade e uma não cidade na visão dos moradores das ocupações da CIC (CARNEIRO, 2019).

A demanda vivenciada pela população, em especial das ocupações urbanas, não significou um atendimento pelas políticas públicas. Diferentemente deste ideal, houve, e ainda há, uma produção desigual do espaço – como é o caso das ocupações da CIC, que são tratadas na seção seguinte.

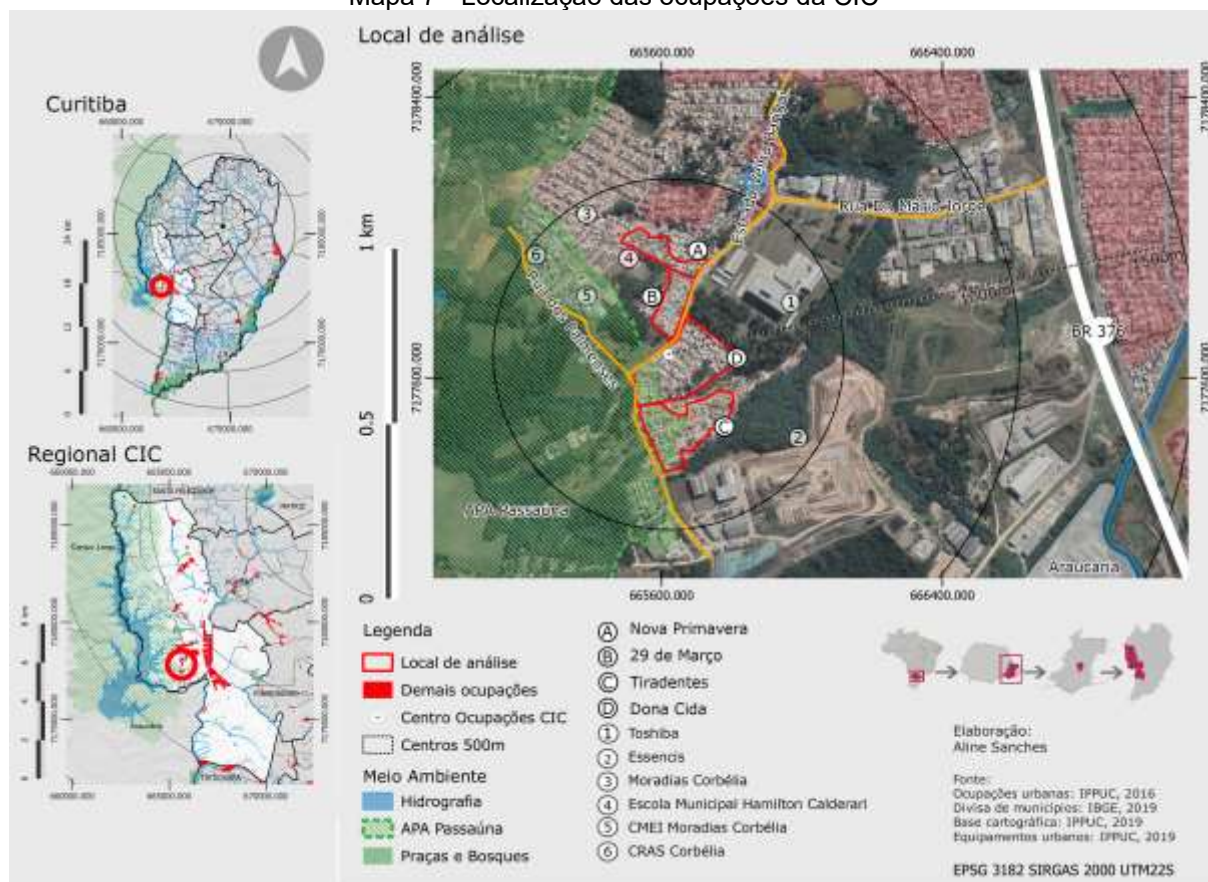
2.1.1 Caracterização: Nova Primavera, 29 de Março, Tiradentes e Dona Cida

As quatro ocupações ocorrem de maneira contígua no terreno, e recebem diferentes nomeações devido à época de ocupação (LIMA, 2019). Há diversas no-

menclaturas dadas à área inteira, como Vila Sabará ou Vila Corbéia, no entanto, os moradores as identificam pelo nome de cada uma (CARNEIRO, 2019).

Apesar da proximidade, as duas primeiras estão no bairro São Miguel, e as duas últimas no bairro CIC. Como ponto de referência, há a Estrada Velha Barigui, que marca a divisa entre os bairros, conforme mostrado no Mapa 7.

Mapa 7 - Localização das ocupações da CIC



Fonte: A autora (2020), adaptado de IPPUC (2016;2019), IBGE (2019).

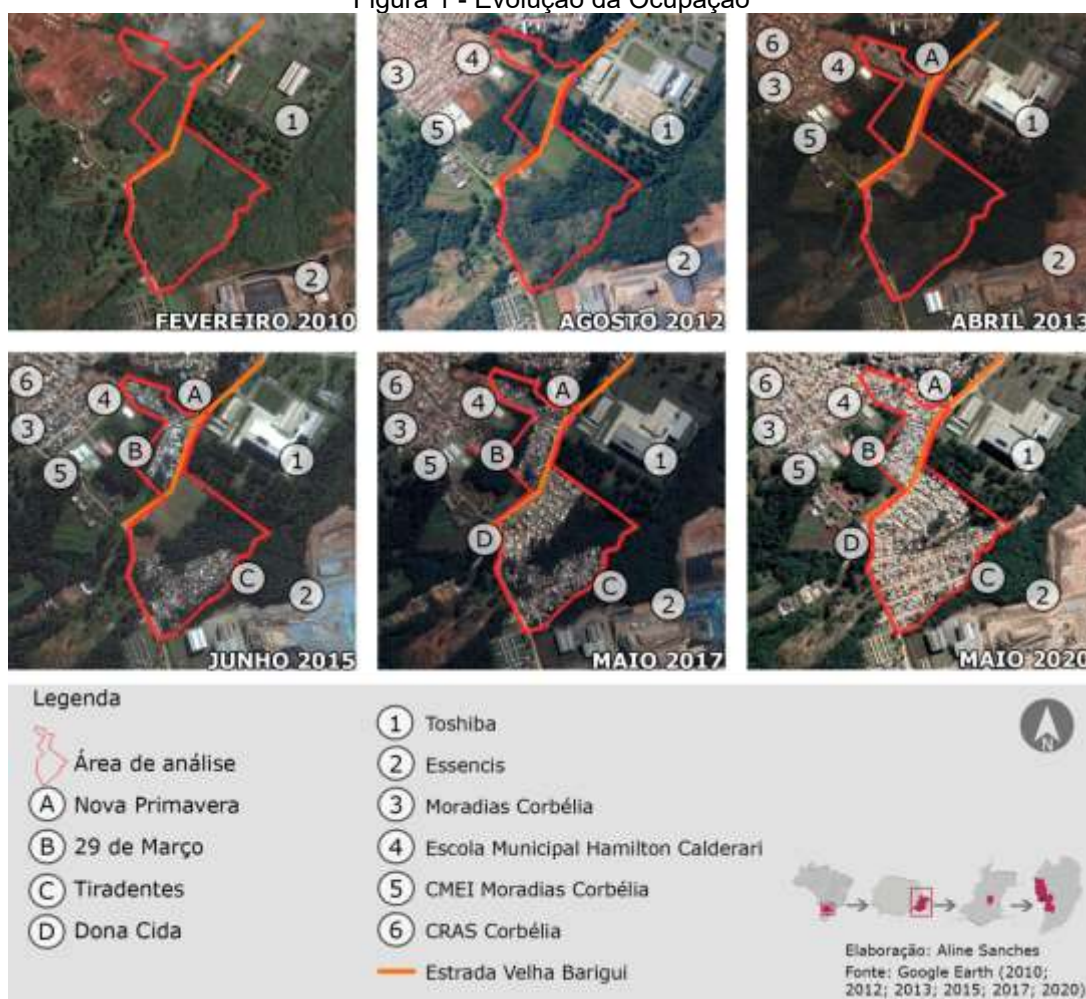
A ocupação da Nova Primavera se iniciou com 100 famílias (HOLANDA; POLLI, 2019) em setembro de 2012. Entretanto, as articulações de moradores se iniciaram cerca um ano antes, com reuniões para as quais o movimento convidou moradores da CIC e do Uberaba a reivindicarem o direito à moradia (ORLANDINI, 2016). No primeiro mês, a ocupação já possuía 400 famílias (HOLANDA; POLLI, 2019).

No início das ocupações, houve levantamentos e estudos prévios nas áreas (VOLOCHKO, 2016). Ocupou-se uma região com pouca valorização, entre indústrias e galpões, após a reunião de informações em cartórios, secretarias e prefeitura sobre a situação fiscal dos terrenos, visando a uma “posterior negociação com o poder

público” (VOLOCHKO, 2016, p. 47). O local pertencia a uma empresa particular, a construtora Damiani Soluções de Engenharia, a qual, ainda em 2012, solicitou a reintegração de posse, que foi negada em favor dos moradores (HOLANDA; POLLI, 2019).

Em 2015, houve a ocupação da 29 de Março em março, e da Tiradentes em abril. No ano seguinte, houve a ocupação da Dona Cida em setembro. A Figura 1 mostra a evolução das ocupações da CIC e seu entorno imediato.

Figura 1 - Evolução da Ocupação



Fonte: A autora (2020), com base em Google Earth (2010; 2012; 2013; 2015; 2017; 2020).

Em 2010, a Toshiba (1) havia recém comprado a área próxima às ocupações, e já existia a atuação do aterro sanitário da empresa Essencis Soluções Ambientais (2). Em seguida, foram construídas as moradias Corbélia (3).

Entre 2012 e 2013 passaram a funcionar a Escola Municipal Hamilton Calderari (4), Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Moradias Corbélia (5) e o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Corbélia (6). Neste período nota-se

a expansão da fábrica da Toshiba (1) e da Essencis (2), além da ocupação Nova Primavera (A).

A partir da imagem de 2015 é possível notar uma continuidade de expansão do entorno das ocupações, bem como a ocupação da 29 de Março (B) e da Tiradentes (C), ocupadas em 2015. A área da Dona Cida (D) foi ocupada em 2016, sendo possível notar sua consolidação no local nas imagens de 2017 e 2020. Nota-se que houve uma expansão das áreas em toda a região, não apenas nas ocupações da CIC. Essa evolução explicita uma consolidação geral, inclusive das Moradias Corbélia, produzida pela COHAB-CT.

As quatro áreas foram ocupadas de modo organizado, com o apoio de movimento social, o MPM. Para Paulo Bearzoti, uma das lideranças do MPM, a ocupação pelo movimento possuía o objetivo de organização popular a partir da construção de uma consciência social, pela luta ao direito à moradia (HOLANDA; POLLI, 2019). Dessa forma, realizavam-se encontros semanalmente com os moradores, a fim de organizar pautas reivindicatórias e garantir sua participação. Cabe lembrar que essa situação se modificou ao longo do tempo. Com alterações no cenário político, o horizonte de concretização das pautas de política habitacional diminuiu e, dessa forma, a atuação do movimento frente a políticas habitacionais também se reduziu.

Embora possam ocorrer processos contraditórios entre elas e em seu interior, as ocupações não possuem o objetivo de comercialização dos lotes (LIMA, 2019; VOLOCHKO, 2016). Uma forma de evitar essa situação foi proibir a demarcação de lotes individuais durante os primeiros anos de ocupação (em especial, na Nova Primavera e na 29 de Março), e também estabelecer fases para as famílias construírem as casas. Com o passar do tempo, verificava-se se a casa estava se estruturando e, desse modo, os barracos de lona pouco estruturados eram desocupados. Ademais, houve a proibição de corte de árvores de grande porte, pois isso poderia resultar no movimento e nas famílias serem enquadrados em crime ambiental (VOLOCHKO, 2016).

As ocupações Nova Primavera, 29 de Março e Tiradentes visavam pressionar o poder público para a construção de habitação popular. Assim, as moradias foram construídas próximas umas das outras para dar espaço à construção pela política pública. Nesse sentido, possuíam um caráter provisório, sem uma preocupação em se aproximar de normas de arruamento, seus acessos eram estreitos e descontínuos (CARNEIRO, 2019), como exemplificam as figuras 2 e 3.

Figura 2 - Nova Primavera em 2012 à esquerda, e, em 2018, à direita, com a região central ao fundo



Fonte: Blog do MPM⁶ (2020) à esquerda, e autora (2018) a direita.

Figura 3 – Adensamento em 2018 – 29 de Março (antes do incêndio)



Fonte: Carneiro (2019).

A Dona Cida foi ocupada em 2016, em um cenário político de menor oportunidade na questão de habitação popular. Entre 2015 e 2016, com crises econômicas e políticas, e após o *impeachment* de Dilma, o direcionamento político se voltou para um quadro mais conservador. Houve descontinuidade gradativa do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), além da aprovação de um teto de gastos, impedindo investimentos em diversos setores (CARDOSO; DENALDI, 2018), como o da habitação popular.

Assim, desde o início, a ocupação da Dona Cida se preocupou com a consolidação no local, apresentando mais construções em alvenaria, com arruamento e lotes mais definidos e maiores que as outras três ocupações. Além disso, reservou-

⁶ Publicado em 5 nov. de 2012

se áreas para uso comum, numa tentativa de superar a ausência de espaços públicos (CARNEIRO, 2019). O processo de ocupação obteve apoio do MTST⁷ (LIMA, 2019).

Figura 4 - Baixo adensamento na ocupação Dona Cida



Fonte: Carneiro (2019).

Posteriormente à ocupação, foram definidos os coordenadores, e realizou-se reuniões para definir a condução da ocupação. Nelas foram tratados assuntos práticos, como instalação de energia elétrica, e discussões sobre manifestações para pressionar o poder público para o reconhecimento da ocupação e a construção de moradias (VOLOCHKO, 2016). A ocupação possui separadamente um coordenador e um vice coordenador por área, que representam as lideranças comunitárias. Ressalta-se que as quatro ocupações possuem interação entre si, de modo que os eventos ocorridos em uma, tem efeito sobre as outras (LIMA, 2019).

Atualmente, as ocupações possuem aproximadamente 1.310 domicílios, em uma área de 10,94 hectares (COHAPAR, 2019), resultando em uma densidade de

⁷ “As notícias vinculadas à origem da Ocupação Dona Cida direcionam a organização da ocupação ao MTST. Na época da ocupação, de fato, os militantes envolvidos na organização compunham o movimento. Todavia, com o tempo, houve mudanças na conjuntura política dos quadros do movimento, fazendo com que os militantes retomassem sua atuação como Movimento Popular por Moradia (MPM). Nesse sentido, é perceptível uma certa dificuldade de compreensão dessas continuidades e descontinuidades, tanto pelos apoiadores externos, quanto pelos próprios moradores das ocupações.” (LIMA, 2019, p. 97). Nesse trabalho, optou-se por utilizar o nome do MPM quando estes se mostram mesclados com o MTST.

119,71 domicílios/ha. No Quadro 5 é possível verificar estes números divididos por ocupação.

Quadro 5 – Número de domicílios, área e densidade domiciliar

Ocupação	Domicílios	Área hectares	Densidade domiciliar domicílios/há
Nova Primavera	295	1,29	228,34
29 de Março	280	1,75	160,16
Tiradentes	435	4,14	104,97
Dona Cida	300	3,76	79,81
Total	1310	10,94	119,71

Fonte: COHAPAR (2019)

Como forma de apresentar um breve parâmetro do que essa densidade representa, na prática, o bairro Centro, em Curitiba, possui 71,22 domicílios/há (IPPUC, 2015), região que é tradicionalmente mais dotada de infraestrutura. No Eixo Nova Curitiba⁸, definido pela lei de zoneamento como um eixo estruturante, permite-se densidade superior a 200 habitações por hectare, com o limite de 300 para conjuntos habitacionais (CURITIBA, 2019).

Para o planejamento do município, a densidade da Nova Primavera, por exemplo, equivale a locais considerados como eixos de desenvolvimento, ou ainda, a uma área dotada de infraestrutura condizente com a demanda populacional. Entretanto, há distância de centros comerciais e de oferta de serviços públicos e falta de áreas de lazer (CARNEIRO, 2019). Esta situação indica uma reprodução do padrão periférico, com uma precariedade vivida pelos moradores das ocupações, na qual as demandas não são atendidas pelo poder público.

Não há rede de saneamento e de energia elétrica fornecidos de forma regular pelas concessionárias. Na Tiradentes, os moradores se mobilizaram para a aquisição de um gerador de energia. Enquanto as outras obtêm energia por ligações irregulares, o que ocasiona frequente falta de luz (CARNEIRO, 2019). A rede de abastecimento de água foi autoconstruída pelos moradores, e não há rede de esgoto, apenas fossas individuais. Como não há uma manutenção constante, ocasiona transtornos para os moradores da área (CARNEIRO, 2019).

Há espaços de comércio local, como uma forma de suprir as demandas, além de geração de renda local. São espaços destinados a “mercearias, barbearias, es-

⁸ Este eixo corresponde à Conectora 5, tratada por Polucha (2010). Nesse local, há a construção de prédios de alto padrão, próximo a Rua Heitor Alencar Furtado, na CIC.

paços de separação de materiais recicláveis, lojas de bebidas, de materiais de construção e lanchonetes” (CARNEIRO, 2019, p. 69). Esses comércios e serviços são ofertados de forma local, sem a presença de grandes lojas ou supermercados.

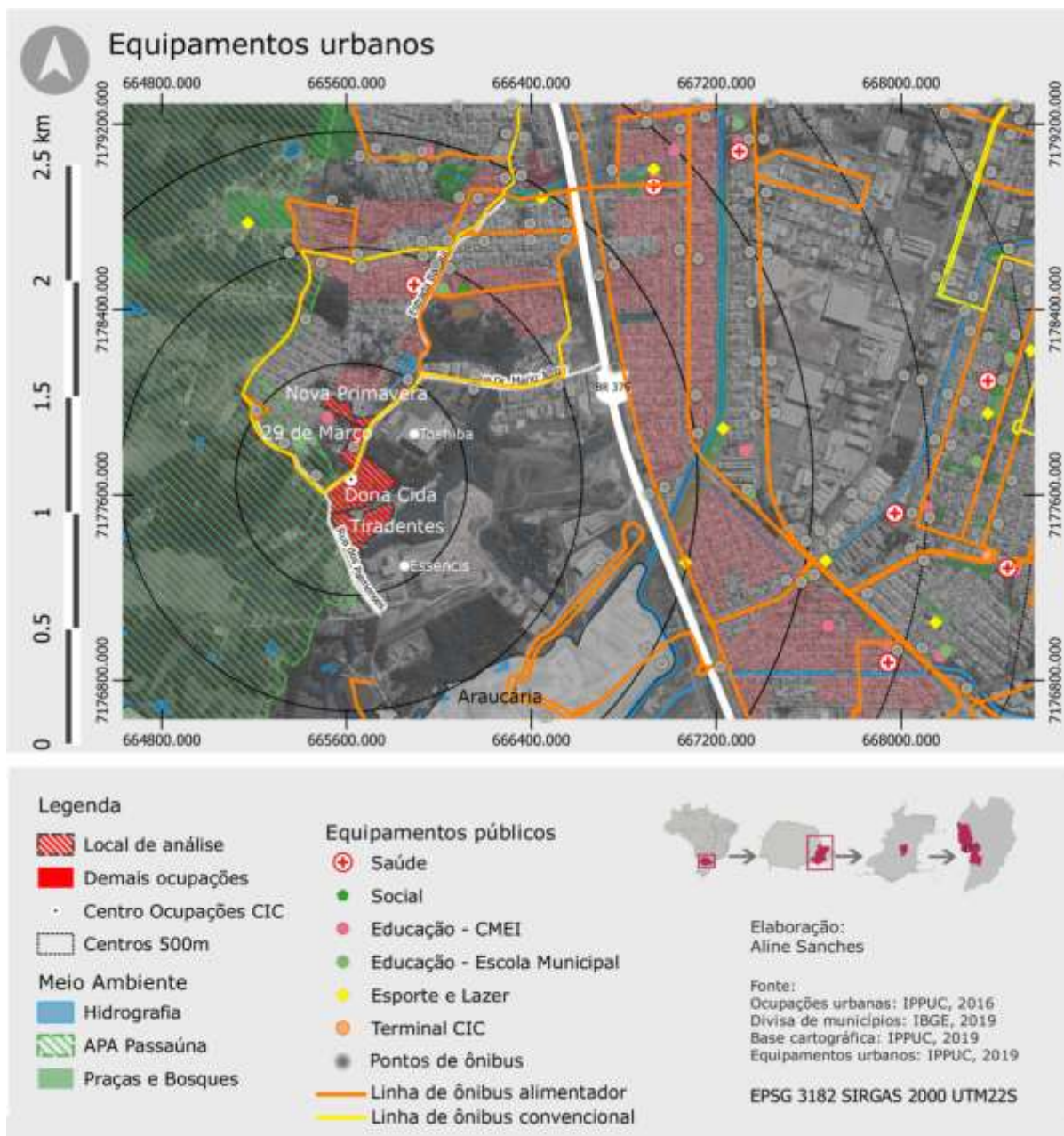
O Mapa 8 apresenta os equipamentos públicos próximos às ocupações. Destaca-se que, após a rodovia que corta a região, o espaço é tratado como uma “não cidade”, como se o centro fosse a cidade oficial e a área em que vivem as famílias dessas ocupações não pertencesse a essa realidade (CARNEIRO, 2019). Cabe apontar que há dificuldade para a travessia da rodovia, e, assim, os equipamentos e serviços dispostos do outro lado são de difícil acesso.

A única linha de ônibus que passa pelo local é a Mario Jorge, que liga ao Terminal Caiuá, aproximadamente 2.600 metros ao norte, e não há ligação direta com o Terminal CIC. Dentro do raio de 1 quilômetro, há a Unidade de Saúde do Saará, a Escola Municipal Mansur Guérios. O hospital mais próximo é a Unidade de Pronto Atendimento CIC.

Nota-se, também, que há pouca integração com o restante da cidade. A pouca proximidade com equipamentos públicos, somada à baixa disponibilidade de transporte coletivo, pode indicar uma situação de precariedade.

Somada a estes fatores, Carneiro (2019) aponta, em entrevistas com os moradores, que a proximidade com o aterro sanitário, da empresa Essecis, é um fator que prejudica as condições de vida das pessoas que moram nessas ocupações e no entorno.

Além dos poucos equipamentos urbanos próximos às ocupações da CIC, há uma constante ameaça relacionada à permanência no local, com frequentes episódios de tensão com o poder público. São camadas de precariedade que vão se somando. Nota-se que ocorreram diversos momentos que marcam a insegurança a respeito da permanência nessa área, como as tentativas de remoções e o incêndio.



Fonte: A autora (2020), com base em IPPUC (2016).

A Figura 5 elenca um breve histórico do que foi apresentado, indica esses momentos marcantes e a insegurança vivida pelos moradores. Destacam-se os momentos de ocupação, os protestos por política habitacional relacionados ao Estado, as inseguranças diante de remoções, incêndio e pandemia.

Figura 5 - Momentos marcantes e a insegurança



Fonte: A autora (2020), com base em Observatório de Conflitos Urbanos, MPM (2020), Holanda e Polli (2019), Carneiro (2019) e Lima (2019).

As tentativas de remoções explicitam o tratamento que a Prefeitura Municipal de Curitiba tem dado às ocupações urbanas. A propriedade da terra é colocada acima do direito à moradia e da demanda habitacional – o bem individual se sobressai ao coletivo – como visto nos casos de remoções.

Cabe destacar que, em 2013, se iniciou o mandato do prefeito Gustavo Fruet (PDT) em Curitiba, e havia uma esperança de mudanças num cenário conservador do município. Entretanto, em sua gestão, ocorreu a aprovação da Lei do Aluguel Social em 2015 e não houve implementação. No final de seu mandato, ocorreu a definição das ocupações da CIC como área de interesse social, mesmo que não tenha acontecido grandes mudanças (HOLANDA; POLLI, 2019). Em 2017, iniciou-se o mandato do prefeito Rafael Greca (Democratas), seguido de reeleição, o qual não propôs qualquer projeto de política habitacional para a área, mas retomou uma visão tecnicista de planejamento urbano.

A disputa pela terra entra nas camadas de precariedade. Assim, há uma necessidade constante de se lutar por direitos sociais. Isso se soma à ausência de infraestrutura básica, aos embates com o poder público e com as empresas privadas, que lutam pela sobrevivência e pela legitimação de seus atos, gerando uma indeterminação a respeito do futuro.

2.2 O ESTADO E A PERIFERIA: NOÇÃO E PERCEPÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS

Considera-se que, na periferia, há camadas de despossessão e precariedade que vão se somando – falta de infraestrutura básica, distância do centro da cidade,

poucas atividades de lazer, dificuldade de acesso ao local e a serviços públicos. Na década de 1970 Kowarick (2000, p. 22) cunha o termo *espoliação urbana*, referindo-se à somatória de precariedades na periferia, como o trabalho, a moradia, o transporte, a ausência de áreas de lazer e em diversas áreas da vida urbana, correspondendo à

somatória de extorsões que se opera pela inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, que juntamente ao acesso à terra e à moradia apresentam-se como socialmente necessários para a reprodução dos trabalhadores e aguçam ainda mais a dilapidação decorrente da exploração do trabalho ou, o que é pior, da falta desta. (KOWARICK, *idem*, p. 22).

Embora o cenário da periferia tenha se alterado ao longo dos anos e não seja de total desolação, a precariedade ainda é presente em vários âmbitos da vida. Além disso, a periferia é esquecida pelo Estado quando o assunto é atendimento de políticas públicas: há uma luta constante por reconhecimento, legitimação e pela permanência no local por parte dos moradores. Dessa forma, convém ressaltar que o Estado não se manifesta como um bloco maciço e estático. Pelo contrário, apresenta contradições e oscilações, com mudanças maiores ou menores de orientação (SOUZA, 2015). Para Wright (2019) tais contradições são internas e consistem em aparatos sistêmicos heterogêneos, com a predominância de sistemas que colaboram com a reprodução do capitalismo.

Além disso, muitos projetos sociais do Estado, ONGs ou outras entidades, buscam um “ajustamento” dos indivíduos (em especial, de jovens) aos padrões distantes dos códigos da periferia. Utilizam a estimativa desse espaço como base para controle social (ROCHA, 2015).

Os moradores das ocupações urbanas, não obstante toda a sua precariedade, estão sujeitos à forma desigual de tratamento, sendo estigmatizados por viverem nesses locais. Nesse sentido, eles são expostos a situações ainda mais dramáticas, que produzem incertezas e indeterminações sobre a vida. Telles (2010) define esses espaços como “margens”, que são formadas por espaços de incerteza e indeterminação entre o legal e o extralegal. Essas margens são formas de agenciamento nesses pontos de fricção, nos quais os indivíduos negociam o que é aceitável ou não – incluindo o Estado (TELLES, 2015).

Ressalta-se que não se pretende reafirmar uma dicotomia entre Estado e sociedade. Entende-se que é preciso abandonar essa visão (TELLES, 2015). Telles

(2015) sugere que essa dualidade provém de uma visão que valora a soberania do Estado, segundo a qual ele é provedor da ordem e da racionalidade na sociedade. Além disso, diversos sujeitos atuam de forma militante dentro do Estado (servidores públicos, sindicatos, vereadores *etc.*), de forma que não é possível separar essas duas esferas⁹.

Telles (2010) compreende que as práticas vivenciadas nas tramas sociais, entre as alianças de diversos atores, expõem as fronteiras do legal e do ilegal, do formal e do informal, e do lícito e do ilícito. Assim, nesses contextos práticos é possível compreender as conexões entre lei e sua exceção.

Através do estudo de caso, nota-se que essas fronteiras nas ocupações da CIC se tornam tênues e a população é cada vez mais expropriada de direitos fundamentais. Antes do incêndio, já haviam passado por tentativas de remoções, não possuíam saneamento ou mesmo moradia digna. Com o incêndio, o pouco que tinham foi destruído com as chamas.

Em vista dessas fragilidades, os direitos sociais estão distantes, e até mesmo o direito à vida digna. Com essa perspectiva, Santos (2018) verifica que a periferia é marcada por indeterminações e litígios jurídicos e há uma constante negociação pelo direito de permanecer no local, e até, de existir.

Tais indeterminações podem ser vistas no que Telles descreve como *margins*, (DAS; POOLE, 2004 *apud* TELLES, 2010). Esses espaços são marcados por práticas e por relações que se redefinem conforme as forças operadas pelo Estado, e não especificamente após uma fronteira do Estado. As *margins* são espaços de incerteza e indeterminação entre legal e extralegal (TELLES, 2010).

As *margins* não representam uma definição territorial, como a periferia. Elas se deslocam e se refazem em condições de tempo e espaço, não sendo um fora do Estado ou da lei. Desse modo, são “espaços produzidos nos modos como as forças da ordem operam nesses lugares, práticas que produzem as figuras do *homo sacer*” (TELLES, 2010, p. 29). Esses espaços são intersecções entre os modos de operação das forças e da ordem e outros modos de regulação ancorados nas práticas de vida, como as necessidades de segurança e de sobrevivência (TELLES, 2010).

⁹ Nas entrevistas analisadas nesta dissertação, é possível exemplificar por meio da Professora Josete que é oposição na câmara de vereadores e da Defensora Pública Dr^a. Olenka, que atuam na defesa de territórios populares.

O *homo sacer* citado por Telles corresponde a uma vida situada no “cruzamento entre uma matabilidade e uma insacrificabilidade” (AGAMBEN, 2002, p. 81), que se traduz em uma vida matável (TELLES, 2010), destituída de direitos.

A privação de direitos, para Agamben (2002), reflete em seu conceito de vida nua, segundo o qual as pessoas são postas em uma zona de indeterminação em que não se consideram mortos, nem seres políticos (AGAMBEN, 2002; BUTLER, 2019).

A escolha pela vida que não merece viver, a vida indigna de ser vivida, é, sobretudo, um conceito político (AGAMBEN, 2002). É possível afirmar que no Brasil, essa indeterminação não ocorre apenas em anos recentes, mas já é perceptível em décadas anteriores, como demonstrado por Francisco de Oliveira e Cibele Rizek (2007) após a ruptura dos anos 1990.

Entre as décadas de 1980 e 1990, houve um aumento dos movimentos sociais. Entretanto, ao mesmo tempo, parte desses movimentos foram tomados por interesses de mercado na década de 1990 (PAOLI, 2007). Houve, ainda nos anos 1990, um estreitamento da legitimidade de direitos (MARICATO, 2011; TELLES, 1998).

Com o período de financeirização, marca do governo de Fernando Henrique Cardoso, através das privatizações, aprofundou-se um período de desmanche neoliberal¹⁰ (OLIVEIRA, 2007). O Estado se torna dependente das multinacionais e de seu capital. Soma-se a isso, ainda, as reformas que retiraram direitos dos trabalhadores (OLIVEIRA, 2007). Com a privatização e desnacionalização somadas ao alto desemprego, as desigualdades se agravaram (OLIVEIRA, 2007).

Nesse sentido, Oliveira (2007) descreve que a indeterminação nesse período não foi causada pela ausência de perspectivas ou de experimentações. O que significa que “elas ainda não cristalizaram o campo de conflitos dentro do qual os atores devem se movimentar doravante” (OLIVEIRA, 2007, p. 43).

Dessa forma, notou-se uma ruptura nos anos 1990, um período de indeterminação. A falência dos serviços públicos, nesse caso, foi utilizada para afirmar um discurso que associa o Estado a um “atraso”, de modo a isentá-lo da demanda por políticas sociais, e responsabilizar o individual e o mercado, com isso descaracterizando-se a noção de direitos (TELLES, 1998).

¹⁰ Termo utilizado por Roberto Schwarz.

Em suma, ao longo dos anos 1990, muitas lutas foram voltadas à participação institucional. A partir disso, houve uma pulverização das pautas, mesmo com diversas lutas contra a reforma neoliberal, e o enfraquecimento do sentido solidário visto na década de 1980 (VIEIRA; GHIBAUDI, 2020). Houve, então, a necessidade de se construir uma política junto com o Estado, e não apenas demandar ou lutar contra ele. Tal processo foi ainda mais complexo em locais que obtiveram vitórias eleitorais de frentes populares, como o PT (TRINDADE, 2017, p. 25).

No final dos anos 1990 e nos anos 2000, houve consideráveis conquistas institucionais, como a criação do Ministério das Cidades, dos Conselhos das Cidades e do Estatuto das Cidades. Embora ainda acontecessem ações dos movimentos sociais, como ocupações de terrenos e imóveis ociosos, destacaram-se conquistas jurídicas e institucionais (MARICATO, 2011).

Desse aspecto, Maricato (2011) destaca que o Brasil possui um histórico de relação clientelista com o Estado, bem como uma tradição de aplicação arbitrária da lei. A autora defende que os movimentos devem disputar a concepção de tais marcos jurídicos e compreender que tais marcos não significam automaticamente conquistas reais na prática.

No cenário atual, é possível verificar a indeterminação da vida, através das políticas públicas em atos recentes, como a Emenda Constitucional n.º 95 (BRASIL, 2016) – conhecida como Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos aprovada no governo de Michel Temer (PMDB) em 2016, e o esvaziamento do PMCMV (CARDOSO; DENALDI, 2018) após o *impeachment* de Dilma Rousseff (PT). Houve, também em 2019, a extinção de conselhos de participação social, por meio do Decreto 9.759/2019 (BRASIL, 2019), assinado por Jair Bolsonaro (PSL). Além disso, o Observatório de Conflitos Urbanos de Curitiba registrou, em 2019, a retirada de direitos trabalhistas em nível federal, bem como no Paraná e em Curitiba (SANCHES; POLLI; GAMA; STECCA, 2020).

Isso demonstra um crescente processo de precarização das relações de trabalho e dos serviços públicos. Tal situação, quando atinge os espaços que já são precários, pode avançar para estágios do que se chama nesta dissertação de *indeterminação da vida* – quando há incertezas quanto à vida e, ainda, as expectativas em relação ao futuro são cooptadas.

Além disso, com a entrada de Michel Temer como presidente interino em 2016, o PMCMV passou a receber menos recursos financeiros e incentivos gradati-

vamente. A modalidade Entidades, pauta dos movimentos sociais, foi um dos primeiros cortes. Essa mudança prejudicou diversas ocupações organizadas que possuíam esse horizonte, incluindo as ocupações da CIC, que tiveram uma redução significativa de protestos por política habitacional a partir de 2016, sobressaindo-se as manifestações por legitimidade e da disputa por terra, em relação aos protestos atrelados a políticas públicas (HOLANDA; POLLI, 2019).

Telles (2007, p. 199) pondera que, em cenários conservadores, marcados por indeterminações, os direitos são destituídos e se “desativa o espaço da política”. Dessa forma, a autora chama a atenção para a zona de indiferenciação que atravessa a vida social, entre o direito e o não direito (TELLES, 2007).

Em meio às contradições do Estado Capitalista expostas por Wright (2019), o autor considera que as lutas pela democracia em âmbito regional podem ser importantes para aumentar o espaço de iniciativas não capitalistas. Assim, enfatiza-se que essas lutas possuem um caráter relevante para a periferia para além da conquista de direitos sociais: a legitimação e a identidade formada no processo são características importantes para a noção e a percepção de tais direitos.

Entretanto, muitas vezes, as políticas são direcionadas a um aspecto de necessidade ou mesmo de caridade política, como se não envolvesse um processo de conquistas. Sposati, Carvalho e Fleury (2012, p. 24) questionam esse deslocamento dos direitos para um “mérito da necessidade”. Ou seja, ao se colocar a desigualdade como uma ausência de algo, desloca-se de uma situação social e política para uma questão de circunstância e momentos excepcionais.

Quando colocada em momentos circunstanciais, ligadas principalmente a políticas de governos, os direitos são fragilizados. Dessa forma, há uma constante tentativa de retiradas de direitos. Nesse aspecto,

ao se fixar nas evidências de perda e impotência dos direitos sociais, há o risco de demissão do pensamento, para não dizer da ação, por conta de uma espécie de aprisionamento no próprio presente, sem abertura para um campo de possíveis (TELLES, 1998, p. 37).

A noção e a percepção dos direitos sociais, portanto, é fragilizada, uma vez que o horizonte para a concretização e a realização de tais direitos também é enfraquecida. A frequente tomada de direitos, atreladas a culpabilização e ao individua-

lismo, reflete no que se entende por direitos e nas lutas pela sua efetivação na prática.

Coloca-se, aqui, uma relação dialética entre o modo de produção das cidades, a informalidade urbana que oprime e segrega, a espoliação urbana (KOWARICK, 2000) e as resistências perante a demanda pela sobrevivência. Essa relação, conforme tratada por Chauí (2014), indica uma ação não prevista por uma classe dominante ou pelo Estado, que se conforma com as imposições dos dominantes, porém resiste ao criar uma prática que não é prevista pela repressão – a autora conceitua essa questão como conformismo e resistência.

Diante da indeterminação, permanecer vivo, lutando por direitos e por justiça social, pode se configurar como uma oposição ao sistema desigual de produção da cidade e uma insurgência frente à forma como as ocupações urbanas são entendidas na cidade. Ao se colocar o direito à cidade como horizonte, com vistas a uma cidade que se pretende construir, se faz resistências vivenciadas na prática.

2.3 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Para se pensar o estudo de caso a partir da teoria desenvolvida nesse capítulo, apresenta-se um quadro que resume premissas e questionamentos a serem considerados na metodologia do estudo de caso. São divididos em caracterização, noção e percepção dos direitos sociais.

Quadro 6 – Palavras-chave capítulo 2

Palavra Chave	Questões e premissas para Estudo de Caso
Contextualização	Qual o contexto atual das ocupações? Quais as perspectivas de futuro para as ocupações?
Noção e percepção dos direitos sociais	Qual o horizonte das ocupações em relação à efetivação dos direitos sociais, em especial, ao direito à cidade? Como as ocupações produzem insurgências/resistências? Qual a relação da ocupação com o Estado? Quais as alternativas de sobrevivência durante a pandemia? Há um entendimento das responsabilidades coletivas de mobilização para exigir a efetivação dos direitos ou para resistir à tomada de direitos? Há uma culpabilização individual da situação de precariedade? As demandas são direcionadas ao Estado? Pensar a relação do direito coletivo que se sobrepõe ao individual. Como a informalidade urbana da terra é entendida pelo Estado?

Fonte: A autora (2020).

3 O DIREITO À CIDADE E AS PRÁTICAS EM CONTEXTO DE CONFLITO

Um questionamento que perpassa este trabalho é se as ações dos grupos mobilizados na periferia teriam capacidade de contribuir na superação da precariedade. Como essas práticas coletivas podem contribuir? E em que medida? Tais questões ampliam a visão do mundo que se pretende construir. E ainda, não focam no resultado, mas sim no processo vivido na reprodução da vida.

Para fundamentar e contribuir para a análise, este capítulo apresenta uma revisão teórica sobre o direito à cidade, e sobre práticas e ações realizadas por grupos mobilizados na periferia que possuem relação com os conflitos e que podem apresentar uma relação dialética entre conformismo e resistência, ou ainda, que tendem às práticas insurgentes.

Considera-se que o direito à cidade, portanto, é vivenciado nas práticas e possui a capacidade de transformação e revolução, uma vez que se coloca como horizonte uma cidade que se pretende construir, fora de normalizações hegemônicas. Tomar a cidade para si, através de um caráter coletivo, se configura como um dos primeiros passos para uma modificação mais ampla.

O direito à cidade é compreendido a partir da relação de uma utopia possível e da prática de atores transformadores. Há uma dimensão transgressora que se reivindica uma cidade que se pretende construir, e não uma entrada na existente e desigual. Nesse sentido, são utilizados como base para a discussão os textos de Lefebvre (2008, 2016, 2019), de Harvey (2012, 2014) e de Oliveira (2018).

As ações em contexto de conflito são consideradas como o acionamento e a criação de instrumentos articulados para a defesa e a resistência de territórios populares frente a despossessões, como remoções e negligências do poder público. Relaciona-se com as ações realizadas *com*, *contra* e *apesar* do Estado, utilizados por Souza (2010, 2015), por apresentarem formas de atuação de ativismos e grupos mobilizados.

Compreendem-se as práticas insurgentes a partir de Miraftab (2009, 2016), que define como uma transgressão no tempo, no lugar e na ação, além de serem imaginativas e contra hegemônicas. Além disso, trabalha-se com as insurgências que emanam da periferia, isto é, em meio às precariedades que formam as indeterminações da vida, insurgem práticas emancipatórias que visam à reprodução da vida e ao direito à cidade.

Considerando o potencial transformador do direito à cidade enquanto experiência de uso, aponta-se que os conflitos urbanos exigem novas formas de uso e apropriação do espaço urbano.

Nesse sentido, pretende-se compreender o que há de novo nessas práticas, quais são as permanências, continuidades e em que medida apontam para possíveis transformações. E ainda, como as ações insurgentes, de resistência e conflituosas podem indicar algo novo ou uma conformidade. As seções que seguem neste capítulo se iniciam com a discussão do direito à cidade, e, em sequência, discutem-se os conflitos e as práticas insurgentes.

3.1 O DIREITO À CIDADE ENQUANTO RESISTÊNCIA

O direito à cidade atualmente representa uma diversidade de significados, uma vez que é apropriado por agências internacionais, movimentos sociais ou até pela política. Há repercussões em políticas públicas bem como nas formas de organização de movimentos e militantes (OLIVEIRA, 2018). Entretanto, essa diversidade de apropriação do conceito pode ser legítima quando é vinculada “a práxis dos agentes sociais” (OLIVEIRA, 2018, p. 372).

Neste trabalho, considera-se o que Oliveira (2018) chama de “direito à cidade na perspectiva de produção, fruição, apropriação e transformação da cidade” e também o “direito à cidade como experiência na cidade”. No primeiro, a autora discute a questão de se construir uma cidade possível, a partir de Harvey e Lefebvre, estando numa “dimensão criadora, na arte, na insubordinação, nas trocas operadas não como valor de troca, e nos tempos do exercício desse direito, ou melhor, ‘momentos’” (OLIVEIRA, 2018, p. 334).

O segundo tem como fundamento a prática a partir de experiências vividas, por meio de como esse direito é reivindicado, colocando o espaço público como um importante meio para se manifestar, como nas ocupações, na autoconstrução e nas diversas formas de protestar. Considera-se que esse direito é um horizonte de luta para os movimentos sociais a partir do questionamento de como se realiza vida urbana (CARLOS, 2020). Para Harvey (2014, p. 15), o direito à cidade surge em campo: nas ruas, bairros, “como um grito de socorro e amparo de pessoas oprimidas em tempos de desespero”.

Considera-se que essas duas percepções auxiliam na compreensão sobre a atuação de grupos mobilizados na periferia, uma vez que focam na atuação – entre práticas, táticas e estratégias, e colocam no horizonte os tipos de cidades que se pretende que existam, de modo que “não há descolamento entre teoria e prática, se recria como conceito na cidade que transforma e transforma-se como conceito na cidade recriada” (OLIVEIRA, 2018, p. 337). Convém pontuar que, no mesmo sentido, a partir de Lefebvre, Carlos (2020) compreende que não existe pensamento sem utopia e sem referência a uma prática.

Lefebvre (2008) entende o direito à cidade como o direito à vida urbana de uma sociedade transformada. É, ainda, o conhecimento da produção do espaço e de uma outra prática socioespacial, um outro vivido e uma outra cotidianidade. Nessa direção, Harvey (2009, p. 269) afirma ser o direito a uma transformação “radicalmente diferente”.

Para a construção dessa cidade nova possível, é importante a relação com os laços sociais, com a natureza, com o estilo de vida, com as tecnologias e com os valores (HARVEY, 2012). Todos esses relacionados a uma vida coletiva, que se sobrepõe à liberdade e aos direitos individuais – direito comum antes do individual, de acordo com Harvey (2012).

Harvey (2014) defende que o direito à cidade se reduz, configurando apenas algo individual, quando se coloca o direito à propriedade acima dos direitos sociais, sem contestar a hegemonia neoliberal. Para o autor, “[o] direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade” (HARVEY, 2012, p. 74).

Segundo Lefebvre (2008), é impossível recriar uma cidade antiga, tradicional, apenas a criação de uma nova construída com novas bases, em outras condições e sociedade. Harvey (2014), no mesmo sentido, reitera que a reivindicação do direito à cidade é uma luta por algo que ainda não existe. E, baseado em Lefebvre, afirma que se deve imaginar uma nova cidade, “a partir do repulsivo caos de um desenfreado capital globalizante e urbanizador. Contudo, isso não pode ocorrer sem a criação de um vigoroso movimento anticapitalista cujo objetivo central seja a transformação da vida urbana do nosso cotidiano” (HARVEY, 2014, p. 20).

Mas, se o direito à cidade é um direito a ser construído coletivamente que resulte em uma cidade ainda não existente, como reivindicá-lo? É com esse questio-

namento que se retoma a ligação entre a teoria e a prática, uma vez que, a partir da prática, a utopia se torna possível.

A prática e a experiência nas cidades se mostram como um caminho para responder essa questão. Lefebvre (2008) pontua a autogestão como um meio de participação real e ativo. A utopia colocada pelo autor deve ser vivenciada na prática, com suas implicações e consequências (LEFEBVRE, 2008).

Oliveira (2018), ao tratar do direito à cidade enquanto experiências na cidade, exemplifica a reivindicação com as ocupações urbanas dos sem-teto:

É principalmente na autoconstrução da cidade que os agentes sociais historicamente afirmam e conquistam o direito à cidade por meio de táticas de resistência, busca de amparo legal e legitimação de sua condição de habitante da cidade (OLIVEIRA, 2018, p. 359).

Nesse sentido, a autoconstrução e as ocupações urbanas se mostram como uma forte experiência frente a interesses imobiliários, políticas de erradicação com base em remoção e a ordem hegemônica que produz desigualdades sócio territoriais. As resistências pelo direito à cidade são vistas em diversos momentos: luta pelo centro e os conflitos relacionados às remoções, aos megaprojetos, aos planos homogeneizantes *etc.* (OLIVEIRA, 2018).

O direito à cidade carrega em si um potencial de transformação social. É fundado na autodeterminação e na autonomia, do mesmo modo que há uma percepção sobre um futuro alternativo, em aberto, a ser construído, diferentemente de um conceito com lacunas a serem preenchidas. Esse pensamento, se adentrar as lacunas, esvai a possibilidade de criação, podendo ser tomado por um sistema dominante (OLIVEIRA, 2018).

Entretanto, essas práticas não ocorrem sem contradições, assim como a sociedade urbana que a reivindica. É uma relação complexa de modo que é submetida a tensionamentos hegemônicos e contra hegemônicos (OLIVEIRA, 2018), que podem navegar, de modo ambíguo, também entre conformidades e resistências.

O direito à cidade, visto enquanto produção, transgressão e experiências vividas na cidade, possui uma capacidade de transformação social – e a resistência pode se encontrar nessa dimensão. Esse direito surge, renova e gera práticas a partir dos espaços de criação e de política da construção coletiva da cidade (autodeterminação e defesa de direitos), da consideração, da produção voltada a uma utopia, a

um futuro possível, além de produzir uma relação com ações locais, seus limites e ações de caráter transgressor.

Frente às desposseções, há a resistência ao sobreviver, ao se manifestar e ao se produzir o espaço; um conformismo ao se encaminhar a vida adentrando em lacunas da cidade existente e desigual, e na autoculpabilização pelas situações de precarização. Há também algo de novo quando se reivindica direitos sociais, e os constrói. São momentos que se mostram em duas vias, como percebe Chauí (2014): há resistências no conformismo, e conformismo na resistência.

3.2 OS CONFLITOS E PRÁTICAS INSURGENTES

3.2.1 Ações mobilizadas em contexto de conflito

No Brasil, as ocupações de terrenos e imóveis ociosos são uma forma de reivindicar o direito à cidade e refletem a disputa pelo solo urbano (OLIVEIRA, 2018). Os conflitos urbanos, também vistos através dos protestos que fecham vias de grande fluxo, ou ocupações de prédios do governo, são uma forma de escancarar as demandas, bem como reivindicar a cidade para si e um modo de se mostrar como ator modificador do espaço.

Os conflitos são inerentes em uma sociedade e, neste trabalho, são entendidos como dinâmicas que visam ao constante aperfeiçoamento do sistema ou sua superação, a partir do conflito em que ocorre a ação política e práticas e projetos coletivos (VAINER, 2007).

Assim como discutido, reivindicar e tomar a cidade para si se aproximam do direito à cidade, à medida que possuem um caráter de transformação social, e colocam no horizonte uma utopia (real e possível) dos tipos de cidade que se pretenda que existam.

Os diversos conflitos incidem diretamente na vida cotidiana dos moradores das ocupações urbanas, que vivem num estado de incerteza, pois constantemente precisam lutar por legitimação, como é o caso das ocupações da CIC. Os mesmos conflitos, entretanto, também incidem na “experimentação de outros arranjos práticos e formas de vida” (SANTOS, 2018, p. 25). Eles são importantes para mostrar as desregulações, para buscar um aperfeiçoamento constante e superar o sistema dominante, através de revoltas e revoluções (VAINER, 2007).

A partir de Lefebvre, Carlos (2020) entende que a busca de uma coesão no plano teórico do espaço, fundamentado na eliminação de conflitos e contradições, é envolto pela ideologia dominante. O consenso, ou mesmo a ausência de conflitos, é a concepção de uma cidade harmoniosa, na qual se supõe o banimento da política (VAINER, 2007). Rancière (1996), nesse aspecto, vê o dissenso como fundamental para a realização da política.

As ações coletivas urbanas podem explicitar a produção de práticas que navegam entre o conformismo e a resistência, que estão entre a conformidade da responsabilização individual e a garantia da sobrevivência em meio à espoliação urbana; a reprodução da vida e o direito à cidade, à medida que os oprimidos exercem (contra)poderees e desenvolvem (contra)projetos (SOUZA, 2010, 2015). Ressalta-se ainda, que as ações coletivas¹¹ podem estar relacionadas a um caráter transformador da realidade, como também ao conformismo (SOUZA, 2009).

A partir de Tanaka (2017), considera-se que as ações em contexto de conflito indicam o acionamento, bem como a criação, de instrumentos para a defesa de territórios populares diante das ameaças da permanência no local e sua existência. Isso ocorre através de ações em meio às ameaças de despejo, à disputa pela terra, no ato de ocupar, pelo reconhecimento e legitimação do local, bem como na busca por regularização fundiária ou mesmo entradas em programas habitacionais (TANAKA, 2019).

Embora se considere que não seja a única motivação, a ameaça é um dos fatores que podem consolidar lutas populares, a fim de se organizarem para resistir, e ainda, se torna um elemento para as alianças políticas com pessoas e outros grupos que se solidarizam e se identificam com a pauta (TANAKA, 2019).

As resistências se contrapõem a estas ameaças, e para isto, mobilizam grupos e articulam diversos recursos a fim de terem seus direitos reconhecidos. Também podem conseguir “ir além e colocar em questão as próprias estruturas dominantes de produção do espaço urbano” (TANAKA; OLIVEIRA; COLI, 2019, p. 7). Além de resistir às ameaças, as práticas no contexto de conflito também visam avançar nas pautas ligadas aos ativismos e grupos mobilizados, e criam possibilidades de participação e de gestão, além da formação dos sujeitos políticos.

¹¹ Souza (2009) define que as ações coletivas podem ter níveis de ambição diferentes.

Conforme Tanaka (2017), o Estado tem realizado um papel ativo no processo de destituição de direitos, como nos casos de remoções. O Estado se utiliza de noções do senso comum (TANAKA; OLIVEIRA; COLI, 2017), como “invasão” e “ocupação irregular”, para a legitimação de despejos e pouco (ou nenhum) diálogo.

Ao se pensar a relação das ações conflitivas com o Estado, Souza (2015) descreve práticas para se promover avanços que podem ou não podem ser atreladas a ele. O autor define as expressões *ação direta* e *luta institucional* – que podem indicar ações *com*, *apesar* e *contra* o Estado.

A luta institucional ocorre quando há práticas voltadas à relação conjunta *com* o Estado. O contexto definido por Souza (2015) é apartidário, não prevendo filiação ou criação de partidos pelos ativistas. O autor ainda compreende que não é lógico os movimentos emancipatórios desconsiderarem o Estado, e quase nunca seria possível, pois não seria sensato, ignorar o que acontece nas instituições estatais, ou ainda, não participar de debates envolvendo políticas públicas (SOUZA, 2015) uma vez que elas influenciam em seu cotidiano.

Já a ação direta, é um conjunto de práticas de luta que ocorrem *apesar* e *contra* o Estado. São formas de ação e organização que buscam promover a revolução social. E é nesse plano que se leem as insurgências (SOUZA, 2010).

Cabe ressaltar que ambas não são se excluem mutuamente, e podem ser complementares. Os ganhos da luta institucional, nesse sentido, tendem a ser superiores quando atrelada, e principalmente subordinada, à ação direta. Para o autor, “[a] ação direta é uma necessidade; a luta institucional, uma possibilidade” (SOUZA, 2015, p. 69).

Considerando a tríade, *com* o Estado, *apesar* do Estado e *contra* o Estado, Souza (2010, 2015) pondera que as duas últimas devem ser predominantes para evitar possíveis cooptações do movimento¹². Além disso, o autor defende que os movimentos assumam uma mudança socioespacial profunda como integrante da busca pela justiça social e busquem melhorias na qualidade de vida da população.

Ao considerar essa mudança socioespacial, quando atreladas a uma transformação social, as ações conflitivas se aproximam do direito à cidade. No entanto, elas não se limitam a canais institucionais de participação, mas criam possibilidades

¹² Considera-se que pode haver uma relação ambígua, que mescla cooptação, cobranças e cooperações (MARICATO, 2011).

de participação e de produção alternativos, por vezes mais consistentes e resistentes.

Ressalta-se que a ação direta, por sua vez, nem sempre possui o intuito de atacar o Estado. Também pode ser utilizada para pressioná-lo. Pode, nesse sentido, ser uma ação com o Estado, à medida que reivindica a criação de espaços de diálogo (SOUZA, 2010). Os conflitos não se limitam a demandar soluções prontas, porém questionam tais propostas e podem pressionar o Estado a considerar uma criação própria de quem reivindica e produz a cidade.

Entretanto, na relação da ação direta com o Estado há possibilidade de cooptação ou a chance de uma ação direta se converter em luta institucional (SOUZA, 2010, 2015). Pode ocorrer uma sobreposição de limites por parte do Estado, que desconsidere as experiências vividas no cotidiano. Nesse sentido, em muitas vezes, acatar soluções dadas se torna a melhor alternativa para o momento, embora não se exclua um horizonte de transformação social.

A figura do Estado surge como forma de apoio ou de contestação e reivindicação dos significados propostos pelos movimentos. Entretanto, a luta entre o poder público e os movimentos sociais não se restringe às ruas, mas se dá, também, nas disputas pela significação (TARROW, 2009). Há uma disputa cognitiva pelo que se compreende pelas ocupações urbanas, com uma necessidade constante de se mostrar como legítima.

Ademais, a eficiência da ação direta não pode ser analisada apenas com as eventuais consequências sobre as práticas governamentais. Em situações de enfrentamento político, se lida com a situação de “vencer” o Estado num campo moral e político (SOUZA, 2010, 2015). As “vitórias” dos ativismos e dos movimentos sociais não se resumem a avanços em legislações ou em planos estatais, podem ir além ao conquistar espaços simbólicos e de significados – como superar um senso comum de invasores de terras e legitimar sua ação política.

Em contextos de conflito, essas expressões utilizadas por Souza (2010, 2015) permitem iniciar uma análise de como as práticas podem navegar entre conformismo e resistência. Uma luta baseada apenas em canais institucionais pode apresentar uma subordinação ou conivência e conformismo em relação à burocracia e ao aparato do Estado, mesmo que, ao mesmo tempo, apresente avanços. Arelada ou subordinada à ação direta, as lutas podem apresentar resultados que avançam na resistência e tendem a se realizar como insurgências.

Por fim, assim como Chauí (2014) avalia as relações entre cultura popular e dominante, há possibilidades de conformismo na resistência, bem como o oposto, de uma resistência na conformidade. É uma relação ambígua, que navega entre os dois sentidos, e não uma dicotomia.

3.2.2 Práticas insurgentes e a periferia

Parte-se da ideia de que há uma relação entre a negação de direitos sociais e as insurgências praticadas na periferia. Considera-se que, ao passo que ocorre a negação de direitos, há também uma resistência a partir da necessidade de sobrevivência. Tal dinâmica indica, além disso, um reconhecimento e uma autodeterminação, de modo que busca uma transformação social. O processo das insurgências, para Holston (2013, p. 62), é caracterizado como uma ação na contramão, uma contrapolítica. Nesse sentido, ela “não é uma imposição de cima para baixo, de um futuro já orquestrado. Ela borbulha do passado em lugares onde as circunstâncias presentes parecem propícias a uma interrupção”.

A partir de Miraftab (2009, 2016), considera-se que as práticas insurgentes abrem possibilidades a diversos tipos de ação, superando às sancionadas por grupos dominantes; não há foco no planejador, e sim na ação. São transgressões no tempo, no lugar e na ação, além de serem contra hegemônicas, imaginativas – o que corresponde a três princípios, segundo a autora.

No primeiro, considera-se que as práticas insurgentes transgridem falsas dicotomias, abrangendo arenas formais e informais de política, rompendo com a divisão entre espaços convidados e inventados. Ultrapassam fronteiras ao construir uma solidariedade transnacional entre as pessoas marginalizadas. Transgridem também os limites do tempo, pois visam a uma cidadania consciente e promovem a memória de sua história (MIRAFTAB, 2009, 2016).

Nesse aspecto, convém apontar a diferenciação entre espaços convidados e inventados, de acordo com Miraftab (2016). O primeiro se refere a espaços de abertura do Estado, nos quais são selecionadas as formas de ação e de participação. O segundo se refere aos espaços “inventados”, que são caracterizados pelas insurreições e insurgências. Os espaços inventados têm uma função crítica de afirmação dos direitos dos cidadãos, bem como de ir contra o desenvolvimento de projetos urbanos excludentes (AY; MIRAFTAB, 2016; MIRAFTAB, 2016).

É uma definição próxima à elaborada por Souza (2015). Os espaços convidados seriam os canais institucionais, nos quais há uma luta *com* o Estado, se aproximando da luta institucional. Os espaços inventados, por sua vez, tendem a ação direta, na atuação contra e apesar do Estado, se reinventam e criam condições para a produção e para a reivindicação. As práticas insurgentes, considerando esse aspecto, são aquelas que geram e gerem espaços dissidentes (SOUZA, 2015).

As ações do Estado em si, como políticas públicas e seus espaços de abertura não podem ser considerados insurgentes. Apenas com negociações, margens de manobra de governos abertos à participação, é que se pode ocorrer práticas de uma luta institucional que tente as insurgências, desde que não se perca um caráter transgressor, que não seja cooptado (SOUZA, 2010). Isto é, as práticas da luta institucional, subordinadas à ação direta, possuem um conteúdo insurgente – as práticas e não a abertura do Estado.

Retomando os princípios colocados por Miraftab, o segundo relaciona-se à contra-hegemonia. As práticas desestabilizam relações normalizadas de dominação, pois se baseiam no direito dos cidadãos aos conflitos, às revoltas e à determinação em seus próprios termos. Elas expõem as lacunas do capitalismo neoliberal, ao ressaltar seu afastamento da inclusão e da redistribuição. Enxerga-se o mundo não apenas pelos sistemas de opressão, como também, de que maneira podem e são contestados (MIRAFTAB, 2009).

O terceiro afirma que as insurgências são imaginativas. Tem como base o idealismo, ao visar uma sociedade mais justa, e reconhece os valores simbólicos das atividades, com a esperança de trabalhar em prol da descolonização do pensamento (MIRAFTAB, 2009, 2016). Coloca-se no horizonte um futuro possível a ser construído.

Cabe destacar que práticas insurgentes exaltam um descontentamento frente às forças dominantes e às elites. Elas visam um (re)desenvolvimento urbano, através da proposição de cenários alternativos ou da defesa de espaços da cidade. Os atos realizados no espaço público afirmam o direito dos cidadãos e vão contra o desenvolvimento urbano excludente (AY; MIRAFTAB, 2016).

As práticas insurgentes, como discutidas por Holston (2016), contestam as condições atuais com propostas alternativas às hegemônicas e visam ao reconhecimento de sua legitimidade por parte do Estado. Elas têm como base as lutas dos participantes no processo de produção da cidade (HOLSTON, 2016). No mesmo

sentido, as práticas insurgentes não objetivam uma ampliação de direitos ou uma melhor representatividade por políticos ou especialistas, porém visam a uma inclusão autodeterminada, com direitos reais e praticados (MIRAFTAB, 2016).

As resistências comumente ocorrem mediante a processos de territorialização, com o controle e a ocupação do espaço (SOUZA, 2010). Harvey (2013, 2014), de modo similar, acredita que o espaço urbano é local para a ação e para a revolta política, uma vez que desenvolvimentos urbanos desiguais propiciam conflitos sociais. As características do ambiente urbano, para Harvey (2014), criam protestos insurgentes, sendo um “espaço importante de ação e revolta política” (HARVEY, 2014, p. 213). Assim como mencionado acima, o direito à cidade, para esse autor, ocorre, na prática, como um horizonte de luta dos movimentos urbanos.

Souza (2010, p. 18–19) aponta tipos gerais de insurgências, que mostram uma diversidade e que podem assumir posições opostas ao mesmo tempo. Longe de montar uma classificação rígida, o autor indica caminhos para a compreensão e a análise dessas práticas. Nesse sentido, a tipologia do autor é a seguinte: (i) Territorialização no sentido estrito, com o controle e a ocupação do território; (ii) Territorialização em sentido amplo, quando há disputa pela significação, sem presença física duradoura; (iii) Reestruturação do espaço material, as práticas reestruturam o espaço; (iv) Ressignificação de lugares, há uma disputa pela cultura, simbolismo e discurso; (v) Construção de circuitos econômicos alternativos, e (vi) Construção de redes espaciais, que transcendem ações locais e a integração das escalas se torna relevante.

Essas características permitem compreender a multiplicidade de formas das práticas insurgentes. No entanto, não há um conteúdo único, visto que podem apresentar características que se aproximam mais ou menos umas das outras. No caso das ocupações urbanas e das manifestações envolvidas, a territorialização em ações efêmeras ou duradouras são importantes para dar visibilidade às demandas.

Trabalha-se, nesta dissertação, as insurgências nascidas na periferia. Desse modo, assim como entende Carlos (2020), consideram-se as insurgências lidas no mesmo plano da segregação. Na defesa dos direitos sociais, insurgem práticas que podem possuir, em variadas medidas, um conteúdo transgressor. Os movimentos sociais, segundo Carlos (2020, p. 365), são centrais “para revelar à análise os conteúdos da prática”, uma vez que questionam as políticas públicas que aprofundam desigualdades e o esvaziamento da democracia.

Contudo, neste trabalho não se pretende definir um julgamento sobre as ações dos grupos mobilizados na periferia. Busca-se identificar e compreender as inovações que são permeadas por uma relação dialética de conformismo e resistência. Ao mesmo tempo, como reforça Tanaka (2017, p. 276), é preciso conhecê-las a partir da história, da memória e das práticas locais:

As experiências de planejamento autônomo no Brasil devem ser consideradas em seus processos históricos específicos de desenvolvimento urbano e seus limites. Miraftab (2014) refere-se ao Planejamento Insurgente como transgressor, contra hegemônico e imaginativo. A questão que se coloca é como diferenciar, a partir das experiências locais, aqueles que estão apenas reproduzindo as condições sociais, e os radicais, potencialmente transformadores, revolucionários? (TANAKA, 2017, p. 276)

Na periferia, os moradores podem compreender a precariedade como uma responsabilidade individual, ao invés de uma situação socioeconômica mais ampla, como analisado por Carneiro (2019). Entretanto, ao mesmo tempo, podem enxergar como um processo de transformação, devido à participação em sua construção (HOLSTON, 2013). Ao se compreender essa realidade como um processo, há a possibilidade e a capacidade de se modificar o existente, bem como o futuro – do direito à cidade enquanto resistência.

3.3 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Para se pensar o estudo de caso a partir dos conceitos apresentados nesse capítulo, apresenta-se um quadro que resume as questões que norteiam a metodologia do estudo de caso. Embora haja conteúdos que se cruzam, ele foi dividido em direito à cidade, ações em contexto de conflito e práticas insurgentes.

Quadro 7 – Palavras Chave capítulo 3

Palavras Chave	Questões e premissas para Estudo de Caso
Direito à cidade	A contribuição dos atores sociais apresenta um caráter de reivindicação? Dentre as metas e objetivos, os atores consideram o acesso ao existente? Buscam construir coletivamente a cidade a partir de uma visão do que se “quer que a cidade seja”? Os atores sociais coletivos participam das atividades comemorativas ou se limitam a situações de emergência e doação? As ações possuem uma dimensão de transformação social? Espaços de criação e espaços de política. Dimensão simbólica da possibilidade de um futuro alternativo.
Ações em contexto de	Como consideram a relação com o Estado?

conflito	As manifestações se limitam à participação em canais institucionais ou criam formas de participação? Busca por justiça social. Conformismo e resistência nas ações e em seu entendimento simbólico.
Práticas Insurgentes	Construção coletiva da cidade, fundada na defesa de direitos, noção de autonomia e de autodeterminação. Desafio de superação dos limites da ação local para serem de fato ações transgressoras e transformadoras. Modificação e reestruturação do espaço. Ressignificação – alteração simbólica e cultural. Ações criativas e imaginativas com a perspectiva de um futuro alternativo.

Fonte: A autora (2020)

4 ENTIDADES E GRUPOS MOBILIZADOS NAS OCUPAÇÕES DA CIC

Este capítulo objetiva identificar os grupos organizados que atuam nas ocupações da CIC, de modo a compreender suas relações com os moradores e os demais coletivos. Ressalta-se que, através de entrevistas, visa-se complementar e compreender melhor as contribuições dos grupos envolvidos.

Cabe destacar um parêntese acerca da definição de *momento* utilizada nesta dissertação. Lefebvre (2002) assim o define: “*We call ‘Moment’ the attempt to achieve the total realization of a possibility. Possibility offers itself; and it reveals itself. It is determined and consequently it is limited and parcial*”¹³. Isto é, o momento nasce e se revela no cotidiano. De modo breve, o momento é definido como singular, possui duração específica, tem memória e conteúdo, e dispõe de uma forma no tempo e no espaço. Por fim, Lefebvre (2002, *apud* FONSECA, 2019) considera que todo momento é absoluto.

Os momentos não são isolados, são articulados e possuem o contexto do cotidiano, além de possuírem um fim determinado – o “fracasso” (FONSECA, 2019). Nesta dissertação, são destacados os momentos que são marcantes para o histórico e a memória das ocupações da CIC. Considera-se como momentos críticos aqueles que evidenciam as camadas de despossessões e que mudam o curso das lutas, dentre os quais os da pandemia de Covid-19 e do incêndio da 29 de Março.

Neste capítulo, inicialmente faz-se um levantamento com base no Observatório de Conflitos Urbanos de Curitiba para se identificar as manifestações das quais os moradores das ocupações da CIC participaram, bem como os grupos mobilizados que instigam e apoiam a ação, a quem se destina a reivindicação.

Faz-se uma análise desses protestos ao longo do tempo, bem como a sua motivação principal. Verifica-se que as pautas relacionadas ao Estado, reivindicando políticas públicas, são mais frequentes quando há um horizonte de atendimento por meio do PMCMV-Entidades ou para a criação da lei do Aluguel Social. Em todo o momento há uma constante disputa pela terra, na qual há a necessidade de lutar por legitimação e pela permanência no local. Além disso, há um sentido de enquadra-

¹³ Em tradução livre: “Chamamos de ‘Momento’ a tentativa de atingir a total realização de uma possibilidade. A possibilidade se oferece e se revela. É determinada e conseqüentemente é limitada e parcial.”

mento político, ao participarem de pautas nacionais, de modo que há uma compreensão de como são afetados.

Seguindo o recorte temporal, do incêndio e da pandemia, as duas seções seguintes discutem esses dois momentos. No incêndio notou-se um interesse grande de diversos grupos para colaborarem com o local bem como uma atenção midiática (CARNEIRO, 2019). No entanto, os grupos que já participavam tiveram um papel importante para a articulação de emergência. Nesse momento de emergência, o Estado pouco atuou na reconstrução da 29 de Março, reafirmando a noção de indeterminação da vida e da perda de direitos.

As ocupações, durante a pandemia, tendo condições de habitação e saneamento precárias, são atingidas de modo diferente em relação ao restante da cidade, como é o caso das ocupações da CIC. O que já era precário se torna um fator expressivo para a propagação e para o agravamento da doença. Na contramão das recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2020), esses locais possuem acesso precário à água e à infraestrutura básica, bem como dificuldades de realizar o distanciamento social em casas pequenas, e necessitando ir presencialmente ao trabalho (quando o tem). Em meio a essas incertezas, a solidariedade de diversos grupos se faz presentes. São ações de base, comumente já articuladas, que auxiliam na sobrevivência e na superação desse período.

Na última seção deste capítulo, apresenta-se uma síntese dos grupos envolvidos nesses dois períodos. Nota-se que muitos deles já colaboravam anteriormente, como visto nas descrições e nas manifestações. São ações contínuas que, em medidas diferentes, se aproximam do direito à cidade e apresentam resistência para a reprodução da vida. Da mesma forma que pode indicar permanências e conformidade. Visa-se, com as entrevistas, identificar melhor as ações de cada grupo, bem como compreender em que medida se aproxima do conformismo e/ou resistência, compreendendo essa relação de forma dialética como propõe Chauí (2014).

4.1 MANIFESTAÇÕES E AGENTES ENVOLVIDOS

Como discutido, o direito à cidade pode ser visto nas manifestações ao se reivindicar a cidade para si quando visa à transformação social. Esta seção foca nos conflitos urbanos, mais especificamente nos protestos que possuem a participação, e principalmente protagonismo, das ocupações da CIC.

O Quadro 8 apresenta um histórico resumido desses protestos, de 2012 a 2019. O levantamento foi realizado através de pesquisa do Observatório de Conflitos Urbanos de Curitiba, com a complementação de artigos (HOLANDA; POLLI, 2019), dissertações (CARNEIRO, 2019; LIMA, 2019) e blog de divulgação do MPM (MPM, 2020).

Ressalta-se que as manifestações não possuem mote único, podendo envolver mais de uma reivindicação, não se limitando à categoria da moradia, embora ela seja predominante. Os protestos envolvem, de um modo geral, a entrada em políticas habitacionais, do PMCMV-Entidades e Aluguel Social; contexto político; disputa pela terra, legitimidade da ocupação; e, mais recente, o incêndio. Por fim, os protestos explicitam as relações de incerteza quanto ao futuro da ocupação – seja pela entrada em políticas habitacionais, seja pelo receio frente as remoções.

São utilizadas as nomenclaturas adotadas no observatório para os Agentes Instigadores e os Apoiadores – quem organiza a reivindicação, e quem apoia e participa; e Agentes Reclamados e Opositores – a quem se dirige a reclamação, e contra quem se protesta, respectivamente.

Quadro 8 - Manifestações nas ocupações da CIC

#¹	Data	Objetivo do protesto	Agentes instigadores e/ou apoiadores	Agentes reclamados e/ou opositores
T	Setembro 2012	Ocupação de terreno – Nova Primavera	MPM e moradores	-
H	Outubro 2012	PMCMV-E	MPM e moradores.	Vereadores.
T	Outubro 2012	Visibilidade	MPM e moradores.	Vizinhos da ocupação
H	Abril 2013	Contra remoções violentas, Aluguel Social, PMCMV	MPM e moradores.	Prefeitura Municipal de Curitiba
C	Abril 2013	Abril Vermelho – Reforma Agrária	MPM, MST e moradores.	Governo Federal
C	Julho 2013	Infraestrutura do bairro	MPM, moradores, associações de bairro da CIC, Levante Popular da Juventude, União Nacional por Moradia Popular (UNMP), Central de Movimentos Populares (CMP)/PR, MST, Frente de Luta pelo Transporte e Fórum de Mobilização CIC-Portão.	Prefeitura Municipal de Curitiba
H	Novembro 2013	Aluguel Social	MPM e moradores.	Vereadores.
C	Maio 2014	Copa de futebol, Aluguel Social e PMCMV-E.	Frente Nacional Resistência Urbana como organizador nacional. Em Curitiba, teve participação de diversos moradores, incluindo os da Nova Primavera, e o MPM.	Governos federal e estadual e Prefeitura Municipal de Curitiba.
H	Agosto 2014	Aluguel Social	MPM e moradores.	Vereadores.

H	Fevereiro 2015	PMCMV-E	MPM e moradores.	Governo Federal e Caixa Econômica Federal.
C	Março 2015	Jornada nacional de lutas frente à resistência urbana	MPM e moradores.	Prefeitura Municipal de Curitiba
T	Março 2015	Ocupação de terreno – 29 de Março	MPM e moradores.	-
T	Abril 2015	Ocupação de terreno - Tiradentes	MPM e moradores.	-
H	Abril 2015	PMCMV-E	MPM e moradores.	Prefeitura Municipal de Curitiba
H	Julho 2015	Aluguel Social, PMCMV-E, expansão do aterro sanitário.	MPM e moradores.	Prefeitura Municipal de Curitiba e Essencis.
T	Agosto 2015	Visibilidade durante Leilão da Essencis.	MPM e moradores.	Essencis, Possíveis Compradores do terreno.
C	Março 2016	Contra <i>Impeachment</i> da presidenta Dilma Rousseff	MPM e moradores em manifestação nacional com outros movimentos e atores. Organização da Frente Nacional de Movimentos.	Governo Federal.
C	Abril 2016	Contra <i>Impeachment</i> da presidenta Dilma Rousseff	MPM e moradores em manifestação nacional.	Governo Federal.
C	Maio 2016	Contra Privatizações	MPM e moradores.	Governo Federal.
T	Junho 2016	Remoção - Tiradentes	MPM/MTST, moradores, deputado Tadeu Veneri (PT).	Prefeitura Municipal de Curitiba e Essencis.
H	Junho 2016	Aluguel Social	MPM/MTST e moradores.	Prefeitura Municipal de Curitiba.
C	Junho 2016	Saída de Michel Temer	MPM e moradores em manifestação nacional.	Governo Federal.
H	Julho 2016	Aluguel Social	MPM e moradores.	Prefeitura Municipal de Curitiba.
T	Setembro 2016	Ocupação de terreno – Dona Cida	MPM e moradores.	-
T	Setembro 2016	Remoção – Dona Cida	MPM e moradores.	Prefeitura Municipal de Curitiba e proprietário do terreno.
H	Novembro 2016	Política habitacional	MPM e moradores.	Prefeitura Municipal de Curitiba.
H	Dezembro 2016	Reinvidicação por Área de interesse social	MPM e moradores, com apoio do Instituto Democracia Popular (IDP).	Prefeitura Municipal de Curitiba.
T	Outubro 2018	Remoção – 29 de Março	MPM/MTST e Moradores.	Prefeitura Municipal de Curitiba.
T	Outubro 2018	Remoção – Dona Cida	MPM/MTST e Moradores.	Prefeitura Municipal de Curitiba.
I	Dezembro 2018	Audiência pública devido ao Incêndio – 29 de Março	MPM, Moradores, Vereadores - (Prof. Josete (PT) e Goura (PDT), Academia e Ministério Público.	Prefeitura Municipal de Curitiba e COHAB.
I	Janeiro 2019	Incêndio – 29 de Março – Ato em solidariedade	Convocado por moradores, com IDP, MPM, o MST, o MLNM, o PT, a Comvida, o PC do B, vereadores Professor Euler (PSD) e Professora Josete (PT), UFPR (professor José Ricardo de Faria), o bloco de carnaval Garibaldi e Sacis e a ONG TETO.	-
C	Setembro 2019	Grito dos excluídos	Comunidades de base, pastorais sociais, organizações populares e movimentos locais, como o MPM, e moradores.	Estado – sem destinação a uma esfera específica.

I	Dezembro 2019	Em memória ao Incêndio ocorrido na 29 de Março	MPM e moradores.	Prefeitura Municipal de Curitiba.
---	---------------	--	------------------	-----------------------------------

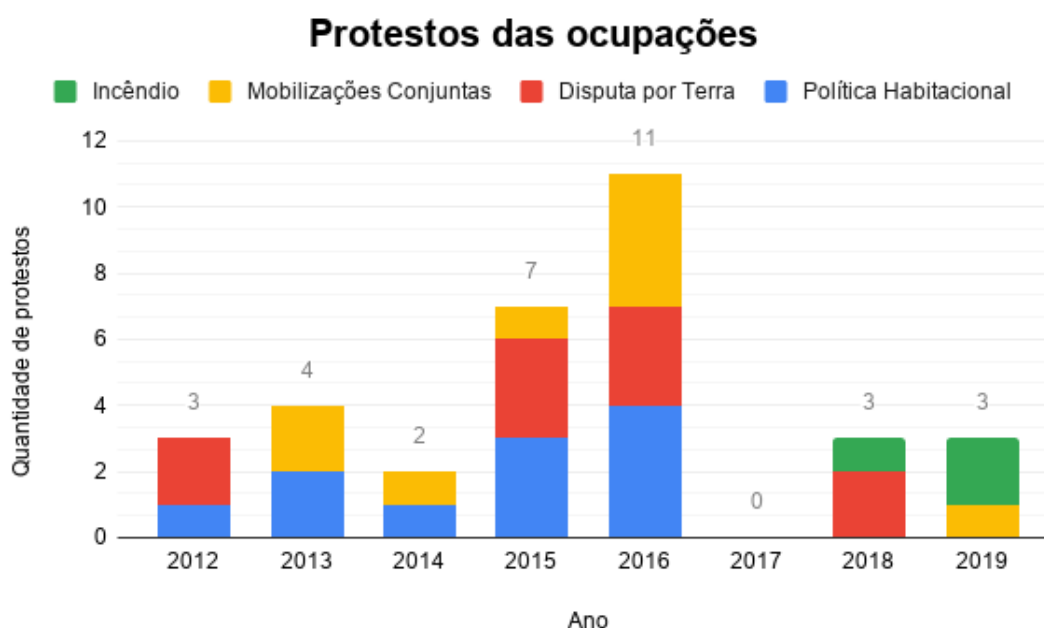
Fonte: A autora (2020), com base em Observatório de Conflitos Urbanos, MPM (2020), Holanda e Polli (2019), Carneiro (2019) e Lima (2019).

¹ Categorização do protesto: H – Política Habitacional; C – Mobilizações Conjuntas; T – Disputa por Terra; e, I – Incêndio.

Das 33 manifestações registradas, 11 possuem a principal temática de inclusão em políticas habitacionais (H); 9 ocorreram em mobilizações conjuntas, sejam relacionadas ao Estado, com manifestações realizadas pelo Brasil, sejam em atos menores em conjunto com outros locais, o que mostra o envolvimento com questões políticas, mesmo na periferia; 10 foram sobre disputas por terra, e 3 relacionadas ao incêndio ocorrido em 2018. Destaca-se que essa categorização é apenas para organização deste trabalho, e com base nela, é apresentada a análise a seguir. Cabe ressaltar que as manifestações possuem pautas que se mesclam e há a presença de diversos agentes em cada protesto.

Ao verificar esses protestos ao longo do tempo, como mostra a Figura 6, há um pico em 2016. Além de reivindicações pelas políticas habitacionais, esse número também se deve ao fato do contexto político. Esse ano foi marcado pelas reivindicações nacionais contra o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (PT) e, em seguida, protestos pela saída de Michel Temer (PSDB). Após esse ano, verifica-se que não houve mais registro de protestos reivindicando a política habitacional.

Figura 6 - Protestos das ocupações da CIC por ano



Fonte: A autora (2020)

O cenário político a nível federal até meados de 2015 propiciou um âmbito favorável às políticas habitacionais. Dessa forma, é visível uma luta institucional (SOUZA, 2010) que vai desde o início da ocupação até 2016. Verifica-se que a maioria das manifestações é relacionada a essa temática ou incluem a questão da política habitacional em outras manifestações, como as que ocorreram em função da Copa do Mundo de Futebol, em 2014.

Embora com o futuro incerto, verifica-se que havia um horizonte de reivindicação de políticas habitacionais. O MPM nesse momento se fez presente de modo a organizar as pautas e, devido às possibilidades, há um número frequente de ações que incluem diversos moradores.

Conforme Holanda e Polli (2019), em setembro de 2013, houve um acordo para a construção do Conjunto Habitacional Nova Primavera pelo PMCMV-Entidades. A Construtora Damiani deveria vender o terreno para a Prefeitura Municipal de Curitiba e seria responsável pela obra. Como apresentou um projeto convencional, “modelo H”, que não agradou os moradores, outro escritório foi contratado pelo movimento, e apresentou uma nova planta em 2014. Entretanto, em ambos os casos, o valor total era superior ao financiamento previsto pelo programa.

Figura 7 - Proposta de projeto de moradias na Nova Primavera



Fonte: Grifo Arquitetura (2014)

Esse exemplo sobre a negociação evidencia que havia um horizonte para concretizar a pauta por moradia. Os moradores e o movimento resistem a produções padronizadas ao procurarem outras opções. O MPM procurou e realizou um contrato com o escritório, de modo que o pagamento seria realizado caso fosse construído o empreendimento. Durante o processo houve conversas entre a Grifo, a COHAB-CT e o movimento. Os edifícios foram organizados em bloco para formar pátios, de modo similar a como a Nova Primavera estava organizada, para buscar manter relações de vizinhança. Entretanto, com o cancelamento dessa modalidade, o processo foi paralisado (GRIFO, 2020).

Nessa categoria de protestos que envolvem como foco principal a política habitacional, foram levantados como organizadores o MPM em todos os protestos, em conjunto com moradores, e com a participação do IDP em 2016. Ao verificar a quem se destinam as reivindicações, têm-se: vereadores, Prefeitura Municipal de Curitiba, Governo Federal e Caixa Econômica Federal¹⁴.

A instabilidade política e as mudanças de caráter conservador modificaram as pautas do movimento a partir de 2014 com a Copa de Futebol, se intensificando em 2016, com o *impeachment*. Aos poucos, as reivindicações abarcaram um conteúdo relacionado ao Estado, evidenciando a consciência política e social, que evidencia uma manifestação coletiva, e não se limita a pautas individuais exclusivas das ocupações.

As mobilizações conjuntas, portanto, se referem, inicialmente, àquelas que possuem um caráter coletivo. Evidenciam que não há uma pauta única e individual. Compreendem que o contexto político pode influenciar no avanço ou no retrocesso de direitos. E ainda, há aquelas que evidenciam o caráter cooperativo através do Grito dos Excluídos e da Jornada nacional de lutas frente à resistência urbana. Enfatizam os moradores e associações como sujeitos políticos, participantes de eventos nacionais, marchas, reivindicações das políticas e, ao mesmo tempo, criam seus próprios protestos no bairro.

Nas manifestações com pautas relacionadas às políticas a nível federal, não serão categorizados os atores coletivos, uma vez que tais protestos ocorreram em grande escala pelo Brasil, fugindo do escopo desta pesquisa. Desse modo, destaca-

¹⁴ Em um protesto categorizado como Política Habitacional, também havia um questionamento a respeito do embate da Tiradentes com a empresa privada Essencis, o qual não foi considerado nessa lista por não ser da temática principal.

se a participação dos atores nos protestos de reforma agrária e de pautas a nível municipal. Como organizadores, levantou-se: MPM, moradores, associações de bairro da CIC, Levante Popular da Juventude, União Nacional por Moradia Popular (UNMP), Central de Movimentos Populares (CMP)/PR, MST, Frente de Luta pelo Transporte e Fórum de Mobilização CIC-Portão, Comunidades de base, pastorais sociais, organizações populares e movimentos locais. As reivindicações eram destinadas ao Governo Federal, à Prefeitura Municipal de Curitiba, e ao Estado de um modo geral¹⁵.

Os dois últimos temas que envolvem as manifestações registradas são as disputas por terra e o incêndio. Evidenciam uma resistência mediante a organização de uma ocupação e o próprio ato de ocupar as terras, bem como uma indeterminação se sofrerão processos de despejo e de reintegração de posse sem amparo, bem como as contradições que envolvem o dia do incêndio – como já relatado anteriormente.

Em julho de 2015, a empresa Essencis fez o pedido de reintegração de posse na área ocupada pela Tiradentes, o que foi concedido pela justiça. O embate não se deu apenas pelo fato dos moradores estarem na área, como também sobre a legalidade da propriedade da empresa. O terreno foi a leilão quando constatado que não pertencia à Essencis e, devido a atos realizados pelo MPM e moradores, foi cancelado duas vezes (HOLANDA; POLLI, 2019).

O segundo embate, pelo direito de permanecer no local, ocorreu em 2016, logo após ocupação da Dona Cida. O mandato de reintegração de posse ocorreu em 17 de setembro, e, após acordo entre COHAB e os proprietários do terreno, evitou-se a retirada das famílias (PADILHA; CARRANO, 2016). Este processo foi mediado por diversos agentes, além do MPM e dos moradores, como relatado em notícia:

Além de mais de 50 pessoas, entre estudantes de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e de Medicina da Faculdade Evangélica, estiveram no local a promotora de justiça Aline Bilek Bahr e o engenheiro civil Julio Costaldello de Almeida, representantes da Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo de Curitiba, órgão vinculado ao Ministério Público do Paraná (PADILHA; CARRANO, 2016, s/p)

Em 11 de outubro de 2018, os moradores da 29 de Março tentaram ampliar o terreno da ocupação, mas houve interferência da Guarda Municipal para impedir.

¹⁵ O Grito dos Excluídos demanda por ações do Estado, sem especificar o nível do ente federado.

Como havia um adensamento nessa ocupação, os moradores visavam uma melhor distribuição das casas. Entretanto, com a ação policial, as casas foram destruídas (CARNEIRO, 2019).

No mesmo mês, no dia 17, foi retomado o processo de reintegração de posse no terreno da Dona Cida, que estava parado desde 2016. As coordenações das quatro associações de moradores se reuniram para organizar um protesto contra a ameaça de despejo no dia 26 do mesmo mês, em frete à Prefeitura Municipal de Curitiba. O Instituto de Democracia Popular e a Defensoria Pública do Paraná entraram com recursos judiciais contra a reintegração de posse, além de se articularem com o Ministério Público do Paraná (CARNEIRO, 2019; PADILHA, 2018).

Como agentes instigadores dos protestos na pauta de disputa por terra, há o MPM e os moradores. As reivindicações são destinadas a vizinhos da ocupação, Essencis, possíveis compradores do terreno da Essencis, Prefeitura Municipal de Curitiba e proprietários do terreno da ocupação. Conforme apresentado, além dos atores envolvidos nos protestos, houve a participação de muitos outros nas negociações com a Prefeitura, de auxílio direto *etc*.

Por fim, as manifestações relacionadas ao incêndio ocorreram em forma de protesto pelo ocorrido e, após um ano, em memória à trajetória de sofrimento e de luta. Como já explanado, esses espaços – as margens – exemplificam situações que põem a vida em caráter de indeterminação, seja pelo incêndio, seja pela incerteza de permanência no local.

Os atores envolvidos nos atos relacionados aos incêndios – audiência, ato de solidariedade e ato em memória – foram: MPM, moradores, Vereadores (Prof. Jose-te [PT], Prof. Euler [PSD] e Goura [PDT]), UFPR, Ministério Público, IDP, MST, MLNM, PT, Comvida, PC do B, Bloco de carnaval Garibaldi e Sacis e a ONG TETO. As reivindicações foram destinadas à Prefeitura Municipal de Curitiba e à COHAB.

Convém pontuar que a escolha pelo local do Grito dos Excluídos (supracitado nas Mobilizações Conjuntas) se deu em razão da denúncia relacionada ao incêndio. Além disso, a ocupação se tornou cenário da gravação de um clipe¹⁶ que visava a mostrar a vida das ocupações, bem como o descaso público e a repressão policial.

¹⁶ Vila Vintém – Mulamba, lançado em setembro de 2019.

Na Figura 8, é possível verificar os atores envolvidos nos conflitos descritos acima como agentes instigadores ou apoiadores – conforme a nomenclatura utilizada no Observatório de Conflitos Urbanos de Curitiba. Foram excluídos dessa imagem os moradores, uma vez que participam em todas as manifestações. Nota-se o destaque do MPM, movimento que participa de modo organizativo desde o início da ocupação. Há a presença de outros movimentos, vereadores e organizações populares.

Já na Figura 9, são apresentados os atores a quem se destinam os protestos – Agente Reclamado, conforme nomenclatura do Observatório de Conflitos Urbanos de Curitiba. Nota-se uma predominância na esfera estatal, em especial, a Prefeitura Municipal de Curitiba.

Figura 8 - Nuvem de palavras – agentes instigadores e apoiadores envolvidos nos protestos¹⁷



Fonte: A autora (2020).

Figura 9 – Nuvem de palavras – agentes reclamados ou opositores



Fonte: A autora (2020).

¹⁷ Foram excluídos aqueles citados de modo genérico, como “movimentos locais” e “organizações populares”.

A mudança para uma ocupação urbana representa um horizonte para não se pagar aluguéis incompatíveis com a renda¹⁸ e uma possibilidade de uma nova moradia. Entretanto, as frequentes desposseções, através de reintegração de posse ou de dificuldades de acesso a equipamentos e serviços públicos, explicitam as indeterminações diárias, bem como as formas de resistência e de conformismo. Embora haja um enquadramento em quadros institucionais e uma certa dependência do cenário político, ao se sobreviver, permanecer manifestando-se e se estabelecer práticas insurgentes, há resistência nesses locais.

As ocupações são marcadas pela autoprodução das moradias e da infraestrutura, incidindo diretamente no bairro. São locais em que as pessoas precisam “se virar”¹⁹ diariamente para conseguir sobreviver e ter uma vida digna. Carneiro (2019) defende que há pouca presença do Estado, além de descrédito como promotor de direitos, direcionando ao individual e ao privado a função de estabelecer e fornecer o que seriam direitos básicos – e quem não os tem, se torna culpado, quando o Estado deveria cumprir essa função.

Nessa dissertação, foi realizado um recorte para o estudo de dois períodos: reconstrução após o incêndio (dez/2018 e o ano de 2019), e a pandemia (março a dezembro de 2020). Considera-se que esses dois períodos possuem a capacidade de exemplificar a situação da indeterminação, bem como as resistências diante dela. Além disso, houve um movimento grande de colaboração de grupos mobilizados, seja moradores ou não, da ocupação. As próximas duas seções abordam esses períodos.

4.2 29 RESISTE: RECONSTRUÇÃO APÓS O INCÊNDIO

No final de 2018, em 08 de dezembro, a ocupação 29 de Março foi tomada por um incêndio que destruiu cerca de 200 moradias, como mostra a Figura 10. Conforme os moradores, o incêndio foi criminoso, devido a uma retaliação de alguns policiais após a morte de outro policial militar, conforme entrevistas em reportagens de jornal (VASCONCELOS, 2018). A situação do incêndio, bem como o relato de agressões, seria uma repercussão da morte de um policial na noite anterior:

¹⁸ Para exemplificar, em pesquisa realizada pela TETO (2019a), na 29 de Março, após o incêndio, observou-se que 57% da população mudou para o local pela possibilidade de não pagar aluguel, e 23% por falta de dinheiro para se manter em outro local.

¹⁹ Viração, de acordo com Ribeiro (2005)

De lá para cá [todo o dia anterior ao incêndio] os PM começaram a entrar nas ocupações, 29 de Março, Primavera, Dona Cida e até Tiradentes. Eles agrediram e espancaram várias pessoas. Colocaram sacolas na cabeça, deram chutes, cotoveladas... À noite, mandaram o recado que iam velar o camarada deles e depois do velório iam “estourar os barracos da comunidade”. Voltaram e entraram na casa em frente que o policial foi alvejado, deram um monte de tiros e começaram o incêndio”, conta o morador J. Outra moradora, C, confirma que pessoas da comunidade foram agredidas, ‘invadiram, quebraram portas das casas em que os moradores estavam trabalhando. À tarde, deram toque para fechar todos os comércios por que (sic) iam fazer uma operação, entraram nos barracos. À noite, ninguém podia sair para fora. Aí as casas começaram a queimar, teve tiro, foguete, morador morto, motorista de Uber baleado (VASCONCELOS, 2018, p. s/p).

A Polícia Militar, por sua vez, negou o envolvimento de policiais em coletiva de imprensa logo após o incêndio, e informou que iria abrir um inquérito (VASCONCELOS, 2018). Conforme noticiado, o Coronel Antônio Zanatta Neto afirmou nesse dia,

“Temos informações que foram pessoas de outra vila, que estariam impedindo a ação da PM e jogando a conta destes fatos para a Polícia Militar. Não admitimos isso e por isso viemos a público nos posicionar” [...] Segundo o coronel, a PM é a maior interessada em esclarecer os fatos e deixar claro que não foram militares os que provocaram o incêndio. “Tudo começou por termos ido atender a um chamado lá dentro, tivemos um militar que foi executado e é este o fato que precisamos abordar. Queremos que as pessoas que disseram isso (da autoria do incêndio) denunciem a Corregedoria, até mesmo com imagens e material que possa provar o que disseram” (SARZI, 2018, p. s/p).

Embora o inquérito tenha sido aberto e algumas pessoas da ocupação tenham prestado depoimento, não houve denúncia por parte do Ministério Público. Houve uma investigação aberta por parte da polícia militar e do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) quando o policial foi morto. Conforme noticiado, foram realizados 19 mandatos de busca e apreensão relacionadas ao porte de armas e drogas (G1 PR, 2019).

Esta situação exemplifica as tragédias cotidianas. Não obstante a precariedade em que vivem, o incêndio surge como mais uma indeterminação: tem suas casas e todos os seus bens e documentos pessoais destruídos, e ausência de uma política pública eficaz. As pessoas resistem ao retomar suas vidas apesar de tudo, e ao reivindicar seus direitos básicos.

Nesta seção, o foco se dirige à reconstrução após o incêndio, ou 29 Resiste, como chamada pelos moradores. Carneiro (2019) identificou que a visibilidade das ocupações ocorrida após o incêndio foi relevante para a rotina dos moradores. Lima

(2019) destaca que houve a criação de uma rede de voluntariado, com um aumento na mobilização de agentes externos à ocupação – acadêmicos, igrejas e ONGs *etc.* – além dos próprios moradores e coordenadores. O autor entende a presença dessas redes como uma potencialidade do local. Desenvolve-se uma visibilidade da área, visando ao direito à cidade, expondo contradições da “cidade modelo” de Curitiba (LIMA, 2019).

Figura 10 - 29 de Março após incêndio



Fonte: IDP (2018)



Fonte: Levantamento VANT. CEPAG/UFPR, Prof. Dr. Leonardo Ercolin Filho

Ainda em 19 de dezembro ocorreu uma audiência pública para debater a questão da moradia. Foi organizada pelos mandatos da vereadora Professora Josete (PT) e do então vereador Goura (PDT). No debate, estavam presentes representantes do MPM e do Ministério Público, uma professora da área do Direito da UFPR, e lideranças comunitárias da época (coordenação da Tiradentes e da 29 de Março). E ainda, na reunião, estavam moradores das ocupações da CIC. Conforme divulgado pela assessoria da vereadora Professora Josete (PT), também foram convidados representantes da COHAB, da FAS (Fundação de Ação Social) e da Secretaria de Segurança Pública do Estado, responsáveis pela investigação. Entretanto, não compareceram.

Durante a audiência, os moradores relataram que a COHAB havia oferecido um aluguel social para as famílias atingidas pelo incêndio, no valor de 350 reais para 98 famílias. Essa situação gerou um descontentamento, uma vez que entenderam que este valor era baixo e não atendia à demanda principal que é a reconstrução das casas. Em relação à construção, também houve impasses com o poder público,

conforme colocado por uma das lideranças à época (coordenação da associação de moradores):

Logo após a TETO [ONG de voluntários] anunciar que iria nos ajudar a reconstruir nossas casas a Cohab anunciou que lá só pode ter 15 casas. Ao meu ver isso mostra que a prefeitura não está preocupada com todas as famílias vítimas do incêndio (ASSESSORIA, 2018, s/p)

Na audiência, o representante do MP declarou que estavam atuando em duas frentes de investigação, independentemente da investigação das polícias civil e militar. Uma contemplava a situação do incêndio e outra se direcionava às lesões corporais relatadas por vários moradores (ASSESSORIA, 2018).

Houve, além disso, um ato de solidariedade em dezembro, com apresentações musicais, culturais, como também atos de indignação com o ocorrido. Também foram realizadas doações às famílias.

Outra colaboração foi a atuação do MPM com a UFPR, junto com a UTFPR, o IDP, o coletivo Trena e Mobiliza, além de manterem contato com a TETO, que reconstruiria as casas. Foi demandado um estudo técnico sobre a ocupação, com diretrizes gerais – Plano Emergencial Urbanístico da Comunidade 29 de Março (PLUE). A partir de um levantamento realizado por drone, verificou-se a área, discutiu-se e fez-se o projeto, e, ao fim, realizou-se a demarcação de lotes para a construção das casas. Cabe destacar que esse processo não ocorreu sem contradições, como a distribuição das casas, tamanho de lotes *etc.*

A TETO construiu, em dezembro de 2018, 21 casas de madeira com 18m² e, em fevereiro, mais 17, além da construção da sede comunitária em fibrocimento, também em dezembro (TETO, 2019a), que posteriormente recebeu melhorias com a ajuda do Escritório Verde da UTFPR. Em todo momento, a TETO manteve contato com a Defensoria Pública e a COHAB-CT a fim de verificar possibilidades de atuação.

O MST também colaborou com a construção de casas e de fossas e realizou um mapeamento das famílias atingidas. Houve a contribuição de diversos outros atores, conforme relatado por um dos moradores:

O processo de reconstrução foi sendo feito pela comunidade, pela população, por organizações que já nos acompanhavam e outras entidades não organizadas, engenheiros, professores e pessoas de várias profissões. Os parceiros da ONG TETO construíram 21 casas rapidamente e o MST segue

aqui com a gente fazendo um trabalho fantástico de mapeamento das pessoas atingidas, medição do terreno, conseguiram doações e seguem construindo em mutirão. Já foram construídas 40 casas e outras 17 estão bastante avançadas em sua finalização (OCUPAÇÃO..., 2019)

Em março, a TETO também realizou um levantamento socioeconômico, com a intenção de iniciar atividades de uma equipe que realizaria acompanhamento semanal, para a construção de projetos comunitários.

Figura 11 - Reconstrução 29 de Março à esquerda e Sede Comunitária à direita.



Fonte: Edison Gonçalves (TETO, 2019b).



Fonte: a autora (2019)

Nota-se que essas práticas dos grupos mobilizados passam pelas ações de urgência, de planejamento e de demanda ao poder público que podem indicar uma resistência ao retomar a vida e se apropriar das redes criadas para reivindicar e construir melhorias.

4.3 SOLIDARIEDADE NO MOMENTO DE PANDEMIA DE COVID-19

O cenário de pandemia da COVID-19 tem explicitado diversas contradições e o agravamento das desigualdades sociais, além de incerteza quanto ao futuro. So-ma-se às camadas de precariedade, uma pandemia que se alastra para a periferia. Numa ocupação, como lavar as mãos e se manter higienizado quando não há acesso à água? Ou manter o distanciamento social, quando se é necessário trabalhar para não passar fome, e ter que entrar em ônibus lotados? E ainda, como esse distanciamento ocorre em casas sem ventilação adequada ou um tamanho apropriado ao número de pessoas?

No Paraná, como forma de enfrentar as crises agravadas pelo vírus, o governo estadual postergou parcelas de habitação popular e alterou normas da tarifa so-

cial de água e energia, a fim de diminuir os gastos das famílias com menor renda (PARANÁ, 2020a). Além disto, através do Decreto Judiciário Nº174/2020 proibiu a reintegração de posse entre 19 de março a 30 de abril de 2020 (PARANÁ, 2020b), e depois postergou o prazo por tempo indeterminado – Decreto Judiciário Nº244/2020 (PARANÁ, 2020c). Todavia, houve atos de reintegração, como visto em Campo Magro (CARRANO, 2020b), Araucária (GUARDA, 2020) e no bairro Fazendinha, em Curitiba (CARRANO, 2020a).

Como forma de enfrentamento à doença, não houve ações articuladas e direcionadas às diferentes regiões do Paraná (MOURA *ET AL.*, 2020). Em junho houve a publicação do Decreto Estadual nº 4.885/2020, com recomendações de restrição do funcionamento de comércio e serviços, e se atribuiu como dever do município a fiscalização. No final do mesmo mês, com o número crescente de contágio, foi publicado o Decreto Estadual nº 4.942/2020, conhecido como *lockdown*. Moura *et al* (2020) argumenta que ainda havia a necessidade de se planejar barreiras sanitárias e se restringir locomoções.

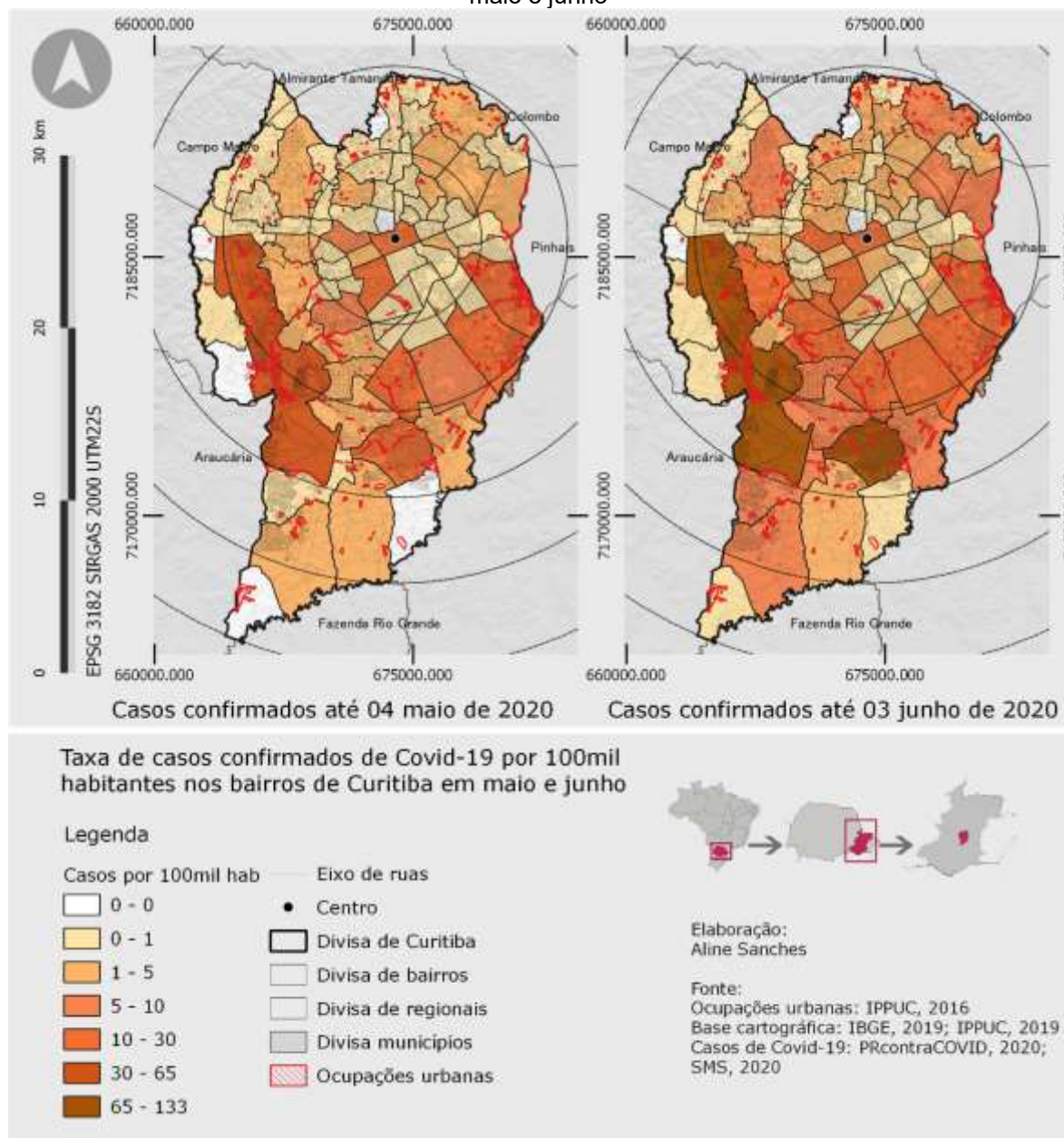
Em Curitiba, não há uma política pública específica de combate à propagação do vírus e de preservação da vida, principalmente da vida das pessoas de menor renda, além de haver pouca publicização dos dados de saúde, por bairro, por raça, o que permitiria realizar ações preventivas. Os dados sobre o número de casos e de infectados são disponibilizados *online*, divididos apenas por distritos sanitários (CURITIBA, 2020). Apesar das declarações do prefeito, há um crescente número de casos registrados. Em maio, o intendente declarou em entrevista que descartaria o *lockdown*: “se as pessoas forem civilizadas (...) não tem porque a gente não permitir a flexibilização” (PRCONTRACOVID, 2020, s/p). Culpabilizando individualmente a população pela propagação da doença.

O Mapa 9 mostra como a doença se propagou para a periferia²⁰. Ao se analisar os dados de número de casos, nota-se uma concentração inicial na região central de Curitiba. Em maio, havia a concentração nos bairros Batel, Bigorriho e Água Verde, que se localizam na região central do município, se expandindo para a região sul, em bairros como: Cajuru, Uberaba, CIC *etc*. Em junho, conforme analisado pelos pesquisadores da plataforma PR contra COVID, a doença foi agravada em locais

²⁰ Esses dados foram coletados pelo Paraná contra a COVID, por meio da lei da transparência.

com terminais de transporte coletivo, e houve agravamento em bairros periféricos como o CIC (PRCONTRACOVID, 2020).

Mapa 9 - Taxa de casos confirmados de Covid-19 por 100mil habitantes nos bairros de Curitiba em maio e junho



Fonte: A autora (2020), com base em IPPUC, 2016, 2019; IBGE, 2019; PRCONTRACOVID, 2020; SMS, 2020

Em maio, o bairro CIC possuía 34 casos (64,51 casos por 100 mil habitantes), e em junho o número dobrou, com 70 casos (132,81 casos por 100 mil habitantes), resultando em um aumento de 105,88%. No batel, este aumento foi de 41,67%, no Bigorrião de 62,5%, e no Água Verde de 51,72%.

Entretanto, nesse mesmo contexto em que se acentua a situação de precariedade na periferia, nota-se a articulação de diversas ações coletivas. São iniciativas que visam a salvar vidas, não apenas da doença, como também dos impactos em outros campos, como a fome, já existente anteriormente²¹, mas agravada nesse momento. De um lado, a filantropia de grandes empresas, com propagandas veiculadas na mídia corporativa. De outro, as frentes de solidariedade no campo e na cidade, visando à distribuição de alimentos e à proteção sanitária. (VIEIRA; GHIBAUDI, 2020).

Essas ações de solidariedade são, em sua maioria, organizadas por grupos da sociedade civil, movimentos populares e organizações sindicais, e contam com um expressivo apoio financeiro de contribuições individuais (VIEIRA; GHIBAUDI, 2020). A partir da necessidade, e de quando as políticas públicas não alcançam as demandas da população, as pessoas criam saídas para sobreviver. A viração está presente nesse aspecto, na ação espontânea.

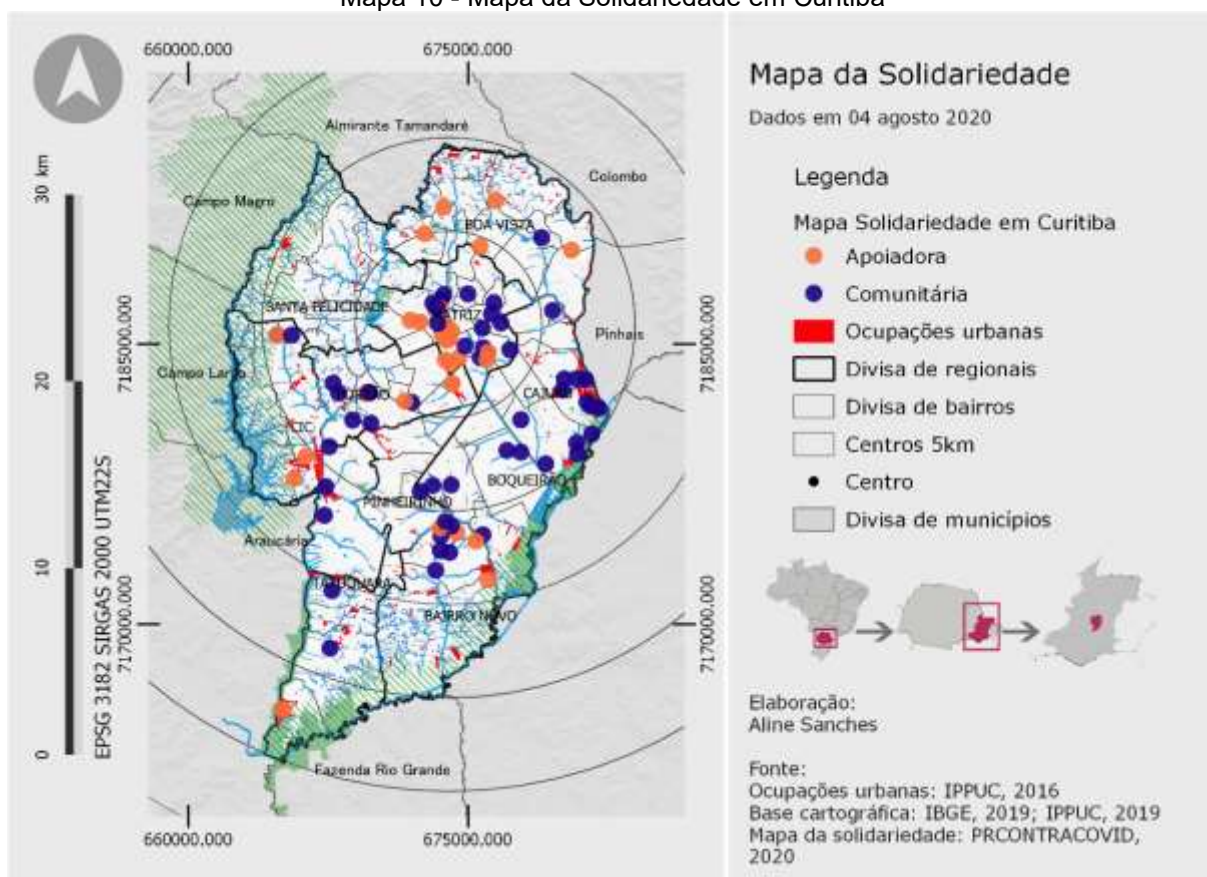
As ações articuladas no período de pandemia, aparentemente conjunturais, são, na realidade, uma tradição histórica de lutas antissistêmicas. A pandemia explicita a crise e o aprofundamento do sistema capitalista, com o aprofundamento das desigualdades e da exploração (VIEIRA; GHIBAUDI, 2020).

Em tempos de uma pandemia que quer se alastrar na indiferença e desolação da procura por lucro e poder de uns poucos, os de baixo, invisibilizados e explorados recuperam, recriam e inovam fazendo solidariedade na luta (VIEIRA; GHIBAUDI, 2020, p. 294).

Como exemplo, pode-se verificar o Mapa da Solidariedade, que faz o levantamento de ações de solidariedade na metrópole de Curitiba. O Mapa é elaborado pelo Laboratório de Urbanismo e Paisagismo da UTFPR (LUPA/UTFPR), em parceria com o Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (CEFURIA), a Terra de Direitos, e o Observatório das Metrópoles – Núcleo Curitiba. O mapa é uma ação de extensão e conta com a participação de alunos, professores, pesquisadores e profissionais das áreas de Arquitetura e Urbanismo, Assistência Social e Direito. O Mapa 10 reúne as informações coletadas. Cabe dizer que as marcações no mapa são referentes a pontos de coleta e explicitam a localização em relação à periferia.

²¹ Swinburn (2019), antes do início da pandemia de COVID-19, identificou a existência de três pandemias no mundo, da fome, obesidade e de mudanças climáticas – Sindemia Global.

Mapa 10 - Mapa da Solidariedade em Curitiba



Fonte: A autora, com base em PRcontraCOVID (2020)

Dentre as ações levantadas, cabe destacar as que destinam alguma ajuda às ocupações da CIC. Somam-se às informações extraídas do Mapa da Solidariedade: a pesquisa em grande mídia, a mídia local das ocupações e os atores já identificados que trabalham no local. Com isso, foram identificadas diversas ações pontuais e contínuas de grupos mobilizados que já atuavam ou passaram a atuar no local. Destacam-se, neste trabalho, doações e projeto com colaboração da TETO; Campanha Resistindo com Solidariedade e a relação com o campo, através das doações do MST.

No início da pandemia, a TETO (BIVAR, 2020) iniciou a campanha nacional “Por uma quarentena mais justa”, com a finalidade de doar cestas básicas para as ocupações que atuam pelo Brasil. Nas ocupações da CIC, até o momento da escrita desta dissertação²², foram doadas 330²³. Em setembro, a organização iniciou outra campanha, “Embaixadores TETO 2020”, para a arrecadação de dinheiro para construção de projetos, como banheiros e cozinhas comunitárias.

²² Novembro de 2020.

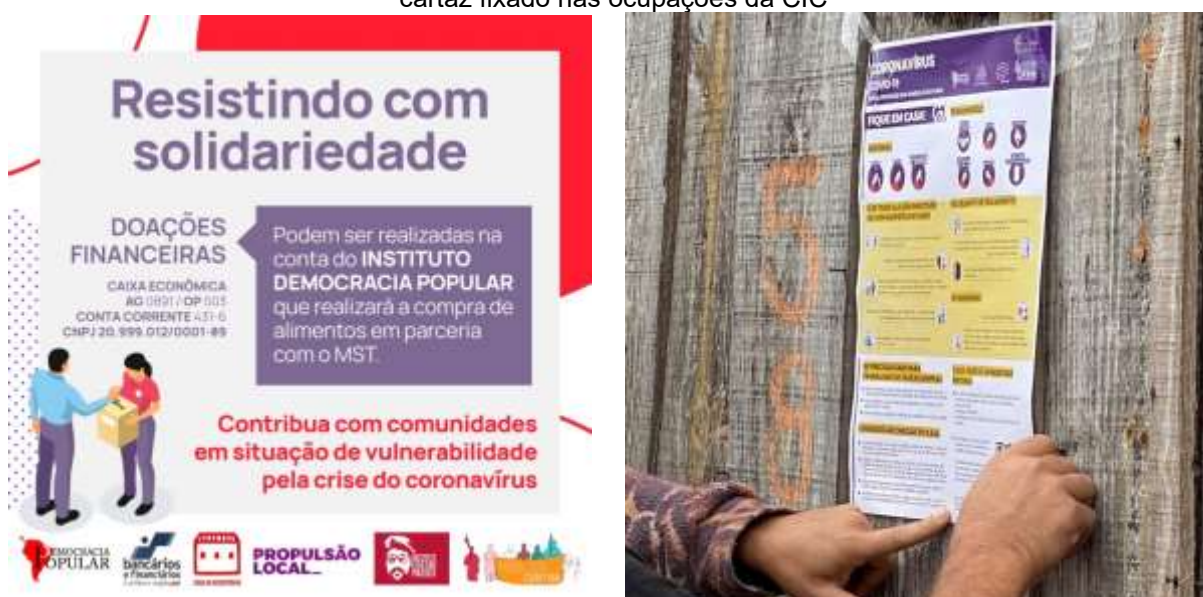
²³ Foram doadas 80 cestas à Nova Primavera, 154 à 29 de Março, 62 à Tiradentes, e 34 a Dona Cida.

Na Tiradentes, a TETO já havia colaborado com a construção da sede comunitária em 2019. Com essa segunda campanha, realizou um projeto de expansão dessa sede, com banheiro e cozinha, ainda em construção. A construção está sendo realizada pelos moradores, e a ONG Voluntariando auxilia com doações de insumos, como para a fossa séptica. A TETO ajudou com financiamento, gerenciamento e projeto técnico.

A segunda a ser destacada é a campanha “Resistindo com Solidariedade”. A ação é desenvolvida pelo Instituto Democracia Popular (IDP) em conjunto com Casa da Resistência, Sindicato dos Bancários, Propulsão Local, Instituto Declatra, Instituto Edésio Passos e Frente Mobiliza Curitiba. Ela destina 85% dos recursos financeiros para a compra de alimentos e de produtos de higiene e de limpeza destinados às ocupações da CIC e da Primeiro de Maio; os outros 15% são destinados a outras ocupações da metrópole de Curitiba. Em quatro meses, desde o final de março até final de julho, foram arrecadados R\$ 72.956,70 (2020a, 2020f).

Além das doações, o IDP, em parceria com o Laboratório de Habitação de Urbanismo (Lahurb), com o Projeto Ocupações Urbanas da UFPR e com o Arquitetos Solidários, produziram cartazes informativos sobre a doença e fixaram em locais de maior circulação de pessoas, considerando as condições de distanciamento social, como pequenos mercados (IDP, 2020b).

Figura 12 - Campanha Resistindo com Solidariedade. à esquerda, *banner* de divulgação. À direita, cartaz fixado nas ocupações da CIC



Fonte: IDP (2020a, 2020c, 2020f)

Essas entidades envolvidas na campanha também atuaram, de forma importante, através da cobrança de políticas públicas coerentes com as desigualdades e a pandemia. Em 11 de maio (IDP, 2020e), enviaram um Ofício e uma nota técnica, produzida pelo LAHURB, à Câmara de Vereadores e ao Ministério Público (MPPR). Além da denúncia da precarização agravada nesse período, o documento propõe a adoção do Plano Emergencial de Assistência Social em Curitiba, com medidas de proteção a pessoas em situação de vulnerabilidade social. Como desdobramento, o MPPR (IDP, 2020d) determinou que a Fundação de Ação Social (FAS), a Justiça de Direitos Constitucionais e a Justiça de Proteção à Saúde Pública tomassem providências cabíveis. E a Câmara de Vereadores, a partir da vereadora Professora Josete (PT), aprovou, em votação, o encaminhamento à Prefeitura, como forma de recomendação e de sugestão ao poder público municipal (IDP, 2020e).

A terceira campanha consiste nas doações do MST, que mostram a relação com o campo, bem como uma integração com esse movimento. O MST tem doado mais de seiscentas toneladas de alimentos no Brasil, visto que a pandemia aprofundou as desigualdades existentes no país, agravando a fome e a situação de precariedade (SUDRÉ, 2020). O movimento considera que não apenas distribuem alimentos (SUDRÉ, 2020). Ao doar, confrontam as demandas por moradia, por terra e pela reforma agrária, além da necessidade por organização da juventude. É a solidariedade com a denúncia de um Estado e de políticas que não são capazes de superar desigualdades e que exercem controle e violência (SUDRÉ, 2020).

Por meio da “Jornada de Lutas de Abril”, militantes do MST do Paraná distribuíram uma tonelada de alimentos orgânicos às ocupações da CIC em 8 de abril. A produção decorre de famílias agricultoras da Cooperativa Terra Viva e do Assentamento Contestado, na Lapa. Poucos dias depois, a ocupação rural Maila Sabrina, também ligada ao MST, doou catorze toneladas de alimentos às ocupações da CIC (BIANCHINI, 2020).

Essas ações de solidariedade, fora da grande mídia, são construídas a partir de grupos sociais e territórios que são explorados e invisibilizados, que se articulam pela manutenção da vida frente a precarização de suas condições, devido à pandemia, ao reconstruir laços sociais (VIEIRA; GHIBAUDI, 2020).

Nesse sentido, [...] são bem denominadas como ações de solidariedade. Essas práticas estabelecem, de fato, formas de reprodução da vida que não passam pelo mercado capitalista hoje em colapso, isto é, por relações de

compra e venda orientadas ao lucro. Permitem ainda, e não menos importante, tornar visíveis a seus sujeitos, construir e defender valores comuns e fazer do estigma uma identidade coletiva. Atualizam, ademais, um longo e profundo processo histórico de lutas e resistências das classes exploradas. (VIEIRA; GHIBAUDI, 2020, p. 284).

A solidariedade nesse período induz aos conteúdos de classe, raça e gênero presentes nas relações capitalistas, mesmo que não sejam aprofundadas (PÁDUA, 2020). O ato de solidariedade é parte da construção da consciência de classe. Ao realizar uma ação solidária a outrem, o sujeito se constrói a si mesmo como ator político (VIEIRA; GHIBAUDI, 2020). A luta de classe é inserida no debate com o agravamento da doença e a precarização da vida, colocando a solidariedade como uma condição de sobrevivência (PÁDUA, 2020).

No contexto da pandemia,

[o] desemprego, a culpabilização dos indivíduos por sua situação de carência, a falta de políticas públicas, o desmonte das estruturas estatais de assistência social e de saúde [evidenciaram os problemas de] um sistema desigual e egoísta que não pode dar (e não quer dar) conta da tragédia humana (VIEIRA; GHIBAUDI, 2020, p. 291).

Cabe ressaltar que as ações solidárias e as práticas coletivas não têm a pretensão de substituir as políticas públicas, nem que as ações em si são suficientes. Acredita-se que o trabalho em conjunto, com a união de esforços entre diversos atores, contribui de forma mais efetiva para superação da precariedade. Como defendido, as ações não devem ser vistas como caridade e sim compreendidas como articulação popular. E ainda, possuem a capacidade de explicitar a desigualdade social e a ausência de políticas públicas de um sistema desigual.

Assim como a indeterminação da vida não se faz presente apenas no momento de pandemia, as ações solidárias também não. Através do levantamento do Mapa da Solidariedade, foi possível notar que os locais com uma experiência prévia, se articularam de modo mais ágil. As pessoas na periferia vêm continuamente buscando modos de sobrevivência e de melhorias da condição de vida.

4.4 AS ENTIDADES NAS OCUPAÇÕES

Esta seção apresenta uma síntese da identificação dos grupos mobilizados na periferia nos períodos recortados: a reconstrução após incêndio e as ações solidárias no momento de pandemia.

A análise proposta visa uma perspectiva “de perto e de dentro” conforme elaborado por Magnani (2002), uma vez que a visão de longe e de fora exclui a presença de diversos atores sociais, e inclui representantes do capital e das forças do mercado. A cidade, nessa perspectiva de fora se torna uma entidade à parte dos moradores, com ausência de sociabilidade (MAGNANI, 2002).

Considera-se que essa perspectiva de análise coloca os atores como o centro e valoriza o lugar – enquanto “espaço vivido” (HAESBAERT, 2014). Essas relações podem apresentar crenças em um futuro melhor e colocam a sociabilidade num campo de possibilidades. Frente à indeterminação da vida, discutida no capítulo anterior, expandem-se resistências, e a ação espontânea, a “viração” (RIBEIRO, 2005), com a colaboração de diversos grupos organizados.

Ademais, como premissa, acredita-se que essas relações são importantes para a construção de identidades. Uma vez que, assim como Sader (1988) coloca, a identidade de cada ator social é formada pelas interações com outros atores, com o que se politizam as questões do cotidiano. Ao politizar questões do trabalho e da moradia, inventam-se novas formas de política. O autor compreende que a experiência vivida reflete nos interesses e constitui coletividades políticas, sujeitos coletivos e movimentos (SADER, 1988).

Assim como colocado por Martins (2013) sobre a pesquisa da sociologia e o artesanato intelectual, considera-se, neste trabalho, que as entidades passam a ser colaboradoras com a pesquisa, sendo que os dados levantados são a interpretação dos entrevistados a partir de suas vivências.

Com base no entendimento do artesanato intelectual, destaca-se a importância da “prontidão” (MARTINS, 2013), que também permeia, em algum grau, as ações das diversas entidades estudadas. A prontidão implica em uma relação de trocas e de disponibilidade em meio às emergências, passando a ser importante para a construção, o fortalecimento de vínculos e a continuidade da atuação.

Os vínculos baseados nas identidades e na ação dos sujeitos são dinâmicos, e por isso há uma dificuldade em se estabelecer conteúdos específicos que delimi-

tem as fronteiras dos movimentos organizados, ou mesmo dos ativismos em geral (ABERS; BÜLOW, 2011). Os vínculos de amizade, por exemplo, não implicam necessariamente em uma atuação coletiva (ABERS; BÜLOW, 2011).

O reconhecimento é construído ao longo do tempo, por exemplo, através de um histórico de mobilizações e ações coletivas. Nesse sentido, Amâncio (2014) coloca a construção de redes construídas no tempo e no espaço. E ainda, a carência de espaços de interação entre atores coletivos locais com o poder público de espaços locais.

A identidade gerada a partir das interações é importante para a compreensão das colaborações, uma vez que se tem como premissa que essas devem ir ao encontro das demandas apresentadas pelos moradores das ocupações.

Com isso, o primeiro passo é a identificação desses atores. Embora exista uma dificuldade de nomeação dos atores na periferia a fim de estabelecer categorias (AMÂNCIO, 2014), sugere-se alguns grupos com origem similar, como ONGs e Academia. Mas como pano de fundo, compreende-se que essa origem não é limitada. Um mesmo ator individual, por exemplo, pode fazer parte da Academia e de uma ONG.

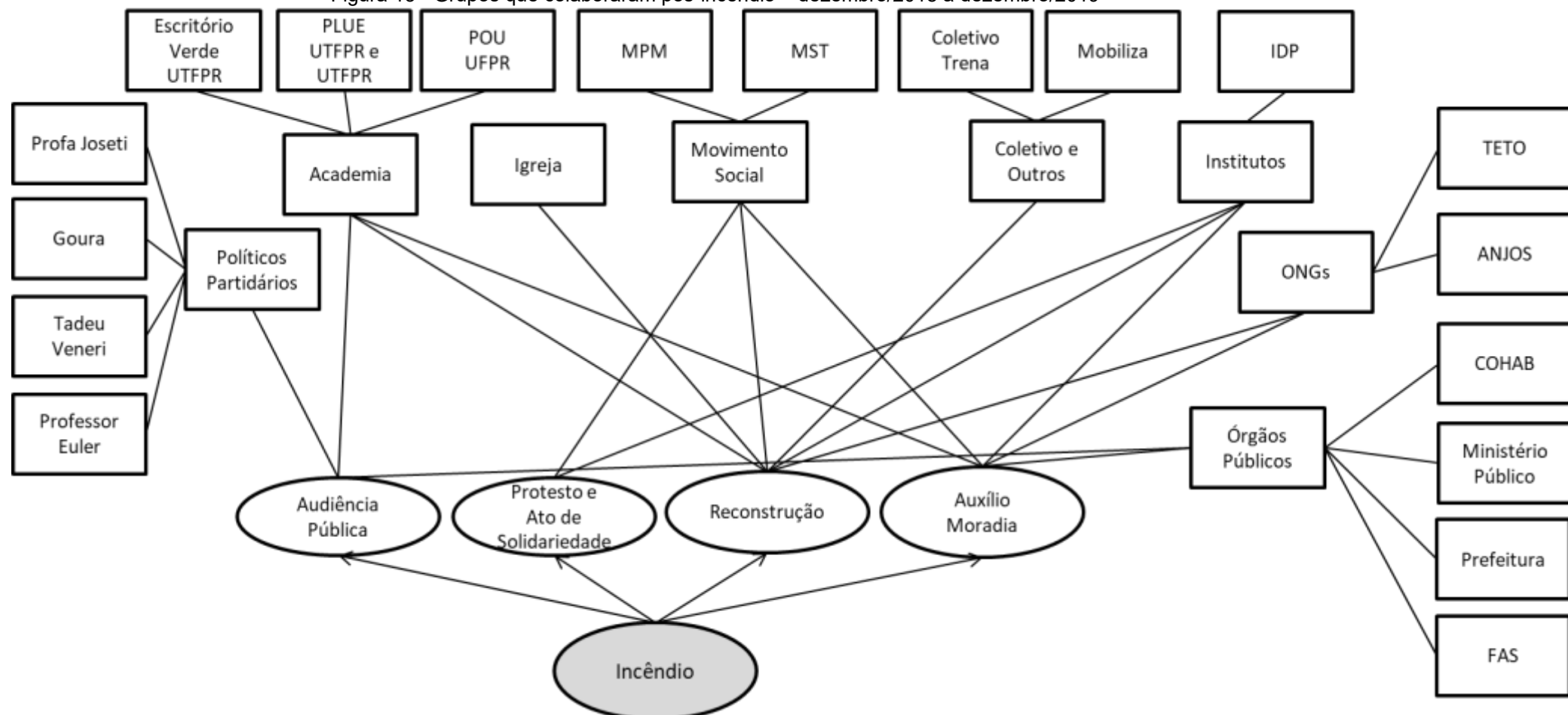
Ao longo do trabalho, já foram pontuados os atores com participação de ação mais contínua, como o MPM, a TETO e o IDP. Entretanto, considera-se que em diversos momentos entram e saem atores coletivos e individuais, com colaboração pontual ou com maior prazo, ou ainda, de maneira contínua. Como forma de delimitação e ponto de partida, foram separados dois momentos que já se enfatizou anteriormente. Dessa forma, são delimitados os atores organizados que agiram e agem diretamente nesses momentos para se aprofundar na análise.

Através das dissertações, dos artigos científicos, das notícias de jornais em grande mídia – levantadas através do Observatório de Conflitos Urbanos de Curitiba –, e de notícias de divulgação do MPM, foram identificados os atores coletivos presentes nas ocupações conforme a delimitação. A partir desse material, também se buscou referências de outros meios de divulgação, como o site do Ministério Público, e da Câmara Municipal de Curitiba, devido à investigação e à audiência pública.

Nas Figuras 13 e 14 é possível verificar o envolvimento desses atores com os momentos marcantes aqui destacados, bem como o grupo pertencente. Com essa divisão, acredita-se que será possível compreender as variadas formas de atuação

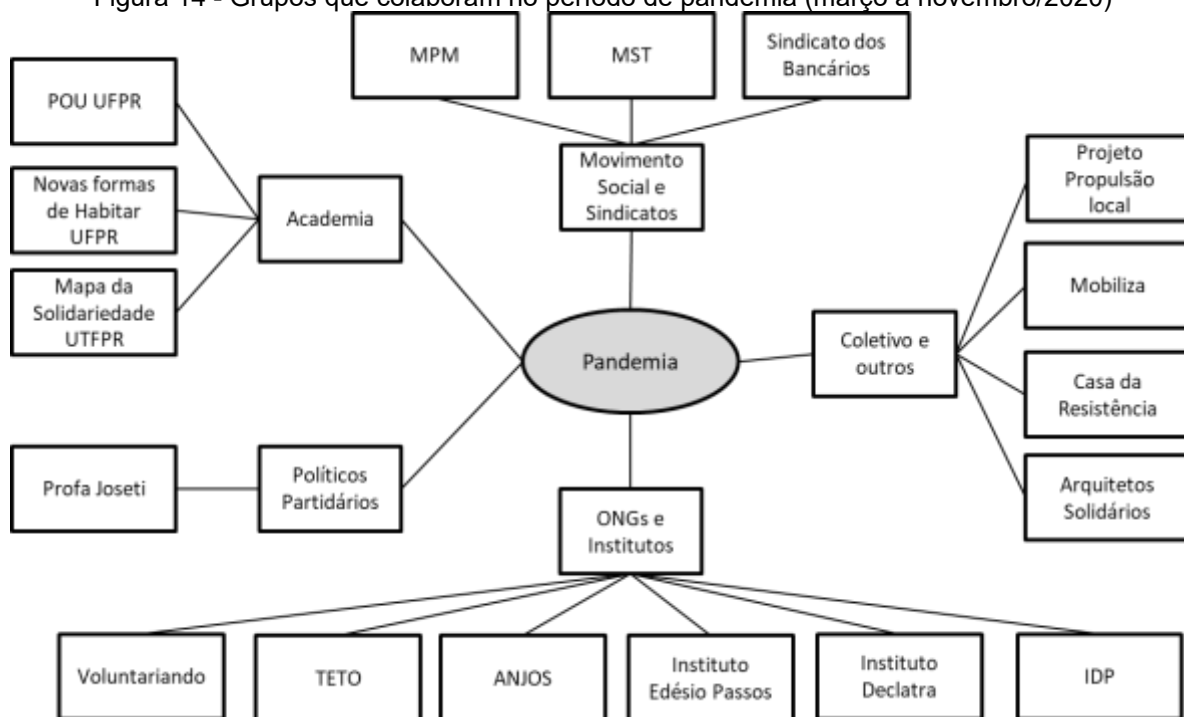
em campo. Ademais, nota-se que alguns atores se repetem nesses dois momentos, também ao se comparar com o histórico das manifestações.

Figura 13 - Grupos que colaboraram pós-incêndio – dezembro/2018 a dezembro/2019



Fonte: A autora (2020)

Figura 14 - Grupos que colaboram no período de pandemia (março a novembro/2020)



Fonte: A autora (2020)

Por meio de entrevistas e estudo em campo, pretendeu-se complementar as informações apresentadas no trabalho. Visou-se, dessa forma, analisar o que os grupos organizados e mobilizados na periferia têm produzido nas ocupações urbanas, incidindo na vida de seus moradores. Procurou-se compreender o que há de novo em termos de mobilização, e como ocorrem as resistências e conformismos nas colaborações e práticas estabelecidas.

5 METODOLOGIA

Neste capítulo apresentam-se os procedimentos metodológicos empregados na pesquisa, com as etapas de coleta e de análise de dados. A pesquisa se baseia na análise qualitativa da participação de atores coletivos e na noção de direito à cidade nas ocupações da CIC.

Nesse sentido, busca-se compreender as práticas desenvolvidas pelos grupos organizados e mobilizados nas ocupações da CIC pelo direito à cidade, por meio das insurgências. A perspectiva de perto e de dentro proposta por Magnani (2002) ilumina a forma de análise da pesquisa de campo. Ela induz à compreensão de padrões de comportamento dos múltiplos e heterogêneos atores sociais. O autor, ainda, direciona a compreensão dos arranjos formados, da forma como transitam e usufruem da cidade, assim como estabelece trocas em diferentes esferas – “religiosidade, trabalho, lazer, cultura, participação política ou associativa etc.” (MAGNANI, 2002, p. 18).

Magnani (2002) dá importância para as práticas que não são visíveis numa leitura política, sem minimizar a importância de ações engajadas e organizadas ou de análises com base em diagnósticos locais. O autor indica a busca pelas centralidades nas grandes cidades como método de análise, ao invés de identificar um princípio de ordem. Assim, conduzir a pesquisa com instigações etnográficas permite compreender aspectos da dinâmica urbana que podem ser ocultados em visões macro (MAGNANI, 2002).

Não se pretendeu, entretanto, realizar uma pesquisa etnográfica no estudo de caso, nem esgotar as possibilidades desse tema. Há limitações de pesquisa, tanto no que se refere ao tempo determinado para a elaboração da dissertação quanto nas condições de isolamento social que tomaram grande parte de 2020 devido à pandemia de Covid-19. Contudo, essa visão do autor guia a escolha metodológica, ao colocar a análise a partir de práticas vivenciadas nas centralidades da cidade.

O levantamento pontual dos grupos identificados ao longo do trabalho, a partir da delimitação do momento do incêndio e da pandemia, foi categorizado por: Ocupação, Academia, Movimento Social, ONGs, Institutos, Coletivos, Órgãos Públicos, Igrejas e Políticos Partidários, de acordo com sua atividade fim. O Quadro 9 apresenta a categorização elaborada para o desenvolvimento das entrevistas.

Como critério de inclusão na pesquisa, foram utilizados os grupos identificados no capítulo 4, e que possuem maior atuação nas ocupações da CIC. Por outro lado, a participação limitada a ações pontuais que não preveem colaboração contínua foi utilizada como critério de exclusão.

Quadro 9 – Entidades levantadas

Categorização	Entidades levantadas	Entrevistas realizadas
1 Ocupação	Coordenação da associação de moradores	Coordenação da associação de moradores
2 Academia	Projeto ocupações urbanas (POU) Novas formas de Habitar Escritório Verde UTFPR PLUE – UFPR e UTFPR	Projeto ocupações urbanas (POU) Plano Emergencial Urbanístico da Comunidade 29 de Março (PLUE)
4 Movimentos Sociais e Sindicatos	MPM MST Sindicato dos Bancários	Movimento Popular por Moradia (MPM) Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)
5 ONGs, Coletivos e outros	TETO Mobiliza Projeto Propulsão Casa da resistência Voluntariado Arquitetos Solidários Anjos	TETO
6 Institutos	Instituto de Democracia Popular Instituto Edésio Passos Instituto Declatra	Instituto de Democracia Popular (IDP)
7 Igrejas	Igreja Evangélica	Não foi possível entrevistar essa categoria
8 Legislativo	Vereadores e Deputados - Goura (PDT), Prof. Josete (PT), Tadeu Veneri (PT) e Professor Euler (PSD)	Vereadora Professora Josete (PT)
9 Órgãos públicos	Defensoria Pública FAS COHAB Ministério Público	Defensoria Pública Órgão público (exigência de anonimato pela entrevistada)

Fonte: A autora (2020)

5.1 ENTREVISTAS E QUESTIONÁRIOS

Considera-se que os atores são informantes chave para esta pesquisa, e sua compressão é a base para a construção da análise. Desse modo, há o direcionamento para a pesquisa de campo, com a formulação de entrevistas, bem como a observação não participante, na qual a pesquisadora não faz parte do grupo estudado, mas realiza uma observação dirigida para um fim específico (LAKATOS; MARCONI, 2003), além de registro em um diário de campo.

Através de entrevistas, procurou-se compreender as colaborações das entidades e dos grupos mobilizados a fim de identificar e analisar as práticas em contexto de conflito social nas ocupações da CIC. Considera-se que há um dinamismo cotidiano em diferentes atividades, eventos, circulação de atores e coletivos em seus interiores (SANTOS, 2018, p. 22). As entrevistas também visam dar validade aos fatos registrados em pesquisa documental, além de ampliar o conhecimento sobre o tema. Para Gil (2002), possibilitam obter diversos dados da vida social.

Segundo Lefebvre “as entrevistas não diretivas vão mais profundo nos ‘seres humanos’”. E ainda, para o autor, a entrevista é necessária, mas não basta (LEFEBVRE, 1965, p.13 *apud* PÁDUA, 2019). Para Lefebvre, a “descrição minuciosa é importante: aquela das casas, dos bens móveis e imóveis, das vestimentas, dos aspectos e dos comportamentos” (LEFEBVRE, 1965, p.13 *apud* PÁDUA, 2019). Esse direcionamento elucidado, principalmente, as entrevistas realizadas em campo em formato presencial, dentro das ocupações.

A entrevista realizada é semidiretiva – ou semiestruturada (BARDIN, 2011) e resguarda a identidade individual do entrevistado, utilizando nomes fictícios. Em especial os órgãos públicos que trabalham com políticas habitacionais e urbanas de Curitiba são resguardados, não citando o local de trabalho das entrevistadas a pedido delas, uma vez que há impasses e disputas políticas dentro da instituição.

Convém ressaltar que a entrevista não se limitou às questões apresentadas. Elas são um norte para guiar a conversa, mas buscou-se realizar de uma forma que se tornasse fluída.

Os questionários foram divididos de acordo com a categorização apresentada no Quadro 9 dos grupos e entidades levantados. Embora as questões sejam similares, optou-se por essa divisão por cada um apresentar singularidades, de acordo com o levantamento realizado. O formulário de entrevista está no Apêndice B.

No Quadro 9 são apresentadas as questões de entrevista para as coordenações das associações de moradores. Essas questões foram divididas em três blocos: (i) Organização e atuação – compreender quais atividades e ações são realizadas pelos moradores, quais as principais pautas que são debatidas, e se (e como) relacionam as demandas com os direitos sociais; (ii) Ações após incêndio (2019) e durante a pandemia (2020) – compreender quais ações foram realizadas, bem como seu contexto e suas interações com diversos grupos mobilizados que atuaram no local, e (iii) Metas – compreender quais expectativas que as ocupações possuem.

Quadro 10 - Questões da entrevista feita com a coordenação da associação de moradores

Questão	
i	Como é a organização da ocupação? Fazem reuniões? Se sim, quais os principais temas debatidos recentemente? Você sente o envolvimento dos demais moradores com as questões coletivas da ocupação, como a luta por moradia e por infraestrutura? Você acredita que há uma compreensão da importância do “agir coletivo” nos moradores? Como as decisões são tomadas? Vocês realizam atividades de lazer e festas? Que lutas vocês já construíram coletivamente? Quais os momentos significativos na história da ocupação que você participou? Acredita que houve vitórias durante todos esses anos de ocupação? Quais?
ii	Quais ações foram realizadas pela ocupação após o incêndio? Quem mais colaborou e qual foi a forma de colaboração? Quais grupos podem ser considerados como parceiros na luta coletiva? O que já fizeram em conjunto? E durante a pandemia, como a ocupação tem se organizado? Quem mais colaborou e qual foi a forma de colaboração?
iii	Quais as expectativas que você tem para as ocupações da CIC?

Fonte: A autora (2020).

Em sequência, são apresentadas as questões feitas aos demais grupos que representam as entidades externas às ocupações – Quadros 10 a 15. São divididas em quatro blocos: (i) Caracterização – para melhor compreensão do que é o grupo e qual a relação com as ocupações da CIC; (ii) Ações e finalidades – entender quais atividades e ações são realizadas, bem como as motivações da atuação; (iii) Ações após incêndio (2019) e durante a pandemia (2020) – preceber quais ações foram realizadas, bem como seu contexto e suas motivações para contribuir, e (iv) Metas – compreender como o grupo entende a duração de sua atuação e o futuro da ocupação.

Quadro 11 - Questões de entrevista com a Academia, as ONGs, os Institutos e os Políticos Partidários

Questão	
i	Como se iniciou os trabalhos de vocês nas ocupações da CIC? Qual foi o primeiro contato do grupo com as ocupações da CIC?
ii	Quais atividades vocês realizam dentro das ocupações? O que fazem e por quê? Vocês têm contato com o poder público? Como ocorre?
iii	Quais as contribuições de vocês após o incêndio? E durante a pandemia, quais são as contribuições? Quais as motivações para essas atividades?
v	Quais as expectativas de suas atividades no local e quais são as das ocupações da CIC?

Fonte: A autora (2020)

Quadro 12 - Questões da entrevista com os movimentos sociais – MPM e MST

Questão	
i	Como se iniciou seu trabalho com as ocupações?*
	Como vocês enxergam a relação do campo com as ocupações urbanas?*
ii	Como é a atuação do movimento hoje nas ocupações da CIC?
	Quais as motivações para essa atuação?
	Vocês têm um contato com o poder público? Se sim, como ocorre?
iii	Quais as contribuições de vocês após o incêndio? E durante a pandemia? Quais as motivações para essas atividades?
iv	Quais as expectativas de suas atividades no local e e quais são as das ocupações da CIC?

Fonte: A autora (2020)

*Questão exclusiva ao MPM **Questão exclusiva ao MST

Quadro 13 - Questões de entrevista com Órgãos públicos

Questão	
i	Em quais momentos vocês já atuaram nas ocupações da CIC?
ii	Hoje há alguma atuação?
	Há algum projeto em andamento ou futuro para as ocupações da CIC?
iii	Quais as contribuições de vocês após o incêndio?
	E durante a pandemia, houve contribuição? Se sim, quais?
v	Quais as expectativas das ocupações da CIC?

Fonte: A autora (2020)

5.2 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS

Para examinar as entrevistas, foi utilizado o método de análise de conteúdo, conforme orientações propostas por Bardin (2011), que se estrutura em pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados e inferência e interpretação. As entrevistas foram transcritas e seu formato já faz parte da análise (BARDIN, 2011).

Inicialmente, foram analisadas as entrevistas individualmente, relacionando-as à atuação de cada entidade com as ocupações da CIC, além de se identificar as vivências de cada entrevistado nos relatos. Considera-se que as percepções de mundo de cada grupo são diferenciadas devido a experiências socioculturais vivenciadas, e a combinação dessas análises pode apresentar uma compreensão mais ampla das entrevistas.

Em seguida, foram identificados quais os principais aspectos em comum que se destacaram nas entrevistas, e como isso se aproxima dos objetivos desta dissertação.

Por meio das entrevistas e da observação em campo, buscou-se compreender em que medida as ações e contribuições dos grupos que atuam nas ocupações da CIC se aproximam de um ideal de direito à cidade, considerando-se uma relação que navega entre conformismos e resistências.

6 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS: ENTIDADES LOCAIS E APOIADORAS DAS OCUPAÇÕES DA CIC

As entrevistas ocorreram entre os meses de abril e junho de 2021, depois de aprovadas no comitê de ética. (CAAE 43226221.4.0000.5547). Este capítulo visa a apresentar, a partir do olhar dos entrevistados, o papel que as entidades exercem nas ocupações CIC, compreendendo o envolvimento e as dinâmicas ao longo dos períodos selecionados para esta dissertação.

As entrevistas foram direcionadas para compreender as práticas e os vínculos estabelecidos entre as entidades e os moradores. Cabe destacar que se optou por suprimir informações das entrevistas que possam ser usadas de má fé ou causar algum constrangimento público para a entidade.

Também se focou em dois momentos: reconstrução após o incêndio em 2018 e 2019, e a pandemia de Covid-19 em 2020. No entanto, reforça-se que a atuação não se restringe a esses dois momentos, há um envolvimento e criação de laços e redes anteriores a eles que colaboram para a atuação em momentos de emergência.

No total, foram 16 entrevistados, sendo 6 moradores das ocupações e 10 de entidades externas. O Quadro 14 apresenta essa relação, com os nomes fictícios estabelecidos para algumas entrevistas, data e formato da entrevista.

Quadro 14 - Entrevistados

		Entidade entrevistada	Nome	Data	Virtual/Presencial
Coordenações da associação de moradores	1	Nova Primavera	Vanessa (fictício)	29/05/2021	Presencial
	2	Nova Primavera	André (fictício)	29/05/2021	Presencial
	3	29 de Março	Silvana (fictício)	29/05/2021	Presencial
	4	Dona Cida	Silvia (fictício)	28/04/2021	Telefone
	5	Dona Cida	Margarida (fictício)	29/05/2021	Presencial
	6	Tiradentes	Joana (fictício)	22/05/2021	Presencial
Entidades externas	7	Academia: POU	Danilo	01/06/2021	Virtual
	8	Academia: PLUE	José Ricardo	04/06/2021	Virtual
	9	MST	Lucas (fictício)	15/04/2021	Virtual
	10	MPM	José (fictício)	08/06/2021	Virtual
	11	TETO	Letícia (fictício)	25/03/2021	Virtual
	12	TETO	Rogério (fictício)	25/03/2021	Virtual
	13	IDP	Carolina (fictício)	06/05/2021	Virtual

14	Defensoria Pública	Dr ^a . Olenka	06/05/2021	Virtual
15	Estado*	Amanda (fictício)	08/05/2021	Virtual
16	Estado: Legislativo	Prof. Josete	12/04/2021	Virtual

Fonte: A autora (2021)

* A entrevistada pediu sigilo quanto ao cargo e local de trabalho

Nesta dissertação, foi realizada uma categorização, para fins de organização, porém entende-se que a entidade pesquisada não representa a categoria inteira (o todo). E, com as entrevistas, tornou-se ainda mais evidente que, além de não representar as categorias, muitas vezes a fala do entrevistado não é equivalente ao pensamento institucional formalizado. Dessa forma, as vivências particulares, influenciam na própria atuação, como também na atuação do grupo. O que, muitas vezes, com as trocas de pessoas, pode redirecionar modos de trabalho, mesmo que os objetivos permaneçam sempre os mesmos.

6.1 OLHAR LOCAL: AS COORDENAÇÕES DAS OCUPAÇÕES DA CIC

Foi entrevistada ao menos uma pessoa pertencente a cada ocupação, sendo que oportunamente foi possível entrevistar duas pessoas da Nova Primavera simultaneamente, e duas da 29 de Março, mas em momentos distintos. Foram entrevistadas cinco mulheres e um homem.

Cabe ressaltar que, das seis pessoas entrevistadas, três eram conhecidas da pesquisadora por conta de trabalhos anteriores, o que auxiliou na proximidade e na abertura do diálogo e, dessa forma, possibilitou uma entrevista mais longa e profunda.

Os entrevistados fazem parte da coordenação ou sub-coordenação das associações de moradores nas ocupações da CIC, à exceção de um morador que acompanhou a entrevista da Nova Primavera. E ainda, são pessoas que estão no local desde os primeiros anos da ocupação que representam.

Devido à pandemia de Covid-19, não foi possível realizar visitas ao local para realizar uma pesquisa com maior proximidade aos entrevistados. Percebeu-se que isso causa um distanciamento, dificultando um desenvolvimento mais fluido da conversa e produzindo um desconforto que dificulta ao entrevistado falar sobre determinado assunto ou compartilhar histórias pessoais.

Entretanto, acredita-se que não houve grandes prejuízos aos objetivos da pesquisa, uma vez que essas entrevistas foram agendadas com a TETO, a partir de voluntários que já atuam no local, auxiliando no desenvolvimento da entrevista.

6.1.1 Nova Primavera

Nessa ocupação, foi realizada uma entrevista com duas pessoas de modo simultâneo: Vanessa, que, atualmente, é sub-coordenadora da associação de moradores, mas fora coordenadora de fevereiro de 2019 até o final de 2020; e André, parente próximo de Vanessa que a acompanhou durante o período de coordenação. Ambos afirmaram que os moradores da ocupação e da área estavam sem organização, e dependem, ainda hoje, das redes de doações recebidas a partir da 29 de Março e da Dona Cida.

Vanessa iniciou sua atuação na coordenação com a ajuda da TETO, a partir da organização de uma festa de dia das crianças. Ela participava de algumas ações pontuais dentro da ocupação, quando percebeu que conseguiria atuar na associação de moradores da Nova Primavera. Por meio da ONG, foi indicado novos parceiros para essa festa:

Ela [voluntária da TETO] me indicou a C., que é da *good truck*. Que daí comecei a separar, aí eu pedi as coisas para a C. "C., preciso de tal coisa", "C., preciso de ajuda pra cesta básica, preciso de ajuda pra brinquedo", "to pensando em fazer uma festa, você acha que dá?". Aí foi eu falando e começando a separar as coisas. Aí foi entrando parceiros, junto com a C. foi entrando mais pessoas, deles mesmos (Vanessa. Entrevista concedida em 29/05/2021).

Os entrevistados ressaltam que enxergam a importância das atividades de interação e de festa. Desde o início da atuação da Vanessa na coordenação: "A Primavera sofreu tanta coisa, já teve tanta tristeza aqui dentro, se eu consigo fazer um dia diferente, eu faço" (Vanessa. Entrevista concedida em 29/05/2021). Além disso, complementa que é uma forma de interação e de conhecer os vizinhos:

[...] já teve gente que conheci no Dia das Crianças, que a gente fez a festa pro Dia das Crianças, que mora aqui desde o começo, desde a lona, na primavera, e não me conhecia. E eu não tô aqui desde a lona, a Primavera tem 9 anos, tem 8 que tô aqui. [...] Daí acaba conhecendo um pouco mais os vizinhos, acaba um pouquinho mais... Aí já tem aquele vizinho que vai te contar sobre a história da vida dele, vai te contar que tá precisando, vai...

acaba que a gente faz um trabalho de psicólogo ali também (Vanessa. Entrevista concedida em 29/05/2021).

E ainda, reforçam a importância disso para as crianças do local. Há uma preocupação grande com as crianças, para que compreendam e se identifiquem com o local ao serem cuidadas por todos. Ambos acreditam que os filhos são uma motivação para sempre realizar essas festas, como Vanessa descreve:

O meu maior motivo [filhos]. Eu vejo, eu querer dar festas para meus filhos e não conseguir. Aí eu olho pro lado, pro vizinho, tem um monte de filho também. [...] Dia das Crianças, Páscoa, Natal, [as crianças] sempre ficam esperando alguma coisa (Vanessa. Entrevista concedida em 29/05/2021).

Ambos comentam sobre os impasses internos existentes na associação de moradores. Enquanto alguns dão preferência a centralizar ações e doações nas pessoas da coordenação, ambos preferem que a entidade ou a pessoa física distribua e esteja presente. Para eles, é importante esse reconhecimento, tanto do lado de quem doa, quanto do lado de quem recebe. E dessa forma, acreditam que é possível o fortalecimento dessa rede.

Na atuação na sub-coordenação, Vanessa reclama que as ações passaram a ser decididas por um grupo pequeno de pessoas. André afirma que foi realizado um censo, e que muita gente se baseia apenas nele para a distribuição de doações, mas que, para ele, as pessoas ainda são muito individualistas.

Quem tá na lista é prioridade, quem não tá, fica a Deus dará. E eu não sou a favor disso, eu sou a favor de que somos uma comunidade, se você não quer participar de um censo, você tem seus motivos, mas você também não pode ficar atrás. [...] Se não for pra todo mundo, então também não tem (André. Entrevista concedida em 29/05/2021).

Quando questionados se há um entendimento do coletivo no local, ambos não consideram que atualmente há lutas coletivas, nem o reconhecimento dessa necessidade por parte dos moradores, brasileiros ou haitianos. Eles percebem a união dos moradores da Nova Primavera apenas quando há participação da TETO - como a construção de 21 casas na Nova Primavera e 29 de Março em junho de 2018, e a construção da sede comunitária em 2021.

Vanessa afirma: “É mais individual. Eles [moradores da Nova Primavera] tão mais cada um no seu mundinho” (Vanessa. Entrevista concedida em 29/05/2021). Entretanto, diz que os haitianos são unidos entre si, mesmo que dialoguem pouco

com os brasileiros. Recentemente, há a presença de uma pessoa, também do Haiti, que tem colaborado para intermediar as conversas, uma vez que há dificuldade pela língua e pela cultura.

Entretanto, em meio à conversa, Vanessa aponta situações que demonstram a preocupação coletiva com o local. Ela descreve que houve uma “união forçada” para a troca de fios de energia e após o incêndio da 29 de Março. Esta segunda situação, embora seja algo triste, auxiliou na união dos moradores e em novas redes de apoio.

É um mal que, queria ou não, foi um mal, e acabaram fazendo o bem. Tentaram nos destruir, só nos ergueram. [...] A vontade de lutar, de procurar uma regularização, ficou maior do que já era. Porque foi aproveitado muito essa amizade do povo para pedir algo maior (Vanessa. Entrevista concedida em 29/05/2021).

Destacam também o trabalho do MPM desde quando o terreno foi ocupado, apontando situações de entendimento coletivo por parte dos moradores. Relembram as manifestações por moradia, e colocam a importância para barrar as ordens de despejo e conseguirem permanecer no local. Embora tenham colaborado com os protestos, entendem que os moradores da ocupação e o movimento são pessoas diferentes. Portanto, não se entendem como parte do MPM.

Mesmo que afirmem que não há união entre os moradores, há pontos da entrevista que os contradizem. A partir das demandas, seja por necessidades básicas como alimento ou para festas, as pessoas interagem e se identificam. É provável que a organização popular passou por adaptações e modificações ao longo do tempo, e não atuem igualmente ao período em que o MPM estava mais presente, e havia a possibilidade de adentrar nas políticas habitacionais federais.

Atualmente, há um entendimento de que a posse da terra está garantida, uma vez que as ordens de despejo não têm ocorrido. Compreendem isso como uma vitória, como destacado por André, “foi muita luta pra gente conseguir ficar tranquilo” (André. Entrevista concedida em 29/05/2021). A partir disso, visam à regularização fundiária, mantendo a organização dos terrenos. Para eles, não é interessante que a COHAB construa novas casas em outro terreno, e passem a pagar uma prestação: “Eu acho mais fácil eles entrarem, legalizar luz, legalizar água. Que nós não vamos nos negar a pagar luz e água. Mas agora, pagar pra ter que morar no que já foi teu?” (André. Entrevista concedida em 29/05/2021).

Colocam a regularização fundiária como meta e expectativa para a Nova Primavera. E que, a partir dela, é possível a implementação e a legalização da rede de energia e água.

Mesmo que limitem a luta pela moradia à infraestrutura e a posse da terra, compreendem que é um direito básico. O entendimento do direito à cidade permeia as ações descritas pelos entrevistados, embora critiquem a pouca participação dos moradores. Ao mesmo tempo em que afirmam não haver um entendimento do coletivo, reforçam que os moradores não passam por necessidades, pois sempre dispõem de alguém para ajudar, e relembram situações de união.

6.1.2 29 de Março

Foi entrevistada uma pessoa, aqui chamada de Silvana, coordenadora da associação de moradores da 29 de Março desde o incêndio. Cabe ressaltar que a entrevistada não tinha contato prévio com a pesquisadora e, dessa forma, não houve uma grande abertura para uma conversa mais profunda, embora tenha respondido de forma ampla a cada pergunta.

Quando questionada sobre a participação dos moradores, ela reforça que todos se ajudam e colaboram em questões coletivas, embora não tenham tarefas bem definidas:

Quando chega alguma doação sempre chamo alguns moradores. Daí na entrega chamo aqui as meninas para ajudar. [...] Então cada hora eu vejo um e pego um. Quando tem alguma coisa de trabalho, todo mundo sai da minha reta. Que aí peço pra um, pra outro. E eles ficam meio assim de recusar (Silvana. Entrevista concedida em 29/05/2021).

Entretanto, hoje não há muita organização geral de moradores para discutir sobre o futuro do local. São realizadas reuniões relacionadas às demandas mais urgentes, como entrega de doações, instalação de energia *etc.* Muitas questões são resolvidas por meio de grupos de *WhatsApp*, em especial no período de pandemia. Silvana explica:

[...] A gente já tá morando há algum tempo. Eu acho chato ficar fazendo reunião, botando ordem. [...] Eu acho que a gente tem que viver a vida da gente. Aí cada um ajuda o outro. Assim, eu quase não faço reunião. Eu jogo no grupo as coisas que têm que fazer, que a gente vai fazer esse projetos,

essas coisas. A gente resolve mais as coisas assim quando acontece alguma coisa (Silvana. Entrevista concedida em 29/05/2021).

Silvana reforça que os trabalhos coletivos realizados dentro da ocupação partem de moradores pontuais que colaboram, enquanto há outros individualistas, “sempre são os mesmos. [...] Sempre vai existir aqueles que mais lutam e sempre vão existir aqueles que... né. Acho que isso é um dom” (Silvana. Entrevista concedida em 29/05/2021).

A participação em eventos realizados pela associação é uma forma de colaborar com a união. Antes da pandemia de Covid-19, Silvana descreve que havia festas com frequência na lona azul, espaço dentro da Dona Cida. Desde bingos e datas comemorativas, a Carnaval e *shows*. Com a pandemia, se adaptaram e passaram a organizar eventos menores.

Questionada sobre as vitórias que enxerga dentro da ocupação, Silvana destaca a união das pessoas, e o reconhecimento da 29 de Março por parte de diversas entidades. Há muita ajuda que vem de fora, como também muitos moradores se ajudam entre si.

Eu acho assim, por ser um lugar abençoado, aqui, por mais que a gente passe por muita luta, e ainda passa, mas assim, é um lugar muito abençoado. Eu vejo vários lugares que não têm o que tem aqui. Vários lugares passam por muita dificuldade, e aqui nós não temos. [...] Eu conheço vários lugares que procura a gente, pede doação pra gente. Lugares que não têm nada [...] E aqui, se uma família tá passando necessidade, sempre vai chegar alguma coisa pra ela. [...] Todo mundo tenta ajudar (Silvana. Entrevista concedida em 29/05/2021).

Silvana reconhece os vínculos sociais estabelecidos ao longo do tempo, e enxerga essa atuação em diversas vias: seja para aprendizados, para a defesa de direitos ou mesmo em doações. Embora muitas pessoas sejam parte de uma entidade, como igrejas, ONGs, ou mesmo de órgãos públicos, a entrevistada observa que a ajuda vem principalmente da iniciativa de pessoas particulares, que, por vezes, envolvem a entidade de que participa.

Quando Silvana é questionada sobre um parceiro importante, destacou o MST, em especial no período após o incêndio em 2018.

O MST ajudou muito. Sou muito grata por eles, foi maravilhoso. Aí no tempo que o Lula estava preso, teve a vigília. A gente chegou a ir à vigília várias vezes, chegou a conhecer a casinha da Marielle Franco. A gente teve muita

parceria com eles. E aqui também eles foram maravilhosos. Eles ficaram aqui uns dois ou três meses (Silvana. Entrevista concedida em 29/05/2021).

Em sequência, relembra outras ações, não apenas relacionadas ao incêndio, como também no momento da pandemia, e quando existia ordem de despejo. Complementa com a participação do MPM e dos advogados que auxiliam até hoje, mas principalmente em questões de reintegração de posse. A Defensoria Pública é sempre citada a partir da figura da Doutora Olenka, do Núcleo Itinerante das Questões Fundiárias e Urbanísticas (NUFURB):

Eu tenho muita parceria com a doutora Olenka. A gente se conhecia antes do incêndio, do tempo que estava tendo ordem de despejo aqui, e estava tendo muito ato. A gente teve várias reuniões. Ela foi muito parceira nossa, e até hoje ainda. Nas outras ocupações ela ajuda também (Silvana. Entrevista concedida em 29/05/2021).

Durante toda a entrevista, Silvana destacou o papel das redes de apoio estabelecidas ao longo do tempo. Em especial após o incêndio, houve muitas pessoas que se sensibilizaram com o ocorrido e começaram a ajudar com demandas variadas.

Nota-se que Silvana tem compreensão de seus direitos, como o de água e de luz durante toda a entrevista. Ela cita um embate que ocorreu com a polícia quando começaram a renovação dos fios de energia, após a reconstrução das casas incendiadas. A polícia foi conversar com eles acusando de terem roubado os fios que estavam utilizando:

[...] a gente teve que brigar, enfrentar eles. E eles pegaram a viatura e foram no meio do fio. E eles, [justificavam] porque é denúncia. E eu falei, tá, mas o fio não é roubado. A sorte é que tinha muita reunião, faz anos que a gente estava lutando por transformador. Então daí a gente teve várias reuniões, e a gente sabe que é direito, direito à água, direito à luz. [A polícia falava] “se alguém morrer, você é o culpado”. Culpado não, é o governo, é a COPEL que não fazem. A prefeitura que não põe as coisas aqui pra gente (Silvana. Entrevista concedida em 29/05/2021).

Por fim, questionou-se sobre as expectativas que Silvana tem para a 29 de Março. Ela aponta a regularização fundiária e destaca que imagina ser parte do sonho de todas as lideranças de ocupações urbanas. Para a entrevistada, dessa forma conseguiria possuir um endereço, asfalto, rede de água e energia que dessem conta da demanda do local.

Embora Silvana descreva práticas relacionadas à compreensão de direitos, não citou a criação de políticas ou formas de acesso à terra urbanizada além da regularização fundiária. Nessa entrevista, destacam-se as redes de apoio, sejam pontuais ou contínuas ao longo do tempo que foram estabelecidas entre a associação de moradores e entidades externas.

6.1.3 Tiradentes

Foi realizada uma entrevista com Joana, coordenadora da associação de moradores, na sede comunitária da Tiradentes. A entrevista foi marcada por voluntários da TETO que atuam com maior frequência no local. Dessa forma, a pesquisadora, embora não conhecesse a entrevistada, foi apresentada por pessoas que já possuem laços de confiança.

Joana, ao longo de toda a conversa, ressaltou a importância do coletivo dentro da ocupação. Embora existam pessoas que são individualistas, crê que a maioria dos moradores ajudam seus vizinhos e colaboram com a ocupação, em ato de solidariedade.

Têm bastante pessoas individualistas. A gente conversa diretamente com a pessoa e explica pra ela. Ou tá junto ou não tá junto. A gente é comunidade, ou você tá ou você não tá. Porque daí se você não ajuda, não tem direito nem de falar mal de ninguém e nem estar até no próprio grupo [do *WhatsApp*]. E daí a gente explica, então a gente te tira do grupo porque você não tá junto, não é um coletivo. E daí a pessoa tem que entender que é pro bem daqui (Joana. Entrevista concedida em 22/05/2021).

Joana descreve que as reuniões eram frequentes na ocupação, tratando de aspectos relacionados à infraestrutura urbana e ao modo de vida coletivo: “Sempre reuniões para o pessoal não queimar lixo, não fazer fogueira, não queimar nada. É... até cachorro não ficar solto na rua pra não morder as pessoas. A gente fazia reunião o tempo todo” (Joana. Entrevista concedida em 22/05/2021).

Devido à pandemia de Covid-19, não há reuniões ou encontros presenciais entre muitas pessoas. Dessa forma, o grupo no *WhatsApp* se tornou o meio mais frequente de comunicação, “no grupo interno da comunidade estão todos os moradores. Então tudo o que acontece na comunidade, vai para o grupo” (Joana. Entrevista concedida em 22/05/2021).

Além das discussões sobre as problemáticas do local ou das lutas, a entrevistada relembra das festas organizadas pelos moradores.

[...] todo o tempo a gente fazia todas as comemorações. Festa Junina, a gente organizava pro pessoal fazer barraquinhas, pra vender as coisas que eles quiserem. A gente fazia quatro dias a festa junina. Eles organizaram as barraquinhas e vendiam comidas típicas. A gente enfeitava, colocava umas músicas, um som pro pessoal... De vez em quando até rolava uma quadri-lha (Joana. Entrevista concedida em 22/05/2021).

E com a pandemia, esse hábito permaneceu, mas com modificações para evitar o contágio da doença.

Eu organizo a festa de *delivery* [...] Eu chamo as pessoas que querem vender, e pergunto o que elas querem vender. Elas vão falando e postando no grupo as comidas. O grupo fica só pra (risos). A maioria fica só pra comidas típicas. Aí a maioria sabe que:pediu, recebeu em casa. Por causa da pandemia, ninguém sai de casa. [...] A pessoa que faz é responsável por entregar, com álcool em gel e todos os procedimentos. Se tiver alguém da família [com Covid-19], ela não pode participar (Joana. Entrevista concedida em 22/05/2021).

Joana considera a união entre moradores importante para o cotidiano. Se sente orgulhosa ao descrever que os vizinhos colaboram uns com os outros:

Por exemplo, eu preciso de remédio para dor. E todo mundo “eu tenho, eu tenho, você pode vir pegar?” Eu tenho, eu tenho, eu tenho. Toda a pessoa põe no grupo, expõe tudo, “olha não tenho leite para meu filho”. Eu acho legal que sempre alguém vai lá resolver. É isso que eu acho importante, eles sabem que tem que ajudar uns aos outros (Joana. Entrevista concedida em 22/05/2021).

A importância dessa união reflete no cuidado. A TETO colaborou com a construção de um centro comunitário em 2019 e, nesse espaço, atualmente, se concentram diversas atividades, em especial voltadas para as crianças. Um exemplo é a “mãe do dia”, em que cada dia da semana uma mulher é responsável por cuidar dos filhos de outras mães e se revezam conforme necessidade.

O espaço é decorado com as atividades realizadas, como desenhos, objetos *etc.* Joana ressalta que não é um reforço escolar, porém buscam educar as crianças sobre trabalho em grupo, empatia, desenvolver hábitos de leitura *etc.* Além de ajudar diversas mães que trabalham ou têm algum compromisso e não conseguem alguém para cuidar do filho no momento.

Durante a pandemia de Covid-19, Joana relata que a atividade sofreu alterações, como uma pausa. Mas, com a necessidade, as atividades continuam, ainda que com redução do número de crianças.

Figura 15 - Centro comunitário Tiradentes



Fonte: A autora (2021)

Nota-se uma preocupação grande com as crianças da ocupação. Joana reforçou, em diversos momentos, da entrevista essa rede de solidariedade formada pelas mães, bem como com o futuro das crianças.

É a partir desse coletivo que Joana demonstrou a organização e a força da luta pela moradia. Organizam-se para garantir a sobrevivência diária, estabelecer vínculos e reivindicar direitos básicos, além de lutarem pela permanência no local e a posse da terra:

A gente tá aqui, estamos tentando, vamos fazer uma associação de moradores, já tá no caminho, já está no cartório. A gente vai fazer uma tentativa de comprar o terreno coletivamente, já que se a gente tiver uma ordem de despejo, bater o martelo, aí a gente vai comprar. Se não tiver as últimas consequências, a gente vai comprar esse terreno (Joana. Entrevista concedida em 22/05/2021).

Nesse aspecto, a entrevistada relembra as ordens de despejo, e em especial, o leilão ocorrido em 2015 numa tentativa da Essencis comprar o terreno da ocupação:

[...] nós queremos nossa terra [...] A gente teve quatro ordens de despejo, sempre relacionada com a Essencis. [...] Teve um leilão que eles chegaram a leiloar a gente. Fizeram um esquema bem maravilhoso, tiraram umas fotos antigas, foi pra leilão, só que as fotos não tinha comunidade. As fotos eram árvores e mato. Como se não tivesse as pessoas (Joana. Entrevista concedida em 22/05/2021).

Joana relata que os organizadores ficaram assustados com a manifestação e decidiram encerrar o leilão. Os moradores conseguiram mostrar que havia pessoas morando no terreno e descobriram que o único comprador era a Essencis.

Como expectativa para a Tiradentes, Joana coloca a regularização fundiária, mas considera que a disputa pela terra com a Essencis é um entrave. Compreende que, a partir da regularização, é possível a instalação das redes de água e de energia e ter um comprovante de endereço.

A entrevistada relata a importância de todos da ocupação participarem por ser uma luta coletiva, além de um maior número causar maior impacto na manifestação.

A ação também foi chamada no grupo [de *WhatsApp*], foi colocado o nome. A gente falava, se você quer sua casa, vai ter que lutar. Então vai ter que ir todo mundo, foi um representante de cada família (Joana. Entrevista concedida em 22/05/2021).

Para Joana, conseguirem um resultado propício a eles, além da união, foi uma vitória. Além disso, também contaram com a colaboração de outras entidades:

Teve o IDP, teve o MPM, moradia popular, teve bastante gente. A gente tem uma [defensora] que ajuda bastante aqui [...]. Usada por Deus essa mulher, porque olha, ajudou muito. A gente é bem grato a ela. A todos. Foi uma mãe. Na hora que a gente precisou vinha aqui, ela vinha o tempo todo. Ela explicava o que estava acontecendo, o porquê estava acontecendo. O MPM fazia a junta geral, fora fazer manifestação. A gente foi para Caixa Econômica, a gente foi para a BR, fechamos a BR, também por causa do despejo. A gente fechou, chamou atenção até de lá do Planalto. Fechou a [rodovia] né, aí vai pras últimas. Porque daí as empresas começam a ligar, e eles têm que saber o que tá acontecendo (Joana. Entrevista concedida em 22/05/2021).

Joana também relata as entidades que atuaram na reconstrução após o incêndio na 29 de Março, e durante a pandemia em 2020. Cita a ONG Um lugar ao sol, a TETO, o IDP, o MPM e o MST. Após o incêndio, ela afirma que a Tiradentes sempre estava de prontidão para ajudar, entretanto, transparece um distanciamento entre as ocupações, reforçando que são ocupações diferentes.

Nota-se que as práticas estabelecidas na Tiradentes são importantes para o cotidiano e para as lutas coletivas, principalmente quando somadas à atuação das entidades externas. A partir de ações de solidariedade e de organização do modo de vida coletivo, as relações de confiança se reforçam.

6.1.4 Dona Cida

Foram entrevistadas duas moradoras que representam a associação de moradores da Dona Cida, em dias alternados, Sílvia e Margarida. A primeira por ligação telefônica, e a segunda, de modo presencial, dentro do espaço comunitário da 29 de Março. Ressalta-se que a pesquisadora não possuía contato com Margarida anteriormente à pesquisa, o que dificultou aprofundar a entrevista. Entretanto, já conhecia Sílvia, devido ao trabalho voluntário na TETO.

Ambas são coordenadoras da associação de moradores da Dona Cida desde o início de 2019, sendo que Margarida possui maior atuação atualmente. Sílvia era coordenadora da 29 de Março desde 2015. Entretanto, com o incêndio em 2018 sentiu que era necessária uma troca de coordenação. Com isso, passou à frente da associação de moradores da Dona Cida, junto com Margarida. Enquanto Silvana assumiu esse papel na 29 de Março. A partir disso, ambas trabalham em conjunto com a associação da 29 de Março.

Margarida afirma que a união dos moradores é presente a partir de demandas para manifestações, como contra os despejos ou pela infraestrutura.

O pessoal, se tiver que ter uma demanda pra cair na rua, pra lutar, pra ter, assim, ajuda da população, eles vão. Não fica só no individual, eles sabem que é uma luta no geral (Margarida. Entrevista concedida em 29/05/2021).

Sílvia destaca a importância de se lutar por todos ali dentro: “[...] a gente está lutando para ficar e para legalizar, não tem para onde [a gente] ir” (Sílvia. Entrevista concedida em 28/04/2021).

Contudo, Sílvia ainda aponta que não era fácil organizar manifestações, não havia uma concordância entre os moradores. Também considera que pode ser ruim para alguns moradores por ter falta no trabalho ou em algum compromisso, não diminuindo a importância de se manifestar e lutar pelo direito de todos.

Hoje, devido à pandemia, preferem não se aglomerar, e muitas reivindicações são realizadas por meio da internet. Além disso, também utilizam salas de conferência *online* e um grupo de *WhatsApp* para reuniões.

Contradizendo a descrição dos momentos de manifestação, Margarida critica os moradores da ocupação por serem individualistas e declara que, apenas após o incêndio e o início da pandemia, começaram a se ajudar e a estabelecer relações de

vizinhança. Embora reconheçam a importância da luta coletiva nos protestos, Margarida pondera que não havia muita união:

Eu acho que o pessoal aqui da comunidade, antes, não sabia nem conhecer o vizinho. Eles não trabalhavam juntos. Depois do incêndio, com a pandemia também, o pessoal aprendeu a cuidar do vizinho. Se o vizinho está doente, vamos ver o que a gente pode fazer. Teve essa união do pessoal agora (Margarida. Entrevista concedida em 29/05/2021).

Sem desconsiderar todos os problemas envolvidos no incêndio, Silvia destaca a importância do contato com jornalistas para dar visibilidade à luta, “O que não pode deixar é cair no esquecimento, se não o governador e o prefeito tiram a gente [do terreno]” (Silvia. Entrevista concedida em 28/04/2021). Ela reforça que aparecer na mídia auxilia na divulgação das condições e da luta das ocupações, não apenas nas da CIC, como em todas as lutas por moradia. Ademais, Silvia relata que a visibilidade após o incêndio proporcionou mais parceiros ao longo do tempo.

Quando questionadas sobre as entidades que atuaram no local ao longo do tempo, Silvia recordou das pessoas individualmente, e não necessariamente das entidades que representam. Citou diversos nomes, e com um certo esforço, lembrou de algumas entidades, como o MPM, o POU, a ONG PAZ e algumas igrejas. No entanto, no momento da reconstrução após o incêndio, destacou a TETO e o MST.

Já Margarida destacou que a principal interação estabelecida foi com um grupo de pessoas que não pertencem a uma entidade específica. Embora tenha mencionado o IDP e a TETO, destaca grupos fragmentados que estão disponíveis sempre que há alguma demanda. Para ela, as ONGs realizam apenas trabalhos pontuais:

São várias ONGs que vêm e vão, mas quem permaneceu são esses grupos que eles formaram na época [do incêndio] entre pessoas e permanecem até hoje. Se precisar de alguma coisa é só dar um grito pra eles. Eles se reúnem nesse grupo e trazem para a gente. São pessoas individuais que continuaram aqui (Margarida. Entrevista concedida em 29/05/2021).

Silvia dá importância às ações de entidades externas: “[...] tudo depende de portas. Abrir uma porta para bater em outra” (Silvia. Entrevista concedida em 28/04/2021). Isto é, um contato com uma pessoa, grupo ou entidade, leva a outros, e assim, forma-se uma rede de solidariedade.

Atualmente, a prioridade é a demanda por água e por luz, mesmo em meio à pandemia, buscam reivindicar seus direitos frente à prefeitura. Conforme Margarida:

[...] a gente continua fazendo a luta. Não muda. Dificulta um pouco mais o nosso acesso agora. Porque a gente não pode ir agora lá na COPEL exigir. A gente tem que fazer isso pelo celular ou pelo computador (Margarida. Entrevista concedida em 29/05/2021).

A SANEPAR instalou um relógio comunitário e Silvia comenta que melhorou a distribuição de água. Na questão da energia, há dificuldades de acesso sem a colaboração da COPEL, e a responsabilidade recai sobre os moradores. Conforme Silvia, nem todos os moradores colaboram com a instalação de novos fios, e reformas parciais não têm surtido efeito.

Como expectativa, ambas anseiam a regularização fundiária, pois, assim, os moradores estariam fixos no local. Frente ao histórico de despejos e impasses com o poder público, Silvia se mostra esperançosa com promessas da prefeitura, “[parece que] agora será legalizado. Para nós é bom, não vamos ficar em vão” (Silvia. Entrevista concedida em 28/04/2021).

As entrevistadas consideram que não receber ordem de despejo é uma vitória coletiva. Mas destaca que não há um acordo oficial, apesar dos pedidos de despejos terem diminuído recentemente. Ambas dão importância à permanência no local, e às redes de solidariedade estabelecidas ao longo do tempo, seja com pessoas e entidades externas ou entre moradores.

Nota-se que as entrevistadas reconhecem as lutas organizadas por meio do MPM, embora não citem o movimento. E ainda, destacam a individualidade dos moradores mesmo que participassem das lutas coletivas. Elas acreditam que, apenas quando passam a colaborar no cotidiano, há união. Esse aspecto pode demonstrar que, para elas, as relações de confiança entre vizinhos são importantes laços para se estabelecer um coletivo.

6.1.5 Síntese

O Observatório de Conflitos Urbanos aponta muitos protestos nas áreas das ocupações da CIC entre 2012 e 2016 (HOLANDA; POLLI, 2019), o que mostra uma mobilização social, especialmente em torno da moradia e da disputa pela terra. En-

tretanto, por vezes, as coordenações e os moradores não conseguem reconhecer a própria luta, devido à falta de estrutura ou às dificuldades de operacionalização das ações.

Ao mesmo tempo, são ações de difícil resolução, envolvem a propriedade da terra, a infraestrutura urbana que, em um loteamento regular, facilmente seria absorvido pelo Estado. Os protestos também não possuem uma permanência no tempo; no entanto foram conquistas importantes que evitaram a reintegração de posse, garantiram a permanência nas ocupações e a reconstrução de casas após o incêndio.

As coordenações das associações de moradores entrevistadas relatam que parte dos moradores não colabora nas lutas coletivas, apesar das exigências de responsabilidades e deveres. Entretanto, ao relatar experiências cotidianas ou em meio aos despejos, descrevem o apoio comunitário, e a colaboração entre eles.

Os grupos do *WhatsApp* dos moradores das quatro ocupações têm facilitado as conversas, principalmente durante a pandemia de Covid-19. De certo modo, formou-se uma rede de apoio e de trocas (alimentos, produtos, serviços) acessível, de fácil manuseio e foi um instrumento que nasceu da organização dos próprios moradores

Nota-se que há uma figura forte de lideranças comunitárias por meio dos coordenadores sem a constituição formal de associação de moradores. São pessoas que possuem uma representação no local, entretanto, a não formalização prejudica na representação perante os processos jurídicos. Ademais, as funções principais são centralizadas nos coordenadores e nos subcoordenadores. Há pouca divisão formalizada das tarefas e ela varia de acordo com as demandas.

Pensar na resistência como um processo de transformação social passa pela organização popular. No entanto, a dependência de um coordenador(a), não gera avanços na construção de grupos autônomos e autogeridos.

Ao se questionar sobre quais entidades colaboram com o local, as coordenações citam principalmente os nomes de pessoas, personificando os apoiadores, em detrimento da entidade. Mesmo ao citar o POU na Tiradentes, foi lembrado o nome do professor e de alguns alunos em específico, sem se fazer menção à universidade ou ao projeto. O mesmo ocorre com a TETO ou o IDP.

Essa visão individualizada dos apoios recebidos pode prejudicar o fortalecimento das lutas na ocupação, por não se entender o papel que a entidade exerce ou por não se construir uma relação de troca mais permanente e duradoura. Pelas en-

trevistas realizadas, os vínculos criados foram com as pessoas individualmente, em detrimento do trabalho coletivo.

Com o MST, a situação é um pouco diferente. Mesmo citando pontualmente as pessoas com quem formaram vínculos, o movimento é colocado como parceiro. O MPM foi mencionado quando lembram da história do início das ocupações e dos protestos, sempre como um coletivo também. Ressalta-se que o apoio de movimentos sociais na constituição e na estruturação das ocupações e a forma de organização por coordenações são alguns dos diferenciais das ocupações do CIC em Curitiba.

6.2 ENTIDADES EXTERNAS ÀS OCUPAÇÕES DA CIC

Nesta seção, são apresentadas as entrevistas com as entidades externas à ocupação, separadas por categoria: Academia, ONG, Institutos, Vereança, Órgãos Públicos – Defensoria Pública e Poder Executivo (políticas habitacionais e urbanas).

Nas entrevistas realizadas, apesar do entrevistado fazer parte de uma entidade importante para as ocupações da CIC, nem sempre ele tinha autorização ou se sentia à vontade para representar o pensamento institucional formalizado. Por vezes, esse pensamento varia conforme o setor ou a secretaria competente, não sendo um pensamento único. Isso ocorre muito nos órgãos públicos, em que o direcionamento das ações varia de secretaria para secretaria, com baixa integração institucional.

6.2.1 Academia: projetos de pesquisa e de extensão universitários

Dessa categoria foram entrevistadas duas pessoas que a pesquisadora já conhecia anteriormente às entrevistas, os professores Danilo e José Ricardo. Ambos da UFPR. O primeiro possui um trabalho de Iniciação Científica desde 2016 com as ocupações da CIC, intitulado POU (Projeto Ocupações Urbanas) e o segundo elaborou um projeto de extensão de modo pontual após o incêndio para a reconstrução da 29 de Março – PLUE (Plano Urbanístico Emergencial da 29 de Março).

Danilo conta que se aproximou dos moradores das ocupações da CIC em 2015, quando ainda existia apenas a Nova Primavera, pois possuía a necessidade

de apresentar um projeto de pesquisa na universidade. Além disso, já estudava sobre o tema da periferia.

O início do trabalho de Danilo não ocorreu por indicação ou demanda dos moradores das ocupações da CIC, como as demais entidades externas. Por meio de trabalho em campo, em 2015, o entrevistado conheceu a coordenação da associação de moradores da Nova Primavera:

Então eu fui fazendo vários trabalhos de campo, sozinho mesmo, pegava ônibus e ia observando, descia, pegava, me perdia, fazia umas derivas [...] E paralelamente a isso, também, eu fui pesquisando na internet, [...] onde estão as contradições, onde estão os conflitos, onde eles aparecem aqui em Curitiba. E aí foi assim que eu acabei chegando [na] Nova Primavera (Danilo. Entrevista concedida em 01/06/2021).

Danilo visava compreender as ocupações organizadas na metrópole de Curitiba. E nesse momento, o MPM possuía uma forte representação entre os moradores da Nova Primavera. Em paralelo a isso, em 2016, foi cadastrado a Iniciação Científica, POU, quando já havia ocorrido a ocupação da 29 de Março e da Tiradentes, e em sequência, da Dona Cida.

No início, a atuação ocorria na 29 de Março e na Dona Cida devido a uma facilidade de aproximação do grupo de alunos com os moradores dessas duas ocupações. A partir de 2019, começaram a atuar na Tiradentes.

Desde então, o POU possui momentos de maior ou menor intensidade de ação, ligado à disponibilidade do professor ou dos alunos participantes com outros trabalhos e projetos. Danilo compreende, ainda, que não conseguiria atuar nas quatro ocupações do local, uma vez que a realidade é complexa e com muitas famílias. Segundo o entrevistado, “[...] existem diferenças entre as ocupações, algumas irregularidades, linhas de tensão, especificidades” (Danilo. Entrevista concedida em 01/06/2021).

Além disso, a continuidade do POU depende também da motivação dos estudantes. Danilo destaca o interesse dos alunos:

[...] foi formando um grupo bem legal de alunos, que viram uma possibilidade de se formar na geografia, entendendo as contradições urbanas, entendendo esta dinâmica da produção do espaço, das lutas a partir da periferia (Danilo. Entrevista concedida em 01/06/2021).

Esse interesse por parte dos alunos auxiliou para que a atuação tivesse continuidade e possísse interlocução com outros cursos dentro da universidade. Dessa forma, os moradores perceberam que não era uma pesquisa pontual que estabelecia um prazo ou um fim. Ainda, conforme Danilo, a continuidade e a presença dos alunos os consolidaram como um coletivo.

Por um lado, os estudantes pesquisavam o espaço com focos em dinâmicas de trabalho, gênero, política, urbanismo, entre outros. E de outro lado, por meio da interação estabelecida, os alunos e o professor do grupo de pesquisa auxiliaram em questões cotidianas, como na escrita de ofício e na organização de campanhas, e na participação política por meio do MPM. Embora não interferissem na atuação do movimento, havia um acordo estabelecido entre eles.

Danilo reconhece as limitações enquanto grupo de Iniciação Científica, pois possui um período pré-determinado em que os alunos estão vinculados institucionalmente. Entretanto, como é um trabalho com instigações etnográficas e de pesquisa participante, os alunos entendem a necessidade de continuidade no envolvimento com os moradores, e que isso cria vínculos de confiança ao longo do tempo – inclusive ex-alunos também participam do POU.

Ao mesmo tempo, essa relação pode individualizar o trabalho, pelos vínculos constituídos com os alunos individualmente:

[...] tinha um entendimento da pesquisa participante, desse envolvimento, desse compromisso político, com os sujeitos. A gente conseguiu desenvolver bem assim, como uma alma, o espírito do projeto, essa geografia social, essa geografia que está ligada a esses sujeitos periféricos. [...] primeiro houve uma continuidade relativa dos alunos e depois, essa continuidade veio desse próprio envolvimento que eles tiveram com as pessoas lá e com os lugares. [...] Então, muitas vezes, individualiza um pouco. E às vezes é "o Danilo que não vai", e foi alguém do projeto, mas "o Danilo não veio" (Danilo. Entrevista concedida em 01/06/2021).

Danilo relata que há diversas entidades e pessoas atuando no local e que, aos poucos, a atuação enquanto um coletivo ou uma instituição se revela. Pois, no início de um trabalho, é comum que os moradores o associem a pessoas individuais e não a uma entidade. Além disso, muitas vezes as pessoas podem participar em mais de um coletivo.

Quando questionado sobre os trabalhos realizados pelo POU que se destacam, Danilo descreveu três: (i) concepção e construção coletiva da praça infantil na Dona Cida, (ii) Projotinho Tiradentes e (iii) curso itinerante cidadania e território. O

primeiro foi realizado em conjunto com o curso de arquitetura da UFPR. Houve planejamento em conjunto e atividades com as crianças para definir o que queriam para o espaço:

Inclusive com as crianças a gente fez algumas atividades, de conversar com as crianças, de entender o que elas imaginaram, das representações que elas estavam imaginando naquele espaço. O que seria legal de ter (Danilo. Entrevista concedida em 01/06/2021).

O segundo, o Projétinho Tiradentes, partiu de uma demanda de mães que não tinham alguém para cuidar dos filhos enquanto trabalhavam. Com isso, a coordenação da associação de moradores iniciou o projeto em 2019 e, no mesmo ano, convidou o POU a participar por meio da educação popular. Entretanto, com a pandemia de Covid-19, a atuação se tornou difusa, uma vez que os alunos e alunas não poderiam ir frequentemente à Tiradentes.

Na entrevista com Joana, coordenadora da associação de moradores da Tiradentes, ela descreve o projeto e dá atenção às mães responsáveis por cuidar das crianças. Não é citado o nome do POU ou do Projétinho Tiradentes, embora ela reconheça a participação de Danilo e de seus alunos. Possivelmente, as complicações trazidas pela pandemia interferem não apenas na atuação, como também na compreensão da institucionalidade do projeto.

Por fim, o curso itinerante cidadania e território ocorreu em conjunto com o IDP e com a Terra de Direitos. Havia a proposta de formação política, técnica e teórica sobre a produção do espaço da moradia, ligada à dimensão do direito e da geografia. Foi iniciado em 2020, com o primeiro curso na sede da 29 de Março. Entretanto, com a pandemia, o curso precisou ser interrompido.

Quando questionado sobre o incêndio, Danilo compreende que é decorrente do processo. Um dos fatos é decorrente do cenário brasileiro, no qual há um incentivo à militarização e um avanço do tráfico em espaços de precariedade. No dia em que houve as situações de violência, no sábado, o grupo de alunos estava presente nas ocupações da CIC. Na sequência, colaboraram pontualmente e não representando o POU. Danilo relata que conversou com a liderança do MPM, que afirmou que nesses momentos críticos sempre “aparecem” pessoas e entidades para colaborar.

Danilo entende que essas duas últimas ações destacadas por ele são colaborações que ocorreram após o incêndio, em especial o curso itinerante. Manter a continuidade dos trabalhos é uma forma de colaboração para a reconstrução. Também estavam presentes para colaborar em emergências cotidianas – por exemplo, quando houve uma ventania que destelhou algumas casas.

Em meio à pandemia, a colaboração com as ocupações da CIC é similar. Danilo coloca que entre abril e setembro de 2020 a atuação do POU estava difusa. Busca-se meios de dar continuidade aos projetos, seguindo as restrições do distanciamento social. Os alunos têm colaborado em outros projetos, como na campanha resistindo com solidariedade e nas marmitas da terra.

Por fim, Danilo tem a expectativa de que, a partir da memória do MPM nas ocupações da CIC, da organização popular, exista a transformação social e possam participar de mudanças mais amplas nas políticas. E ainda, espera interferir na transformação da realidade local. Ele ainda considera a importância da resistência no local, tanto em relação à tomada de direitos por parte dos moradores frente a escala da desmobilização, quanto em meio às disputas internas.

Outro entrevistado dessa categoria de pesquisa e extensão universitária, foi o professor José Ricardo, que coordenou o Plano Urbanístico Emergencial da Comunidade 29 de Março (PLUE 29 de Março). O trabalho ocorreu de forma pontual, se limitando à atuação após o incêndio ocorrido em 2018. A escolha dessa entrevista se deu devido à reunião de diversos coletivos, além da UFPR e da UTFPR no momento crítico do incêndio.

José Ricardo possui histórico de trabalho em conjunto com movimentos sociais, como MST e MPM, e associações de moradores para o desenvolvimento de planos similares. Com a emergência do incêndio, José Ricardo, junto com o BRCCidades e o Mobiliza, organizaram doações para levar ao local no mesmo final de semana em que houve a destruição das casas pelo fogo. Como o professor possuía contato com algumas coordenações das associações de moradores e com o MPM, o entrevistado se ofereceu para ajudar enquanto universidade:

A gente foi no domingo de manhã [após o incêndio] levar as doações e no domingo à tarde eu já comecei a tentar mobilizar o pessoal da universidade pra gente ver o que a gente poderia fazer, um projeto, um plano de reconstrução (José Ricardo. Entrevista concedida em 04/06/2021).

Para o entrevistado, o início do PLUE foi ocasional e não partiu da institucionalidade de um coletivo ou da universidade. Era um grupo de pessoas que estavam dispostas a ajudar, de uma maneira rápida, devido à emergência dos moradores em relação à moradia. José Ricardo relata uma série de coincidências, em que uma pessoa apresentava outra e, assim, formaram um grupo que atuou no desenvolvimento do plano, entre professores e alunos da UFPR e UTFPR, e participantes da TETO, do IDP, do Coletivo Trena e Mobiliza.

A atuação desse grupo foi pontual. O plano urbanístico ficou pronto em dezembro de 2018, para que fosse a base para a construção de casas pela TETO. Houve acompanhamento pontual até meados de abril ou maio de 2019 para se verificar demandas relacionadas à construção com a coordenação da associação de moradores, do MST e do MPM.

José Ricardo considera que, a partir do incêndio, muitas entidades se encontraram. A partir do plano elaborado para a 29 de Março, por exemplo, o professor passou a colaborar com o MST e com o MPM, e elaborou um projeto similar na Nova Esperança, em Campo Magro.

Por fim, José Ricardo considera que os aspectos técnicos dos projetos da universidade associados às lutas dos movimentos podem contribuir para minimizar a situação de precariedade na periferia. Embora reconheça que não é papel da universidade a regularização fundiária, o PLUE foi elaborado para que contribuísse quando houver essa possibilidade.

José Ricardo destaca a solidariedade nas ocupações da CIC. E coloca que, em grande parte, essa coesão popular se deve ao histórico do movimento organizado no local: “eu acho que as possibilidades de movimento estão muito orientadas por esta rede de solidariedade e política” (José Ricardo. Entrevista concedida em 04/06/2021). E ainda, identifica que esses vínculos firmados ao longo do tempo auxiliam nas lutas e na garantia da permanência no local.

Os entrevistados relataram projetos que possuem atuações completamente diferentes. Enquanto o desenvolvimento do PLUE foi pontual na reconstrução após o incêndio, o POU demonstra preocupações relacionadas ao cotidiano, e no estabelecimento de vínculos sociais. Ambos os projetos demonstram a importância da atuação com outras entidades. Mesmo que possuam objetivos diferentes, é possível a articulação em atividades específicas.

6.2.2 Movimentos Sociais – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Movimento Popular por Moradia (MPM)

Foi entrevistado um representante do MST e outro do MPM, ambos de modo online. Lucas é diretor do MST no Paraná, e José é uma liderança do MPM. Os dois atuavam nas ocupações da CIC, e José já morou em uma das ocupações, mas, no momento da entrevista, residia em outro local.

Lucas acompanhou o processo de ocupação da Nova Primavera, mas não de modo permanente. Conta que muitas vezes o MST faz um trabalho em algum local e permanece alguns meses e depois vai para outro, atuando em diversas ocupações urbanas. Além disso, Lucas e outros participantes também agem individualmente, sem representar o movimento.

Houve atuação do MST desde o início das ocupações da CIC, em trabalho conjunto com o MPM. Como o movimento tem experiência com ocupações, possui facilidade em conseguir lona, madeira, dividir os terrenos *etc.* E ainda, os militantes do MST se inseriram em todas as atividades com os moradores, mas ressaltam a importância da autonomia da coordenação da associação de moradores.

Foi muito bacana. A gente dá uns pitacos de como eles podem organizar os setores dentro da comunidade, as quadras, a divisão de tarefas pra não ficar muito concentrado na coordenação, dividirem as tarefas. Então a gente sempre vai dar uns pitacos para ajudar eles na organização. Mas sem tirar a autonomia deles (Lucas. Entrevista concedida em 15/04/2021).

Quando era possível, os militantes do MST partilhavam experiências e levavam os moradores aos assentamentos do movimento. Lucas também destaca a organização da festa de um ano da Nova Primavera, realizada pelo movimento.

O MST possui um projeto intitulado Congresso do Povo, que é uma brigada de militantes do Brasil para realizar trabalho de base na periferia. Muitas vezes se apresentam com esse nome nos locais que atuam. Conforme Lucas, o objetivo é compreender a realidade local, para ser discutido no congresso, e assim se organizar as pautas de luta do MST e das ocupações pelo período de 10 anos:

[...] tentar fazer uma cartilha com o que as comunidades têm em comum. Ou seja, você visita 20 comunidades, o que essas 20 têm em comum? E criar uma pauta em torno disso. Então a gente tinha um projeto de ficar um ano na capital, e daí realizar o Congresso do Povo que ia ser em Minas Gerais com 600 mil pessoas. E lá, nesse Congresso do Povo, nós íamos pegar o

que tem de comum no Brasil inteiro, e fazer uma cartilha, e ia ser a pauta de luta dessas comunidades durante 10 anos. Então o que que a gente via em comum? A violência contra a mulher era comum em todas as comunidades. A questão do saneamento básico era comum em todas as comunidades. Então era basicamente isso. A irregularidade da área era comum nas comunidades onde a gente passava (Lucas. Entrevista concedida em 15/04/2021).

No ano de 2018, em Curitiba, o MST possuía um espaço no bairro Santa Cândida para a vigília contra a prisão do ex-presidente Lula, além de alugar uma casa especificamente para trabalhar com o Congresso do Povo. Nesse espaço, estavam algumas pessoas, militantes do MST, que trabalhavam com escolas e associações de moradores:

E esses militantes desenvolviam diversas tarefas, que era fazer horta comunitária em vários colégios, nas associações de moradores, ajudar na infraestrutura de associação. Era uma brigada de militantes de trabalho prático e, ao mesmo tempo, político (Lucas. Entrevista concedida em 15/04/2021).

Lucas continua e relata que, em meio a essa organização, ocorreu o incêndio na 29 de Março.: “E deu certo de bem quando a gente chegou para criar [o Congresso do Povo em Curitiba], para se organizar nessa casa do Congresso do Povo, aconteceu o incêndio lá na CIC” (Lucas. Entrevista concedida em 15/04/2021).

A partir de um contato com um representante do MPM, Lucas e outros militantes do MST passaram a colaborar com a reconstrução. Eles elaboraram projetos próprios e atuaram junto com o grupo do PLUE e com a TETO.

Embora o MST tenha participado em conjunto com a TETO para a construção das casas, em dezembro de 2018 e em fevereiro de 2019, a dinâmica de trabalho de ambos é diferente, com o movimento voltado ao cotidiano enquanto a TETO faz mutirões grandes e não permanecem no local.

Mas nós decidimos fazer o mutirão com a ONG TETO, eles já têm a dinâmica deles, têm as pessoas deles, e nós íamos trazer um reforço para começar as casas. Então nós levamos 40 pessoas, militantes nossos e a ONG TETO estava com mais 100. E fizemos as primeiras casas deles. [Em dezembro] foi um mutirão para construir 17 casas. Só que a ONG TETO tem uma dinâmica que ela trabalha só 1 final de semana, ou seja, eles têm uma meta de construir essas casas num sábado e num domingo. Não importa se é 10, 20, 30, 40 casas. Então nós temos uma dinâmica de participar do mutirão com eles, eles vão embora, e nós ficamos. Porque só a casa não resolve. Não tem banheiro. Eles constroem a casa e não tem banheiro. E ali o pessoal não tinha banheiro, não tinha energia, não tinha praticamente nada. Então, a gente participou do mutirão e voltamos na outra semana. E a gente

via que tinha pessoas que ganharam a casa da ONG TETO e não se mudavam para casa, e nós não entendíamos o porquê (Lucas. Entrevista concedida em 15/04/2021).

Sem desmerecer todo o trabalho desenvolvido pela ONG, Lucas demonstra a preocupação cotidiana e urgente das famílias que moram no local. Nesse sentido, o movimento, além de arrecadar para construir mais casas, auxiliava os moradores na construção de banheiros com fossas e um banheiro comunitário ao lado da sede construída pela TETO na entrada da ocupação.

Os militantes do MST também participaram das reuniões para a reivindicação e a autoprodução das redes de energia elétrica e de saneamento. Lucas ressalta que o movimento colabora com as coordenações das associações de moradores, mas não está à frente dos projetos. É importante para o trabalho do movimento o fortalecimento da organização popular:

A gente dava umas ideias, mas sempre dizendo, “ó, nós não somos coordenação, nós tamo aqui dando apoio, suporte”, e algumas coisas a gente dava uns pitacos, mas não se envolver, né, diretamente na construção que eles já tinham amarrado entre coordenação ali dentro. Algumas vezes teve reuniões entre todas as comunidades. A gente participou entre energia elétrica, regularização, sobre o saneamento mesmo, a gente deu ideias de quais são os caminhos para eles recorrerem (Lucas. Entrevista concedida em 15/04/2021).

Nesse aspecto, o entrevistado também reforça a importância das coordenações das associações de moradores nas ocupações da CIC e constata que só é possível compreender a realidade e o trabalho deles estando cotidianamente nas ocupações. Essa preocupação com a organização popular também é vista a partir do trabalho ao longo da pandemia, não exclusivamente na CIC:

E logo veio a pandemia, e a gente começou a trabalhar com as nossas jornadas de solidariedade, com nossas doações de alimentos no Paraná e no Brasil. Então a primeira ação de solidariedade do MST em Curitiba nós fizemos ali, nas ocupações [da CIC], foi mais de 10 toneladas de alimentos que a gente trouxe dos nossos acampamentos (Lucas. Entrevista concedida em 15/04/2021).

Um objetivo é a doação de alimentos dos assentamentos do campo para cozinhas comunitárias, a fim de alavancar o papel de lideranças e da solidariedade entre os moradores. Além disso, o MST também colabora com outras entidades que

faziam doações, como o IDP, na campanha Resistindo com Solidariedade – quando compravam algum produto, o MST doava outro.

Esse trabalho desenvolvido pelo MST visa à conscientização no campo e no meio urbano, de forma que a solidariedade seja compreendida de “trabalhadores para trabalhadores”. Além disso, entende-se que a luta pela moradia é para todos, seja ocupação rural ou urbana.

[...] então eles [agricultores do MST] entendem que nesse momento eles têm que plantar só pra comer. E todo o excedente dessa produção fazer doação. [...] é trabalhador doando alimento para trabalhador, porque essas pessoas que estão recebendo alimento, são pessoas que trabalham no dia a dia, e estão impedidas de trabalhar, por causa da pandemia. Em outros momentos, essas pessoas que estão recebendo esse alimento, podem virar consumidores. Então pode ter essa troca também. E a luta que nós temos lá no campo, é a mesma luta deles de regularizar o terreno (Lucas. Entrevista concedida em 15/04/2021).

Lucas complementa como enxerga a relação entre as ocupações e o campo:

Nós chamamos assim a classe trabalhadora ajudando a classe trabalhadora, né. É tentar achar soluções por dentro da classe. [...] Esse trabalho nosso não chamamos ele de assistencialismo porque nós não tamos pegando o nosso excedente e vendendo pra comprar coisa em mercado. O que nós tamo doando é fruto do nosso trabalho. Não é fruto da exploração do trabalho de outra pessoa. Então, o que a gente tá fazendo é solidariedade com nossos irmãos que tão necessitando nesse momento. E nada mais justo de nós colocarmos as terras, que são terras que tão na mão da reforma agrária que também são terras públicas (Lucas. Entrevista concedida em 15/04/2021).

Quanto às expectativas que tem sobre as ocupações da CIC, Lucas acredita que elas vão se consolidar ao longo do tempo. Ao passo que autoproduzem condições necessárias ao cotidiano, como infraestrutura, elas se fortificam. E ainda, ao construírem espaços comunitários, fortalecem a organização popular.

O MPM possui objetivos em comum com o MST, em especial, para a organização popular. O MPM já trabalhava com áreas de ocupações urbanas, com suporte jurídico e capacitações. Com a Nova Primavera, o movimento passou a trabalhar na prática a organização popular. José explica que as pautas do movimento não se limitam à moradia. Há um trabalho com questões emergenciais do cotidiano e outras mais amplas, de luta por direitos a nível nacional com conscientização e empoderamento político.

No início das ocupações da CIC, o MPM buscava a organização por meio das coordenações e as lideranças do movimento não moravam no local. Uma atuação importante é o trabalho para a identificação coletiva, ao buscarem que os moradores se compreendessem como parte do movimento.

Entretanto, quando José passou a ser uma liderança do MPM, o movimento estava em um período de estagnação. Mantiveram-se os objetivos de luta, mas reavaliaram o método. Atualmente, o movimento atua principalmente em Campo Magro, na Nova Esperança, e os membros possuem vivências cotidianas. Dessa forma, trabalham em duas vertentes: interna, ligada ao cotidiano, e externa, de caráter político.

Para o entrevistado, o MPM realizava um trabalho eficiente nas ocupações da CIC, pois conseguiam unir as pessoas, organizar manifestações *etc.* Entretanto, era necessária a atuação interna, visando à transformação da realidade local – o que ocorre hoje na Nova Esperança:

[...] são dois campos de visão e ambos têm problemas diferentes. Então eu acredito que a coordenação da época tinha uma atenção maior na parte externa e eles faziam isso muito bem, com muita eficiência: a capacidade de colocar as pessoas na rua quando necessário, a capacidade de promover assembleias. Eles faziam isso com muita eficiência. A gente resolveu ter um pouco mais de vivência, mais diária, justamente pra tentar corrigir alguns problemas internos que aconteciam na comunidade. [...] Eu acho que existem diferentes modos de contribuir, dependendo de que forma você trabalha dentro do movimento (José. Entrevista concedida em 08/06/2021).

Nas ocupações da CIC, ele destaca que a organização popular presente no local é uma herança do MPM: “Então, ainda existe coordenação, ainda existe um sistema de apoio, talvez a mobilização não esteja tão forte lá hoje mas ainda existe aquele caráter coletivo, comunitário” (José. Entrevista concedida em 08/06/2021).

José é bem crítico com o trabalho do MPM, reconhece as vitórias e a importância do modo de trabalho, mas tem um olhar interno para buscar melhorias. Nas ocupações da CIC, ressalta a ausência de espaços comunitários, que poderiam ser um ponto de encontro e de trabalho em conjunto e de uma distribuição espacial – com lotes e ruas bem definidas. Para o entrevistado, é importante a avaliação das atuações para melhorar ao longo do tempo.

Dessa forma, quando a pauta por moradia é alcançada ou fragilizada, ainda haveria estratégias para a organização popular. Para ele, embora os moradores não tenham a posse da terra nas ocupações da CIC, a moradia é algo que se consolidou

no local. E hoje, o trabalho do movimento poderia se direcionar para outras necessidades, como educação ou saúde:

Hoje a gente não precisaria estar falando sobre moradia lá [nas ocupações da CIC], mas a partir do momento que já é algo consolidado, não 100%, mas já é algo consolidado no sentimento das pessoas, a gente poderia estar falando sobre outro trabalho, outras necessidades das famílias que fossem precisar. E devido à escassez desses espaços o movimento acaba se tornando limitado na sua atuação naquele espaço. Então esse ponto de vista foi observado não só por mim, mas por outras lideranças do movimento e foi readaptado aqui na ocupação Nova Esperança e a expectativa é que a partir daqui a gente faça esse modelo padrão de ocupação urbana (José. Entrevista concedida em 08/06/2021).

José passou a ser liderança do MPM quando o movimento começou a ocupação da Nova Esperança, porém ele já participava anteriormente, além de ser morador da Tiradentes. Para isso, a antiga liderança do movimento fez um processo de formação para ele e outra pessoa que assumirem esse papel.

Questionado sobre a atuação do movimento na reconstrução após o incêndio, José destaca três ações principais e emergenciais: (i) comunicação e divulgação – o movimento entrou em contato com diversos parceiros, em especial a mídia alternativa, como jornalistas que se sensibilizaram com o ocorrido e apoiavam a luta do MPM, e com figuras públicas, como deputados estaduais que já haviam atuado nas ocupações da CIC; (ii) organização popular para impedir novas truculências, e (iii) denúncia da violência para cobrar uma investigação legal.

José aponta que, após o incêndio, o maior parceiro da ocupação foi o MST, que colaborava com diversas demandas. Também destacou a construção de casas temporárias da TETO. Além disso, identificou que os moradores fazem parte do MPM, e ressalta a solidariedade entre eles. Conforme relatado, a direção do movimento e a base (moradores) estavam unidos para a reconstrução, e inconformados sobre tudo o que havia acontecido.

Durante a pandemia, o pensamento é similar sobre a colaboração do MPM. As ações solidárias vêm da organização popular do movimento e, dessa forma, o MPM se faz presente. E ainda, a ocupação Nova Esperança em Campo Magro vem de uma demanda das ocupações da CIC, uma vez que havia muitas pessoas morando em um mesmo local, havia um superadensamento.

Quanto aos parceiros, José entende que existem os permanentes, como o MST, e aqueles que ajudam a partir de situações emergenciais, como alagamentos.

Ponderou que ambos são importantes para a luta e destacou a participação do Tadeu Veneri (deputado estadual pelo PT), sindicatos, pastorais, setores da igreja evangélica, sindicatos e o PT.

José frisou a importância da organização popular em toda a entrevista. Quanto às expectativas não foi diferente. Compreende que é um trabalho contínuo, além da moradia. José espera que as famílias da CIC possuam todas as condições de infraestrutura, como pavimentação, transporte público, saneamento e energia. Porém, o ponto principal destacado pelo entrevistado é o da consciência popular, das famílias das ocupações da CIC se entenderem como uma grande área periférica que possui objetivos em comum:

Não se constrói uma ocupação individualmente. Só consegue por meio da organização popular. Quanto mais organizado, quanto mais sintonizada as famílias estiverem, e mais direcionadas em prol do mesmo objetivo, melhor tende a ser esse espaço no qual elas estão produzindo ali (José. Entrevista concedida em 08/06/2021).

Os dois movimentos sociais mostram a relevância da organização popular vindo dos próprios moradores como forma de sobrevivência e de lutas. Para além das necessidades do cotidiano, o apoio perpassa uma conscientização de classe, de luta política e coletiva das ações.

Os movimentos sociais buscam a atuação política por meio da prática, e se destacam na compreensão dos direitos sociais e de organização popular. Entretanto, também possuem contradições internas e externas. No caso do MPM, houve uma diminuição da atuação quando as políticas habitacionais se cessaram, embora esse não fosse o único objetivo. Ao mesmo tempo, a memória do movimento e da organização popular permanecem nas ocupações da CIC.

No caso do MST, há uma atuação de curto prazo e cotidiana, simultaneamente. Como a demanda é alta, não é possível priorizar as ocupações da CIC. Porém, quando atuavam no local, os militantes compartilhavam das vivências e visavam à autonomia e à emancipação política, seja no momento de organização da ocupação, após o incêndio ou durante a pandemia. E ainda, o movimento também foi destacado como importante para a atuação de outras entidades apoiadoras, como o POU, o IDP e a TETO.

6.2.3 ONG – TETO

A TETO é uma ONG que iniciou suas atividades em 1997, no Chile, e em 2007, no Brasil, com sede em São Paulo. A TETO “trabalha com determinação nas comunidades precárias para superar a pobreza através da formação e ação conjunta dos moradores e moradoras, jovens voluntários e voluntárias e outros atores” (TETO, 2021). No Paraná, desde 2015, o trabalho envolve a atuação direta com as ocupações urbanas, por meio da substituição de casas precárias por modelos provisórios de madeira, construção de infraestrutura, gestão e organização territorial, levantamento socioeconômico, entre outras atividades definidas pelas demandas vindas das ocupações e que estão dentro do escopo de trabalho relacionado à infraestrutura.

Nesse sentido, as ocupações da CIC estão dentro do escopo de atuação da TETO Paraná. Para este trabalho, foram entrevistadas duas pessoas, Letícia e Rogério, de modo online. Rogério é voluntário da ONG desde 2015, e foi contratado em 2017 como coordenador comercial e de 2018 a 2020 como gerente regional, sendo responsável pela TETO no Paraná. Com sua saída da ONG, Letícia o substituiu em 2020.

Em 2017, com a intenção de expandir a atuação no Paraná, a TETO iniciou oficialmente o trabalho nas ocupações da CIC, por meio de conversas com as coordenações das associações de moradores. Para dar início, em julho de 2018, Rogério conta que ocorreu uma mobilização que “chamasse mais atenção”, com a construção de 12 casas de madeira, em 6 dias (mutirão chamado de Trabalhos de Inverno – TDI 2018), nas ocupações 29 de Março e Nova Primavera.

Questionado sobre a motivação para começar o trabalho nas ocupações da CIC, Rogério define dois pontos principais: um pragmático, de atender à demanda de construção e outro relacionado à organização popular.

Eu acho que num primeiro momento foi uma análise bem pragmática de “há potencial construtivo” e “há uma grande demanda”. Aí, a gente fez depois um acompanhamento. Fez as enquetes de designação e a gente identificou uma demanda muito maior do que a gente estava dimensionando. Aí entrou outro critério não tão pragmático, que foi realmente o engajamento bom, a situação de vulnerabilidade, de realmente considerando todo o movimento, o nível de articulação social e política da organização, da organização da ocupação, a gente viu que faria muito sentido trabalhar lá não somente para fomentar, mas também para aprender: como que a gente mobiliza comunidades, que eles são super mobilizados e politizados. Então, a primeira motivação foi muito no sentido organizacional, de vamos atender essa demanda enquanto missão organizacional. Já num segundo momento foi muito por

um alinhamento ideológico de luta pela moradia, um alinhamento bem mais político do que necessariamente construtivo (Rogério. Entrevista concedida em 25/03/2021).

Rogério destaca, ao longo da entrevista, a organização popular existente nas quatro ocupações. Reconhece que isso vem de um histórico desde a ocupação e que permanece uma essência até hoje, mesmo que o MPM não esteja tão atuante no local. Essa organização, para a TETO, se torna importante para mobilizar não apenas os mutirões organizados pela ONG, como também para uma luta política pelo direito à moradia.

Nos primeiros contatos da ONG com a ocupação, houve algumas divergências e problemas de confiança da relação da TETO com alguns moradores da CIC, em especial com o narcotráfico. Rogério preferiu não aprofundar o assunto. Entretanto, ainda era uma possibilidade o retorno de uma ação nesse local. Alguns voluntários já atuavam no local com outros projetos e entidades, e já haviam estabelecido uma relação de confiança com a ocupação:

Depois desse momento [TDI 2018], que a gente conseguiu a legitimidade, do próprio poder paralelo para atuar em território, eu acho que ali foi um “ok, estamos, tipo, legitimados a atuar aqui por todas as esferas né”. O poder público, mesmo não gostando, permite, as lideranças comunitárias querem e permitem, e o próprio poder paralelo entende que é necessário. Então eu acho que esse vínculo fez a gente ficar muito próximo (Rogério. Entrevista concedida em 25/03/2021).

No final de 2018, quando houve o incêndio, os contratados da TETO responsáveis pela gestão foram até o local no mesmo final de semana. E conforme a entrevista, os moradores viram ali uma esperança. Para a TETO, a escolha se deu em um momento de euforia, a partir de vitórias internas da ONG, como a arrecadação e a construção em outras ocupações com a presença do prefeito de Curitiba na época, Rafael Greca, como relata Rogério:

Eu acho que aquele ano já tinha sido um ano de grandes conquistas, então a gente conseguiu viabilizar uma meta de construção, meta financeira, e a última construção do ano a gente conseguiu contar com a participação do líder da gestão administrativa. Então, o Rafael Greca, mesmo com uma gestão muito orientada diferente do que o objetivo do TETO prega, ele estava no território, fazendo uma atuação conjunta ao TETO com a Caximba (Rogério. Entrevista concedida em 25/03/2021).

Rogério conta que, ao ver a situação da 29 de Março consumida pelo fogo e as famílias desoladas, somada às expectativas internas que a ONG vinha superando, contribuiu para a escolha em participar da reconstrução, com metas mais altas do que as costumeiras da organização.

Cabe ressaltar ainda, que, para Rogério, a TETO contribuiu de formas diferentes após o incêndio na 29 de Março, com a construção de casas, com a visibilidade e com o trabalho em rede. A primeira, de forma prática, foi a construção de 38 casas de madeira, entre dezembro de 2018 e fevereiro de 2019, além da sede comunitária, por meio de um financiamento coletivo:

Então, eu acho que foi uma campanha recorde do TETO, no paraná, eu acho que foi do TETO Brasil também, então, de conseguir viabilizar a construção tão rápido e com tanta grana. Então, muita gente ajudou. Mesmo quando a gente estava num período de crise econômica. Então, eu acho que teve essa sensibilização por parte da sociedade, então, também teve a sensibilização por parte política né, então, eu acho que chegou no *Instagram* do Boulos, a nossa atividade. Chegou no *WhatsApp* do Fernando Haddad a reconstrução (Rogério. Entrevista concedida em 25/03/2021).

Ao mesmo tempo em que a TETO divulgava o financiamento a fim de arrecadar dinheiro, também visavam dar visibilidade ao ocorrido na ocupação. Para Rogério,

Não foi um mero incêndio, foi um incêndio que aconteceu de forma criminosa. [...] Apesar da comunicação do TETO nunca ter falado isso de forma muito enfática, estava lá nas entrelinhas de todos os nossos posicionamentos, [...] deu voz a essa questão e deu um rebuliço (Rogério. Entrevista concedida em 25/03/2021).

Por fim, a terceira contribuição apontada por Rogério é relacionada ao trabalho em rede ocorrido no momento de reconstrução, que também permitiu dar visibilidade e construir as casas. Embora o entrevistado reconheça que isso parte de uma sensibilização da sociedade perante o ocorrido, coloca a TETO como fomentadora do trabalho em rede:

Então, eu acho que teve uma entrega muito, não tem como mensurar, assim, mas que foi sobre o trabalho em rede. Eu acho que foi um momento muito importante do trabalho em rede. Então, o TETO coordenou um trabalho em rede, com defensoria pública, com universidade federal, com MP, com Prefeitura, e COHAB. E aí várias organizações do terceiro setor, IDP, Terra de Direitos, várias outras ONGs não institucionalizadas, mas que também prestam trabalho para a ocupação, e as próprias lideranças. Então, ali fomentou o trabalho em rede, e uma atuação, um olhar um pouco mais, é...

enfático dessas organizações que o TETO estava trabalhando em rede nesse território. Não à toa que depois da reconstrução, a defensoria pública estabeleceu programas permanentes de desenvolvimento, a própria Assembleia Legislativa, por meio do mandato do [então vereador] Goura, esteve mais presente na ocupação, ali, pautando o direito das ocupações. Então eu acho que teve essa outra entrega também que foi sobre fomentar essa articulação em rede do terceiro setor na causa da habitação (Rogério. Entrevista concedida em 25/03/2021).

A atuação da ONG não se limita a eventos massivos como a construção de casas. Também trabalham com uma equipe de voluntários que visita toda semana a ocupação a fim de levantar demandas e elaborar projetos de infraestrutura. Após o incêndio, a TETO implementou uma equipe na 29 de Março que permaneceu até o início da pandemia em 2020 e retornou no fim do ano de 2020, e uma equipe na Tiradentes, cujo acompanhamento se iniciou no fim de 2019.

Letícia relata que essa pausa ocorreu devido à desmobilização dos voluntários, em vista de uma grande desistência por parte deles. Com isso, não era possível continuar o trabalho, mesmo que ocorresse de forma pontual na pandemia devido a medidas de segurança e ao distanciamento social. Conforme a entrevistada,

29 [de Março] no início do ano, pós início do Covid, a gente precisou dar uma paralisada nas atividades, porque a equipe se desmobilizou e saiu uma galera e a gente não conseguiu dar continuidade, não teve braço mesmo (Letícia. Entrevista concedida em 25/03/2021).

Cabe ressaltar que, durante a pandemia de Covid-19, a TETO fez arrecadação para a distribuição de cestas básicas nas ocupações em que atuam, incluindo as quatro ocupações da CIC, conforme declara Letícia:

[...] a gente atua também com cestas básicas, né, agora na Covid a gente teve que mudar um pouco a nossa forma de trabalhar, e a gente distribui cestas básicas para as quatro comunidades ali principais – que é a Tiradentes, a 29 [de Março], a Dona Cida e a [...] Nova Primavera (Letícia. Entrevista concedida em 25/03/2021).

Comumente, doações (de alimentos, roupas ou produtos) não fazem parte do escopo de trabalho da TETO. Entretanto, compreendeu-se como necessária essa mudança no início da pandemia, devido ao caráter emergencial para garantir a sobrevivência. Uma vez que os projetos de infraestrutura e construção de casas foram pausados, o foco inicial foi as doações.

Ao longo de 2020, a TETO reestruturou o trabalho e, a nível nacional, começou a implementar projetos de infraestrutura que auxiliassem nesse momento, como captação de água de chuva, hortas, sedes comunitárias, banheiros *etc.* Nas ocupações da CIC, iniciou a construção de um banheiro anexo à sede comunitária da Tiradentes. E, no momento da escrita deste trabalho, está programada uma sede comunitária na Nova Primavera.

Letícia e Rogério, ao longo da entrevista, reforçam a mobilização e a organização popular presente nas ocupações da CIC. Ambos a entenderam como importante para a atuação da TETO e Rogério ainda pontua que a ONG tem muito a aprender com elas, em caráter político, de organização e mobilização popular. Letícia destaca a forma de organização das quatro ocupações, que ocorre por meio de coordenadores que representam quase totalmente todos os moradores:

Outra coisa que me chamou [a atenção] especificamente no CIC, é a questão do coordenador de comunidade. De ter, pela comunidade, um morador que é responsável de fato por aquela área. Por levantar os contatos daqueles moradores para realizar as reuniões. Não enquanto associação de moradores necessariamente, sabe? Mas esse coordenador-morador, que não é nada relacionado à TETO. É uma organização deles. Essa organização comunitária também me chamou atenção (Letícia. Entrevista concedida em 25/03/2021).

Quando questionados sobre as expectativas, Letícia responde, a partir dos objetivos da TETO, que espera que os moradores das ocupações da CIC, ou de qualquer outra, possuam “oportunidades de desenvolver suas capacidades” (Letícia. Entrevista concedida em 25/03/2021). Rogério destaca novamente a organização popular ao pensar sobre o que espera que ocorra no local:

Eles são gestores públicos. Aquelas lideranças das comunidades são gestoras públicas. Elas sabem articular com quem precisa articular. Eles sabem onde, com quem precisa falar, quando precisa falar. Então minha expectativa é que, de fato, eles vão conseguir viabilizar alguns serviços essenciais, eles vão conseguir regularizar alguns serviços e algumas áreas. Acho que a 29 consegue, sim, um processo, sim, de regularização. Não vai ser pra amanhã, não vai ser pra daqui 3 anos, não vai ser pra daqui 5 anos (Rogério. Entrevista concedida em 25/03/2021).

Destaca-se que ambos enxergam que é a organização popular que irá conseguir estabelecer serviços essenciais. Rogério ressalta que as ocupações da CIC conseguem se articular com outras entidades e que, a partir disso, e da luta que

possuem, conseguirão garantir seus direitos. E compreende que não é algo “dado” pelo Estado, e sim, que ocorre por meio de mobilização.

Rogério também tem a expectativa de que os moradores ocupem espaços institucionais e políticos em Curitiba. Desse modo, considera essa questão uma utopia possível, frente a entraves políticos existentes no local.

Eu acho que eu tenho uma utopia de ter, de sair uma ocupação da CIC uma liderança política e institucional. Então essa é uma utopia não tão distante. Existem já algumas movimentações de base pra que aconteça isso. Então a [líder comunitária] sempre é puxada por alguns partidos para ser candidata. Mas minha expectativa é que a ocupação consiga ocupar institucionalmente a política para conseguir pautar os seus direitos. Então, eles não têm, a 29 né, não tem entrave jurídico. Ela tem alguns entraves jurídicos? Claro que tem né, [...] mas é muito mais um entrave político. Aquela região é um entrave político. Ok, Curitiba inteira é um entrave mais político que qualquer outra coisa, no quesito mobiliário. [...] mas acho que eles precisam ter um espaço garantido dentro da política institucional, não sendo representados por, mas sim, ocupando (Rogério. Entrevista concedida em 25/03/2021).

Quanto às expectativas da atuação da TETO nas ocupações da CIC, Letícia define o protagonismo dos moradores e vê a ONG como um apoio:

Entender, de fato, dos moradores, quais são as demandas urgentes e prioritárias pra gente conseguir ir desenvolvendo. [...] os sonhos da TETO na atuação da CIC, assim, específico, acho que é conseguir fazer projetos que facilitem a vida lá, a vivência dos moradores no dia a dia” (Letícia. Entrevista concedida em 25/03/2021).

Todavia, Letícia percebe que há limites da ONG nesse apoio.

Acho que têm muitas coisas que a gente não pode fazer, [...] e as pessoas que fazem parte da TETO têm que se acostumar com essas impossibilidades, ainda que sejamos feitos de muitos sonhos. [...] Infelizmente, às vezes é esse conformismo, lidar com essa frustração, mas sempre buscando formas. [...] a gente entende as impossibilidades, a gente precisa entender que existem limitações do nosso trabalho, a nível até de política pública mesmo, mas que a gente também não é cruzar o braço e falar “não consigo apoiar” e dar as costas (Letícia. Entrevista concedida em 25/03/2021).

Essas limitações são recorrentes na atuação, uma vez que há constante saída do corpo voluntariado e os recursos financeiros dependem de doações. Além disso, há entraves políticos e jurídicos, que causam uma disputa pela terra, e pela existência das ocupações.

A TETO conseguiu estabelecer bons vínculos com as ocupações após um tempo de aproximação, tendo que ganhar a confiança também dos que comandam o

tráfego dentro das ocupações. Em determinados momentos, possuía maior ou menor atuação. Foi avaliando a demanda e a necessidade local que os vínculos se fortaleceram.

Após o incêndio, várias entidades estiveram próximas exercendo o papel de apoiadores. No entanto, a TETO e o MST foram entidades importantes no local, com a reconstrução de 38 casas de madeira e a fossa séptica. Foi um dos maiores desafios da TETO no Brasil, mas ganhou repercussão devido à situação da ocupação 29 de Março, com as casas queimadas em plena época de Natal.

Durante a pandemia de Covid-19, a TETO priorizou demandas relacionadas a alimentos, em meio ao “susto” dessa situação inesperada. Com o tempo, a ONG adaptou a metodologia de trabalho e conseguiu contribuir com a sede da Nova Primavera.

Cabe destacar que a TETO obtém a maior parte de seus recursos a partir de financiamento de empresas. Isso é uma forma comum de atuação. Conforme Rocha (2015), as ONGs funcionam em um mercado que disputa financiamentos e reconhecimento de suas ações, vendendo um problema que pode ser alterado pela atuação da ONG. No caso da TETO, as casas temporárias de madeira se tornaram uma forma de “chamar a atenção”, uma vez que há um produto em pouco tempo. É vendida a imagem de uma transformação do local e das famílias a partir de uma casa, mesmo que temporária.

A ONG reconhece os limites de sua intervenção, visto que sua atuação não está associada à uma política pública de moradia mais ampla, mas à situação provisória e emergencial. No entanto, o Estado também apresenta limites em sua burocracia e funcionamento que, mesmo num caso desses, sem a mobilização popular, dificilmente alguma política pública chegaria aos afetados pela tragédia.

6.2.4 Instituto – Instituto Democracia Popular

O Instituto Democracia Popular (IDP) foi fundado em 2013 a partir do acompanhamento da organização popular por regularização fundiária no Ribeirão dos Padielhas, em Curitiba. O IDP trabalha especialmente com assessoria jurídica em processos judiciais. Foi entrevistada Carolina, atuante no Instituto.

A atuação do IDP nas ocupações da CIC se iniciou a partir de uma integrante do instituto que também militava no MPM. A partir desse contato, houve a assessoria

ria jurídica na defesa de uma reintegração de posse na Nova Primavera, ainda quando o instituto estava se formando. Como relata Carolina: “antes de fundar o instituto, o escritório já atuava lá, em razão dessa militante também” (Carolina. Entrevista concedida em 06/05/2021).

Para iniciar a atuação em uma ocupação urbana, o IDP considera como critério a existência de uma organização popular. Conforme Carolina, o IDP considera que não se consegue realizar o trabalho comunitário simultaneamente à assessoria jurídica. A entrevistada coloca essa questão como um critério para a atuação do instituto, por compreender que é a organização popular que irá conquistar direitos básicos e garantir uma vida digna.

A gente pode pegar uma comunidade qualquer pra fazer a defesa? Podemos. Mas isso não vai ser trabalho político. Isso não vai ajudar no empoderamento e emancipação das comunidades, que é o que a gente quer. [...] A gente quer muito que elas permaneçam lá, que elas tenham o direito de propriedade, mas não é só isso. A gente quer que elas tenham uma organização comunitária que permita o acesso a direitos. Porque a gente sabe que o acesso ao direito não vai vir do direito, não vai vir do jurídico, não vai vir do município, vai vir da organização popular (Carolina. Entrevista concedida em 06/05/2021).

Ao comparar as ocupações da CIC com outras ocupações em que o IDP atua em Curitiba, Carolina pontua que aquelas são as únicas organizadas por movimento popular e que, por muito tempo, eram ocupações recentes no município, e, assim, possuíam ordens constantes de despejo.

Além de colaborar quando há alguma movimentação no processo de reintegração de posse, contra despejos, o IDP visa a auxiliar na consolidação legal de uma associação de moradores. Com isso, facilita-se a representação comunitária:

Uma das principais questões que a gente tem atuado é na criação da associação de moradores. A gente tem um problema sério de representação processual, não tem como defender a Dona Cida, né? Não tem o CNPJ da Dona Cida, né? A gente defende um morador, que também não é certo, né? Defender o morador não é defender a comunidade. Então como a gente tem essa questão da representação, a gente tem atuado nessa demanda da criação da associação de moradores. Porque a gente, mesmo no debate de impulsionar a mobilização comunitária, né, mas também desse ponto de vista da regularização processual (Carolina. Entrevista concedida em 06/05/2021).

Mesmo que exista uma organização de associação de moradores, não é legalmente registrada, com CNPJ, o que dificulta o trabalho de defesa jurídica da ocu-

pação como um todo. Caroline conta que a Defensoria Pública também tem auxiliado nesse registro.

O cenário político também influencia nas atuações do IDP nas ocupações. No momento em que havia maior mobilização dos moradores em manifestações, o instituto trabalhava como um interlocutor com o poder público – incluindo também o período com maior número de ordens de despejo. Carolina conta:

Na época em que a comunidade tava mais mobilizada, a gente atuou muito nas interlocuções com o poder público, né, teve muitos atos e tudo mais, assim, inclusive teve muitas reuniões e muitos espaços que foram conseguidos e a gente atuava no início nessa interlocução com o prefeito, COHAB, e agora que tá em outro momento, a gente tem trabalhado com a ideia da REURB, que é uma forma nova de regularização fundiária. A gente tem estudado essa possibilidade de entrar com o pedido de REURB social, dessas quatro ocupações que a gente acompanha (Carolina. Entrevista concedida em 06/05/2021).

Questionada sobre quais outras participações o IDP realizou na reconstrução após o incêndio, Carolina indica que foram três pontos principais. O primeiro está relacionado à violência policial, na qual acompanharam diversos moradores ao órgão responsável pela investigação do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO), e na articulação com o Ministério Público na investigação.

O segundo ponto foi específico para a reconstrução das casas. Embora não tenha atuado diretamente com a construção, o IDP se tornou um ponto focal para a articulação entre outras pessoas ou entidades que gostariam de ajudar. Devido à interação estabelecida desde o início nas ocupações, os moradores criaram vínculos com os integrantes do Instituto:

Como acabou bombando muito, de pessoas, de organizações querendo ajudar, o IDP acabou sendo um ponto de referência pra saber como que é, quem são as lideranças, o que tá precisando, porque a gente tinha esse canal de contato direto e constante. Então a gente acabou atuando mais nesse sentido, de fazer uma articulação entre as pessoas, com essas organizações que acabaram tendo interesse em ajudar (Carolina. Entrevista concedida em 06/05/2021).

Como várias entidades estavam atuando no local, perceberam que existia muita ação cruzada, fazendo-se necessária a articulação entre os diversos agentes. Assim, foi criado um Comitê de Apoio às Comunidades:

Foi feito na época, mas agora tá bem parado, mas tinha gente dos partidos, PSol, PCdoB, tinha gente dos sindicatos, CUT, organizações de mulheres, UBM, Frente Feminista. Putz, assim, realmente, muitas pessoas individuais que chegaram lá na reunião e queriam ajudar, sabe? E, também, estudantes, bastante estudante, mas várias organizações de esquerda, não necessariamente que atuam com a questão da moradia, mas que se sensibilizaram (Carolina. Entrevista concedida em 06/05/2021).

Carolina ressalta que o IDP não foi protagonista na criação desse comitê. Ele foi surgindo conforme a demanda. De acordo com ela:

A gente também não era protagonista nisso, não. A própria articulação do comitê não foi uma articulação do IDP. Foi uma articulação que surgiu, que dessa necessidade, assim, a gente integrou. Na época, a gente ajudou esse comitê e o IDP, em especial, ajudou na festa, que foi feita uma festa pra arrecadar dinheiro. O IDP ajudou bastante nessa organização (Carolina. Entrevista concedida em 06/05/2021).

Por fim, como terceiro ponto, realizaram uma denúncia de violação de direitos humanos no Ministério Público, por meio de um dossiê. Como conseguiram estar presencialmente no momento do incêndio, um jornalista responsável conseguiu elaborar um texto de hora em hora dos acontecimentos, além de conseguirem fotos e vídeos. Essa denúncia foi articulada com a Terra de Direitos, que também é referência no direito à moradia.

A partir do incêndio, o IDP também passou a atuar com a questão de infraestrutura básica, de água e energia:

Quando teve também o incêndio, [...] como teve essa maior mobilização, a gente começou a atuar nesse debate da infraestrutura das ocupações, então a gente fez algumas articulações com o Ministério Público e o município, a COPEL, a SANEPAR, para conseguir a regularização ali pra poder botar água e luz, e, na época, conseguimos. Então, tipo, em especial a água foi, já tinha lá, foram colocadas mais torneiras. A COPEL ainda não foi regularizada, então não tem... Eles têm energia lá, mas não é exatamente nos moldes da COPEL. Eles ainda querem por postes, mas eles não querem por um poste para cada, pras casas, eles querem por postes só para o espaço comunitário. Então, a gente atua também nessa questão desses serviços básicos (Carolina. Entrevista concedida em 06/05/2021).

Ao mudar o assunto para a pandemia em 2020, Carolina descreve a campanha Resistindo com Solidariedade, realizada em conjunto com a Casa da Resistência. O direcionamento das doações para as ocupações da CIC foi um ponto importante para o IDP, uma vez que era um local que estava com constante atuação do Instituto. Foi realizada uma divisão: 70% das doações recebidas pela campanha

eram enviadas para a CIC e 30% para outras famílias que pediam a eles, de outros locais.

Conforme a entrevistada, as doações estão relacionadas aos vínculos de confiança já estabelecidos ao longo do tempo:

A nossa ideia, do IDP, a nossa demanda, era a atuação nas ocupações da CIC. Por quê? A gente já tinha esse trabalho permanente, pra gente fazia sentido fazer uma ação de solidariedade voltada pra lá. Enfim, não é um trabalho de mera assistencialista, né? Tem a ver com nossas relações de confiança no local (Carolina. Entrevista concedida em 06/05/2021).

Essas doações eram sempre planejadas de acordo com a demanda. Os integrantes mantinham contato constante com os moradores para realizar as compras e entregas. Carolina exemplifica, “têm tantos reais, vamos ver o que estão precisando. Aí chegou arroz, então não precisa de arroz, mas precisa de macarrão, precisa de fralda” (Carolina. Entrevista concedida em 06/05/2021). Além disso, a compra de alimentos era realizada em cooperativas do MST, e o movimento colaborava doando outro produto. A entrevistada compreende que a solidariedade era realizada em duas vias: no fomento da luta no campo, por meio do MST, e na doação às ocupações.

Essas compras, no início do distanciamento social, eram realizadas semanalmente. Após três meses, perceberam que o volume de doações diminuiu, e, assim, alteraram a compra para uma vez ao mês até o final de 2020. Nesse período, decidiram parar de direcionar às ocupações, passando a colaborar, atualmente, com a compra de carne e de embalagens para o projeto Marmitas da Terra, organizado pelo MST. Além da diminuição do valor arrecadado, o IDP percebeu que a doação não estava sendo significativa, mas o motivo principal foi verificar uma alta articulação das associações de moradores com outras entidades, incluindo aquelas que têm a doação como foco principal:

Na verdade, era uma avaliação de que desde o começo a gente via: tem comida lá, tem bastante gente. Sempre que ia levar uma comida, tinha outra organização lá levando. Só que, tipo, quantas famílias têm lá, né? Por isso a gente continuou fazendo, que a gente sabia que não importa que não ia ser o suficiente, mas no final do ano a gente também viu que nossa arrecadação também não estava mais sendo suficiente pra fazer uma diferença, e a também de que as famílias já tem esses outros contatos, eles tão precisando, eles têm contato pra pedir, e pessoas que tão sempre lá, e que não fazem um trabalho político, e que fazem só esse trabalho de doação. Então passamos esse trabalho, passamos a bola pra essas outras organizações que têm isso como prioridade (Carolina. Entrevista concedida em 06/05/2021).

Carolina também pontua o ofício enviado ao Ministério Público, pedindo acesso aos dados da pandemia, dados das ocupações, sobre cestas básicas, informações do auxílio emergencial *etc.* O Instituto mesclava uma demanda por informações e por providências às pessoas que moram em ocupações. Carolina compreende que essa ação se enquadra como uma denúncia, uma vez que houve divulgação junto à campanha, e não houve respostas ou atitudes por parte do município. A entrevistada pontua: “Foi mais uma ação de denúncia da situação, que efetivamente que a gente estava esperando que isso fosse dar um resultado concreto, né. Mas a gente avalia que foi também uma ação importante” (Carolina. Entrevista concedida em 06/05/2021).

Quando questionada sobre a motivação em se estar de prontidão para as ocupações da CIC, como nos momentos de ordens de despejo, de incêndio e de pandemia, Carolina ressalta a relação de confiança estabelecida, que deve existir em bons e maus momentos. Cabe pontuar que o IDP também participava de festas, antes da pandemia de Covid-19 se agravar:

[...] a gente faz um trabalho permanente lá, que é nos bons e nos maus momentos. Quando tem alguma coisa assim, a gente é um contato que eles chamam bem rápido. Um dos primeiros órgãos, entidades que entram em contato. E a gente sempre tenta atuar de prontidão, porque a gente tem uma prioridade bem grande com a atuação com as ocupações da CIC (Carolina. Entrevista concedida em 06/05/2021).

Além disso, Carolina entende que há limitações nessa atuação, que muitas vezes a demanda está fora do escopo que o IDP se propõe a realizar. E dessa forma, complementa:

Mas a gente sempre debate também um pouco das nossas limitações. Por quê? A gente faz assessoria jurídica e existe um grande debate do que é assessoria jurídica. Não é advogar de graça, é um trabalho político. Então, quando a gente sabe que um dos trabalhos da assessoria jurídica é ajudar nesses momentos de emergência, então a gente sempre tenta atuar com bastante rapidez. Na época tanto do incêndio quanto das reintegrações, acaba que nosso trabalho vira aquilo e não se faz mais nada. No incêndio, a gente não fez nada além de cuidar das coisas do incêndio. Então a gente tenta sempre apresentar uma resposta rápida, porque a gente sabe que são situações bem difíceis. Mas a gente também tem uma preocupação que é de entender que é o nosso lugar (Carolina. Entrevista concedida em 06/05/2021).

Carolina diferencia a atuação do IDP da de movimento social. Ambos desenvolvem o trabalho politicamente, porém o instituto não realiza um trabalho comunitário, de organização popular. Dessa forma, incentiva a criação de uma associação de moradores.

A gente não organiza politicamente a comunidade. A gente presta uma assessoria, que também não é só isso. Não é só isso, tem uma parte política, tem uma parte social, uma reflexão política, mas que tem seus limites, então isso é uma questão bem séria. Uma boa pergunta inclusive. Porque sempre que surge um problema a gente tenta atuar, mas às vezes a gente não consegue (Carolina. Entrevista concedida em 06/05/2021).

O trabalho político também tem limitações. O IDP compreende que ele é necessário, e para ser realizado de modo mais eficaz, é importante a vivência cotidiana no local. Conforme Carolina, “o trabalho político não tem como acontecer sem estar na comunidade” (Carolina. Entrevista concedida em 06/05/2021).

Colocando essa questão como um objetivo, Carolina descreve um projeto futuro, para ser implementado após a melhora da situação pandêmica. O IDP visa criar um curso de formação para os moradores, junto com o POU:

[...] a ideia é a gente fazer uma formação tanto sobre o direito à cidade, sobre o que que é reintegração de posse, despejo, como fazer sobre a ocupação. Essa é a Tiradentes, essa é a Dona Cida. Essa tem esse processo, essa daqui é em tal região da cidade. A ideia era fazer em 2019, não conseguimos, e em 2020 veio a pandemia. E daí então tá meio trancado, mas a ideia é fazer esse curso com 4 aulas na CIC e depois reproduzir ele em outras comunidades, mudando só essa parte específica da comunidade (Carolina. Entrevista concedida em 06/05/2021).

Por meio desse curso e do trabalho elaborado ao longo dos anos, o IDP tem produzido relações de confiança com os moradores. Nas entrevistas com os representantes de cada ocupação, os entrevistados falam do Instituto com orgulho. O entendimento de Carolina é a contribuição do IDP como uma ferramenta para a luta dos moradores pelos seus direitos básicos, e enxerga a organização popular como importante meio para essa garantia:

Acho que, a médio prazo, o nosso objetivo é impulsionar essas organizações dos moradores. Eu acho que a gente quer ganhar a reintegração de posse, ganhar a liminar, ganhar a ação, depois conseguir a regularização, mas todos esses passos têm como norte a organização comunitária, fortalecer esses moradores, que eles consigam se organizar e reivindicar um pouco desses direitos. Porque, enfim, eu acho que o IDP se coloca mesmo como um interlocutor nessa luta, assim, porque falta ferramenta jurídica, eu

acho que a gente se coloca como uma ferramenta para a luta deles, não que a gente vá resolver, que a gente vai ser a solução dos problemas (Carolina. Entrevista concedida em 06/05/2021).

O IDP enfatiza a atuação política e incentiva a associação de moradores. Com o tempo, estabeleceu-se vínculos de confiança que se fortaleceram ao se atenderem às demandas das emergências cotidianas. Destaca-se, nesse sentido, a articulação com coletivos populares e outras entidades em prol das ocupações, como a campanha Resistindo com Solidariedade. Para além das doações e dos aspectos jurídicos, o IDP auxilia no fortalecimento popular e na emancipação política.

6.2.5 Igreja

Devido ao levantamento realizado no início da pesquisa, notou-se uma importância da igreja nas ocupações da CIC. Entretanto, devido à pandemia de Covid-19, e ao distanciamento social necessário, não foi possível realizar a entrevista com nenhum dos atores dessa categoria.

Durante as demais entrevistas, em especial com os moradores das ocupações da CIC, foi possível perceber a presença da igreja com doações no período da pandemia. No entanto, eles não definem uma igreja em específico. Em cada momento, e a cada entrevistado, são citadas uma igreja e uma religião diferentes. Ressaltam que as pessoas que vão até o local se preocupam com o bem-estar e às vezes realizam orações, mas sem impor.

A igreja é posta como uma entidade importante, uma vez que influencia a forma de vida, dos relacionamentos e dos comportamentos sociais e, por isso, exerce influência nas relações sociais. Há um julgamento moral das ações dos moradores que é influenciado pelas regras das igrejas. Entretanto, não foi possível realizar um levantamento e entrevistas que contemplassem os objetivos desta dissertação, sendo deixado para outros momentos, em possíveis desdobramentos deste trabalho.

6.2.6 Poder Legislativo: vereança

Para compreender a esfera do Poder Legislativo em Curitiba, neste trabalho foi entrevistada, de modo *online*, a vereadora Professora Josete, que possui atuação

em território em diversos locais no município, incluindo as ocupações da CIC. A vereadora é da oposição da gestão atual do prefeito Rafael Greca (Democratas). Ao focar em seu mandato, a entrevistada descreve as motivações enquanto parte do Poder Legislativo para trabalhar com a periferia:

Desde o nosso primeiro mandato, a gente traz esse tema porque Curitiba é uma cidade muito desigual. Nós temos aí em torno de 400 ocupações irregulares, porque as pessoas não têm acesso a programas de moradia popular. Então grande parte das pessoas que ocupam essas áreas, elas o fazem porque elas não têm condição de pagar aluguel, ou de pagar um terreno. A terra em Curitiba é muito cara e o mercado imobiliário tem um poder enorme aqui (Professora Josete. Entrevista concedida em 12/04/2021).

A entrevistada ressalta que as ações tomadas em seu mandato são ligadas a uma concepção de mundo na qual é possível existir uma sociedade menos desigual em que todos tenham uma vida digna. Ao se relacionar com a periferia, visa manter um diálogo com os moradores e pressionar o poder público por políticas públicas efetivas, em especial, para a habitação de interesse social.

A Professora Josete critica o contexto curitibano, colocando a questão da habitação como um problema histórico. Descreve que Curitiba depende de programas do governo federal, e não investe em políticas próprias de habitação, ressaltando que o município não conseguiria resolver sozinho, mas que algumas ações seriam possíveis²⁴. E discute o papel do vereador:

[...] nós entendemos que esse é o nosso papel: provocar o município, o poder público, pra dentro do orçamento priorizar a questão da habitação popular e o direito à cidade como um todo (Professora Josete. Entrevista concedida em 12/04/2021).

Ela reforça a influência do cenário político a nível federal. Quando havia o PMCMV, ainda se necessitava avançar para atender a famílias sem renda, ou com renda próxima de zero. Nesse momento, Professora Josete argumenta que não há acesso à moradia. Com a pandemia, houve um agravamento da situação de vulnerabilidade, com muitas famílias morando em áreas irregulares e nas ruas.

²⁴ Um exemplo de ação do município é a destinação da venda do potencial construtivo, Lei da Outorga Onerosa. Hoje, essa venda não está ligada ao Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, conhecida em Curitiba como Cota. Conforme pesquisa realizada pelo mandato da Professora Josete, a Cota arrecada 10 vezes mais do que a venda do potencial construtivo que se destina à habitação.

O primeiro contato de Professora Josete com as ocupações da CIC ocorreu quando existia apenas a Nova Primavera no local, a partir da demanda do MPM (na época MTST):

[...] a demanda era para que a gente buscasse contato com a COHAB e com a prefeitura, para tentar fazer a mediação, e para tentar avançar numa negociação para que realmente pudesse haver, por parte do proprietário da área – no caso Nova Primavera é uma área privada –, uma negociação com a prefeitura na tentativa de regularizar aquela área. Então, o primeiro contato foi esse. E a gente começou a participar lá, a primeira vez que nós fomos foi à noite em uma assembleia de toda comunidade, e de lá pra cá já faz algum tempo, já surgiram, na sequência, as outras ocupações ali do entorno, a 29, a Tiradentes e por último a Dona Cida. Então, foi, na verdade, foi a partir de demandas que nos buscaram e a gente que começamos a participar das reuniões e acompanhar a comunidade (Professora Josete. Entrevista concedida em 12/04/2021).

A vereadora destaca que não realiza um acompanhamento cotidiano, uma vez que não é função própria do legislativo, e também há diversos locais em que atua. O trabalho se desenvolve a partir de demandas da precariedade de direitos básicos, como habitação ou saúde, e em festas e eventos:

Não chega a ser cotidiano, na verdade as demandas são muito frequentes, então vai desde uma situação em relação a alguma política pública até uma situação de organização deles, de fazer uma festa de Dia das Crianças, ou outras atividades lá junto a outras organizações também. [...] São muitas demandas, das mais diversas áreas, então a gente não consegue estar presente de uma forma contínua, é mais difícil (Professora Josete. Entrevista concedida em 12/04/2021).

Ela ressalta, ainda, que muitas ações em que trabalha nas ocupações da CIC não são papel do vereador, mas que participa e colabora “enquanto cidadã”. Como exemplo, cita a coleta e a arrecadação de doações de roupas e alimentos. Em diversos momentos da entrevista, Professora Josete relata essa mistura, do que é o papel do vereador e o que realiza por ter construído laços de amizade com os moradores.

Além disso, a entrevistada se preocupa que suas ações não se tornem propaganda eleitoral. Muitos políticos frequentemente vão até a periferia, doam ou prometem algo com a finalidade de ter mais votos. Pensando nisto, Professora Josete afirma que visa respeitar a autonomia e as decisões dos moradores, fomentando a auto-organização, e reforça que a luta dos moradores deve ser independente do governo atuante no mandato:

E sempre nessa busca de tentar auxiliar, garantindo sempre o respeito à autonomia, que para nós é uma coisa muito cara. Eu sou vereadora, mas nunca quis fazer daquele espaço um espaço pensando na perspectiva eleitoral, então a gente sempre tentou levar essa questão da autonomia, respeitar as decisões deles, ajudar a construir propostas quando necessário, mas sempre passando pelas definições deles, porque a gente entende que eles vão conquistar todos os seus direitos a partir de uma auto-organização deles. Então isso independe de governo de plantão ou de mandatos de plantão, a gente tem que construir a política pública nesse sentido (Professora Josete. Entrevista concedida em 12/04/2021).

Quando questionada sobre a reconstrução após o incêndio da 29 de Março, a ela ressalta novamente a diferenciação da atuação de vereadora e de cidadã. Nesse sentido, afirma que ajudou a realizar uma audiência pública a fim de dar voz aos moradores e buscar soluções, ao mesmo tempo em que participou de campanhas de arrecadação de produtos. Também realizou um acompanhamento em conjunto com o então vereador Goura (PDT) e a TETO. A entrevistada relata suas ações:

Foi desde essa questão de fazer a audiência pública para buscar uma saída até nos envolver ali nas mobilizações que na época tiveram. Aí mais uma vez eu digo: mais como cidadã do que como vereadora. [...] A gente tem as nossas redes e a gente procurava provocar as pessoas para elas se envolverem e, na medida do possível, poderem ajudar, então essa foi, à época, algumas ações. [...] Foi mais um acompanhamento, ali não teve nenhuma ação, assim, mais definida (Professora Josete. Entrevista concedida em 12/04/2021).

Ao direcionar o assunto para o período de pandemia em 2020, Professora Josete destaca as cobranças do poder público, não apenas pelas ocupações da CIC, mas sim de um modo mais amplo no município. E descreve que há pouco apoio da Câmara para pressionar por políticas públicas, e que isso está ligado a uma visão de mundo. A vereadora destaca que já havia demandas anteriormente à pandemia, mas que são agravadas nesse período, como a insegurança alimentar e a falta de água.

Professora Josete também pontua que iniciou uma ação no espaço da sede comunitária da 29 de Março, mas com a pandemia, teve que paralisar. Consistia em aulas com professores voluntários de reforço escolar no contra turno das crianças e jovens uma vez por semana.

A representante política reforçou, em diversos momentos da entrevista, a importância da solidariedade e da autonomia, para que os direitos básicos sejam garantidos. Como ela coloca:

Nessas ocupações, as maiorias das pessoas não têm opção. Elas ficam com o que sobram, e trabalham com o que é possível. [...] Na verdade muitos deles são fundamentais, como a coleta de material reciclável, mas que não é valorizado. [Atuam] nos trabalhos mais precários, em que o retorno para a sobrevivência é mínimo. Essas questões nos sensibilizam e criamos vínculos com essas pessoas (Professora Josete. Entrevista concedida em 12/04/2021).

Ao fim, Professora Josete descreve a motivação para essa atuação a partir do cargo de vereadora e como cidadã. Além da visão de mundo, na qual a solidariedade é presente, a entrevistada relata que criou vínculos com os moradores do local. Estar presente para levantar e colaborar em demandas e nos eventos é uma forma de fomentar esses laços.

Além disso, ela enxerga possibilidades que dependem da vontade política da prefeitura, como a sessão da 29 de Março, por ser área pública; a realocação da Tiradentes em um local próximo, devido à proximidade com o aterro sanitário e incentivar a posse da área na Nova Primavera e Dona Cida, por serem áreas particulares.

Por fim, a Professora Josete enxerga possibilidades de melhoria do cenário de desmonte de políticas públicas, mas que depende de mobilização dos diversos setores da sociedade para se organizarem e se articularem.

6.2.7 Órgãos públicos: políticas habitacionais

Nessa categoria, foi entrevistada uma pessoa de modo *online*, Amanda, que trabalha com demandas das políticas urbanas e habitacionais. Ela pediu sigilo sobre seu cargo e instituição que trabalha. A escolha da entrevistada se deu devido a sua participação no momento do incêndio da 29 de Março.

Amanda avalia que o trabalho das políticas públicas de habitação em Curitiba possui diversos limites, principalmente políticos. Um exemplo é a concepção de como trabalhar com as ocupações urbanas: “[...] são órgãos que ainda são engessados no tempo, trabalham com metodologias da época do mito do modelo de Curitiba” (Amanda. Entrevista concedida em 08/05/2021), não sendo condizentes com a realidade da periferia.

E ainda, há uma resistência em trabalhar com os vários tipos de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) – como a demarcação de áreas para a regularização fundiária ou de vazios urbanos. Mesmo quando a terra é de propriedade pública, há

discussões morosas para verificar qual órgão é o dono e como vai ser regularizado. Com isso, a responsabilidade repassa por várias secretarias e “nada é aprovado” (Amanda. Entrevista concedida em 08/05/2021). No desenho urbano, são definidas dimensões que não são condizentes com a realidade da periferia – como tamanho de vias e de lotes.

Dentro do estado, Amanda é pessimista e enxerga limites e desafios. Entretanto, entende que as possibilidades estão na organização popular, a partir da identificação das famílias em se apropriar e reivindicar direitos.

A gente lida com muitos desafios e acho que muito mais limites: [...] do entendimento do poder público, da importância da participação desde o início de um projeto, de não ficar uma coisa imposta [...]. São brigas políticas bem grandes, dentro da política urbana. [...] Mas as possibilidades são que as famílias também se organizam, muitas vezes, a partir do momento que a identificação delas, elas começam a se apropriar de alguns elementos e reivindicam o projeto (Amanda. Entrevista concedida em 08/05/2021).

Amanda declara que a COHAB prestou uma assessoria entre 2013 e 2014 para a Nova Primavera, devido ao PMCMV-Entidades, e foi realizado um mapeamento das famílias que moravam no local. Um dos entraves destacados pela entrevistada foi a propriedade da terra e a dificuldade de se regularizar a área. Em sequência, a companhia atuou novamente na época do incêndio, junto com a Defensoria Pública, a Fundação de Ação Social (FAS) e o Ministério Público.

Entretanto, o processo após o incêndio foi moroso e não conseguiram fechar uma listagem das famílias: havia defasagem e diferença entre a lista da FAS e da COHAB. Por meio do trabalho conjunto com as coordenações das associações de moradores, foi possível definir as famílias para receberem um auxílio de R\$ 350,00 pela COHAB. Ao mesmo tempo, Amanda observa que os órgãos não definiram uma solução para as casas perdidas no incêndio, pois existia um pensamento de deixar as famílias reconstruírem suas casas sozinhas, sem qualquer tipo de auxílio. E, com isso, define a importância da TETO na reconstrução.

Atualmente, há a discussão para a implementação do PRÓ-MORADIA na 29 de Março, da COHAB por recursos da Caixa Econômica Federal e do Ministério do Desenvolvimento Regional. Entretanto, devido ao cenário político federal, há incertezas quanto aos recursos disponíveis, uma vez que não há política de habitação consolidada.

Quando questionada sobre os destaques que enxerga nas ocupações da CIC, Amanda responde que não há cooptação de candidatos que fazem campanha no local, como vê em outras áreas de ocupação. Há, contudo, a presença de figuras políticas que se identificam com a pauta da organização popular.

Quanto às expectativas, Amanda é pessimista. Espera que o projeto do PRÓ-MORADIA se consolide na 29 de Março, mas considera que as políticas urbanas estão cada vez mais complexas de se implementar. Em nível federal, há incertezas quanto à continuidade e disponibilidade de recursos financeiros para essa área. E na escala municipal, Curitiba não possui recursos voltados à habitação popular. Considera que o Fundo Municipal de Habitação é limitado e depende do impulsionamento da construção civil.

Na pandemia, os setores de órgãos públicos que atuam diretamente em território, tiveram seu trabalho limitado:

Por conta da pandemia, na verdade, a gente ficou com um corpo técnico muito pequeno e com muitas limitações. Nossa atividade é em área, é entrar todo dia em área, e a gente não pode sair nesse período. Não pode fazer reuniões, que é o que a gente faz muito, reuniões com as comunidades. E ficou muito limitado, assim (Amanda. Entrevista concedida em 08/05/2021).

Amanda relata que a COHAB atendeu pontualmente a situações emergenciais, a partir do Ministério Público, da Defensoria Pública, da FAS e da procura individual de famílias de diversas áreas. A COHAB atendeu por auxílio moradia, e a FAS por *kit* moradia.

No caso dos órgãos públicos que trabalham na execução de políticas urbanas e habitacionais, a entrevistada compreende a necessidade da participação popular nos planos e projetos, incluindo-se as ocupações urbanas. Contudo, muitas vezes essa “participação” é a nível de informação ou consulta, ou ainda, de manipulação e coerção (SOUZA, 2003). Há prioridade na obtenção do lucro, no direito individual e na propriedade da terra sobre o direito coletivo.

6.2.8 Órgãos públicos: defesa de direitos

Nessa categoria foi entrevistada a defensora pública Dr^a. Olenka, de modo remoto. Apesar de não conhecer a pesquisadora, ela se mostrou disposta e interessada em colaborar com a pesquisa.

Dr^a. Olenka faz parte da Defensoria Pública, do Núcleo Itinerante das Questões Fundiárias e Urbanísticas (NUFURB), criado no final de 2016. O NUFURB foi criado com o objetivo de focar na defesa da moradia no meio urbano e rural, e atua em conflitos fundiários. A entrevistada destaca que o núcleo tem atribuições em todo o estado do Paraná, e atua a partir de demandas, seja de associações de moradores, famílias em situação de despejo, ou de entidades apoiadoras, como a TETO e a Terra de Direitos. O núcleo atua sempre que existir um coletivo em uma situação de conflitos fundiários, como reintegração de posse, e houver uma família em situação de vulnerabilidade. No caso das ocupações da CIC, Dr^a. Olenka ressaltou a importância da formalização das associações de moradores para facilitar essa defesa.

Durante a entrevista, Dr^a. Olenka destacou impasses que já enfrentou em seu trabalho, e critica a falta de conhecimento de legislações e direitos urbanísticos no meio jurídico. Como exemplo, citou a preocupação de juízes em retirar famílias de áreas de risco, mas sem que se possua um local para a sua realocação. Isto é, na visão de Dr^a. Olenka, não se preocupam efetivamente com a segurança das pessoas. O mesmo argumento é utilizado em áreas de preservação ambiental, que comumente definem a impossibilidade de famílias morando no local, e não consideram a coexistência de moradia e preservação ambiental.

Além disso, também destacou as limitações de estrutura da Defensoria Pública, como a necessidade de equipes técnicas para elaborar relatório ambiental e social (topógrafos, arquitetos, engenheiro ambiental *etc.*), uma vez que comumente há ocupações em áreas de risco ou de proteção ambiental. Dr^a. Olenka entende que a atuação é interdisciplinar e que envolve diferentes órgãos públicos.

Entretanto, destaca que é “tudo resolvível” (Dr^a. Olenka. Entrevista concedida em 06/05/2021). Para a Dr^a. Olenka, caso a defensoria possuísse maior estrutura, poderiam ter uma atuação mais forte e contínuo com as ocupações no Paraná.

Ao direcionar a entrevista para as ocupações da CIC, Dr^a. Olenka relembra que o trabalho se iniciou a partir da demanda do IDP e do TETO em 2016, devido a despejos e que logo passaram a trabalhar em conjunto, agregando também a Terra de Direitos.

Quando questionada sobre as principais dificuldades de atuação do NUFURB, a defensora pública ressaltou a importância da organização comunitária, e a formalização de uma associação de moradores, que represente judicialmente os moradores. Dr^a. Olenka entende que muitas vezes não é interessante a formalização da associação de moradores para não individualizar pessoas. Entretanto, para os processos jurídicos coletivos é importante a existência da associação. No caso da ocupação Dona Cida, há início da formalização com o auxílio do IDP e Terra de Direitos, mas ainda não possuem CNPJ. A Tiradentes está no início da formalização, e a 29 de Março e a Nova Primavera não iniciaram.

Quando houve o incêndio da 29 de Março, a Dr^a. Olenka foi chamada pelos moradores de imediato. Não conseguiu ir na madrugada do incêndio, mas foi ao local na manhã seguinte:

E mais o que vi lá, eram muitas mulheres olhando para o nada. E muitas vezes tentava falar, e elas te olhavam e não te respondiam, e olhavam para a frente. Em choque. Muitas crianças sozinhas, andando descalças. [...] Eu lembro que no caminho eu parei num posto e comecei a comprar um monte de coisa, biscoito. Eu pensei, claro que não vou resolver nada agora, mas pelo menos ter algo para as crianças. Eu fui dar para um menino, e ele disse “não quero biscoito, eu quero minha casa” (Dr^a. Olenka. Entrevista concedida em 06/05/2021).

A primeira ação da Defensoria Pública foi em conjunto com o Ministério Público. Conseguiram, por meio de recomendação conjunta, que fossem pagos os auxílios às famílias que perderam suas casas. Assim, a COHAB passou a realizar o trabalho de mapeamento das famílias e os pagamentos. Dr^a. Olenka considera essa ação como uma vitória.

Além disso, relatou que atuou na intermediação e no diálogo com o poder público, para que fosse possível a construção de casas temporárias pela TETO, uma vez que o terreno era parte da prefeitura. E em sequência, passaram a buscar o fornecimento de energia elétrica e de saneamento. Também encaminharam o caso ao Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública para o acompanhamento das famílias devido à violência ocorrida. Como possivelmente envolvia a investigação, esse núcleo também atuou junto com o GAECO.

No período da pandemia, o NUFURB trabalhou para que as reintegrações de posse fossem suspensas no estado e conseguiu, devido ao trabalho em conjunto com a SUDS (Superintendência Geral de Diálogo e Interação Social do Governo do

Estado). A defensora destacou a importância do Tribunal de Justiça do Paraná por ser o único com essa determinação. Entretanto, esse decreto se referia apenas às ocupações que já existiam e que fossem coletivas. Dessa forma, não impedia a reintegração de posse em novas ocupações de terra e de famílias individuais ou pequenos grupos. Com as novas ocupações urbanas que se iniciaram em meio à pandemia, o NUFURB também passou a atuar para evitar essas reintegrações.

Dr^a. Olenka destacou as diferenças que enxerga nas ocupações da CIC: organização popular com lideranças que são respeitadas pelos moradores – definidos como coordenadores e coordenadoras –; início de uma consolidação no local, e a existência de redes de apoio com entidades externas.

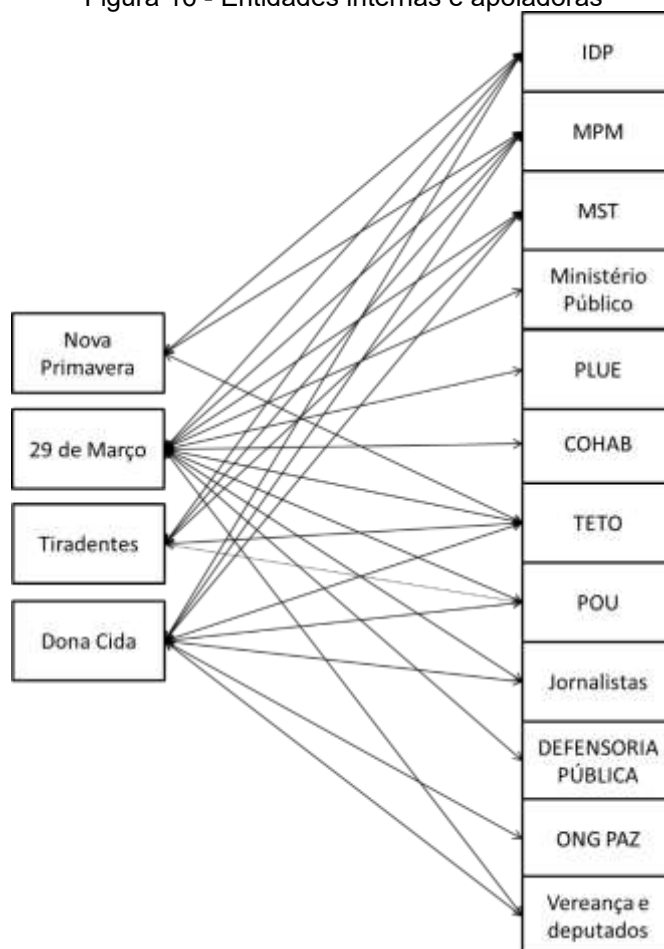
Por fim, as expectativas para as ocupações da CIC, assim como para as demais em que a defensora trabalha, é o direito à moradia. E ainda, a aplicação dos instrumentos de regularização fundiária, com o reconhecimento da área como de interesse social.

Com a criação do NUFURB, a Defensoria Pública passou a ter uma atenção específica para as questões fundiárias e urbanísticas. Com pouco tempo de atuação, aproximadamente 5 anos, os defensores ganharam importância nos processos jurídicos no Paraná, e em especial, na metrópole de Curitiba. Nas ocupações da CIC, a atuação da Defensoria Pública foi destacada pelas coordenadoras das associações de moradores por estar sempre disponível para auxiliar nas emergências, como nos processos de despejo e no episódio do incêndio.

6.2.9 Síntese

A Figura 16 representam os vínculos percebidos por meio das entrevistas, entre as coordenações das associações e os moradores com as entidades externas que apoiam o local.

Figura 16 - Entidades internas e apoiadoras



Fonte: A autora (2021)

Como a conversa conduzia para os momentos de reconstrução após incêndio, e durante a pandemia, possivelmente a memória remetia àqueles que colaboraram nesses períodos. E ainda, os nomes citados podem ser influenciados pelo grau de proximidade da pesquisadora com os entrevistados.²⁵

Além disso, comumente as entidades externas afirmam colaborar com as ocupações da CIC como um todo. Na imagem, foram consideradas as entrevistas com as associações de moradores, para definir quais vínculos são existentes no local.

Destaca-se que as quatro ocupações têm a atuação do MPM em comum, em especial para a organização popular e para as manifestações. Entretanto, notou-se nas entrevistas que o movimento foi pouco citado pelas coordenações das associações de moradores. Mesmo quando destacam a importância de protestar no espaço público, não o relacionam diretamente ao movimento. Por meio da pesquisa do Ob-

²⁵ A entrevista ocorreu de modo pontual e não houve um acompanhamento contínuo no local, devido à pandemia de Covid-19.

servatório de Conflitos Urbanos e da pesquisa de Holanda e Polli (2019), sabe-se que o trabalho do MPM ainda se reflete na organização das quatro ocupações mesmo que a atuação tenha se modificado ao longo do tempo.

Notou-se que a 29 de Março possui maior número de parceiros estabelecidos, seguida por Dona Cida. Conforme os relatos, o incêndio deu visibilidade às ocupações da CIC, sobressaindo a 29 de Março. Como a Dona Cida se localiza em frente, e as associações trabalham em conjunto, possivelmente isso se refletiu no número de entidades que apoiam.

Percebe-se a existência de ações pontuais, mas que apresentam uma continuidade no tempo, como o MST, a Defensoria Pública e o IDP. Em meio às emergências, essas entidades estão disponíveis para a defesa de direitos, bem como possuem objetivo de empoderamento político. Há também ações pontuais, como o PLUE e ações permanentes, como o MPM, a TETO e o POU – que podem variar a intensidade da atuação ao longo do tempo.

6.3 SÍNTESE DAS ENTREVISTAS: ENTRE O CONFORMISMO E A RESISTÊNCIA

A partir das ações realizadas, os entrevistados de entidades externas criaram vínculos sociais com os moradores, e em especial, com as coordenações das associações de moradores. Ao acompanhar o cotidiano, para além das necessidades pelo direito à moradia, há a possibilidade da identificação de luta com os objetivos da entidade.

A partir das entrevistas descritas e da revisão teórica realizada, esse capítulo se divide em duas linhas de análise, conforme os núcleos de sentido extraídos da análise de conteúdo das entrevistas. A primeira discute o direito à cidade em relação à problemática da disputa pela terra e ao acesso à terra urbanizada. Na segunda, são analisadas as insurgências vividas na prática cotidiana, que permitem a criação de vínculos sociais e a garantia da sobrevivência.

As duas linhas de análise são permeadas pela indagação sobre as práticas transitarem de modo ambíguo sobre o conformismo e a resistência. Cabe ressaltar que as análises não têm como objetivo enfatizar oposições, mas compreender o "entre" presente nas relações sociais. Também trazem a reflexão se essas práticas se

aproximam do direito à cidade, assim como apresentado por Oliveira (2018), pela produção e pela experiência das cidades.

O Quadro 15 apresenta uma relação das linhas de análise a partir da análise de conteúdo – temática.

Quadro 15 - Núcleos de sentido

Linha de análise – Núcleo de sentido	Descrição
Entre o direito à cidade e o acesso à terra urbanizada	Propriedade da terra e as resistências frente à tomada de direitos; Construção coletiva da ocupação, e autoprodução da infraestrutura; Visibilidade midiática na produção da legitimidade da ocupação.
As insurgências no cotidiano	União e atividades cotidianas; Relações de confiança entre moradores e entidades entrevistadas; Ações pontuais e/ou de empoderamento político.

Fonte: A autora (2021)

6.3.1 Entre o direito à cidade e o acesso à terra urbanizada

Nesta seção, são abordados três aspectos que se destacaram nas entrevistas relacionados à propriedade da terra e ao direito à cidade: (i) entraves jurídicos na posse da terra, (ii) autoprodução da infraestrutura e (iii) visibilidade midiática como apoio à legitimação das ocupações da CIC.

Por meio de Harvey (2014), compreende-se que o direito à cidade está acima do direito à propriedade individual. Entretanto, a propriedade da terra no Brasil, torna-se frequentemente um entrave jurídico para a efetivação desse direito, impedindo, por exemplo, a regularização fundiária, a instalação da infraestrutura urbana, a produção de casas, espaços comunitários e equipamentos públicos.

Para as coordenações das associações de moradores entrevistadas, apesar de quase 10 anos de ocupação da terra, não há clareza da situação jurídica atual em relação à propriedade da área, o que produz uma insegurança em relação à permanência no local.

Houve judicialização do conflito fundiário, principalmente nas ocupações que são de propriedade particular. Mas como o processo é moroso, não há clareza entre os moradores sobre a real situação. Sabe-se que a 29 de Março está em terreno de propriedade pública e as outras três em áreas particulares. Entretanto, não se tem perspectivas em relação a uma possível regularização fundiária, concessão para fins de moradia ou usucapião, por exemplo.

Na entrevista realizada na ocupação Tiradentes, alegou-se que o leilão realizado em 2015 foi organizado para transferir a posse da área para a Essencis, e que tentaram esconder a existência da ocupação – era de propriedade da massa falida Stirpes. Como Joana descreve, “teve um leilão que eles chegaram a leiloar a gente”. A entrevistada cita a suposição de que a área pertenceria a uma empresa fictícia, envolvida no processo de disputas pela terra. Os moradores, em ato de resistência, visando a dar legitimidade à sua existência no local, protestaram e demonstraram que havia pessoas morando no local e que o leilão não deveria acontecer. A resistência pode ser vista quando há luta pela legitimação e contra as remoções e/ou projetos de empresas privadas, que reforçam as desigualdades sócio territoriais (OLIVEIRA, 2018).

Ao reivindicar o direito à cidade, a propriedade da terra se sobressai, e a legitimidade dos moradores e da ocupação ficam em segundo plano. Como não há uma associação de moradores formalizada em cada ocupação, o IDP e a Defensoria Pública relatam que encontram dificuldades para a representação jurídica coletiva, o que fragiliza a luta pela defesa dos moradores nos processos de reintegração de posse.

Conforme o IDP, há processos de reintegração de posse em aberto, solicitado pela Damiani Soluções de Engenharia desde 2012, no caso da Nova Primavera; Essencis S/A, desde 2015, e a massa falida Stirpes, desde 2016, na Tiradentes; pessoas físicas e a empresa CIC do Brasil, desde 2016, na Dona Cida. Diferentemente das demais ocupações, a 29 de Março localiza-se em área pública e não foi ajuizada ação de reintegração.

Atualmente, os processos de reintegração de posse estão em andamento, mas não há nenhuma liminar que os ameace de despejo. Nota-se que os processos ocorrem desde o início das ocupações, entretanto, não há decisão definitiva e os moradores permanecem na incerteza da posse. Para as coordenações das associações de moradores entrevistadas, essa “calmaria” é considerada uma conquista coletiva.

Ao mesmo tempo em que há constantes lutas pela permanência, houve um conformismo quando a pressão jurídica ou as reintegrações de posse diminuíram. Embora isso seja uma vitória dos moradores, não há clareza sobre a situação jurídica da terra ou previsão para o atendimento da demanda por moradia.

A prefeitura também define entraves para a efetivação desse direito. Um exemplo é a 29 de Março, por ser próxima a APA do Passaúna. O município sobrepõe as leis ambientais acima do direito à moradia, as colocando como excludentes entre si, sem considerar a possibilidade de efetivar a proteção ambiental e a moradia ao mesmo tempo. Entretanto, há a construção de conjunto habitacional (Moradias Corbéia) produzida pelo estado em local próximo, explicitando a diferença de interesses.

O aterro sanitário da Essencis, também se configura como um conflito ambiental. Há uma preocupação em retirar os moradores do entorno do Aterro Sanitário, mas há pouca discussão em cobrar melhorias ambientais da empresa ou uma realocação do aterro que garanta a continuidade do assentamento no local. Joana descreve que constantemente há um cheiro ruim de despejo de esgoto que passa pela Tiradentes devido ao aterro sanitário – informação também descrita pela Dr^a. Olenka, da defensoria pública.

Ao mesmo tempo em que os moradores das quatro ocupações recebem apoio de advogados populares, a linguagem rebuscada e incompreensível do processo jurídico é um entrave no entendimento da situação da propriedade da terra. O discurso jurídico, como um discurso competente (CHAUÍ, 2001), é um instrumento de dominação que demanda outras falas para além das normas instituídas.

Além disso, o tempo da justiça é lento, o que desafia as necessidades emergenciais do cotidiano. Problemas quanto à insegurança da posse, precariedade da infraestrutura e ausência do Estado são alguns dos desafios constantes nessa indeterminação da vida, afetados ainda por períodos eleitorais (interesses politiquieiros) ou grupos que se apropriam da informalidade urbana (tráfico de drogas).

A concepção do tratamento das áreas de ocupações urbanas é afetada pelos valores dos gestores e do mandato vigente, bem como em sua compreensão de cidade. Não são políticas consolidadas que perpassam as gestões públicas. Muitas vezes, o tratamento é voltado a um tecnicismo puro, como se a atuação com as ocupações urbanas fosse desligada de questões políticas. As prioridades são ligadas a interesses políticos, e se sobrepõe a propriedade individual à função social.

Há disputas políticas internas entre os órgãos responsáveis pela urbanização das ocupações urbanas e entre os gestores. As responsabilidades são repassadas entre os órgãos públicos e não há um plano em curto prazo para a regularização ou a implementação de infraestrutura nas ocupações da CIC. Considerando o contexto

político federal, não há uma política e nem recursos para o acesso à regularização fundiária plena. As políticas municipais não dão conta de todas as áreas de ocupação no município e não há prioridade para as ocupações do CIC.

Além disso, assim como a Defensora Pública critica, a prefeitura não abre possibilidades para diferentes formas de acesso à moradia. Usualmente ela é associada à propriedade individual particular, limitando à regularização fundiária, sem se estabelecer Zonas Especiais de Interesse Social, aluguel social, desapropriação de terrenos e imóveis vazios *etc.* Embora exista a lei do aluguel social em Curitiba, não foi posta em prática.

Para Oliveira (2018), o direito à cidade pode ser visto na percepção de futuro alternativo. Todas as coordenações das associações de moradores entrevistadas afirmam que as expectativas são de regularização fundiária, e não discorrem sobre outras possibilidades de acesso à terra ou de direito à moradia. Elas compreendem que, a partir da regularização, terão acesso aos serviços urbanos e aos benefícios da terra urbanizada; resistem ao lutar por seus direitos, se legitimam no local, e possuem a certeza que a regularização fundiária irá se concretizar. Ao mesmo tempo, há um conformismo em não pensar em outras possibilidades. Com isso, abrem possibilidade de domínio do pensamento e do futuro, ao se contentarem com ações limitadas do Estado.

Essa incerteza sobre a posse da terra pode gerar barganhas em período eleitoral com candidatos, uma vez que políticos se utilizam de doações pontuais e promessas para tentar se eleger. Como não há políticas duradouras no município sobre a moradia, as políticas habitacionais dependem do cenário federal e das gestões públicas, podendo haver conflito de interesses ou troca de direcionamento a cada quatro anos.

Essas contradições não se limitam ao posicionamento de candidatos eleitos. Os órgãos públicos também entram em conflito com outras entidades que colaboram com o local, uma vez que a disputa pela terra se sobressai. Como exemplo, a dificuldade que a TETO teve ao reconstruir as casas incendiadas. Havia diferentes interpretações internamente ao órgão público, em que parte apoiava a reconstrução de casas e outra que queria proibir. A TETO, por sua vez, relata que conseguiu permissão apenas no dia anterior à construção, mas já haviam realizado todas as compras necessárias, como painéis, enquanto discutiam as possibilidades de construção

junto ao poder público. A TETO descreve que a Defensoria Pública foi parceira nessa luta.

A relação da resistência e da conformidade é demonstrada na persistência e no entendimento das limitações de cada entidade. Compreender que o modelo de propriedade privada individual é um entrave jurídico, contraditório ao direito à cidade auxilia para a orientação das práticas e das formas de se avançar na luta.

O segundo tópico que se destacou nas entrevistas está relacionado à infraestrutura, pois como não há a propriedade da terra pelos moradores, a prefeitura diz que não construirá nada no local, limitando o acesso dos moradores aos benefícios da terra urbanizada.

Embora a SANEPAR disponha de relógios comunitários, não há uma rede formal de saneamento. E a distribuição de água e da rede de esgoto, assim como a rede de energia, é autoproduzida pelos moradores, que ocorre de forma precária e improvisada gerando problemas de abastecimento. Muitas casas não possuem instalações hidrossanitárias, gerando problemas de saúde, agravados em tempos de pandemia. A energia elétrica clandestina é um risco para a população, podendo provocar sobrecargas e incêndios.

Na Tiradentes, Joana relata que um pequeno grupo de moradores se uniu para instalar a energia no local, enquanto outro grupo “fazia guarda” para evitar confrontos com a polícia. Na 29 de Março, ocorreu impasses quando se resolveu arrumar os fios após a reconstrução das casas incendiadas e precisaram provar para a polícia que os fios foram comprados por eles, e não roubados.

As coordenações das associações de moradores compreendem que o Estado não cumpre seu papel ao não regularizar a infraestrutura, e precisam, por si, realizar essa instalação. Silvana, da 29 de Março, relata que já discutiu com a polícia ao ser questionada sobre a instalação de energia elétrica e demonstra saber que é seu direito ter acesso à luz. Joana, da Tiradentes, brinca na entrevista que um vizinho é a COPEL e o marido da ocupação é a SANEPAR.

Além disso, como a posse da terra impacta diretamente na atuação do Estado, o direito à propriedade se sobressai. Conforme relato dos moradores entrevistados, a COPEL afirma possuir interesse em instalar geradores e a rede elétrica, pois seriam consumidores a mais, porém, dependem da regularização da área.

A responsabilidade dos serviços urbanos recai sobre os moradores, que precisam de recursos próprios para suprir essa falta. Na autoconstrução da cidade, e na

autoprodução da infraestrutura urbana, os moradores afirmam o seu direito à cidade, pela prática da resistência e buscam a legitimação e pertencimento à cidade (OLIVEIRA, 2018). Não há clareza quanto à situação jurídica dos processos, nem vontade política para atender às demandas de moradia e de infraestrutura dos moradores das ocupações. E dessa forma, a responsabilidade por organizar o local se torna responsabilidade dos moradores.

Por fim, o último tópico discute a visibilidade midiática das ocupações da CIC no cenário curitibano, e compreende-se que pode ter vias e interpretações diferentes. Para a imagem oficial de Curitiba, não é interessante a existência de áreas de ocupação urbana, como discutido por Danilo (POU). Entretanto, para atores e entidades que colaboram com o local, a visibilidade passa a ser importante. É uma forma de se conseguir mais recursos financeiros e de mobilizar mais pessoas. E ainda, cria legitimidade para atuação das entidades. Para os moradores, é uma forma de legitimar sua existência e de auxiliar na luta por seus direitos.

Embora o incêndio seja lembrado como algo extremamente triste e revoltante por todos os entrevistados, as coordenações das associações de moradores entrevistadas colocam que este momento auxiliou para chamar atenção para a existência da ocupação e garantir sua legitimidade. Silvia (Dona Cida) repetiu, na entrevista, em diversos momentos, a necessidade de ser lembrado para que o Estado ou os proprietários particulares tenham dificuldades perante a sociedade para a remoção. Relatou, também, a importância da mídia alternativa nesse processo de divulgação, bem como das redes de apoio formadas ao longo do tempo.

A partir de Tanaka (2017), compreende-se que as ações que ocorrem em meio aos conflitos permitem criar instrumentos para a defesa dos territórios populares. A divulgação na mídia e a formação de novas redes de apoio auxiliam no reconhecimento e na legitimação das ocupações da CIC. Além disso, Tanaka (2018) afirma que as situações de ameaça podem auxiliar nas lutas populares, e se tornar um elemento para a formação de redes com entidades e pessoas que partilham dos mesmos valores.

Por meio das entrevistas com as coordenações das associações de moradores, percebeu-se que o direito à cidade se limita, por vezes, à permanência no local e na casa, não abrangendo espaços comunitários, acesso à saúde ou à educação e muito menos o usufruto dos benefícios do processo de urbanização.

Dentro de um cenário de exclusão e de precariedade, o direito à cidade se limita ao acesso à terra urbanizada, sem pensar em avanços mais amplos como incentivo a lideranças políticas e ocupação desses espaços (representação política na câmara), contrapor-se à solução única da propriedade da terra, reivindicando os direitos de posse pelo tempo de permanência na área.

Frente às desposseções e às incertezas quanto à posse da terra, os moradores resistem ao legitimar suas ações por meio de práticas cotidianas que permitem sua sobrevivência. Autoproduzem a infraestrutura da ocupação, reivindicam seus direitos, e formam redes de apoio. Ao mesmo tempo, ao localizar-se na periferia, na parte da cidade precarizada e desigual, se conformam e realizam por si o que é de obrigação do Estado. Esses momentos, como colocado por Chauí (2014), mostram-se ambíguos e revelam a dialética entre conformismo e resistência.

6.3.2 As insurgências no cotidiano

As entrevistas buscaram compreender a importância das práticas do cotidiano, que muitas vezes são fragmentadas e pontuais, mas que colaboraram na construção de vínculos sociais, nas demandas urgentes, frente à indeterminação da vida e à ausência do Estado. O fazer cotidiano é parte de mudanças mais amplas que visam à resistência, à mobilização e, num horizonte mais distante, à transformação social.

Esta seção discute três aspectos que apareceram nas entrevistas e se complementam entre si na produção das insurgências: (i) integração de moradores nas ações cotidianas, (ii) construção de vínculos de confiança entre as coordenações das ocupações da CIC e entidades e (iii) a emergência determinando as ações.

Desde o início das ocupações da CIC, há a preocupação com a integração entre os moradores. As festas, como ocorridas em datas comemorativas e de ações solidárias, que, além de celebrarem as vitórias, também colaboram com o reconhecimento coletivo. Essa foi uma preocupação do MPM quando iniciou sua atuação nas ocupações.

Entretanto, para José (entrevistado do MPM), faltou se estabelecer espaços comunitários de uso cotidiano no início das ocupações, como hortas, cozinhas ou sedes. A existência desses espaços pode fortalecer os vínculos entre moradores. E ainda, o direito à cidade se demonstra nessa experimentação da cidade (OLIVEIRA,

2018), e a fruição dos espaços no cotidiano pode permitir encontros e a criação de vínculos.

Notou-se que, além dos eventos e das atividades cotidianas, as precariedades na infraestrutura urbana muitas vezes auxiliam ou obrigam a integração entre os moradores. Quando as demandas por políticas sociais e urbanas não são supridas pelo Estado, “sobra” aos moradores se organizarem na autoprodução da moradia e da infraestrutura.

Outra questão relacionada às demandas diárias em torno da sobrevivência é a preocupação das coordenações das associações de moradores com as crianças. Questionados sobre as motivações para organizarem festas, eventos, ou mesmo de buscar segurança no local, os entrevistados se remetem aos filhos e às demais crianças que vivem no local. Mesmo em meio à pandemia, se adaptam para que os eventos continuem.

As sedes comunitárias da Tiradentes e da 29 de Março são decoradas com livros voltados à crianças e adolescentes e possuem o formato próximo a de uma sala de aula, com carteiras, computadores, livros didáticos *etc.* São espaços estabelecidos para que as crianças se sintam parte da organização popular e, principalmente, desenvolvam suas habilidades e não se aproximem do narcotráfico.

Na Tiradentes, são realizadas atividades que auxiliam o desenvolvimento do trabalho em grupo, empatia, capacidades de aprendizado, não se limitando a um reforço escolar. Um grupo de mulheres se organizam revezando os cuidados com as crianças no contraturno escolar: a “mãe do dia” demonstra uma preocupação da formação humana das crianças. Em meio à falta de vagas nas creches, onde as políticas públicas não chegam às ocupações urbanas, as mães se organizam para atender às crianças pequenas, e resistem ao compor um projeto entre elas que atenda às suas demandas e a dos filhos. Em meio às dificuldades e às limitações de acesso à educação, os moradores desenvolvem projetos contra hegemônicos (SOUZA, 2010, 2015).

São estratégias que dão suporte à vida cotidiana. Esta ação na Tiradentes, além da formação humana, auxilia as mães que precisam trabalhar, ao mesmo tempo em que algumas se dispõem a colaborar semanalmente. Assim, o foco da insurgência está nas práticas (MIRAFTAB, 2016).

O segundo aspecto recorrente nas entrevistas foi o relato dos vínculos entre as coordenações das associações de moradores e os atores externos que, com frequência ou esporadicamente, atuam nas ocupações da CIC.

As entidades entrevistadas contêm um trabalho histórico junto às coordenações das ocupações da CIC, o que auxilia na produção dos vínculos. Embora este trabalho foque em dois períodos, determinadas situações anteriores contribuíram para que esses vínculos se fortalecessem. Momentos anteriores ao incêndio e à pandemia colaboraram para que as coordenações das associações de moradores solicitassem ajuda das entidades quando houve emergência. Estar de prontidão (MARTINS, 2013) nos casos de emergência indica os vínculos criados ao longo do tempo.

Um exemplo é o MST. Alguns de seus integrantes colaboraram no início das ocupações da CIC e já possuíam um conhecimento sobre a organização popular local. Em 2018, devido à prisão do ex-presidente Lula, o MST participou da vigília Lula Livre. Quando houve o incêndio, o movimento conseguiu dispor de um número grande de pessoas para ajudar na reconstrução das casas a partir da TETO.

A Defensoria Pública e o IDP já atuavam contra as ordens de despejo, com uma resposta rápida às coordenações das associações de moradores. No incêndio, foram contatados logo no início devido à perda da casa e à denúncia de crime. A TETO mudou o escopo de trabalho no início da pandemia, e realizou um financiamento coletivo para doar alimentos e produtos de higiene pessoal.

Percebe-se que não é simples de se estabelecer relações de confiança. De um lado, há grupos fragmentados que preferem realizar ajudas pontuais e têm receio de haver implicações negativas por trabalharem em uma área “irregular”. De outro, estão os moradores, cansados de promessas e de entidades que não dão continuidade ao trabalho. O trabalho contínuo pode fortalecer os vínculos, assim como a “prontidão” (MARTINS, 2013) em meio às emergências.

São várias entidades que atuam nas ocupações da CIC, bem como grupos organizados ou fragmentados. Em especial, após o incêndio houve visibilidade entre as entidades e as pessoas que se sensibilizam com a pauta da moradia, como o grupo do PLUE, da Mobiliza e a TETO. Com a pandemia, novos atores entram em cena, como grupos de amigos, ONGs e igrejas que se reúnem para realizar doações.

As entidades entrevistadas possuem objetivos, formas de atuação e metodologias distintas. Para que ocorram ações em conjunto com as associações de moradores, há uma disputa pelo tempo, assim como discutido por Danilo, do POU. São reuniões e ações do movimento social, de ONGs, institutos *etc.*, que querem colaborar com o local, e não possuem necessariamente uma articulação entre eles. E muitas vezes há uma sobreposição de atividades.

Embora o trabalho articulado entre as entidades seja interessante, não se defende nesta dissertação que se limite a um único bloco. As atuações distintas podem atingir objetivos diferentes, como o IDP, ao atuar com assessoria jurídica, a TETO com infraestrutura e com a construção de casas temporárias em madeira, e o MPM pela luta por moradia e o empoderamento político. Há momentos, ainda, em que essa atuação pode convergir – como visto na campanha Resistindo com Solidariedade, em que houve ajuda de diversas entidades, como o IDP e POU, para a arrecadação financeira e para campanhas informativas – em cartazes explicativos sobre a Covid-19, e também na reconstrução após o incêndio com o MST, a TETO, o PLUE, o IDP e a Defensoria Pública.

Observou-se que construção de vínculos sociais entre as coordenações das ocupações da CIC e as entidades (POU, MST, MPM, TETO, IDP, mandato da vereadora e o NUFURB/Defensoria Pública) colocam o fortalecimento político permeado em suas práticas, mesmo que de maneiras diferentes. Em especial, os dois movimentos sociais têm organização popular presente no discurso.

O terceiro e último aspecto destacado se refere às ações pontuais realizadas pelas entidades. Na emergência, muitas ações são tomadas a partir de decisões rápidas, que podem se configurar em objetivos maiores para a transformação social, mas muitas vezes são pontuais. Logo que ocorreu o incêndio, por exemplo, a atuação relatada pelas entidades era relacionada a doações, em sequência pela reconstrução e pela reivindicação dos direitos.

O entendimento cotidiano sobre essas ações pode ser difuso, tanto para os moradores, quanto para as entidades, mesmo ações pontuais que visem à transformação social podem gerar ou não grandes impactos significativos no cotidiano e no futuro dos moradores das ocupações da CIC. São ações que partem das demandas cotidianas. É um nível de atuação importante, que não pode desconsiderar a urgência das pessoas, embora não estejam dentro do objetivo final, como a necessidade pelo alimento, remédios ou produtos de higiene.

Ao se focar na atuação das entidades entrevistadas na reconstrução após o incêndio e durante a pandemia, há um reforço para que as doações realizadas não sejam vistas como assistencialismo e sim como ações de solidariedade. Como havia uma preocupação com a emergência desses dois momentos, as doações se faziam importantes. Essa preocupação, conforme as entrevistas, pode partir da vivência dos entrevistados ou do escopo de atuação da entidade. Mas também ocorre em outros momentos de emergência, quando há problemas com as famílias, como chuvas fortes ou alguma doença.

Mesmo em situações emergenciais, como os casos relatados, o Estado se mostrou omissivo, reforçando a indeterminação da vida. No incêndio, a COHAB se limitou a um auxílio financeiro que não atingiu todas as famílias e não compensava o valor da perda, além de não oferecer uma solução temporária de moradia. Na pandemia, não se ofereceu suporte especial às ocupações urbanas. É por meio dos vínculos de solidariedade estabelecidos e das entidades que os moradores estão sobrevivendo e resistem.

Algumas entidades compreendem que a atuação possui limitações e a realiza de forma pontual, como o caso da vereadora e da defensora pública. Atuam a partir de demandas das ocupações da CIC que, embora fragmentadas, buscam um horizonte de transformação social. O MPM, por outro lado, possui um caráter político e de trabalho cotidiano. Quando havia um horizonte de concretização das políticas habitacionais, o movimento possuía uma força maior para a organização dos moradores. Apesar da atuação do movimento não se limitar às políticas habitacionais, com os cortes do governo federal, o MPM passa a perder espaço com os moradores (HOLANDA, POLLI, 2019).

Tais práticas não ocorrem sem contradições: são submetidas à tensionamentos hegemônicos e contra hegemônicos (OLIVEIRA, 2018). A entrevistada do órgão público de fiscalização demonstra os tensionamentos internos ao órgão. A TETO, ao mesmo tempo em que busca a equidade social e a participação política, foca a maior parte de seus esforços em um produto e não em seu projeto – as casas temporárias, embora sejam importantes, em especial após o incêndio, e atraíam investimentos financeiros para a ONG, são ações pontuais.

A indeterminação da vida é presente quando há uma sequência de emergências, com a espoliação urbana. Se conformar com a responsabilização e produzir

vínculos por meio das práticas insurgentes é uma forma de resistir. A conformidade e a resistência, nesse aspecto, se mostram como uma relação ambígua.

Ainda, a conformidade está presente nas limitações de cada entidade, seja no modelo institucional da pesquisa científica do POU ou na morosidade das políticas públicas e na falta de recursos municipais. Compreender tais limitações auxilia sua superação ou seu contorno, de forma a persistir e resistir. A resistência está no cotidiano, nas ações de solidariedade, quando se busca uma vida digna e há o horizonte de transformação social.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No meio da elaboração deste trabalho, o mundo foi tomado pela pandemia de Covid-19. Com as recomendações de saúde voltadas ao distanciamento social, a pesquisa em campo precisou ser modificada. Pretendia-se um acompanhamento semanal no local, a fim de se compreender melhor as demandas das coordenações das associações de moradores.

Com as limitações impostas pela pandemia, as entrevistas com as entidades precisaram ser realizadas de forma remota. Embora os entrevistados estivessem dispostos a colaborar, e se mostrassem interessados no trabalho, o contato por meio virtual dificulta o estabelecimento e a condução do diálogo. No caso das coordenações das associações de moradores, houve entrevista presencial, mas ocorreu em duas visitas a campo.

Este trabalho teve como objetivo analisar em que medida as resistências – enquanto práticas, estratégias, e ação de moradores das ocupações da CIC e de entidades externas que atuam no local – contribuem para a reprodução da vida e/ou para a promoção do direito à cidade na periferia.

Foram priorizados dois momentos críticos na pesquisa: a reconstrução após o incêndio ocorrido na 29 de Março (dezembro de 2018 ao final do ano de 2019), e a pandemia de Covid-19 em 2020.

O primeiro ocorreu no dia 8 de dezembro de 2018 na 29 de Março. Na imprensa, foi noticiado como um incêndio criminoso, após um dia de violência nas quatro ocupações da CIC (VASCONCELOS, 2018). Os moradores falam em vingança devido à morte de um policial. Para a Polícia Militar, não houve envolvimento direto de policiais, mas informou que investigaria o caso (VASCONCELOS, 2018). Esse momento crítico evidencia a indeterminação da vida: as pessoas que já viviam em situação de precariedade, perdem suas casas, documentos e não há resultados da investigação que promova a responsabilização dos danos. Como vivem na informalidade, a lei e a violência são aplicadas de forma arbitrária (MARICATO, 2002).

O foco da dissertação se direcionou à ação coletiva de reconstrução das casas e ao fortalecimento dos vínculos sociais. Nesse momento, havia a discussão de direitos básicos, como a denúncia à violação dos direitos humanos e a reivindicação do direito à moradia.

Conforme relatado por Carneiro (2019), Lima (2019) e por meio das entrevistas, a partir da emergência do incêndio houve um aumento da mobilização de entidades externas como ONGs, Universidade, coletivos que se sensibilizaram com a tragédia. E ainda, os moradores destacam a colaboração da mídia, especialmente alternativa, para a divulgação do ocorrido. Destacou-se o papel do IDP na assessoria jurídica e pela busca de algum grau de articulação com outras entidades. A TETO conseguiu mobilizar um grande número de voluntários e recursos financeiros de forma rápida, para que se iniciasse, ainda em dezembro, a construção das casas temporárias. A ONG também obteve apoio de alguns funcionários do Ministério Público e da Defensoria Pública, que também atuavam no local com questões fundiárias e violação de direitos humanos. A Prof. Josete já frequentava de forma esporádica e, no incêndio, junto a outros deputados federais e estaduais, procurou pressionar o poder público por alguma solução.

Os movimentos sociais tiveram papel importante no cotidiano, buscavam compreender e atender às demandas a partir da vivência com os moradores. No caso do MST, os militantes passaram a acompanhar as ocupações da CIC diariamente com o MPM e as associações de moradores. Colaboraram com construção de fossas, banheiros e de casas (a partir de arrecadação própria e com a TETO), além do trabalho de fortalecimento das lideranças locais.

Embora a solidariedade se destaque, nesse momento existiam diversas contradições relatadas nas entrevistas, como roubos do que sobrou do incêndio; desarticulação das coordenações das associações de moradores e de entidades; e, trabalhos pontuais (PLUE), que ajudaram no momento do incêndio, mas que não teriam continuidade.

O segundo momento crítico foi a pandemia de Covid-19, limitando-se, na pesquisa, ao período de março a dezembro de 2020. Houve um aprofundamento das desigualdades sociais. Com moradias precárias e falta de instalações sanitárias nas casas e ausência de uma rede de saneamento básico, a doença pode se espalhar mais facilmente. E ainda, com as restrições, muitas pessoas perderam o emprego ou não conseguem ir às ruas trabalhar – e, quando conseguem, enfrentam um transporte público lotado.

Nas ocupações da CIC, notou-se a existência de ações solidárias em meio às incertezas. De modo interno, o grupo de *WhatsApp* tem sido um facilitador para a organização, mesmo que não substitua as vivências presenciais. Externamente, as

entidades se preocuparam com doações, a pressionar o poder público por soluções – como a campanha Resistindo com Solidariedade.

No caso do MST, em especial, destaca-se a solidariedade que ocorre “de trabalhador para trabalhador”, na relação do campo com o urbano. Foram toneladas de alimentos doados no Brasil a partir da conscientização das famílias agricultoras em doar o excedente do seu consumo. Nas ocupações da CIC, foram mais de 14 toneladas doadas diretamente às associações de moradores. Além disso, quando o IDP comprou alimentos para a campanha Resistindo com Solidariedade, doaram outros produtos.

Por meio da pesquisa, compreende-se que esses dois momentos críticos auxiliam na compreensão das ações coletivas. Entretanto, momentos anteriores contribuem na compreensão das práticas e na criação de vínculos sociais. Estar disponível, de prontidão (MARTINS, 2013), quando ocorrem emergências como essas contribui para essas relações.

Para a investigação do objetivo geral, buscou-se inicialmente compreender a produção desigual do espaço urbano de Curitiba, em especial na porção oeste/sul, e como essa precarização fragiliza a noção de direitos dos moradores na periferia. O processo de urbanização produziu uma cidade desigual, em que a população com baixos salários é obrigada a ocupar os espaços periféricos, muitas vezes em áreas impróprias para moradia (SILVA, 2012). Frente à insuficiência das políticas habitacionais do município, as pessoas passaram a buscar soluções próprias de moradia (LIMA, 2009). A maior parte das ocupações urbanas está nas bordas do município, em locais com baixa renda e infraestrutura. O bairro CIC concentra 14,89% das ocupações, seguido do Santa Cândida (6,38%) e do Cajuru (5,85%), diferentemente de bairros centrais, como o Centro, Centro Cívico ou o Batel, que possuem maior infraestrutura e não há ocupações.

A violência e a omissão por parte do poder público demonstra a brutalidade e arbitrariedade com que as ocupações urbanas são tratadas (SOUZA, 2015), o que pode evidenciar o estado atual de indeterminação da vida. Entre a conformidade da ausência do Estado em cumprir as demandas habitacionais e a necessidade por moradia, os moradores das ocupações autoproduzem seu bairro.

A partir do Observatório de Conflitos Urbanos de Curitiba, notou-se um grande número de manifestações com origem nas ocupações da CIC, entre 2012 e 2019, pela moradia, contra remoções e por legitimação da posse.

A indeterminação da vida é evidente quando há ausência ou insuficiência do atendimento a demandas básicas, como moradia, saúde e educação – parte da espoliação urbana (KOWARICK, 2000). E dessa forma, a responsabilidade “sobra” aos moradores, que resistem ao criar práticas e estratégias cotidianas, em meio às contradições internas da ocupação e ao conformismo de parcela dos moradores.

Foi proposta, neste trabalho, a discussão do direito à cidade e das ações coletivas que são mobilizadas em meio aos conflitos, analisando a atuação das entidades locais e apoiadoras nas ocupações da CIC. Há diversas dimensões do entendimento sobre o direito à cidade. Como há diferentes organizações populares, entidades, instituições e movimentos que discutem sobre o tema, há também diferentes interpretações. A apropriação e a aplicação do direito à cidade estão relacionadas à práxis dos diversos agentes sociais (OLIVEIRA, 2018).

O direito à cidade, como proposto por Lefebvre (2008) e Harvey (2014), não se concretiza nas ocupações da CIC. A propriedade da terra é um dos entraves para a realização do direito à moradia, uma vez que a insegurança da posse dificulta o usufruto dos benefícios da terra urbanizada. Assim, a infraestrutura, o acesso a serviços, à educação, ao esporte e a outros serviços urbanos são também precarizados.

Com a precarização, as demandas básicas para a sobrevivência diária são postas em primeiro plano. Entretanto, em meio às práticas cotidianas, é possível ver indícios de uma discussão política mais ampla, que muitas vezes se esvai devido às emergências. A ação direta (SOUZA, 2015) da ocupação, como as reivindicações e a resistência à reintegração de posse, representam uma experiência mais profunda por mudanças e pela luta por direitos.

Ao mesmo tempo, o entendimento dos direitos é fragilizado devido às diversas camadas de despossessão e de precariedade. A indeterminação da vida está no espaço das incertezas, uma constante luta pelo existir, em meio à violência e uma ação arbitrária por parte do Estado, que opera por diferentes dispositivos que variam desde a omissão até o braço forte da polícia.

Essa ambiguidade se reflete nas lutas urbanas e explicita os conflitos, que são uma forma de reivindicar direitos, transformar ou por vezes se adaptar ao sistema em que estão inseridos. Os conflitos e ações coletivas podem indicar o acionamento e a criação de instrumentos para a defesa de territórios (TANAKA, 2017).

Entretanto, as ações coletivas (SOUZA, 2009) não ocorrem sem contradições. A partir das lutas urbanas e das atuações das entidades, buscou-se reconhecer os elementos de conformismo e de resistência. É uma relação na qual cabe a conformidade dentro da resistência, e o oposto também, de forma que se navega no “entre” dos dois sentidos. Não é uma forma de qualificar as ações, e sim enxergar sua potencialidade, ao mesmo tempo em que se compreendem as limitações internas e externas às entidades em sua atuação nas ocupações da CIC. As ações coletivas podem atender a demandas emergenciais, como também conduzir em direção ao direito à cidade.

A reconstrução da 29 de Março, depois do incêndio, indica uma resistência contraditória, ao impulsionar a mobilização popular para que as pessoas permanecessem no local. Ao mesmo tempo, as entidades encontraram soluções temporárias para o momento de emergência, como a TETO ao construir as casas em madeira. Na pandemia, doações pontuais podem colaborar com a sobrevivência dos moradores. Quando há uma conscientização política, a solidariedade se revela, como no caso do MST. Mas nada substitui a importância das políticas de Estado.

Ao avaliar a atuação e os vínculos das entidades, percebe-se que as entidades apoiadoras já possuíam atuação nas ocupações da CIC anteriormente aos momentos críticos, seja de modo permanente, como o MPM ou pontual como a Defensoria Pública. Estar disponível em diversos momentos, inclusive estarem de prontidão em meio às emergências, pode contribuir para o fortalecimento de vínculos com as coordenações.

Mesmo a atuação permanente pode ser difusa ao longo do tempo. O POU depende da disponibilidade e da participação dos alunos, o que pode variar as ações ao longo do tempo. Algo semelhante ocorre com as ações pontuais. A Defensoria Pública não está em território de modo contínuo, entretanto, desde a criação do NUFURB, tem acompanhado os processos jurídicos, barrado despejos e auxiliado na formalização das associações de moradores.

Outra questão é a criação de uma identidade mítica em detrimento da atuação da entidade. Em alguns casos, ocorreu a identificação de pessoas chave: como associar o NUFURB com a defensora pública ou o POU com o professor ou com determinados alunos. Essa relação pode auxiliar na criação dos vínculos sociais, entretanto, dificulta o entendimento sobre o trabalho coletivo. Muitas vezes a com-

preensão sobre os projetos criados pode ser difusa, tanto para as coordenações das associações de moradores quanto para as entidades externas/apoiadoras.

Por meio de práticas cotidianas, foi possível notar as insurgências que visam à transformação local, mas que também buscam a garantia da sobrevivência. Em meio à espoliação urbana (KOWARICK, 2000), a noção dos direitos se esvai (TELLES, 1998), e pode ficar apenas na esfera jurídica. Ainda, com as emergências cotidianas, o horizonte da transformação social e da emancipação política se torna mais distante, apesar das tentativas constantes.

O direito à cidade se limita ao acesso à moradia e à infraestrutura. As coordenações das associações de moradores veem na regularização fundiária uma forma de acesso à terra. Como consequência, terão acesso ao saneamento, asfalto, energia elétrica e uma forma de possuir endereço. Em meio à conformidade de uma visão focada apenas na propriedade, existe a resistência ao lutar pela permanência no local, pela legitimação das ações, e ainda, resistem ao manter a organização popular. Dessa forma, as ações podem ser condutoras para uma visão política mais ampla.

Nos relatos, notaram-se os poucos “espaços convidados” (MIRAFTAB, 2016). Porém, por meio de pressão política e desses espaços, o MPM e as associações de moradores conseguiam canais de abertura do Estado. Como exemplo, as manifestações na COPEL e na Caixa Econômica Federal, e a audiência pública após o incêndio.

Os espaços inventados não se limitam a pressionar o Estado. Tendem a fortalecer a luta política (TANAKA, 2017), como os cursos de educação popular do POU; a reconstrução após o incêndio, envolvendo uma ação articulada entre várias entidades e as doações de alimentos do MST, munidos de um sentido mais profundo de solidariedade de classe.

Cabe descrever que os caminhos da pesquisa proporcionaram diversas vertentes de análise. Foi priorizado o objetivo proposto, porém, durante a pesquisa, novos questionamentos surgiram, proporcionando novas aberturas para análises. As entrevistas se mostraram uma parte importante da dissertação, trazendo diversas discussões que enriqueceram o trabalho.

Uma abertura possível que o trabalho indica, é o estudo das redes sociais. Este tipo de mapeamento pode aprofundar o estudo sobre as estruturas em que as entidades se organizam e como se conectam. E ainda, foram identificadas diversas

entidades que se relacionam entre si, para além das relações com as coordenações das associações de moradores, que contribuem também em outros projetos em outros locais, como o caso do PLUE com o MST e MPM, da TETO com a Defensoria Pública, do POU com o MPM, entre outras. Pesquisar a organização institucional de cada uma é um modo de compreender sua atuação e suas contradições e como isso impacta nas ações coletivas.

Outro ponto importante que merece atenção em futuros trabalhos é de como o neoliberalismo se reinventa no espaço periférico, por meio dos pontos de fricção entre legal e ilegal discutidos neste trabalho (TELLES, 2015). Ainda, por meio da atuação de entidades e projetos sociais há um incentivo a um “empreendedorismo”, que busca definir padrões para a inserção no mercado de trabalho (mesmo que informal) ao mesmo tempo em que se rejeita símbolos e códigos dos moradores periféricos (ROCHA, 2015). Compreender a atuação das entidades a partir dessa ótica pode auxiliar na análise do neoliberalismo presente na periferia.

A partir das entrevistas, discutiu-se sobre as práticas e as estratégias das entidades em meio a momentos críticos, que apontaram para uma relação ambígua de conformismo e de resistência. As associações de moradores e as entidades, como ONGs, movimento e instituto realizam por si o que deveria ser de responsabilidade do Estado. As figuras públicas se mostraram importantes para o apoio em pressionar o poder público a realizar as políticas sociais, mesmo que sua participação seja pontual em momentos críticos.

Embora a resistência muitas vezes se limite ao processo jurídico de reintegração de posse ou às ações emergências relacionadas à sobrevivência cotidiana, essas não podem ser menosprezadas ou desvalorizadas. A luta e a experiência pela cidade tenciona o *status quo* e pode ser condutora de transformações mais amplas na forma de se pensar a política habitacional ou o direito à terra urbanizada, ainda mais dentro de um país desigual como o Brasil, que produziu uma urbanização excludente e especulativa.

REFERÊNCIAS

ABERS, R.; BÜLOW, M. U. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre estado e sociedade? **Sociologias**, v. 13, n. 28, p. 52–84, dez. 2011.

AGAMBEN, G. **O poder soberano e a vida nua**. 1 ed. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

AMÂNCIO, J. M. Dinâmicas políticas microterritoriais: organizações comunitárias e acesso às políticas públicas na periferia de São Paulo. In: CARLOS, E.; OLIVEIRA, O. P. DE; ROMÃO, W. DE M. (Eds.). **Sociedade Civil e Políticas Públicas: atores e instituições no Brasil contemporâneo**. Chapecó: Argos, 2014.

ASSESSORIA Vereadora Professora Josete. “**Com ou sem COHAB, ocupação 29 de Março será reerguida**”, **garantem moradores em audiência pública**. Professora Josete Vereadora. 20 dez 2018. Disponível em: <https://professorajosete.com.br/com-ou-sem-cohab-ocupacao-29-de-marco-sera-reerguida-garantem-moradores-em-audiencia-publica/>. Acesso em: 20 nov. 2020.

AY, D.; MIRAFTAB, F. Invented Spaces of Activism: Gezi Park and Performative Practices of Citizenship. In: HAMMETT, D.; GRUGEL, J. (Eds.). **The Handbook of International Development**. Londres: Palgrave MacMillan, 2016.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3a reimp. São Paulo: Edições 70, 2011.

BIANCHINI, L. MST doa 14 toneladas de alimentos a ocupações urbanas de Curitiba. Acampamento Maila Sabrina, em Ortigueira, doou parte da produção das 370 famílias acampadas. **Brasil de fato Paraná**, Curitiba, 14 abr. 2020. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/14/mst-doa-14-toneladas-de-alimentos-a-ocupacoes-urbanas-de-curitiba>. Acesso em 10 mai. 2020..

BIVAR, A. TETO. **Colaboração em Pesquisa – Ocupações da CIC**. [mensagem pessoal] recebida por <arq.asanches@gmail.com.br>. 11 nov. 2020.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, **Portal da Legislação**, Brasília, DF, 15 dez. 2016. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em 2 ago. 2020.

BRASIL. Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. **Portal da Legislação**, Brasília, DF, 11 abr. 2019. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9759.htm. Acesso em 29 set. 2021.

BUTLER, J. **Vida precária: Os poderes do luto e da violência**. 1 ed. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019.

CABANES, R. Espaço privado e espaço público: o jogo de suas relações. In: TELLES, V. DA S.; CABANES, R. (Eds.). **Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e**

seus territórios. 1 ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

CARDOSO, A. L.; DENALDI, R. Balanço: Urbanização de favelas no Brasil. Um balanço preliminar do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). In: CARDOSO; ADAUTO LUCIO; DENALDI; ROSANA (Eds.). **Urbanização de favelas no Brasil: Um balanço preliminar do PAC**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018. p. 17-48.

CARLOS, A. F. A. Henri Lefebvre: o espaço, a cidade e o “direto à cidade”. **Revista Direito e Práxis**, v. 11, n. 01, p. 349–369, 2020.

CARNEIRO, P. B. **Representações sociais sobre o direito à cidade e à habitação: um olhar da periferia**. 144 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública), Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

CARRANO, P. A família Camargo está ameaçada de despejo. **Brasil de Fato Paraná**. 14 jul. 2020a. Disponível em <<https://www.brasilefatopr.com.br/2020/06/24/familia-camargo-esta-ameacada-de-despejo>>. Acesso em: 6 ago. 2020a.

CARRANO, P. Ocupação Nova Esperança apresenta condições para posse, falta apenas vontade política. **Brasil de Fato Paraná**. 19 jul. 2020b. Disponível em: <https://www.brasilefatopr.com.br/2020/07/09/ocupacao-nova-esperanca-apresenta-condicoes-para-posse-falta- apenas-vontade-politica>. Acesso em: 6 ago. 2020b.

CHAUI, M. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CHAUI, M. Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil. In: SANTIAGO, H. (Ed.). **Conformismo e resistência**. Works. 1 ed. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014, p. 15-147.

COHAB-CT. Companhia de Habitação Popular de Curitiba. **41 anos de planejamento e realizações**. Curitiba: Boletim Casa Romário Martins, 2006.

COHAPAR. Companhia de Habitação do Paraná. **Sistema de informações sobre necessidades habitacionais do Paraná – SISPEHIS**. 2019. Disponível em: <<https://www.sistemas.cohapar.pr.gov.br/PEHISPUBLICO/listaFormMunicipio.php>>. Acesso em: 9 ago. 2020.

CURITIBA. Prefeitura Municipal de Curitiba. Lei nº 15.511, de 10 de outubro de 2019. Dispõe sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo no Município de Curitiba e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Curitiba, 10 out. 2019.

CURITIBA. Prefeitura Municipal de Curitiba. **Painel Covid-19 Curitiba**. Disponível em: <https://mid.curitiba.pr.gov.br/conteudos/coronavirus/painel-curitiba-covid19.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2020.

CURITIBA. Prefeitura Municipal de Curitiba. **Administrações Regionais**. Disponível em <https://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/o-que-sao-regionais/80>. Acesso em 29 set 2021.

DER. DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO PARANÁ. **Malha Rodoviária**, 2019. Disponível em <http://www.der.pr.gov.br/Pagina/Malha-Rodoviaria>. Acesso em 8 jul. 2020.

FARIA, J. R. V. de; POLLI, S. A., FRÓES, A. C. S., SOUZA, M. V. de. Protestos por Moradia e Política de Habitação em Curitiba: lutas por regularização fundiária e produção habitacional. In: Encontro Nacional da Associação Nacional da Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. XVII, 2017. **Anais...** São Paulo, 2017. Disponível em <http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/2048>. Acesso em: 30 set. 2019

FONSECA, H. Marcar sua cidade e seu tempo: A teoria dos momentos de Henri Lefebvre como leitura do possível. **Revista do Núcleo Onetti de Estudos Literários Latino-Americanos**. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

G1 PR. Três PMs são presos em operação do Gaeco que investiga incêndio que destruiu casas em ocupação de Curitiba. **G1 Globo Paraná RPC**. 18 set. 2019. Disponível em <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2019/09/18/gaeco-deflagra-operacao-para-investigar-incendio-que-destruiu-casas-na-vila-corbelia-em-curitiba.ghtml>. Acesso em: 28 set. 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRIFO. **MORADIAS NOVA PRIMAVERA**. 2014. Disponível em: <https://grifoarquitetura.com.br/moradias-nova-primavera-mpm/>. Acesso em: 10 ago. 2020.

GRIFO. **Ajuda em Dissertação – Moradias Nova Primavera**. [Mensagem pessoal] recebida por arq.asanches@gmail.com.br. 10 nov. 2020.

GUARDA Municipal de Araucária executa ação violenta em área de ocupação. **Brasil de Fato Paraná**. 25 abr. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefatopr.com.br/2020/04/25/guarda-municipal-de-araucaria-executa-despejo-forcado>. Acesso em: 6 ago. 2020.

HAESBAERT, R. **Viver no limite**: Território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HARVEY, D. Alternativas ao neoliberalismo e o direito à cidade. **Novos Cadernos NAEA**, v. 12, n. 2, p. 269-274, 2009.

HARVEY, D. O direito à cidade. **Lutas sociais**, n. 29, p. 73-89, 2012.

HARVEY, D. A liberdade da cidade. In: MARICATO, E. (Ed.). **Cidades rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, p. 27-34.

HARVEY, D. **Cidades Rebeldes**: do direito à Cidade à revolução urbana. São Paulo: MARTINS, 2014.

HOLANDA, A.; POLLI, S. A. Movimento Social e Política Pública: Conflitos e lutas por moradia. *In*: POLLI, S. A.; FARIA, J. R. V. de; SOUZA, M. de; GUSSO, R. J. (Eds.). **Conflitos urbanos em Curitiba**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2019, p. 199.

HOLSTON, J. **Cidadania Insurgente**: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HOLSTON, J. Rebeliões metropolitanas e planejamento insurgente no século XXI. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 18, n. 2, p. 191, 30 ago. 2016.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Malhas digitais**. 2019. Disponível em <https://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas/malhas-digitais>. Acesso em 5 mai. 2020.

IDP. Instituto Democracia Popular. **Moradores vasculham escombros procurando desaparecidos após incêndio na Ocupação 29 de Março**. 18 dez. 2018. Disponível em: <http://democraciapopular.org.br/noticia/moradores-vasculham-escombros-procurando-desaparecidos-apos-incendio-na-ocupacao-29-de-marco>. Acesso em: 6 ago. 2020.

IDP. Instituto Democracia Popular. **Resistindo com Solidariedade**: campanha avança subsidiando alimentos e cidadania para famílias pobres. 9 abr. 2020a. Disponível em: <http://democraciapopular.org.br/noticia/resistindo-com-solidariedade-campanha-avanca-subsidiando-alimentos-e-cidadania-para-familias-pobres>. Acesso em: 7 out. 2020.

IDP. Instituto Democracia Popular. **Cartazes informativos sobre acesso a políticas públicas na pandemia são pendurados em locais das ocupações**. 6 mai. 2020b. Disponível em: <http://democraciapopular.org.br/noticia/cartazes-informativos-sobre-acesso-politicas-publicas-na-pandemia-sao-pendurados-em-locais-das-ocupacoes>. Acesso em: 7 out. 2020.

IDP. Instituto Democracia Popular. 18 mai. 2020. Facebook: Instituto Democracia Popular. Disponível em <https://www.facebook.com/institutodemocraciapopular/photos/pcb.2640355559554075/2640355512887413/>. Acesso em 20 nov. 2020.

IDP. Instituto Democracia Popular. **Ministério Público instaura diligências após denúncias oficiadas pela campanha Resistindo com Solidariedade**. 8 jun. 2020c. Disponível em: <http://democraciapopular.org.br/noticia/ministerio-publico-instaura-diligencias-apos-denuncias-oficiadas-pela-campanha-resistindo-com-solidariedade>. Acesso em: 7 out. 2020.

IDP. Instituto Democracia Popular. **Plano de Ação elaborado pela campanha Resistindo com Solidariedade é enviado à Prefeitura pela Câmara de Curitiba**. 4 jun. 2020d. Disponível em: <http://democraciapopular.org.br/noticia/plano-de-acao-elaborado-pela-campanha-resistindo-com-solidariedade-e-enviado-prefeitura-pela-camara-de-curitiba>. Acesso em: 7 out. 2020.

IDP. Instituto Democracia Popular. **Resistindo com Solidariedade: IDP repassa nova compra de alimentos para ocupações de Curitiba.** 22 jul. 2020e. Disponível em: <http://www.democraciapopular.org.br/noticia/resistindo-com-solidariedade-idp-repassa-nova-compra-de-alimentos-para-ocupacoes-de-curitiba>. Acesso em: 7 out. 2020.

IPPUC. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Nosso bairro.** Curitiba, 2015.

IPPUC. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Dados Geográficos. Ocupações irregulares.** Curitiba, 2016. Disponível em: <https://ippuc.org.br/geodownloads/geo.htm>. Acesso em 5 ago. 2020,

IPPUC. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Dados Geográficos. Arruamento. Divisas. Equipamentos urbanos. Hidrografia. Meio Ambiente.** Curitiba, 2016. Disponível em: <https://ippuc.org.br/geodownloads/geo.htm>. Acesso em 5 ago. 2020,

IPPUC. Instituto de Pesquisa e Planejamento de Curitiba. **Produção Habitacional.** [Mensagem pessoal] recebida por arq.asanches@gmail.com em 4 nov. 2020.

KOWARICK, L. **Escritos Urbanos.** São Paulo: Editora 34, 2000.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica.** 6a ed. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** 5 ed ed. São Paulo: Centauro, 2008.

LEFEBVRE, H. **Espaço e política.** 2 ed. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2016.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana.** 2 ed. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019.

LEFEBVRE, H. **Critique of everyday life** (vol. II) – foundations for a sociology of the everyday. Trad. John Moore. London/New York: Verso, 2002, p. 340-358.

LIMA, N. R. DE. **Conflitos urbanos em Curitiba/PR à luz da territorialidade de organizações populares.** Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Curitiba, 2019.

LIMA, P. R. DE. **O planejamento e a gestão urbana gerando risco: acidentes de trânsito no bairro CIC - Cidade Industrial de Curitiba entre 2005 e 2008 2009.** Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, p. 11–29, 2002.

MARICATO, E. **O impasse da política urbana no Brasil.** 2 ed. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011.

MARTINS, F. Vila Nossa Senhora da Luz: uma cinquentona em boa forma. **Gazeta do Povo**. 8 nov. 2016. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/haus/urbanismo/vila-nossa-senhora-da-luz-uma-cinquentona-em-boa-forma/>. Acesso em: 20 nov. 2020.

MARTINS, J. de S. O artesanato intelectual na sociologia. **Revista Brasileira de Sociologia**, Aracaju, v. 1, n. ju/dez. 2013, p. 13-48, 2013. DOI: 10.20336/rbs.41.

MINAYO, M. C. DE S. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MIRAFETAB, F. Insurgent Planning: Situating Radical Planning in the Global South. **Planning Theory**, v. 8, n. 1, p. 32–50, 2009.

MIRAFETAB, F. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 18, n. 3, p. 363–377, 2016.

MOURA, R. et al. A EVOLUÇÃO TARDIA DA COVID-19 NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA. In: **As metrópoles e a COVID-19: Dossiê Nacional**. Curitiba: INCT Observatório das Metrópoles, 2020.

MPM. **Movimento Popular por Moradia: MPM**. Disponível em: <https://mpmcuritiba.wordpress.com/>. Acesso em: 10 ago. 2020.

OCUPAÇÃO 29 de março: Reconstrução a partir das cinzas. **Brasil de Fato Paraná**. 25 jan. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefatopr.com.br/2019/01/25/ocupacao-29-de-marco-reconstrucao-a-partir-das-cinzas>. Acesso em: 22 jul. 2020.

OLIVEIRA, F. DE. Política numa era de indeterminação. In: OLIVEIRA, F. DE; RIZK, C. S. (Eds.). **A era da indeterminação**. 1 ed. ed. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 15–48.

OMS. **Folha informativa COVID-19** - Escritório da OPAS e da OMS no Brasil. 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em: 6 out. 2020.

ORLANDINI, M. G. **Comunicação comunitária a exercício da cidadania: produção do jornal Pisa Ligeiro**. 142 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Setor de Artes, Comunicação e Design, Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016.

PADILHA, P. Z. Famílias da Ocupação Dona Cida se mobilizam contra ameaça de despejo em Curitiba. **Brasil de Fato Paraná**. 25 out. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefatopr.com.br/2018/10/25/familias-da-ocupacao-dona-cida-se-mobilizam-contra-ameaca-de-despejo-em-curitiba>. Acesso em: 10 ago. 2020.

PADILHA, P. Z.; CARRANO, P. Ministério Público e Advogados pela Democracia visitam ocupação ameaçada de despejo. 3 out. 2016. **Brasil de Fato Paraná**. Dis-

ponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/10/03/ministerio-publico-e-advogados-pela-democracia-visitam-ocupacao-ameacada-de-despejo/>. Acesso em: 10 ago. 2020.

PÁDUA, R. F. DE. Habitar como horizonte utópico. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 23, n. 3, p. 478–493, 7 out. 2019.

PÁDUA, R. F. DE. Precarização da vida e redes de solidariedade. In: CARLOS, A. F. A. (Ed.). **Covid 19 e a Crise Urbana**. São Paulo: FFLCH/USP, 2020.

PAOLI, M. C. O mundo do indistinto: sobre gestão, violência e política. In: OLIVEIRA, F. DE; RIZEK, C. S. (Eds.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007.

PARANÁ. GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. Pacote social de R\$ 400 milhões vai ajudar famílias paranaenses. 24 mar. 2020a. Disponível em: <http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=106298&tit=Pacote-social-de-R-400-milhoes-vai-ajudar-familias-paranaenses>. Acesso em: 6 ago. 2020.

PARANÁ. GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. Decreto Judiciário nº 172, de 20 de março de 2020. Dispõe sobre a prevenção à pandemia da COVID-19 no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Paraná em substituição ao Decreto Judiciário nº 161/2020-D.M. **Tribunal de Justiça do Estado do Paraná**. Curitiba, Brasil., 2020b.

PARANÁ. GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. Decreto Judiciário nº 244, de 13 de maio de 2020. Altera o Decreto Judiciário nº 227, de 28 de abril de 2020, para adequá-lo à Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 318, de 07 de maio de 2020. **Tribunal de Justiça do Estado do Paraná**, 2020c.

POLLI, S. A.; GUSSO, R. J. Movimentos De Moradia Em Curitiba: História , Repertórios E Desafios (1977-2011). Encontro Nacional da Anpur: v. 15, n. 1 **Anais...** Recife: 2013

POLUCHA, R. S. ECOVILLE: Construindo uma cidade para poucos. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 11, n. N. 1, p. 41–56, 2009.

POLUCHA, R. S. **Ecoville**: construindo uma cidade para poucos. 166f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

PRCONTRACOVID. **Paraná contra COVID**. Disponível em: <https://sites.google.com/view/prcontracovid>. Acesso em: 7 ago. 2020.

RANCIÈRE, Jacques. O dissenso. In: NOVAES, Adauto (Org.). **A crise da razão**. São Paulo: Companhia de Letras; Brasília, DF: Ministério da Cultura; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Arte 1996, p. 367 - 382.

RIBEIRO, A. C. T. SOCIABILIDADE, HOJE: leitura da experiência urbana. **CADERNO CRH**, v. 18, n. 45, p. 411–422, 2005.

RIZEK, C. S.; OLIVEIRA, F. DE. **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

ROCHA, L. DE M. O “repertório dos projetos sociais”: política, mercado e controle social nas favelas cariocas In: BIRMAN, P; LEITE, M. P.; MACHADO, C; CARNEIRO, S de S (orgs). **Dispositivos urbanos e trama dos viventes**: ordens e resistências. FGV Editora, São Paulo, 2015, p. 319 – 341.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANCHES, A.; POLLI, S.; GAMA, C.; STECCA, B. Coluna | Observatório dos conflitos faz balanço do ano de 2019. 18 mai. 2020b. **Brasil de Fato Paraná**. Disponível em: <https://www.brasildefatopr.com.br/2020/05/18/coluna-observatorio-dos-conflitos-faz-balanco-do-ano-de-2019>. Acesso em 6 ago. 2020.

SANTOS, R. A. **Cartografias políticas de uma ocupação** – cotidiano, território e conflito. 281 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SARZI, L. Moradores acusam policiais de causarem incêndio devastador. “Chegaram igual exército e encapuzados”. **Tribuna Paraná**. 8 dez. 2018. Disponível em: <https://www.tribunapr.com.br/noticias/seguranca/moradores-acusam-policiais-de-causarem-incendio-devastador-chegaram-igual-exercito-e-encapuzados/>. Acesso em: 6 ago. 2020.

SILVA, M. N. da. **A dinâmica de produção dos espaços informais de moradia e o processo de metropolização em Curitiba**. Curitiba: Tese (Doutorado em Geografia). Pós-Graduação em Geografia. Setor de Ciências da Terra. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A pesquisa científica. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Eds.). **Métodos de Pesquisa**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 31–42.

SOUZA, M. L. **Mudar a Cidade** – Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, M. L. de. A “nova geração” de movimentos sociais urbanos – e a nova onda de interesse acadêmico pelo assunto. **Revista Cidades**, v. 6 n. 09. 2009.

SOUZA, M. L. de. Com o estado, apesar do estado, contra o estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. **Revista Cidades**, v. 7 n. 11. 2010.

SOUZA, M. J. L. **Dos espaços de controle aos territórios dissidentes**: escritos de divulgação científica e análise política. 1 ed. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SPOSATI, A.; CARVALHO, M. DO C. B. DE; FLEURY, S. M. T. **Os direitos (dos desassistidos) sociais**. 7 ed. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SUDRÉ, L. Para combater a “pandemia da fome”, MST já doou mais de 600 toneladas de alimentos. **Brasil de Fato**. 11 mai. 2020. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/11/para-combater-a-pandemia-da-fome-mst-ja-doou-mais-de-600-toneladas-de-alimentos>. Acesso em 6 ago. 2020.

SWINBURN, B. A. *ET AL*. The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: The Lancet Commission report. **The Lancet**, v. 393, n. 10173, p. 791–846, 2019.

TANAKA, G. M. M. **Planejar Para Lutar e Lutar Para Planejar**: Possibilidades e Limites do Planejamento Alternativo. 287 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). Rio de Janeiro: UFRJ, 2017.

TANAKA, G.; OLIVEIRA, F. L. DE; COLI, L. R. Planejamento Autônomo e Ação Política na Produção da Cidade: Movimentos, mobilizações e direito à cidade no Brasil contemporâneo. XVIII Enanpur. **Anais...** Natal: 2017

TARROW, S. **O poder em movimento**: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes, 2009.

TELLES, V. DA S. DIREITOS SOCIAIS: AFINAL DO QUE SE TRATA? **Revista USP**, v. 37, p. 34-45, maio 1998.

TELLES, V. DA S. **Direitos sociais**: afinal do que se trata? Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

TELLES, V. DA S. Transitando na linha da sombra, tecendo as tramas da cidade. In: OLIVEIRA, F. DE; RIZEK, C. S. (Eds.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007.

TELLES, V. DA S. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: ARGUMENTVM, 2010.

TELLES, V. DA S. Fronteiras da lei como campo de disputa: notas inconclusas a partir de um percurso de pesquisa. In: BIRMAN, P; LEITE, M. P.; MACHADO, C; CARNEIRO, S de S (orgs). **Dispositivos urbanos e trama dos viventes**: ordens e resistências. FGV Editora, São Paulo, 2015, p. 55-77.

TETO. **Missão, valores e propósitos**. [s/d]. Disponível em <https://www.techo.org/brasil/missao-valores-propositos/>. Acesso em 02 jul. 2021.

TETO. **Reconstrução 29 de Março**. 2019b. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/136548739@N02/albums/72157705531167124>. Acesso em: 10 ago. 2020.

TONELLA, C. O movimento popular por moradia e a questão urbana em Curitiba

(1986-1992). **Diálogos**, v. 9, n. 3, p. 79–96, 2018.

TRINDADE, T. A. **Protesto e Democracia: Ocupações Urbanas e Luta pelo Direito à Cidade**. 1 ed. ed. Jundiaí, SP: Paco, 2017.

VAINER, C. Palestra do Prof. Titular Carlos Vainer no Seminário Nacional Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos. Seminário Nacional Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos. **Anais...** Salvador: 2007. Disponível em: <<http://www.observaconflitos.ippur.ufrj.br/novo/analises/TextoVainer.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2019

VASCONCELOS, F. Ocupação 29 de março: cenas de guerra e indignação. **Brasil de fato Paraná**, 2018. Disponível em <https://www.brasildefatopr.com.br/2018/12/08/ocupacao-29-de-marco-cenas-de-guerra-e-indignacao>. Acesso em 6 ago. 2020.

VIEIRA, F. B.; GHIBAUDI, J. W. Solidariedade como instrumento da luta política: reflexões a partir das resistências populares na Argentina e no Brasil em tempos de pandemia. In: ALMICO, R. DE C. DA S.; GOODWIN JR., J. W. G.; SARAIVA, L. F. (Eds.). **Na saúde e na doença: história, crises e epidemias: reflexões da história econômica na época da covid-19**. 1 ed. ed. São Paulo: Hucitec, 2020, p. 283–297.

OLIVEIRA, L. S. V. **Práxis de Política Urbana no Brasil: Movimentos e Articulações Nacionais e Internacionais na Construção do Direito à Cidade**. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

VOLOCHKO, D. Lutas urbanas na metrópole de Curitiba: moradia popular, ocupações de terra e resistências. **Geo Textos**, v. 12, n. 1, p. 37–50, 2016.

WRIGHT, E. O. **Como ser anticapitalista no século XXI?** 1 e. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

YIN, R. K. **Estudo de caso: Planejamento e Métodos**. Tradução: Jefferson Camargo. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A – NÚMERO DE OCUPAÇÕES NOS BAIRROS DE CURITIBA

BAIRRO	Número de ocupações	% número de ocupações em 2005	Número de ocupações em 2016	% número de ocupações em 2016	% Diferença entre 2005 e 2016
CURITIBA	341	100,00%	376	100%	10,26%
ABRANCHES	11	3,23%	13	3,46%	18,18%
ÁGUA VERDE	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
AHÚ	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
ALTO BOQUEIRÃO	10	2,93%	14	3,72%	40,00%
ALTO DA GLÓRIA	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
ALTO DA RUA XV	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
ATUBA	6	1,76%	5	1,33%	-16,67%
AUGUSTA	2	0,59%	2	0,53%	0,00%
BACACHERI	1	0,29%	1	0,27%	0,00%
BAIRRO ALTO	3	0,88%	6	1,60%	100,00%
BARREIRINHA	4	1,17%	2	0,53%	-50,00%
BATEL	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
BIGORRILHO	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
BOA VISTA	3	0,88%	5	1,33%	66,67%
BOM RETIRO	1	0,29%	1	0,27%	0,00%
BOQUEIRÃO	4	1,17%	3	0,80%	-25,00%
BUTIATUVINHA	10	2,93%	11	2,93%	10,00%
CABRAL	1	0,29%	1	0,27%	0,00%
CACHOEIRA	13	3,81%	13	3,46%	0,00%
CAJURU	18	5,28%	22	5,85%	22,22%
CAMPINA DO SIQUEIRA	1	0,29%	1	0,27%	0,00%
CAMPO COMPRIDO	5	1,47%	6	1,60%	20,00%
CAMPO DO SANTANA	4	1,17%	5	1,33%	25,00%
CAPÃO DA IMBÚIA	6	1,76%	4	1,06%	-33,33%
CAPÃO RASO	6	1,76%	8	2,13%	33,33%
CASCATINHA	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
CAXIMBA	4	1,17%	6	1,60%	50,00%
CENTRO	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
CENTRO CÍVICO	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
CIC	54	15,84%	56	14,89%	3,70%
CRISTO REI	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
FANNY	1	0,29%	1	0,27%	0,00%
FAZENDINHA	4	1,17%	3	0,80%	-25,00%
GANCHINHO	3	0,88%	4	1,06%	33,33%
GUABIROTUBA	1	0,29%	1	0,27%	0,00%
GUAÍRA	2	0,59%	1	0,27%	-50,00%
BAIRRO	Número de ocupações	% número de ocupações em 2005	Número de ocupações em 2016	% número de ocupações em 2016	% Diferença entre 2005 e 2016

					2016
HAUER	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
HUGO LANGE	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
JARDIM BOTÂNICO	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
JARDIM DAS AMÉRICAS	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
JARDIM SOCIAL	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
JUVEVÊ	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
LAMENHA PEQUENA	1	0,29%	1	0,27%	0,00%
LINDÓIA	2	0,59%	1	0,27%	-50,00%
MERCÊS	1	0,29%	1	0,27%	0,00%
MOSSUNGÊ	2	0,59%	2	0,53%	0,00%
NOVO MUNDO	7	2,05%	9	2,39%	28,57%
ORLEANS	3	0,88%	1	0,27%	-66,67%
PAROLIN	1	0,29%	1	0,27%	0,00%
PILARZINHO	10	2,93%	9	2,39%	-10,00%
PINHEIRINHO	16	4,69%	16	4,26%	0,00%
PORTÃO	3	0,88%	4	1,06%	33,33%
PRADO VELHO	1	0,29%	0	0,00%	-100,00%
REBOUÇAS	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
RIVIERA	1	0,29%	1	0,27%	0,00%
SANTA CÂNDIDA	25	7,33%	24	6,38%	-4,00%
SANTA FELICIDADE	7	2,05%	7	1,86%	0,00%
SANTA QUITÉRIA	1	0,29%	1	0,27%	0,00%
SANTO INÁCIO	1	0,29%	1	0,27%	0,00%
SÃO BRAZ	7	2,05%	9	2,39%	28,57%
SÃO FRANCISCO	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
SÃO JOÃO	1	0,29%	5	1,33%	400,00%
SÃO LOURENÇO	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
SÃO MIGUEL	4	1,17%	8	2,13%	100,00%
SEMINÁRIO	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
SÍTIO CERCADO	15	4,40%	16	4,26%	6,67%
TABOÃO	1	0,29%	1	0,27%	0,00%
TARUMÃ	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
TATUQUARA	10	2,93%	10	2,66%	0,00%
TINGUI	1	0,29%	1	0,27%	0,00%
UBERABA	14	4,11%	21	5,59%	50,00%
UMBARÁ	10	2,93%	14	3,72%	40,00%
VILA IZABEL	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
VISTA ALEGRE	2	0,59%	3	0,80%	50,00%
XAXIM	13	3,81%	14	3,72%	7,69%

APÊNDICE B – FORMULÁRIO DE ENTREVISTAS

a) Coordenação da Associação de Moradores

Prezado (a),

Gostaria de contar com sua colaboração nesta entrevista, cujas respostas contribuirão para minha pesquisa de mestrado “Entre a indeterminação da vida e o direito à cidade na periferia: estudo de ações coletivas nas ocupações da CIC”. O objetivo da pesquisa é analisar em que medida as resistências – enquanto práticas, estratégias, e ação de moradores das ocupações da CIC e de entidades externas que atuam no local – contribuem para a reprodução da vida e/ou para a promoção do direito à cidade na periferia.

Todas as informações prestadas serão consideradas confidenciais e o anonimato dos respondentes será preservado. Agradeço a participação.

Aline Sanches – Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Grupo: Coordenação da associação de moradores

Nome: _____

Data e hora da entrevista: _____

Parte 1

1. Como é a organização da ocupação?
2. Fazem reuniões? Se sim, quais os principais temas debatidos recentemente?
3. Como as decisões são tomadas?
4. Você sente que há envolvimento dos demais moradores com as questões coletivas da ocupação, como luta por moradia e infraestrutura?
5. Você acredita que há uma compreensão da importância do “agir coletivo” nos moradores?
6. Vocês realizam atividades de lazer e festas?
7. Que lutas vocês já construíram coletivamente? Quais os momentos significativos na história da ocupação que você participou?
8. Acredita que houve vitórias durante todos esses anos de ocupação? Quais?

Parte 2

1. Quais ações foram realizadas pela ocupação após o incêndio?

2. Quem mais colaborou e qual foi a forma de colaboração?
3. Quais grupos podem ser considerados como parceiros na luta coletiva? O que já fizeram com vocês?
4. E durante a pandemia, como a ocupação tem se organizado?
5. Quem mais colaborou, e qual foi a forma de colaboração?

Parte 3

1. O que vocês pensam e sonham para o futuro?

b) Academia, ONG, Instituto e Vereadora

Prezado (a),

Gostaria de contar com sua colaboração nesta entrevista, cujas respostas contribuirão para minha pesquisa de mestrado “Entre a indeterminação da vida e o direito à cidade na periferia: estudo de ações coletivas nas ocupações da CIC”. O objetivo da pesquisa é analisar em que medida as resistências – enquanto práticas, estratégias, e ação de moradores das ocupações da CIC e de entidades externas que atuam no local – contribuem para a reprodução da vida e/ou para a promoção do direito à cidade na periferia.

Todas as informações prestadas serão consideradas confidenciais e o anonimato dos respondentes será preservado. Agradeço a participação.

Aline Sanches – Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Grupo: () Academia, () ONG, () Instituto, () Vereadora

Nome: _____

Data e hora da entrevista: _____

Parte 1

1. Como se iniciaram os trabalhos de vocês nas ocupações da CIC?
2. Qual foi o primeiro contato do grupo com as ocupações da CIC?

Parte 2

1. Quais atividades vocês executam dentro das ocupações? O que fazem e por quê?
2. Vocês têm um contato com o poder público? Como ocorre?

Parte 3

1. Quais foram as contribuições de vocês após o incêndio?
2. E durante a pandemia, quais foram as contribuições?
3. Quais foram as motivações para essas atividades?

Parte 4

1. Como enxergam o futuro de suas atividades no local e o futuro das ocupações da CIC?

c) Movimentos Sociais

Prezado (a),

Gostaria de contar com sua colaboração nesta entrevista, cujas respostas contribuirão para minha pesquisa de mestrado “Entre a indeterminação da vida e o direito à cidade na periferia: estudo de ações coletivas nas ocupações da CIC”. O objetivo da pesquisa é analisar em que medida as resistências – enquanto práticas, estratégias, e ação de moradores das ocupações da CIC e de entidades externas que atuam no local – contribuem para a reprodução da vida e/ou para a promoção do direito à cidade na periferia.

Todas as informações prestadas serão consideradas confidenciais e o anonimato dos respondentes será preservado. Agradeço a participação.

Aline Sanches – Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Grupo: () MST, () MPM

Nome: _____

Data e hora da entrevista: _____

Parte 1

1. Como se iniciaram os trabalhos de vocês para realizar ocupações?*
2. Como vocês enxergam a relação do campo com as ocupações urbanas?*

Parte 2

1. Como é a atuação do movimento hoje nas ocupações da CIC?
2. Quais são as motivações para essa atuação?
3. Vocês têm um contato com o poder público? Se sim, como ocorre?

Parte 3

1. Quais foram as contribuições de vocês após o incêndio? E durante a pandemia?
2. Quais foram as motivações para essas atividades?

Parte 4

1. Como enxergam o futuro de suas atividades no local e o futuro das ocupações da CIC?

d) Igreja

Prezado (a),

Gostaria de contar com sua colaboração nesta entrevista, cujas respostas contribuirão para minha pesquisa de mestrado “Entre a indeterminação da vida e o direito à cidade na periferia: estudo de ações coletivas nas ocupações da CIC”. O objetivo da pesquisa é analisar em que medida as resistências – enquanto práticas, estratégias, e ação de moradores das ocupações da CIC e de entidades externas que atuam no local – contribuem para a reprodução da vida e/ou para a promoção do direito à cidade na periferia.

Todas as informações prestadas serão consideradas confidenciais e o anonimato dos respondentes será preservado. Agradeço a participação.

Aline Sanches – Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Grupo: Igreja

Nome: _____

Data e hora da entrevista: _____

Parte 1

1. Muitas pessoas das ocupações da CIC frequentam e participam ativamente dessa Igreja?

Parte 2

1. Além dos cultos, vocês têm algum projeto com atividades dentro das ocupações da CIC hoje?
2. Se sim, quais são as motivações para essas atividades?
3. Vocês têm um contato com o poder público? Se sim, como ocorre?
4. Como vocês enxergam o papel da igreja na vida dos moradores das ocupações?

Parte 3

1. Quais foram as contribuições de vocês após o incêndio? E durante a pandemia? Quais são as motivações para essas atividades?

Parte 4

1. Como enxergam o futuro das ocupações da CIC?

e) Órgãos Públicos

Prezado (a),

Gostaria de contar com sua colaboração nesta entrevista, cujas respostas contribuirão para minha pesquisa de mestrado “Entre a indeterminação da vida e o direito à cidade na periferia: estudo de ações coletivas nas ocupações da CIC”. O objetivo da pesquisa é analisar em que medida as resistências – enquanto práticas, estratégias, e ação de moradores das ocupações da CIC e de entidades externas que atuam no local – contribuem para a reprodução da vida e/ou para a promoção do direito à cidade na periferia.

Todas as informações prestadas serão consideradas confidenciais e o anonimato dos respondentes será preservado. Agradeço a participação.

Aline Sanches – Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Grupo: () Defensoria Pública, () Política Urbana/Habitacional

Nome: _____

Data e hora da entrevista: _____

Parte 1

1. Em quais momentos vocês já atuaram nas ocupações da CIC?

Parte 2

1. Hoje há alguma atuação?
2. Há algum projeto em andamento ou futuro nas ocupações da CIC?

Parte 3

1. Quais as contribuições de vocês após o incêndio?
2. E durante a pandemia, houve contribuição? Se sim, quais?

Parte 4

1. Como enxergam o futuro das ocupações da CIC?